



Revista
extensão

Revista Extensão. Vol. 11, n. 1 (janeiro, 2017 - Cruz das Almas, BA:

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2016

Semestral

ISSN: 2236-6784

1. Extensão Universitária - Periódicos. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão.

CDD 378.81

Permite-se a reprodução das informações publicadas, desde que sejam citadas as fontes.

Allows reproduction in published information, provided that sources are cited.

Pede-se permuta./ We ask for exchange.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Reitor/ Rector Sívio Luiz de Oliveira Soglia

Vice-Reitora/Vice-Rector Georgina Gonçalves dos Santos

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora/Pro-Rector Tatiana Ribeiro Velloso

EDITORES CIENTÍFICOS/SCIENTIFIC EDITORS

Ana Rita Santiago, Dra. (UFRB)

Marli Teresinha Gimenez Galvão, Pós. Dr. (UFC)

Silvana Lúcia da Silva Lima, Dra. (UFRB)

EDITORES EXECUTIVOS/EXECUTIVE EDITORS

Adriele de Jesus Sousa (UFRB)

COMITÊ EDITORIAL/EDITORIAL BOARD

Tatiana Ribeiro Velloso, Dra. (UFRB/Brasil)

Custódia Martins, Dra. (U. Minho/Portugal)

Juan A. C. Rodriguez, Dr. (UACH/México)

José Alberto Pereira, Dr. (IPB/Portugal)

Franceli da Silva, Dra. (UFRB)

ENDEREÇO/ADDRESS

Rua Rui Barbosa, 710, PROEXT/UFRB 44380-000, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Fone: + 55 75 3621-4315

Website: www.revistaextensao.ufrb.edu.br

E-mail: revistaextensao@ufrb.edu.br

COMPROMISSO

A Revista Extensão, com periodicidade semestral, tem como compromisso consolidar a indissociabilidade do conhecimento, por meio de ações extensionistas publicadas em artigos científicos, resenhas, relatos de experiências, entrevistas, validando o conhecimento tradicional associado ao científico.

COMMITMENT

Extension Magazine, every six months, is committed to consolidating the inseparability of knowledge through extension activities published in scientific articles, reviews, case studies and interviews, validating traditional knowledge as sociated with science.

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adrielle de Jesus Sousa
Valeria Exalta Gonzaga

ARTE GRÁFICA

Valeria Exalta Gonzaga

EDITORA

Editora da UFRB

A Revista Extensão da PROEXT/UFRB está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da UFRB

ENDEREÇO/ADDRESS

Rua Rui Barbosa, 710, PROEXT/UFRB 44380-000, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Fone: + 55 75 3621-4315

Website: www.ufrb.edu.br/revistaextensao

E-mail: revistaextensao@ufrb.edu.br

AVALIADORES/REFEREES

Dr. Adriano Lago

Dr. José Pércles Diniz Bahia

Dra. Andréia Cirolini

Dra. Eliene Gomes dos Anjos

Dra. Erenilde Marques de Cerqueira

Dr. Fábio José Rodrigues da Costa

Dra. Francisca Helena Marques

Dra. Gilsélia Macedo Cardoso Freitas

Dra. Hilda Maria Braga

Dra. Jaqueline Pereira Grilo

Dra. Joselisa Maria Chaves

Dra. Joseína Moutinho Tavares

Dra. Juciara Maria Nogueira Barbosa

Dra. Luciana de Mattos Moraes

Dra. Regina Marques Souza

Dra. Reinilda de Fátima B.Minuzzi

Dr. Sérgio Luiz Bragatto Boss

Dra. Suely Aires Pontes

Dra. Vânia Sampaio Alves

Ma. Ana Lúcia Marran

Ma. Ana Paula Inácio Diório

Ma. Carla Regina André Silva

Ma. Cristina Amaro Viana

Ma. Daciane de Oliveira Silva

Ma. Jaqueline de Souza Pereira Grilo

Ma. Kássia Aguiar Norberto Rios

Ma. Lilian Aragão da Silva

Ma. Luana Possamai Menezes

Ma. Maitê dos Santos Rangel

Ma. Marcela Mary José da Silva

Ma. Maria de Lourdes A. de Souza

Ma. Nara Eloy Machado da Silva

Ma. Rosângela Souza da Silva

Ma. Rosaria da Paixão Trindade

Ma. Tábata Figueiredo Dourado

Ma. Tânia Cristina Azevedo

Ma. Vanessa Bastos Lima

Me. Tiago Motta

ÍNDICE

EDITORIAL

8

ARTIGOS

RISCOS NA CIDADE: O PIXO/GRAFFITI COMO IDENTIDADE SOCIAL ENTRE JOVENS DA FAVELA/PERIFERIA

11

RÁDIO COMUNITÁRIA NOVOS RUMOS: APROXIMAÇÕES E RESSONÂNCIAS COM OS MOVIMENTOS HISTÓRICOS DAS RÁDIOS LIVRES

25

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: UM ESTUDO QUALITATIVO

38

ESPORTE EDUCACIONAL: ATUAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES INTEGRANTES DA REDE DE PARCEIROS MULTIPLICADORES DE ESPORTE EDUCACIONAL

51

DOIS OLHARES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA EXPERIÊNCIA COM A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

64

QUALIDADE DA ÁGUA PROVENIENTE DE NASCENTES URBANAS E UTILIZADA PARA CONSUMO PRÓPRIO POR MORADORES DE DIVINÓPOLIS-MG

80

DIAGNÓSTICO, COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA E GEORREFERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM TRÊS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA

89

ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COM IDOSOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

98

CAPACITAÇÃO EM MANIPULAÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS PARA FINS COMERCIAIS

104

PROGRAMA JOVEM COM SAÚDE (PROJOVEM SAÚDE): UNIVERSIDADE E ESCOLAS PÚBLICAS NA PREVENÇÃO DE DSTS

111

LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS NO MUNICÍPIO

DE EUCLIDES DA CUNHA /BA, BRASIL

119

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

ANÁLISE DE UM PROJETO DE CORAL INFANTIL UNIVERSITÁRIO DE ACORDO COM AS DIRETRIZES PARA A AÇÃO UNIVERSITÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO DO FORPROEX

128

UM OLHAR DE DUAS ACADÊMICAS SOBRE O TEATRO NA TERCEIRA IDADE

136

OFICINA DE ACOLHIMENTO: POSSIBILIDADES DE SUBJETIVAÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

146

O SERVIÇO SOCIAL NO CAPSI DE CRUZ DAS ALMAS – BA: A NECESSÁRIA INTERDISCIPLINARIDADE PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA DOS USUÁRIOS

153

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA LIGA ACADÊMICA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA DA UFT PARA IDOSOS DA UMA

161

CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICAS SOBRE PREVENÇÃO DE AGRAVOS DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNTS) E SUPORTE BÁSICO DE VIDA (SBV)

169

RESENHA

CRIADA PARA SER FORTE

177

NORMAS DE SUBMISSÃO

180

EDITORIAL

Olá. Estamos na 11ª edição da Revista de Extensão da UFRB. Um importante meio de divulgação e troca de experiências sobre a importância da extensão universitária para a efetivação da função social da universidade pública brasileira. Com periodicidade semestral, a Revista Extensão da UFRB cresceu, atualizou o seu designer, qualificou as suas publicações e ampliou a sua visibilidade, recebendo a cada semestre, um maior número de trabalhos.

A extensão, compreendida como comunicação, é um dos fazeres acadêmicos mais libertário e criativo, posto que aberto à produção de novos conhecimentos, no encontro entre saberes e modos de vida, confrontando a teoria com as diversas realidades sociais e práticas culturais. É o espaço sem muros da academia, que possibilita oxigenação, renovação de ritos, conceitos e paradigmas, ancorando os debates na contemporaneidade, na vida como ela acontece. Ao promover imersão social, oportuniza o pensamento crítico, o amadurecimento pessoal e profissional, a humanização, e a compreensão que a função da universidade é colaborar para o equilíbrio social ambientalmente responsável.

Através da extensão é possível ampliar currículos, estabelecer diálogos inter/trans disciplinares, institucionais e culturais, e definir projetos de vida, de estudantes e demais envolvidos.

Nesse número, a Revista Extensão nos coloca em diálogo com instituições dos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro que, através dos trabalhos apresentados, afirmam as diversas formas de realizar ações de extensão – seja através da formação continuada, de estudos, da pesquisa, da vivência em comunidade, de avaliações de projetos e programas, da interação social na busca de novos saberes e conhecimentos - a dinâmica comum é o encontro com o outro, na sua ampla diversidade.

Os artigos, relatos e as resenhas publicadas socializam experiências da grande área da saúde, abordando temas relacionados ao processamento e comercialização de alimentos saudáveis; aos processos de adoecimento crônicos não transmissíveis; ao jovem saúde e o combate às DSTs; à saúde de idosos; à busca das sabedorias populares no uso de plantas medicinais; à saúde mental, dentre outros. Como também nos convida a trilhas ambientais, discutindo a produção e gerenciamento dos resíduos sólidos e a qualidade da água para consumo comunitário. No campo das ciências humanas encontramos sementeiras e germinações na formação profissional, nas artes com suas linguagens cênicas e musicais tornando prazeroso, profundo o encontro com idosos, jovens e crianças através do teatro, do coral infantil e do grafite. E ainda, nos oferece uma viagem pela história das rádios comunitárias e o seu poder de comunicação cidadã, cultural. Experiências vividas em escolas públicas, centros públicos de saúde, comunidades, hospitais dentre outros espaços de vida social.

Convido você a conhecer essa trilha de possibilidades criativas do fazer acadêmico.

Como diz Chacal em seu “Poema para ser transfigurado”:

Quem somos
o que queremos
logo logo saberemos

Por enquanto sabemos
Que um gesto uma palavra
Podem transformar o mundo

Qual deles qual delas
saberemos já já

Essa a missão do artista:
experimentar

Por isso somos preciso
Por dar nossas vidas
Pelo que – ainda não – é
Pelo que – quem sabe – será

O que somos
O que queremos
Saberemos juntos
já já

Valdiria Rocha
Ma. em Cultura, Memória e Desenvolvimento Social
Coordenadora de Cultura e Universidade da UFRB

ARTIGOS

RISCOS NA CIDADE: O PIXO/GRAFFITI COMO IDENTIDADE SOCIAL ENTRE JOVENS DA FAVELA/PERIFERIA

RISKS IN THE CITY: THE PIXO/GRAFFITI AS SOCIAL IDENTITY AMONG YOUTH OF SLUM/PERIPHERY

André Filipe Pereira Reis dos Santos

Prof. Dr. de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV/ES, Professor/ pesquisador do PPGD em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV. Endereço Eletrônico: afprsantos@gmail.com.

Marcia Maria Abreu de Assis

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV/ES, Brasil. Endereço Eletrônico: abreumarciabr@gmail.com.

Débora Pauli Freitas

Aluna da Graduação do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV/ES, Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade da FDV. Endereço Eletrônico: pauli.debora@hotmail.com.

Resumo

A juventude é um momento da vida carregado de efemeridades e transitoriedades. A favela, tida muitas vezes por algo homogêneo, é multifacetada, heterogênea, um espaço social onde se constituem múltiplas identidades. Um exemplo de manifestação identitária dos jovens da favela pode ser o pixo/graffiti. Os jovens favelados são estigmatizados pelas classes hegemônicas e, para fugir das opressões sociais, criam vínculos identitários fortes com os mais diferentes grupos sociais. O pixo/graffiti, como meio de identidade e manifestação do jovem da favela, é usado como instrumento de luta por sobrevivência e reconhecimento.

Palavras-chave: Identidade. Juventude. Favela. Graffiti.

Abstract

The youth is a moment of life full of ephemerality and transience. The slum, often seen as something homogeneous, is multifaceted, heterogeneous, a social space where multiple identities are constituted. An example of the identity manifestation of slum's young people could be pixo/graffiti. The young slum dwellers are stigmatized by the hegemonic classes and, to escape social oppression, they create strong identity bonds with the most different social groups. The pixo/graffiti, as a means of identity and manifestation of the slum's young, is used as an instrument of struggle for survival and recognition.

Keywords: Identity. Youth. Slum. Graffiti.

INTRODUÇÃO

O território nacional é marcado por grandes abismos sociais. Essa constatação induz a pensar em pobreza, criminalidade e altos índices de violência. Entretanto, ter apenas essa constatação é ter uma visão muito limitada da sociedade, marcada por ideais sociais hegemônicos.

Toda essa diferença social não deve ser vista de forma negativa, ao contrário, essa diversidade possibilita pluralidade de ideias e pensamentos e diversificação da cultura, que definem e enriquecem o território nacional.

Nesse contexto, tem-se a formação das favelas, e também as pessoas que lá vivem. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo discorrer como se dá o processo de formação de identidade e sociabilidade do jovem periférico.

Assim a sociabilidade é vista como um ponto de referência na formação da identidade dos indivíduos, funcionando como base de identificação pessoal e social com o todo que os envolve.

1 IDENTIDADE, JUVENTUDE E FAVELA/PERIFERIA¹

Identidade é entendida como um conjunto de imagens, representações, conceitos de si, sendo considerado, especialmente, o caráter dialético de sua construção, a saber, a importância da alteridade (do outro) nesse processo (ARAÚJO, 2001).

¹ Embora favela e periferia sejam coisas distintas na sua forma epifenomênica e que precisam ser estudadas em seus próprios contextos, é inegável que são locais de habitação de grupos sociais de classes baixas no Brasil. E, para atender a nossa expectativa com o texto, são os espaços sociais em que se gestam a maior parte das pixações (e dos pixadores) que tomam a cidade como tela para retratar seus protestos.

Hall (2005, p.11) define que a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito, ainda, tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Quer dizer, a identidade é formada a partir do contato com o outro - o que é determinante - e só é construída a partir da interação e apropriação do outro e do contexto (ARAÚJO, 2001). Ou seja, pode-se afirmar que a identidade é formada a partir da alteridade e em meio ao processo de socialização do indivíduo.

Percebe-se que, para a construção da identidade, é necessário que o indivíduo se relacione com outros indivíduos. Não é possível que se forme a identidade sem a convivência em grupo. Essa necessidade de identificação com o outro para a formação da identidade é intrínseca ao próprio conceito.

Se a identidade se constitui na relação de alteridade com os grupos sociais, a infância, adolescência e juventude são as fases da vida em que mais se percebe a incorporação da construção identitária coletiva. Para Corsaro (2011, p.32), na infância, “as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais”. Já na adolescência, o jovem vai passar por vários períodos de crise, que se iniciam com as mudanças corporais e, ao final, voltam-se para as questões ideológicas (MATTESON, 1972).

Assim, infância, adolescência e juventude são etapas da vida em que o indivíduo, através das ações socializadoras a que é submetido, se prepara para a vida adulta.

À medida que o sujeito em desenvolvimento avança nessas etapas, torna-se mais consciente e intensa a preocupação com a identidade (ZACARÉS, 1997). De forma que a juventude, o último período antes da chegada à vida adulta, é um momento crucial para a construção da identidade.

Deve-se observar o contexto sócio-histórico, posto que há vários tipos de juventudes, e que cada uma assiste a um determinado contexto social. Assim, há a “juventude hegemônica” e a “juventude pobre” (MANHEIN, 1970). Há diversos modos de ser jovem em nossa sociedade e, portanto, não há apenas uma categoria teórica que possa dar conta dessa diversidade de situações (SPOSITO, 1998).

Faz parte da juventude esse movimento de buscar, nos grupos, o reconhecimento de uma identidade que faça com que o jovem se sinta pertencente a eles. No entanto, tal movimento também é ambíguo, pois, ao mesmo tempo, o jovem quer ser reconhecido também como um sujeito singular, diferente dos demais e busca esta auto-afirmação. (ARAÚJO, 2001) Quer dizer, é perceptível o caráter ambíguo da juventude, pois o jovem quer ser reconhecido e aceito pelo grupo com o qual se identifica, e também quer se sentir um ser único, quer manter suas individualidades. Isto é, o reconhecimento do indivíduo como ser único.

A identidade e a juventude caminham lado a lado. A primeira é entendida como um conjunto de representações que a sociedade e os indivíduos constroem sobre algo que dá unidade a uma experiência humana, múltipla, facetada, tanto no plano psíquico como no plano social (MARQUES, 1997). Já a segunda é construída de acordo com a sociedade em que o jovem está inserido, o lugar social que o jovem ocu-

pa, os valores, ideias e normas, etc. De maneira que identidade e juventude são construídas de formas muito singulares. Cada sujeito, de acordo com seu contexto sócio-histórico e a partir desses referenciais, vai organizando a sua percepção da realidade. (ARAÚJO, 2001)

Nesse sentido, o contexto social em que o jovem está inserido é fator condicionante para o tipo de grupo e identidade em que ele se encontra e se molda. A realidade social delimita quais tipos de relações esses jovens irão manter.

Os jovens de classes sociais diferentes em uma mesma cidade, por exemplo, podem apresentar padrões de comportamento completamente diferentes; primeiro, porque realmente são diferentes enquanto sujeitos; segundo, porque as experiências vividas e percebidas em seus diferentes contextos – em decorrência de seus diferentes grupos – acabam condicionando grande parte de seus comportamentos. (GROPPO, 2006, p. 101)

Araujo (2001) afirma que há vários tipos de identidades, a identidade pessoal, a identidade familiar, a identidade social, etc. Assim também é com o jovem: ele possui uma identidade na família, na escola, na galera, no futebol, no trabalho, no local de moradia, etc. Como há muitas identidades, é necessário se pensar como o jovem se relaciona nesses diferentes ambientes para pensar a sua identidade. (ARAÚJO, 2001)

Essa questão da pluralidade de identidades é explicada por Hall (2005). Para ele, a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multipli-

cidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Portanto, a identidade não é estática, seu caráter é impermanente, e está sempre se transmutando. Por isso, a juventude é sua parceira, uma vez que é revestida das mesmas características.

Se a juventude é cambiante e pode assumir distintas identidades ao longo dos anos, a favela (ou qualquer outro espaço social) também é um espaço em constante mudança, cheia de conflitos, heterogênea. Há inúmeros aspectos identitários para a juventude da periferia: religião, sexo, ocupação/profissão, facção criminosa, hip-hop, funk, pixo/graffiti, entre outros.

A favela é vista e representada pela classe média (grupo hegemônico) como o oposto da cidade, como o espaço inimigo, onde qualquer forma de violência do Estado é legítima (PERALVA, 2000). Do mesmo modo, é tida como sinônimo de pobreza e, ser favelado é visto como sinônimo de ser pobre (OLIVEIRA; MARCIER, 2006, p. 81).

Desta forma, Elias e Scotson (2000, p. 24) mostram que o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo, fazendo com que o morador da favela se veja também conforme a imagem que lhe foi atribuída pelo grupo dominante.

A favela no Brasil é um território marginalizado, construído no interior de uma sociedade fundada no mito da democracia racial, e conseqüentemente, é entendida como resultado de uma divisão racial, que, no discurso hegemônico, opera de forma silenciosa (LOPES, 2009). O mito da demo-

cracia racial serviu para apagar e desintegrar a identidade negra do Brasil e fazer sentir que o conflito racial entre negros e brancos nunca existiu e nem existe (FLAUZINA, 2008). Quer dizer, não se pode deixar de pensar também na favela como espaço de segregação dos negros, para não reduzirmos as análises apenas aos fatores econômicos.

O discurso hegemônico dos grupos dominantes é opressor, tem por finalidade apagar as identidades da favela, tirar sua riqueza. Esse discurso se reproduz com força pelos meios de comunicação, marcando o imaginário com o binômio favela-crime. Por causa dessa representação social que reproduz a visão de mundo dos grupos hegemônicos, a favela, que deveria ser vista como um espaço plural, não é vista assim.

As representações dos grupos hegemônicos não acionam imagens de favelas no plural, mas, sim, a imagem de uma única entidade totalizante e ameaçadora. Como se esses territórios estivessem situados em uma outra cidade, utilizam um olhar que não enxerga as práticas cotidianas e concretas dos grupos que por lá circulam. Como se os sujeitos que lá habitam não fossem cidadãos brasileiros, criam um discurso que silencia as vozes locais e delimitam os “territórios favelas” como um espaço genérico do perigo e da barbárie, ligada, única e exclusivamente, ao tráfico de drogas. (LOPES, 2009)

O discurso dos grupos hegemônicos, apoiado e reproduzido pela grande mídia televisiva, mostra a favela apenas como um lugar perigoso e dominado pelo tráfico de drogas. Isso faz com que o jovem da favela carregue esse estigma, estigma da violência e da subversão, de viver sempre à margem da lei.

Esse discurso estigmatizador não leva em consideração a pluralidade de identidades possíveis e existentes na favela. Mas a favela é rica em cultura e conhecimentos, há pluralidade de movimentações e ações.

Este reconhecimento da sociedade heterogênea e complexa que habita a favela faz com que haja um olhar mais plural e respeitoso sobre as comunidades das favelas, evitando-se, assim, análises maniqueístas e preconceituosas sobre a mesma. Isto é, a perspectiva é, fundamentalmente, demonstrar a riqueza cultural que se produz a partir da periferia.

O jovem da favela se enquadra perfeitamente no conceito de outsider de Elias e Scotson (2000). Estes são tidos como ruins, piores, que estão à parte das normas e incorporam essa ideia em alguma medida, embora a produção cultural da favela demonstre algum empoderamento.

Por outras palavras, agrega-se a este quadro a inquietação ligada ao estigma do lugar, internalizado como “área perigosa”, segundo imagem construída pelas classes dominantes. Veem-se, assim, entre uma autoimagem negativa introjetada que induz à resistência, mas não anula a inferioridade vivenciada. Conseqüentemente, quanto maior é a sensação de isolamento de uma sociedade mais ampla, maior é o sentimento de ausência de um Estado protetor, e maior, também, o medo de não escapar da degradação social. Evidentemente, os jovens não conseguem formular esse discurso de forma consistente, entretanto, quando se destacam as precárias condições urbanas do lugar, pode-se deduzir a sensação de isolamento. (NUNES, 2007). Não se pode duvidar que o discurso de dominação dos grupos hegemônicos é um fator determinante para a formação da identidade do jovem da favela.

Aquele jovem estigmatizado pela sociedade procura referências para minimizar os sentimentos de desamparo que sente, mas nem sempre o encontra. Portanto, temos a questão da singularidade: ser mais um ou ser um qualquer/ ser singular ou ser diferenciado (ARAÚJO, 2001).

2 PIXO/GRAFFITI COMO MARCADOR IDENTITÁRIO DE CONTESTAÇÃO DA FAVELA/PERIFERIA

Com o intuito de discorrer de forma mais aprofundada sobre o pixo² e o graffiti³, como formadores da identidade do jovem na favela, foram feitas entrevistas com cinco pixadores/grafiteiros da Grande Vitória/ES, e feitas as seguintes provocações: “o que é pixo para você?” e “por que pixar?”

O pixo é uma das tantas intervenções visuais do espaço urbano (público ou privado), manifestada, em sua maioria, pela população jovem da favela/periferia e refere-se a desenhos ou assinaturas estilizadas que denominam grupos de jovens ou pixado-

² Ainda que não incorporada ao dicionário formal da língua portuguesa, a palavra grafada com “x” em vez de “ch”, subvertendo a ortografia, é um neologismo que já vem sendo amplamente utilizado, inclusive fora das ruas, no debate acadêmico, exatamente porque difundido pelos próprios atores do pixo, por quem efetivamente faz arte na rua. (CONCEIÇÃO; SANTOS, 2013). A grafia gramaticalmente incorreta remete à autoconsciência destes jovens da linguagem que vem da periferia (TIBURI, 2011). Ou seja, a própria grafia pixo tida como incorreta pela linguagem culta da língua portuguesa já é uma forma de subverter essa manifestação identitária, tornando-a própria do jovem da favela/periferia, uma vez que o mesmo é tido como anômico (sem normas), que estar a parte da sociedade.

³ Graffiti é uma expressão do idioma italiano, que remete a esse movimento de contestação da periferia, por isso é feita a escolha da grafia para o presente trabalho. Diferentemente do grafite, que nada mais é do que um fino bastão de grafita que serve para escrever, existente dentro dos lápis e lapiseiras.

res individuais (PEREIRA, 2010).

Conforme propõe Marcia Tiburi (2011, p 43), a “ideologia do muro branco” é “a forma estética da propriedade privada”, alimentada pelo “o ódio ao outro, ao diferente, ao excluído [...] em nossa sociedade de primatas humanos arrumadinhos, sacerdotes” e o pixo desempenha o papel de verdadeira luta simbólica contra essa fachada asséptica. Na conjuntura específica da metrópole brasileira contemporânea, o pixo é considerado uma expressão autêntica e subversiva da cultura popular, temido pelas classes altas (LARRUSCAHIM; SCHWEIZER, 2014).

De acordo com o texto reproduzido no Documentário PixoAção 2 (2014), o “pixo tende a ser ruído que revela, tintas que rasgam as amarras visuais urbanas numa apropriação do espaço”, que emanam “do indivíduo por trás das letras, formas e frases e conectam o coletivo”. Os rabiscos, que cada vez mais ganham as ruas, traduzem “a inversão da alma urbana através do ícone “meu” no espaço “nosso””.

O movimento pode representar um sem número de expressões, que vão desde a autoafirmação pura e simples, a contestação da propriedade, a ausência de oportunidades e atividades culturais, até a forma mais agressiva de protesto. É uma das formas que o jovem da favela encontrou para mostrar para os grupos hegemônicos que ele existe e se afirma, que ele tem identidade própria.

Entretanto, a legislação pátria tratou de definir os conceitos de pixo e graffiti, por meio do art. 65 da Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), alterado pela Lei

12.408/20114. Com o novo dispositivo, o graffiti pictórico foi legitimado no plano normativo, considerado não mais ato de vandalismo e sim expressão artística.

Numa perspectiva superficial, cria-se a ideia de que há uma distinção entre o pixo e o graffiti, sendo o primeiro considerado vandalismo e o segundo expressão artística – tese corroborada pela redação legal. Entre os grafiteiros, no entanto, e a partir da observação das motivações e impactos causados, verifica-se que ambas as expressões estão inseridas num mesmo movimento político-artístico.

Ainda que aparentemente bem intencionada, a lei está longe de retratar o fenômeno social tal como se dá no plano da realidade (CONCEIÇÃO; SANTOS, 2013). Há em sua redação uma imperfeição conceitual ao distinguir graffiti e pixo. Graffiti é um movimento que abarca tanto a expressão pixo (o graffiti escrito) quanto graffiti (o graffiti pictórico). Dito de outra forma, embora sejam duas intervenções urbanas diferenciadas esteticamente, política e socialmente são muito próximas (CONCEIÇÃO; SANTOS, 2013).

O que confere ao graffiti o caráter de legalidade é tão somente a autorização. Ou

⁴ Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

⁵ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.

² Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

seja, grafitar ou pixar são práticas criminalizadas, porém, em escalas diferentes, dependendo das circunstâncias, posto que uma delas é visualmente menos “abominável”. Pode-se dizer por tais razões que a legislação erra ao defini-los dessa forma, e que o pixo é apenas um estilo de graffiti.

Há, no movimento, uma dualidade entre ilegalidade/legitimidade. Por um lado a conduta é ilegal quando realizada sem autorização, por outro, a falta de autorização é o que confere legitimidade ao movimento. Os pixadores acreditam que esta expressão de rua não é e nem pode ser autorizada, posto que é exatamente aí que reside sua identidade de oposição. Neste sentido, o filme Pixo (2009) retrata a adrenalina como uma das motivações dos grafiteiros e a subversividade da conduta como característica essencial do movimento.

Em outras palavras, as pixações sujeitam-se à ilegalidade como algo que não se pode evitar e, ao mesmo tempo, se deseja, como único meio possível que o jovem da periferia dispõe para se expressar. São evidentemente contestadoras, caracterizadas pela agressividade e é a persistência delas em sua natureza ilícita, e não em mensagens que possam ser decifradas, que revela seu verdadeiro propósito (CALDEIRA, 2012).

Muitas expressões da cultura popular atravessaram diversos processos de demonização, criminalização e domesticação em direção à apropriação pela indústria cultural (LARRUSCAHIM; SCHWEIZER, 2014). E adentrar no campo da legalidade pode significar perder a essência de movimento contestatório, que se alimenta a partir do estigma da ilegalidade, e terminar capitalizado pelo poder público ou, pior, como mero produto.

Retomando o conceito trazido no primeiro capítulo, é possível afirmar que os grupos qualificados como outsiders (que aqui poderiam ser os suburbanos e os favelados) têm regras e concepções próprias de normalidade. De forma que pixadores/grafiteiros podem ser descritos como um grupo de outsiders urbanos, como cidadãos insurgentes (CONCEIÇÃO; SANTOS, 2013).

A insurgência com base em intervenções artísticas na rua é realizada como um processo de luta por reconhecimento (HONNETH, 2003) e, ainda que seja essencialmente individual marca a comunidade porque o sujeito quer se afastar da privação, quer ser reconhecido como sujeito de iguais oportunidades, portador de qualidades, de direitos, e luta para que isto aconteça, sendo a ação considerada ilegal, muitas vezes, um instrumento desta luta, pois está intimamente conectada à autoafirmação. A luta por reconhecimento é uma luta sempre pública porque é um meio de chamar atenção para um indivíduo (ou grupo) em situação de invisibilidade.

No caso do pixo/graffiti, a intervenção no urbano pode ser compreendida como um meio de chamar atenção, mesmo que chocando, para problemas sociais específicos vividos por atores sociais da favela/periferia.

Para melhor compreender o poder identitário do pixo, foi feita uma pesquisa qualitativa com cinco pixadores⁵ da Grande Vitória/ES, questionando-os, primeiramente,

⁵ Por se tratar de atividade “marginal”, prevista como crime e passível de punição pela justiça, os entrevistados terão suas identidades resguardadas e serão identificados apenas como “pixador”, seguido do número de ordem em que as entrevistas se deram.

sobre o que era o pixo⁶ para eles.

A pergunta foi realizada com intuito de compreender a perspectiva do entrevistado sobre o tema abordado. O questionamento se mostrou pertinente tendo em vista que a ótica do sujeito, enquanto ator social traz um suporte mais consistente para a pesquisa ora enfrentada. Esta é a análise que parte do indivíduo sobre as ações que pratica, sobre suas ideologias, sobre o que faz com que ele tenha interesse em participar desse movimento.

Um dos encontros foi realizado no Centro histórico da cidade de Vitória/ES, onde reside um dos depoentes. A convite deste, que primeiro se propôs a participar da entrevista, outros dois pixadores também compareceram e, sentados numa mesa de bar, foi iniciada a conversa. Nenhum deles se mostrou intimidado em falar sobre o tema e, em contrapartida, todos eles demonstraram muita convicção sobre a significação daquilo que faziam.

Também em um bar, agora na cidade de Vila Velha/ES, o quarto entrevistado foi bem receptivo. Não só respondeu aos questionamentos da pesquisa, como levantou alguns aspectos históricos, mostrando que, muito além de uma prática cotidiana, para ele, a pixação era arte, era um campo de conhecimento carregado de sentidos.

O quinto e último encontro aconteceu dentro das dependências da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo). Na ocasião, duas pixadoras foram convidadas, sendo que uma delas, apreensiva com a possibilidade de ser identificada em uma eventual utilização do material que não a pesquisa acadêmica, optou, sob argumento de que estaria havendo repressão contra pixado-

⁶ Embora tenham sido feitas perguntas específicas para a pesquisa, os entrevistados não estavam vinculados a temas específicos e, por isso, tiveram liberdade para falar livremente e trazer para o diálogo questões positivas que enriqueceram o debate.

res na cidade, por não falar, nem mesmo anonimamente.

A respeito da concepção do pixo, dois (2/5) dos entrevistados manifestaram, de plano, a consciência da ilegalidade da pixação como atributo essencial que confere legitimidade ao movimento. Para o Pixador 1, o pixo é “um recado, um manifesto [realizado] numa superfície no qual você não foi convidado a estar intervindo, que tem como base ser ilegal”. O Pixador 2, por seu turno, diz que “o pixo tem essa característica de quebrar as regras”. As afirmações revelam que, conforme proposto por Caldeira (2012), a pixação é fundamentalmente contestatória e que aí reside seu verdadeiro propósito.

A própria dinâmica arriscada da execução do pixo denota que o caráter transgressor da manifestação representa uma via de afirmação do indivíduo no grupo e, ao mesmo tempo, um mecanismo de oposição. Quanto mais adrenalina e excitação, quanto maior a complexidade, dificuldade, desafio na realização do pixo, maior reconhecimento alcançado por aquele que o executou. Essa conduta de risco constitui também uma forma e transgressão, pois o que eles objetivam é suplantar as regras impostas e desafiar os perigos (PEREIRA, 2010)

A maioria dos entrevistados (3/5) indicou de alguma forma que o pixo é uma maneira de demonstrar insatisfação, utilizando-se de expressões como “manifesto” (Pixador 1), “protesto” (Pixador 2), “grito da rua” (Pixador 4). Todos eles (5/5), ainda, enfatizaram a ideia de que a pixação desvelava o indivíduo por trás das letras e tintas.

Ao afirmar que “não é necessariamente uma expressão artística, mas é da perspectiva do indivíduo [...] as pessoas vão saber quem é você” (Pixador 5) ou que “é a forma que a pessoa tem de se fazer vista, lida, es-

cutada e de mostrar que ela tá ali, que ela não é invisível” (Pixador 3), percebe-se que o pixo/graffiti é uma forma de reconhecimento individual desses jovens, ao mesmo tempo em que também é um reconhecimento social.

De acordo com Araújo (2001), esse reconhecimento individual e social remete ao processo de formação da identidade, onde o jovem quer ser reconhecido como sujeito singular a partir do contato com o outro, a partir da interação e apropriação do outro e do contexto. Essa interação entre o eu e a sociedade, ideia também trazida por Hall (2005), é o que se pode denominar “sociabilidade”, processo no qual a construção de identidade se dá com a participação de um grupo, onde um indivíduo se reconhece no outro.

Ao deixar suas marcas inscritas nos muros da cidade, o pixador consegue ser visto e reconhecido dentro de seu grupo e também fora dele, de maneiras diferentes. Por meio das tags, que são espécies de assinaturas em forma de apelidos ou símbolos que individualizam o pixador, ele aproveita de sua condição de anônimo, que é proporcionada pela metrópole⁷, para estampar seu pseudônimo pela cidade, garantindo a permanência de seu nome sem, contudo, comprometer-se. O objetivo, portanto, é tornar-se conhecido e admirado por seus pares e proteger-se do restante da sociedade pelo anonimato (PEREIRA, 2010).

Segundo o Pixador 5, a tag “essa coisa meio indecifrável, existe justamente pelo fato de ser ilegal, de ser crime, é uma forma de se proteger [...] mas é tão única quanto o número do seu CPF”. Depreende-se a partir dessa fala que, entre seus iguais, o pixador por trás do pseudônimo tem um rosto, tem um nome. Para o grupo hegemônico,

⁷ Metrópole nesse contexto é interpretada como o espaço dos grupos hegemônicos.

se enquadra na acepção de Elias e Scotson (2000) e assume a posição de outsider, pois está à parte das normas e tem essa ideia internalizada. Em ambos os casos, no entanto, existe, tem vida, se faz notar.

O reconhecimento que o pixo/graffiti proporciona não diz respeito apenas aos integrantes do grupo, e não se restringe somente ao universo da favela/periferia, ele invade a metrópole e, exatamente por invadi-la, desnuda seu desejo de se comunicar também com os grupos hegemônicos, denunciando as opressões que sofre no cotidiano da favela/periferia.

A segunda pergunta, “por que pixar?”, vai além da perspectiva do indivíduo que realiza uma prática e parte para uma perspectiva desse indivíduo dentro de um contexto específico, tanto geracional, quanto socio-espacial. Essa pergunta tem por objetivo identificar na fala dos depoentes como o pixo, enquanto atividade política e cultural se constitui em um elemento de construção de identidades coletivas do excluído/favelado.

Três (3/5) dos entrevistados indicaram o sentimento de exclusão e invisibilidade como motivação principal para a pixação proveniente da favela/periferia. Nas palavras do Pixador , o jovem da favela faz pixo/graffiti como “uma forma de a galera da periferia se colocar na cidade, porque o pessoal era excluído, era invisibilizado, [...] de dizer “sim, eu existo, eu estou aqui””. Em outros termos, porém, com a mesma ideia, o Pixador 3 afirma que “é exatamente a falta de voz” naquele cenário, um meio “de mostrar as indignações, mostrar insatisfação com alguma coisa ou até mesmo mostrar que tá ali”. No mesmo sentido, o Pixador 4 alude que “o Estado não existe ali, só ‘tá para oprimir, aí o pixo é para ser ouvido ‘olha, eu tô aqui, eu existo, eu tenho nome”.

Percebe-se pelas assertivas que, muito mais do que arte, para os pixadores marginais, o muro é um espaço para expressar descontentamento, insatisfação. Grande parte deles tem consciência da falta de oportunidades, de lazer, de cultura e encontra tudo isso que falta na favela na subversão da ordem, se libertando através da arte, se afirmando na cidade.

Outro entrevistado mencionou que “nenhuma dessas pessoas que pintou ali naquele muro tem oportunidade de estar morando dentro dessa casa, então, é uma maneira de estar inserido naquele espaço” (Pixador 2).

É clara a consciência de exclusão dentro da fala dos pixadores. À exemplo do depoimento (17 min) extraído do Documentário *PixoAção 2*, os jovens pixadores da periferia tem essa percepção de desigualdade quando se referem aos estabelecidos como aqueles que “tem outras escolhas, tem as baladas, tem o lazer, tem os estudos”, enquanto aqueles, ali, naquele ambiente de segregação, são “os rejeitados, os excluídos”.

Mais uma vez, o discurso opressor da classe dominante é internalizado e produz essa sensação de isolamento, somada ao sentimento de ausência do Estado protetor. E o pixo/graffiti é a linguagem utilizada para trazer à tona essas inquietações na forma de arte-protesto, como manifestação de jovens que buscam alternativas de inclusão, com valores comuns, porém com normas e procedimentos diferentes dos demais, na luta pelo reconhecimento (FEFFERMANN, 2006).

O Pixador 5 aduziu como causa o fato de que “o pixo cria uma forma de ascensão social interna, ele tem suas regras, e conforme você vai se destacando no pixo, tem a possibilidade de ascender socialmente, pelo menos dentro daquele meio”. Nota-se

que o pixo cria uma situação de ascensão social, cria status para aquele jovem no seu meio social. Isso significa que ele pode agora se afirmar perante seus amigos, colegas e até mesmo se afirmar em relação às garotas, pois pertencer a esse movimento, o pixo/graffiti, possibilita que este jovem seja visto como um “homem”, em relação aos seus, ao mesmo tempo em que também pertence ao grupo dos ditos pixadores/grafiteiros, e é reconhecido como tal, pelos seus pares. Com estas palavras, fica ainda mais claro que a intenção do pixador é a afirmação dele mesmo perante o mundo.

Além disso, a periferia tem seus mecanismos de ascensão e interação que, na maioria das vezes, independem do poder aquisitivo. O jovem da favela quer ter status, assim como o jovem das classes hegemônicas, e para tanto, utiliza dos meios que lhes são mais acessíveis. O pixo é uma forma de ser reconhecido entre “os seus” que não demanda muitos recursos financeiros, mas muito mais a disposição, a coragem, a vontade. Em oposição à fragmentação das metrópoles, as redes criadas entre pixadores das mais variadas comunidades podem ser traduzidas como elemento de interação nos grupos, subvertendo a segregação sócio-espacial (PEREIRA, 2010).

Portanto o movimento pixo/graffiti é identificado como uma forma de sociabilidade, pois os jovens que participam dele, inicialmente, pertencem ao mesmo grupo socioeconômico, ou seja, já começam se identificando nesse momento. Também há a percepção de possuírem as mesmas finalidades, que podem ser elencadas como: 1- questionar a hegemonia de alguns outros grupos sociais - reivindicando espaços através da própria pixação; 2- mostrar descontentamento com a marginalização criada pelos grupos hegemônicos; 3- reforçar a sua existência para a sociedade, deixando o plano da invisibilidade social (processo

de formação de identidade social) - ao mesmo tempo em que também reforça a sua existência perante o seu grupo de pixo/graffiti (processo de identidade individual).

Por isso, é perceptível que o pixo é uma forma de comunicação e também contracultura. Quer dizer, uma mobilização e contestação social, evidenciada por uma postura radical, que vai de encontro às culturas de poder e em direção às culturas de revolta, na qual o pixador é o agente transformador, responsável por acionar um processo revolucionário, que contesta um espaço urbano pertencente a um grupo hegemônico, não somente na estrutura socioeconômica, mas, principalmente, na interseção de novas formas de pensar frente às velhas ideologias (CAVANEVACCI, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade se constitui na relação de alteridade com os grupos sociais num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. A juventude, por seu turno, é um conjunto social derivado de uma fase da vida, revestida de transitoriedade, na qual o contexto social é um fator condicionante para a formação da identidade do sujeito.

Faz-se necessária a leitura do contexto socio-histórico, tendo em vista que há vários tipos de juventudes, diversos modos de ser jovem. Os jovens de classes sociais diferentes podem apresentar padrões de comportamentos diversos; primeiro, porque são diferentes enquanto sujeitos; segundo, porque as experiências vividas e percebidas em seus diferentes contextos – em decorrência de seus diferentes grupos – acabam condicionando grande parte de seus comportamentos.

No discurso opressor das classes dominantes/ hegemônicas (aqui entendidos como estabelecidos), a favela/periferia é tida como um bloco homogêneo, totalizante e ameaçador, marcando o imaginário com o binômio crime-favela. O jovem periférico acaba por internalizar essa autoimagem negativa ligada ao estigma do lugar e assume a postura de outsider, embora a produção cultural da favela demonstre alguma forma de emancipação.

O pixo/graffiti, como umas das tantas manifestações culturais advindas da favela/periferia e, ainda que essencialmente individual, é a afirmação do sujeito dentro da comunidade e também fora dela, nos muros da cidade. É uma forma de interação entre o jovem da favela e a sociedade, em um processo de luta por reconhecimento no grupo ao qual está inserido, ao mesmo tempo em que é um mecanismo contestatório que o jovem se utiliza para ganhar voz frente ao grupo hegemônico que o invisibiliza e exclui.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carla. As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia. *Educação e Pesquisa*. v.27 n.1 São Paulo jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 06 mai. 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. *Novos estudos – CEBRAP*, nº.94, São Paulo, Nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002> Acesso em: 22 mai. 2016.

CANEVACCI, Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Tradução Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

CONCEIÇÃO, Thayla Fernandes da; SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. Fazendo Arte na Rua: O movimento graffiti na Grande Vitória. *Revista de Estudos Criminais*, São Paulo, nº 15, out./ dez. 2013, p.143-168, 2013.

CORSARO, William A. *Sociologia da Infância*. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FEFFERMANN, Marisa. *Vidas Arriscadas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FLAUZINA, A. *Corpo negro estendido no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GROPPO, Luís Antônio. A condição juvenil e as revoleas dos subúrbios na França. In: SOUSA, Janice Tirelli Ponte de (coord.) *Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política*. V. 5, n. 8, abril de 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da Pós-Modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005. Disponível em: <http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/psicologia/a_Identidade_Cultural_Da_Pos_Modernidade.pdf> Acesso em: 17 mai. 2016.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 34ª ed. São Paulo: 2003.

LARRUSCAHIM, Paula Gil; SCHWEIZER, Paul. A criminalização da pixação como cultura popular na metrópole brasileira na virada para o século XXI. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/article/viewFile/650/200>> Acesso em: 22 mai. 2016.

LOPES, Adriana Carvalho. A favela tem nome próprio: a (re)significação do local na linguagem do funk carioca. *Rev. bras. linguist. apl.* vol.9 no.2. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982009000200002&lng=pt&nrm=iso><<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v9n2/02.pdf>> Acesso em: 03 mai 2016.

MANNHEIM, K. *Funções das gerações novas*. In: FORACCHI, M. *Educação e sociedade*. São

Paulo: Ed. Nacional, 1970.

MARQUES, M. O. da S. *Escola noturna e jovens*. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6. Número especial. 1997.

MATTESON, D. R. (1972). Exploration and commitment: sex differences and methodological problems in the use of identity status categories. *Journal of Youth and Adolescence*, 6, 353-374.

NUNES, Antonio Carlos da Costa. *Juventude e Cidadania: um estudo sobre jovens do Movimento Funk na Comunidade Beira Linha, em Belo Horizonte*. In: XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2007, Rio de Janeiro. *Diálogos em psicologia social: epistemológicos, metodológicos, éticos, políticos, estéticos*. políticas públicas. UERJ, 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_252.pdf> Acesso em: 07 mai. 2016.

OLIVEIRA, J. S. de; MACIER, M. H. *A palavra é: favela*. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. *Um século de Favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PERALVA, A. *Violência e democracia: O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo*. *Lua Nova*, São Paulo, nº 79, 2010. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100007> Acesso em: 22 mai. 2016.

PIXO. Direção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. Produção: Luiz Fernando Souza e Silva. Direção de Fotografia: João Wainer. Produção Executiva: Roberto T. Oliveira. Direção de Arte: Alexandre Orion. Direção Musical: ice Blue e Tejo Damasceno (Instituto). São Paulo: DJAN IVSON, 2009. (61min).

PIXOAÇÃO 2. Direção: Bruno de Jesus Rodrigues. Montagem e Roteiro: William Sernagiotto. Fotografia Still: Fábio Vieira. Imagens Adicionais: Beatriz Macruz e Leandro Mantovani. Finalização: Eugen Pfister. Abertura e Letreiros: Rafael Pfister. São Paulo: AxBxC, 2014. (20min)

SPOSITO, M. P. *A instituição escolar e a violência*. *Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, São Paulo, n.104, 1998.

TIBURI, Márcia. *Direito visual à cidade: A Estética da PiXação e o caso de São Paulo*. São Paulo: Bragantini. 2011. Disponível em: < http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN6_marcia.pdf> Acesso em: 22 mai. 2016

ZACARÉS, J. J. (1997, maio). El desarrollo de la identidad adolescente desde el paradigma de los status de identidad del ego: cuestiones críticas. *Comunicação apresentada no VI Congreso de la Infancia y de la Adolescencia*, Oviedo, Espanha.

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevistas

1. O que é pixo para você?

A pergunta foi realizada com intuito de compreender a perspectiva do entrevistado sobre o tema abordado. O questionamento se mostrou pertinente tendo em vista que a ótica do sujeito, enquanto ator social, traz um suporte mais consistente para a pesquisa ora enfrentada. Essa é a análise que parte do indivíduo sobre as ações que pratica, sobre suas ideologias, sobre o que faz com que ele tenha interesse em participar desse movimento.

2. Por que a juventude da favela/periferia faz o pixo/graffiti?

Tal questionamento vai além da perspectiva do indivíduo que realiza uma prática e parte para uma perspectiva desse indivíduo dentro de um contexto específico, tanto geracional, quanto socio-espacial. Essa pergunta tem por objetivo identificar na fala dos depoentes como o pixo, enquanto atividade política e cultural, se constitui num elemento de construção de identidades coletivas do excluído/favelado.

APÊNDICE 2



Figura 1: Tag da pixadora Kika, que foi entrevistada para o presente artigo.

Fonte: CarvalhoKika



Figura 2: Pixo em muro de Vitória – ES, Kika com o Coletivo DasMina, em 2012.

Fonte: CarvalhoKia

RÁDIO COMUNITÁRIA NOVOS RUMOS: APROXIMAÇÕES E RESSONÂNCIAS COM OS MOVIMENTOS HISTÓRICOS DAS RÁDIOS LIVRES COMMUNITY RADIO NOVOS RUMOS: APPROACHES AND RESONANCES WITH THE HISTORICAL MOVEMENTS OF FREE RADIOS

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti

Doutorando em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ.marcus_nathan1203@hotmail.com

Eliane Cristina Tenório Cavalcanti

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO. eliane.cavalcanti@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve análise histórica acerca do surgimento da Rádio Nova Rumos, considerada como a primeira experiência formal de rádio comunitária do país. Para isso, optou-se por fazer um estudo no sentido de situar historicamente esse processo a partir da eclosão do movimento de radiodifusão livre italiano iniciado pela Rádio Alice. O artigo inicia-se propondo fazer uma análise sobre as aproximações e os distanciamentos conceituais entre rádios livres e rádios comunitárias. A seguir, será feito um breve relato sobre o surgimento da rádio Alice e das rádios livres no país, destacando também a grande influência e participação que o filósofo e militante Félix Guattari teve em suas visitas ao Brasil na divulgação dessas emissoras. Finaliza-se o artigo com uma abordagem do papel da Rádio Novo Rumos, localizada no município de Queimados desde 1991, na Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Rádio Novos Rumos. Rádio Alice. Rádios Livres e Comunitárias.

Abstract

This article aims to make a brief historical analysis of the emergence of Radio New Directions, considered the first formal experience of community radio in the country. For this, it was decided to make a study to historically situate this process from the outbreak of the Italian broadcasting free movement initiated by Radio Alice. The article begins proposing to do an analysis of the approaches and conceptual distances between free radio and community radio stations. The following will be a brief account of the rise of Alice radio and free radio stations in the country, also addressing the great influence that the philosopher and activist Felix Guattari had in his visits to Brazil in the dissemination of free radio. Ends up the article with an approach to the role of Radio New Directions, in the municipality of Queimados since 1991, in the Baixada Fluminense.

Keywords: Radio New Directions. Radio Alice. Free and Community Radio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo traçar uma breve abordagem acerca do papel da Rádio Comunitária Novos Rumos (FM 101,7), localizada no município de Queimados desde 1991, na Baixada Fluminense, considerada como a primeira experiência formal de rádio comunitária do país.

Para isso, optou-se por fazer um estudo no sentido de situar historicamente esse processo a partir da eclosão do movimento de radiodifusão livre italiano, em especial da Rádio Alice de Bolonha – Itália. Na primeira parte do texto, será feita uma abordagem conceitual ressaltando as diferenças existentes entre rádio livre e rádio comunitária, às suas atribuições e legislação enquanto meios de comunicação diferenciados. A seguir será apresentado um breve relato histórico sobre o surgimento da rádio Alice, considerada a precursora do movimento livre de radiodifusão. Em seqüência, pontuam-se algumas experiências e processos históricos que deram origem as rádios livres no país, abordando também a grande influência e importância que o filósofo e militante Félix Guattari teve em suas visitas ao Brasil na divulgação dessas emissoras. Por fim, será feita uma breve análise histórica sobre a Rádio Comunitária Novos Rumos. Essa rádio contribuiu com o seu pioneirismo através de suas lutas pela democratização da comunicação para que o movimento das rádios comunitárias se tornasse expressivo em todo o país, tornando-se uma referência histórica.

FRONTEIRAS CONCEITUAIS – RÁDIOS LIVRES E COMUNITÁRIAS

De acordo com Peruzzo (2006, p. 32), “a fronteira conceitual que se estabelece entre rádios livres e comunitárias é de origem recente”. Para uma melhor compreensão dessa diferença, faz-se necessário esclarecer as aproximações e distanciamentos

conceituais entre rádios livres e rádios comunitárias.

As rádios livres segundo Machado, Magri e Masagrão (1997) são emissoras que possuem semelhança com o modelo comunitário, diferenciando-se apenas por não possuírem autorização para funcionamento. Essas rádios carregam em seu bojo um caráter comunitarista, os quais os setores mais tradicionais cognominam como “piratas” ou “clandestinas”. Por não objetivarem lucro e por não esconderem seus endereços e nem suas frequências, essas rádios não se consideram piratas e nem clandestinas.

Fazer rádio livre significa reinventar o sistema das mídias, desconstruindo a pragmática que nos é imposta de cima, com base na concepção tecnológica. Ao mesmo tempo, reintegrá-lo de maneira sadia na vida da comunidade, para que ele seja instrumento da criatividade coletiva e não a prisão do imaginário (MACHADO, MAGRI, MASAGRÃO, 1997, p.33).

Os autores ainda afirmam que a maioria das rádios livres comunitárias está ou esteve funcionando em situação de ilegalidade em consequência da morosidade e burocracia na esfera do governo federal para liberação de concessões.

Em relação às rádios comunitárias, Peruzzo (1998, p. 253) destaca que elas “seriam aquelas que, tendo como principal finalidade servir à comunidade, podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania”. Assim, essas rádios tendem a ser participativas, ou seja, asseguram canais efetivos de participação ativa dos cidadãos não apenas no microfone, mas também na produção, planejamento, divulgação de seus próprios programas e assim por diante. Uma rádio comunitária deve ser canal para o exercício da liberdade de expressão da população

local, deve também favorecer o trabalho de informação, educação, desenvolver a cultura e mobilização social na direção da auto-emancipação cidadã. Caso contrário, a tendência é a reprodução dos estilos de programação das rádios comerciais, tanto pelo destaque no conteúdo musical condicionado pela indústria cultural, como no que se refere ao alinhamento político a indivíduos que ocupam lugar nas esferas legislativas e executivas – federal, estadual e municipal - em contrapartida a apoios financeiros.

De acordo com Peruzzo (2006), há atualmente poucas rádios comunitárias legalizadas no país. A Lei 9.612, aprovada em fevereiro de 1998, limita o alcance das emissoras a um quilômetro de raio e a potência dos transmissores a um máximo de 25 watts; sua antena transmissora está restrita a uma altura não maior que 30 metros; dispõe de uma única frequência no dial para as milhares de emissoras que fazem as suas transmissões; isto só é modificado quando a Anatel descobre algum impedimento local; proíbe a captação de recursos de publicidade para a manutenção da emissora; proíbe a formação de rede entre as emissoras, exceto em caso de calamidade pública; e não garante às emissoras comunitárias proteção contra as interferências de emissoras comerciais e serviços de telecomunicação. Ressalte-se também que o processo de concessão às rádios é lento e burocrático, de forma que há alguns meios que funcionam de maneira ilegal. Estes limites são amplamente criticados como impeditivos de uma verdadeira opção que conduza a democratização da comunicação popular. Contudo, apesar de todos estes limites, a procura pela licença para transmissão comunitária é grande.

Apesar de todos os empecilhos estabelecidos pelas leis e pela burocracia, é importante destacar que a prática tem demonstrado

que pequenas emissoras comunitárias tem alcançado índices altos de audiência e de aceitação pelas comunidades locais. Tal aceitação se deve ao fato das rádios comunitárias possibilitarem o acesso da comunidade ao rádio, para que o veículo seja um instrumento - meio, e não fim - de mobilização e conquistas populares (PERUZZO, 2006).

Rádio Alice - A origem do movimento

Segundo Machado, Magri e Masagrão (1997), as primeiras rádios livres surgem na Itália em 1975. O principal objetivo era suprimir a centralização do setor de telecomunicações nas mãos do Estado Italiano. Mantendo-se em um estado autoritário as rádios livres encorajavam as pessoas a passar da posição de meros ouvintes para a posição de sujeitos participantes de seus discursos. Havia a idéia de que a comunidade necessitaria colocar no ar as suas sugestões, sem ter que obrigatoriamente pedir qualquer tipo de autorização ao Estado.

As rádios livres representam, antes de qualquer outra coisa, uma utopia concreta, suscetível de ajudar os movimentos de emancipação desses países a se reinventarem. Trata-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1997, p.10)

O movimento das rádios livres italianas pretendeu dar espaço para que todos aqueles que não tinham acesso aos meios de comunicação de massa pudessem se expressar. A intenção era fazer com que o rádio se tornasse um canal democrático de comunicação, através do qual se realizasse um processo dialógico, numa tentativa

de aproximação e interação mais profunda com o receptor, que nesse sentido passaria de uma condição passiva para uma posição ativa em relação à troca de informações (PERUZZO, 2006).

Machado, Magri e Masagrão (1997) contextualizando aquele momento, esclarecem que desde o princípio, a radiodifusão livre se agregou em dois pólos. O primeiro polo era daquelas que somente visavam interesses comerciais como a exploração da publicidade e a utilização do rádio para ganhos lucrativos, como já se fazia nos Estados Unidos. Na Itália, a rádio Milano Internazionale seguia esse viés comercial. Em contrapartida, havia um segundo polo que era o das rádios livres, que ao enfrentarem o monopólio dos grandes meios de comunicação acabaram criando um território para uma experiência completamente nova. A busca era por uma autêntica gestão alternativa da comunicação que pudesse conduzir ao exercício direto da democracia, por intermédio de conexões com movimentos sociais contestatórios.

A grande inovação das rádios italianas consistia em possibilitar que o público se mantivesse informado sobre os acontecimentos relativos aos movimentos operários, manifestações estudantis e mobilizações de coletivos de resistência ao Estado. O modelo autogestionário era utilizado por todas as rádios italianas que recebiam auxílio financeiro de colaboradores e simpatizantes. A resposta que o Estado dava às rádios ilegais também era diferenciada. Havia um clima de aceitação em relação às emissoras comerciais, enquanto que aquelas que se opunham ao modelo político eram reprimidas em seus diversos movimentos reivindicatórios (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO 1997).

No ápice de repressão às rádios livres “atravessadas” no movimento social, a empresa de navegação aérea Alitalia introduziu uma

polêmica ridícula, baseada no argumento de que as emissões clandestinas estavam provocando interferências nos aparelhos de comunicações de bordo, durante a operação de aterrissagem. Essa polêmica logo foi engrossada pelas forças conservadoras do país, que começaram a presagiar as rádios livres entrando nas faixas da polícia, das ambulâncias, dos bombeiros e provocando uma catástrofe urbana. O pânico era artificialmente produzido para manipular a opinião pública, pois jamais aconteceu acidente algum devido a emissões radiofônicas (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1997, p.65).

Guattari (1986) demonstra grande entusiasmo ao se reportar ao movimento italiano inclusive indicando a sua grande importância para o nascimento das rádios livres em outros países.

No início era apenas uma minoria: o pessoal das rádios livres era um bando de loucos, um pouco como Dom Quixote atacando o grande monopólio. Era espantoso. É como se as pessoas aqui resolvessem agora ir atacar um quartel. Rapidamente, o fenômeno ganhou uma força incrível, produzindo um impacto sobre a grande mídia, como se esse ato de ilegalidade tivesse criado uma rachadura no edifício do monopólio. Parece que, de repente, implantou-se uma dúvida sobre a legitimidade desse monopólio (GUATTARI, 1986, p. 105).

Guattari (1986, p. 105) se refere que esse acontecimento que era dado inicialmente como irrelevante

Fez florescer toda uma seqüência de contradições entre o aparelho esclerosado das rádios estatais e as outras rádios; e, por outro lado, no nível que eu classificaria como molecular, entre um modelo de escuta previsível e essa coisa que se começava a ouvir e que era mutante.

No início dos anos 70, na Itália, os meios

de comunicação encontravam-se sob forte intervenção do Estado que tinha como figura principal a RAI - Radio-Audizione Italiana. Tal rádio era vinculada a movimento Democrático Cristão que intervinha politicamente ao lado do Partido Comunista Italiano - PCI que governava o país.

Em Bolonha, no começo, não éramos mais do que uma centena, estávamos um pouco num círculo vicioso e a Rádio Alice veio catalisar um processo, alguma coisa - que não é um traço comum, mas como dizê-lo de outra forma, sim, um processo atravessou as diversas autonomias - secundaristas, feministas, homossexuais, trabalhadores emigrantes do sul (GUATTARI, 1986, p. 108).

Havia uma grande disputa acerca da privatização dos meios de comunicação, isso provocou uma intensa disputa pela democratização da TV a Cabo que acabou por levar a população italiana a reivindicar a descentralização da RAI. A exigência era de que o controle fosse feito por meio de uma comissão parlamentar de fiscalização. Em julho de 1974 é prolatada a decisão que considerou anticonstitucional a gestão antipluralista da informação estatal. Esse evento serve como motivação para que as rádios livres iniciem sua luta por um lugar no dial da FM italiana (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1997).

Ainda segundo Machado, Magri e Masagrão (1997), para que se possa compreender o movimento das rádios livres italianas é necessário que se conheça a história da Rádio Alice. Provavelmente Alice foi a mais conhecida emissora de todo o movimento. Ao mesmo tempo em que conseguiu produzir uma nova linguagem no rádio, também foi uma das que mais conquistou popularidade e participação dos ouvintes, na época em que esteve no ar, de janeiro de 1976 até o mês de março de 1977, na cida-

de de Bolonha.

O movimento Alice agencia vozes, práticas, subjetividades. Contesta todas as separações hierarquizantes, a ponto de praticar uma economia própria: repudia o trabalho disciplinado, incentiva o absenteísmo, põe em cena a auto-redução da exploração capitalista (troca etiquetas de preços e/ou roubo de produtos no comércio). Sendo Bolonha uma cidade tradicionalmente comunista, seu prefeito não admite perder o controle de tão preciosa infra-estrutura: acusa os alicianos de conspiradores e manda invadir a cidade com carros blindados. Alice responde em rede: Conspirar quer dizer respirar junto, e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar (GUATTARI, 1981, p. 59).

Só é possível compreender a aventura da Rádio Alice a partir do instante em que se analisa a realidade italiana após 1968, momento em que todas as reivindicações estudantis e operárias se converteram, nos anos 70, em diversos segmentos específicos de lutas. Essas lutas eram chamadas autonomias. Deste modo, há um núcleo que luta por melhores condições de vida no bairro, outro do qual o interesse é a juventude, outro formado somente por mulheres, outro que cuida do meio ambiente, segmentos de artistas, de minorias sexuais, raciais etc. (SOUZA, 1997).

Alice transmitia a partir da cidade de Bolonha. A rádio havia sido criada por intelectuais que faziam parte do chamado Colletivo A/Traverso. O nome da rádio evocava um imaginário onde predominava o contrassenso, o paradoxo, o antagonismo, numa clara alusão à obra de Lewis Carroll. Assim, Alice dava início as suas transmissões.

Rádio Alice emite: música, notícias, jardins em flor, conversas que não vêm ao caso, inventos, descobrimentos, receitas, horóscopos, filtros mágicos, amor, partes de guerra, fotografias, mensagens, massagens e

mentiras (ECO, 1981, p.223).

Segundo Carrieri (1987), a rádio iniciava sua programação evocando Mandrake – famoso herói das histórias em quadrinhos. Outras figuras eram também citadas, como é o caso do dramaturgo e poeta Antonin Artaud e também do escritor francês Donatien Alphonse François de Sade – conhecido como Marques de Sade, ambos franceses. Ao longo de suas transmissões a rádio tocava de Rolling Stones a Bethoven, declamavam poesias, faziam-se provocações políticas, grupos artísticos e estudantis eram convidados para entrevistas. Havia também um herói de nome Guattareuze, nome esse que resulta da mistura dos nomes dos filósofos franceses Félix Guattari e Gilles Deleuze. O ouvinte era provocado ininterruptamente: “Alice transmite de tudo aquilo que você queria e aquilo que você não queria ouvir, aquilo que você pensou e aquilo que você pensou em pensar, especialmente se você vier até aqui dizê-lo” (GUATARRI; ROLNIK, 1986, p.40).

Por causa disso, a emissora passou a ter uma série de problemas. O prefeito de Bolonha pertencente ao partido comunista passou a perseguir a rádio de forma implacável, inclusive fechando-a e prendendo vários de seus componentes. O fim da rádio ocorreu devido aos inúmeros conflitos que ocorreram nas ruas da cidade em 1977. A perseguição também ocorreu porque a rádio Alice passou a transmitir os conflitos de maneira instantânea, ou seja, no mesmo instante em que ocorriam. Os ouvintes da rádio faziam intervenções pelos telefones avisando sobre os conflitos entre os estudantes e os policiais. Não só informavam, mas também diziam onde ocorriam os enfrentamentos. Alice transmitia os conflitos e também estimulava os moradores a resistir a repressão. O prefeito insatisfeito condenou tais intervenções classificando-

-as como verdadeiras ameaças ao Estado e a ordem pública, determinando assim, o imediato fechamento da rádio. O encerramento da rádio foi transmitido até o último instante, quando a polícia invadiu a emissora e pos fim as suas atividades (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1997).

O prefeito de Bolonha acusou também a rádio Alice de ser filiada as Brigadas Vermelhas. Um integrante da Rádio Europe – privada italiana – chamado Dario Monferini disse que a rádio Alice foi a emissora dos movimentos sociais de resistência que buscavam contestar o poder do Estado e dos grandes monopólios de comunicação. Ela foi a pioneira nesse modelo, ao dar voz a esses movimentos. É provável que todas as acusações que pesaram contra a rádio, principalmente de envolvimento com as das Brigadas Vermelhas, tenha sido apenas pretexto para passar uma imagem que havia uma conspiração para tirar o governo democrático.

O poder de Estado considerou intolerável a intervenção da Rádio Alice nos acontecimentos e, no dia 12 de março, por ordem expressa do prefeito Zangheri, a emissora foi invadida por tropas policiais e os seus articuladores, presos e processados. A invasão foi reportada ao vivo até o último momento. Silenciada, Alice se transformou em um mito, e o seu exemplo fez florescer outras incontáveis alices dentro e fora da Itália (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1997, p. 70).

A ORIGEM DAS RÁDIOS LIVRES NO BRASIL

De acordo com Peruzzo (1998), o surgimento das rádios livres no cenário brasileiro, assim como no movimento italiano, foi marcado essencialmente pela adoção da alternatividade em contraponto à organização unilateral emissor-receptor dos meios de comunicação de massa da in-

dústria cultural. O surgimento das rádios livres também representou uma forma de protesto, de luta contra-hegemônica e de resistência aos veículos de comunicação de massa. Mesmo que algumas rádios livres possam ter sido decorrência de aventuras sem maiores pretensões políticas, são, no conjunto, um protesto contra a forma de acesso aos instrumentos massivos e uma tentativa de conquistar a liberdade de expressão.

Nesse sentido, ocorre uma mudança significativa na relação entre os indivíduos e os meios de comunicação, já que as rádios livres são um meio de comunicação de via de mão dupla, pois não há a presença somente de um modelo de comunicação unidirecional.

As rádios livres no Brasil possuem alguns momentos distintos em sua história. O primeiro momento das rádios livres brasileiras é composto de dois acontecimentos singulares. Em ambos os casos, as pessoas transmitiram apenas pelo prazer de fazer rádio, sem nenhum tipo de intenção política (PERUZZO, 1998).

De acordo com Meliani (1989), no primeiro caso, o publicitário Rodolfo Artensen, com a ajuda de um amigo, colocou no ar, em 1931, no Estado do Rio Grande de São Pedro a primeira emissora de rádio da cidade. Essa iniciativa foi tão bem aceita que posteriormente essa rádio foi oficializada e passou a ser a Rádio Sociedade do Rio Grande do Sul.

Ainda segundo Meliani (1989), a outra ocorrência foi em Vitória em 1971 quando o país ainda estava sob a ditadura militar. Nessa ocasião, um adolescente de 16 anos chamado Eduardo Luiz Ferreira Silva desmontou um aparelho de rádio e em seguida conseguiu remontá-lo em forma de transmissor. Esse fato foi suficiente para que surgisse a Rádio Paranóica. Eduardo e

seu irmão menor acabaram pondo a rádio no ar e suas emissões passaram a atingir várias localidades. Os dois haviam instalado o transmissor no banheiro do bar do pai, que não sabia da existência da rádio. A emissora chegou a atingir 300 watts, passando a cobrir toda a cidade, inclusive concorrendo com duas emissoras oficiais de Vitória. A Paranóica acabou tornando-se famosa e em consequência disso, os dois irmãos foram denunciados e acusados de subversão quando a rádio completava apenas seis dias de emissão. De acordo com Sousa (1997, p. 37) “Eduardo teve a casa toda vasculhada e quebrada, e o bar foi destruído. Ele foi preso junto com seu pai, mas foi logo liberado. Seu pai, semi-analfabeto, só conseguiu ser solto depois de três dias”.

Logo a seguir, surge o movimento das rádios livres de Sorocaba – SP que foi aos poucos chamando a atenção na cidade ao longo da primeira metade dos anos 80, mais como diversão do que como um movimento nascido de causas político-contestatórias. Por ser um local de grande expansão industrial, há uma intensa proliferação de técnicos em eletrônica na cidade de Sorocaba. São em sua maioria jovens de baixa renda que não tem condições financeiras para se divertirem. Isso, então, passa a ser um motivo considerável para que esses jovens se tornem amantes das rádios livres. Assim, a propagação dessas emissoras em Sorocaba passa a chamar a atenção de outros jovens estimulando-os para a prática da radiodifusão livre. Muitos adolescentes, cansados de ouvir os conteúdos das FMs comerciais, descobrem que podem fazer suas próprias rádios com a ajuda dos componentes eletrônicos certos (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1987).

A primeira rádio livre de Sorocaba, cujas transmissões abrangiam somente um quarteirão, chamou-se Spectro e foi ao ar

em 1976 - seis anos antes da expansão das rádios livres em Sorocaba - pelas mãos de um adolescente de 14 anos. O mesmo garoto construiu outro transmissor, em 1980, que dessa vez atingiu 10 km. A partir do final de 1981, Sorocaba dispunha de mais seis rádios junto com a Spectro. São elas as rádios, Alfa 1, Estrôncio 90, Colúmbia, Fênix, Star e Centauros, esta última troca o nome para Voyage e junta-se a Spectro, dessa união surge então a Spectro Voyage Clandestina – SVC. Em 1982, havia oficialmente, 43 emissoras transmitindo, mas há informações de que existiam mais de 100 rádios em funcionamento na época (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1987).

O movimento das rádios livres de Sorocaba acabou incentivando o surgimento de outras experiências. É na cidade de São Paulo que surge a mais conhecida de todas as rádios livres brasileiras da década de oitenta: a Rádio Xilik, que passa a transmitir pela primeira vez em julho de 1985.

Radio Xilik. Radio Livre urgente, em 106.4 MHz, aberta a todos, exceto a gerais ativos e passivos, senhoras de Santana, falsários, mães que dizem sempre mentirinhas, falocratas, crianças que falam sempre a verdade, demagogos e juizes evangélicos (NUNES, 1995, p.52).

A rádio Xilik foi organizada por um grupo de estudantes da PUC-SP. Essa emissora apresentava uma proposta de rádio livre incentivada por movimentos que objetivavam a democratização dos meios de comunicação. A Xilik era uma rádio politizada, esse era o aspecto que mais a diferenciava dos movimentos das rádios livres de Sorocaba. A emissora propunha que qualquer um podia ter sua própria rádio, mas também defendia que esse meio de comunicação deveria ser prioritariamente utilizado por movimentos sociais. É possível verificar a influência das rádios livres italianas

através da ideologia disseminada pela Xilik (NUNES, 1995).

A influência das rádios italianas foi tão importante para os militantes da Xilik que ainda nos anos 80 uma das principais figuras do movimento das rádios livres italianas, o filósofo e militante francês Felix Guattari, foi convidado para vir ao país com a finalidade de realizar palestras a respeito do assunto. O filósofo e psicanalista fez as reuniões na própria Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), local de nascimento da Xilik. O próprio Guattari afirmou que a intenção de sua vinda ao país foi no sentido de verificar a profunda influência do movimento italiano nas rádios livres no Brasil. Ainda anos 80, o intelectual retorna ao país para se reunir com cerca de seiscentas pessoas interessadas em conhecer as suas experiências sobre o assunto. As exposições do filósofo foram tão empolgantes que muitos que as assistiram tomaram a iniciativa de criar a sua própria rádio livre (MELIANI, 2003).

De acordo com Nunes (1995), a Xilik durante seu funcionamento, propunha a prática da desobediência civil a uma camada da população considerada formadora de opinião, sempre no sentido de resistir às iniciativas de legalização, que concebe a reprodução do controle sobre a comunicação. Os componentes defendiam a impossibilidade de capturar e normatizar o desejo das pessoas e explicavam que a tarefa de uma rádio livre consistia em criar formas de resistir e atravessar a comunicação oficial. Para eles, essa era a verdadeira função de uma emissora democrática. A Xilik participou de inúmeras campanhas como a do Plano Cruzado, onde incentivou a população a remarcar os preços nos supermercados.

Já que eles remarcam tudo, peguem os selos mais baratos e coloquem nos produtos mais caros; plantar maconha em casa,

quando ainda não se falava na discriminação do uso da erva; entrar pela porta de trás do ônibus, afinal o ônibus é uma obrigação do Estado e um direito do cidadão (MELIANI, 1989, p.78).

A emissora sai do ar em 1986. Seus componentes permanecem trabalhando e defendendo os ideais das rádios livres fazendo palestras e publicando artigos. O livro “Rádios Livres, a reforma agrária no ar” introduziu no Brasil a questão da democratização dos meios de comunicação. Nessa época havia mais de 50 rádios em funcionamento, todas elas incentivadas pela Xilik. Como consequência, houve o surgimento de muitas rádios livres em diversas localidades distantes das grandes metrópoles urbanas como, por exemplo: favelas, periferias, comunidade. O surgimento dessas rádios é na maior parte das vezes motivado pela emergência de movimentos sociais, sempre de caráter minoritário. Por estarem vinculadas a esses grupos, é importante frisar que todas elas estão em busca de autonomia e novas formas de experimentação. O movimento das rádios paulistas foi tão representativo que atravessou o estado e chegou ao Rio de Janeiro em 1986 e dali espalhou-se para todo o Brasil. (NUNES, 1995, p.57).

Rádio Novos Rumos na Baixada Fluminense – A primeira rádio comunitária do país

Após terem sido apresentados os conceitos relacionados às rádios livres e comunitárias, às suas atribuições e legislação enquanto meios de comunicação diferenciados seguido de um breve relato do surgimento da rádio Alice e das rádios livres no país, achou-se por bem também contar a história da primeira rádio comunitária do Brasil, a Rádio Novos Rumos.

Peruzzo (2005) afirma que a importância

de se destacar a Rádio Novos Rumos está no fato de ela ser considerada a primeira rádio comunitária do país. A rádio está localizada no município de Queimados – RJ, desde fevereiro de 1991. Sua administração é feita pela Rádio Clube de Queimados, organização essa fundada em 13 de abril do mesmo ano e que não possui fins lucrativos. Operando sob a frequência 101,7 – FM, ela abrange 90% dos municípios de Japeri e Nova Iguaçu, num raio de cinco quilômetros. A rádio é amparada pela lei municipal 173/95 de 22 de maio do ano de 1995.

O site oficial da Rádio Novos Rumos, destaca a importância da rádio:

Muitas outras experiências populares em rádio foram realizadas antes da Novos Rumos, mas ela é de fato a primeira radiodifusora do país a ser administrada diretamente pela comunidade, com regras democráticas estabelecidas em seus estatutos, e a primeira a abrir espaço em sua programação para qualquer pessoa da comunidade, independentemente de qualquer condição política, filosófica, religiosa ou social.

Sebastião Santos, um dos fundadores da rádio, em palestra na Faculdade de Comunicação da UFJF, no ano de 1998, contou que o segredo da Novos Rumos foi a busca pela aproximação com a comunidade de Queimados. Foram chamados todos os movimentos organizados da cidade para participarem do Conselho da rádio, o que possibilitou também uma programação bastante variada e democrática (AMERICANO, 1999).

Segundo Peruzzo (2005), o sucesso que a rádio alcançou desde o início de sua fundação e de transmissão, incomodou não só o governo local, mas também os proprietários de emissoras comerciais. Esses fatos acabaram resultando no fechamento

da rádio que aconteceu em maio de 1999. Menos de uma semana depois de sua inauguração no Ginásio do Queimados F.C. que contou com a presença de mais de duas mil pessoas, a emissora foi ocupada por fiscais do Dentel e agentes da Polícia Federal, que apreenderam todo o equipamento da rádio.

Surgida em dezembro de 1990 e inaugurada oficialmente em maio de 1991, em Queimados, município da Baixada Fluminense (RJ). A emissora com pouco tempo de funcionamento foi fechada por fiscais do Ministério das Comunicações e a Polícia Federal, sendo apreendidos o transmissor, a aparelhagem de áudio e discos (PERUZZO, 2005, p. 92).

Por meio de consulta ao site oficial da Rádio Nova Rumos, é possível constatar que a luta pela reabertura da rádio durou cerca de quatro anos. Foram inúmeras as mobilizações e manifestações da população de Queimados para que a rádio voltasse a funcionar. Após diversas disputas judiciais, a emissora finalmente recebe autorização para funcionar legalmente, como comenta seu presidente, Luiz Gonzaga (PERUZZO, 2005).

Uma semana depois de reinaugurada a rádio, em 22 de maio de 1995, foi promulgada a Lei Municipal nº 173/95, de autoria do Ver. José Carlos Nunes de Paula, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Queimados, reconhecendo o Radio Clube de Queimados como Entidade de Utilidade Pública. Em setembro 95, com apenas quatro meses no ar, uma pesquisa do IBOPE já apontava a Novos Rumos como a terceira mais ouvida na cidade, perdendo apenas para a Melodia FM e a Globo AM .

Entretanto, no dia 06 de maio de 1997, quando a rádio estava próxima a completar dois anos de transmissão, fiscais do Dentel – atualmente Anatel - juntamente

com agentes da Polícia Federal, interditaram a emissora. Posteriormente, por meio de uma intensa mobilização da população, foram recolhidas mais de cinco mil assinaturas em abaixo assinado, entre elas de entidades do próprio bairro, que resultou num documento que foi também assinado pelo prefeito e pelos vereadores.

De posse dessa documentação e com o apoio da AMARC, FNDC, Abraço e Ar Livre, fomos ao Delegado do Ministério das Comunicações no Rio de Janeiro comunicar que a comunidade não aceitava o fechamento da rádio e que, diante desse fato incontestável, nós a reabriríamos. E assim, num domingo, dia das mães, 11 de maio de 97, a Novos Rumos voltou ao ar .

Segundo Peruzzo, (2005), a rádio Novos Rumos funciona atualmente no horário das 6 às 24 horas todos os dias da semana. A pesquisa do IBOPE concluiu que ela detém 21% da audiência na localidade e que ela é a terceira emissora mais ouvida da região. O sucesso da Rádio Novos Rumos de Queimados decorre de sua gestão democrática, onde a comunidade colabora na construção da programação participando ativamente na organização do seu funcionamento. Peruzzo (idem) explica que a emissora possui um regimento que abre a possibilidade para que todo o cidadão tenha voz na programação. Há um quadro de catorze funcionários na rádio, além disso, ela também conta com a colaboração mensal de R\$2,00 (dois reais), por parte dos seus 781 de sócios. A sua principal fonte de receita são os comerciais e a prestação de serviços para terceiros. São realizadas assembleias semestrais com todos os seus associados com o objetivo de traçar metas e estratégias de atuação. Diariamente a emissora é dirigida por um conselho executivo que é composto por cinco membros. Há também um conselho de programação e de fundadores.

As marcas defendidas pela Rádio Novos Rumos – primeira rádio comunitária do país - são a pluralidade e a variedade.

Todas as religiões, todos os partidos políticos, todos os movimentos sociais, todos estão na rádio. O espaço está sempre aberto para debates, entrevistas e comentários. Todos da comunidade tem direito a vez e voz. Todos falam, desde as autoridades até o mais humilde cidadão ou cidadã .

Assim, segundo Peruzzo (2005), apesar da rádio Novos Rumos ter sido perseguida, fechada e ter tido sua história marcada por um histórico tumultuado, ela permanece protestando e convocando mudanças contra todos os entraves que a burocracia da legislação brasileira proporciona.

Mas, enquanto o Ministério das Comunicações for uma sucursal da ABERT não haverá paz para as rádios comunitárias. Somente um governo popular, comprometido com a democracia na comunicação por fim a essa perseguição insana às nossas emissoras comunitárias .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a partir do que foi exposto nesse estudo, que a trajetória da Rádio Comunitária Novos Rumos tem sido de fundamental importância para a expansão e a democratização da comunicação comunitária no Brasil.

O artigo, ao propor uma comparação da história da rádio Alice – precursora do movimento das emissoras livres na Itália - com as que surgiram no Brasil, preocupou-se em perceber também que, todas sofreram grande resistência por parte do Estado para se manterem ativas. A história do surgimento da Rádio Novos Rumos não foi muito diferente de tantas outras espalhadas por todo o Brasil, que nascem diariamente. As lutas pela comunicação comunitária prosseguem em todo país e possivelmente ainda haverá muitos outros embates. O rádio é sinônimo de perigo, uma vez que representa autonomia social e a tão sonhada liberdade de expressão.

Desse modo, as experiências das rádios livres e comunitárias no Brasil são merecedoras de especial atenção devido a sua luta em prol da democratização dos meios de comunicação. Contestam os monopólios e os oligopólios no setor de comunicação e a concentração de poder de informação na mão de grupos familiares e políticos, sendo sensíveis apenas à forte demanda social das comunidades em que se inserem. As rádios livres e comunitárias são meios de comunicação pelos quais os segmentos minoritários se expressam, elas são instrumentos para abertura de novos caminhos que tem por finalidade a produção de novas relações e transformações sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento - fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio: Zahar, 1985

AMERICANO, Álvaro. 87,9, A Universitária está no ar, Rio de Janeiro, 1999

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo de proximidade. Coimbra: Minerva, 2002.

COELHO, Teixeira. O que é indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ECO, Umberto. Una nueva era en la libertad de expresión. In: BASSETS, Lluís (ed.). De las ondas rojas a las radios libres. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1981.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere - Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUATARRI, Félix, ROLNIK, Suely. Sobre as rádios livres. In: Micropolítica – Cartografias do Desejo. São Paulo, Editora vozes, 1986.

_____. A trama da rede. In: Revolução molecular. São Paulo: Brasiliense, 1981

Hobsbawn, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO. Rádios livres - A reforma agrária no ar. Editora Brasiliense, São Paulo, 1997.

MELIANI, Marisa. Rádios livres: o outro lado da voz do Brasil. São Paulo, USP, 1989.

Ministério das Comunicações. O que é uma rádio comunitária. Brasília: Disponível em: <www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=7879>. Acesso em 15 de março de 2007.

MEZZADRA, Sandro Italy, Operaism and Post-Operaism In: International Encyclopedia of Revolution and Protest, ed. Immanuel Ness. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. Rádios Livres: O outro lado da voz do Brasil São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

ORTRIWANO, Gisela. A informação no rádio – os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1985

PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Comunicação Comunitária e educação para a cidadania. Disponível em: www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm. Acesso em: 21 de jan.2005.

_____. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano. Utopia brasileira. São Paulo: Editora UMEESP, 2006.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Rádio Comunitária, Educomunicação e

Desenvolvimento Local. In O retorno da comunidade: os novos caminhos do social, organizado por Raquel Paiva. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007

RÁDIO NOVOS RUMOS. Disponível em <www.vivafavela.com.br/radios/novosrumos> Acesso: abril de 2005.

SOUSA, Sandra Sueli Garcia de. Rádios Ilegais: da legitimidade à democratização das práticas. São Bernardo do Campo, 1997. Dissertação de Mestrado. Centro de Pós Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Bernardo do Campo - UMES

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: UM ESTUDO QUALITATIVO

UNIVERSITY EXTENSION IN HEALTH FORMATION: A QUALITATIVE STUDY

Marianne Oliveira Gonçalves

Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – IHAC/UFBA. marianne.ogs@gmail.com.

Sayuri Miranda de Andrade Kuratani

Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – IHAC/UFBA. sayurikuratani@gmail.com.

Edilene Eunice Cavalcante Maioli

Professora Adjunta do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Campus Anísio Teixeira – CAT. maioli123@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho objetiva estabelecer uma discussão crítica entre a extensão universitária e os dispositivos formativos contidos na Atividade Curricular em Comunidade (ACC), bem como identificar elementos que possam otimizar sua inserção nos currículos de graduação dos cursos de saúde. Tem-se por meta a identificação das principais contribuições formativas das ACC, principalmente no que diz respeito aos aspectos extensionistas tidos como habilidades e competências profissionais exigidas na área da saúde. Trata-se de um estudo transversal, de natureza qualitativa. Os dados foram coletados em duas fases: a primeira através de análise documental e a segunda, de entrevistas semiestruturadas. Serão apresentados nesse texto os resultados finais da pesquisa, analisando a percepção discente, que envolve concepções, motivações e importância curricular da extensão, e a percepção docente acerca da importância da extensão para a formação universitária.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Atividade Curricular em Comunidade. Currículo.

Abstract

This work aims to establish a critical discussion between university extension and training devices contained in the Curriculum Activity in the Community (ACC) as well as the identification of elements that can optimize their inclusion in undergraduate curricula of health courses. Its goal is to identify the main formative contributions of ACC, especially with regard to the extension aspects taken as professional skills and competencies required in health. This is a cross-sectional study of a qualitative nature. Data were collected in two phases: the first document analysis and the second through semi-structured interviews subsequently treated by content analysis. Will be presented in this text the final results of the research, analyzing student perception, which involves the conceptions, motivations and curricular importance of extension, and teacher awareness about the importance of extension to university education.

Keywords: University Extension. Curricular Activity in the Community. Curriculum.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um produto da pesquisa “Importância da Atividade Curricular em Comunidade (ACC) na formação universitária e suas ressonâncias na profissionalidade de graduandos na área da Saúde”, que tentou investigar a ACC e suas contribuições formativas para os estudantes, a fim de desvelar suas ressonâncias sociais e acadêmicas, principalmente no que se refere às habilidades exigidas na área da saúde. A pesquisa ocorreu nos anos de 2012 a 2014, tendo sido financiada pelo Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA – PROUFBA, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Ciência e Inovação, Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A ACC surgiu das atividades desenvolvidas no Programa UFBA em campo, em 1996, pela Pró-Reitoria de Extensão dessa instituição. O Programa era constituído por diversos projetos desenvolvidos por estudantes e professores em conjunto com comunidades da Região Metropolitana de Salvador e de municípios do interior da Bahia (SILVA, 2011). O UFBA em campo, idealizado pelo Reitor da época, Felipe Serpa, e por sua equipe, era uma proposta inovadora, representando uma mudança na compreensão da relação universidade-sociedade, na tentativa de legitimar o compromisso social da UFBA, através da articulação extensão-ensino-pesquisa numa atuação dialógica, diversa e horizontal.

Em 2001, a UFBA lançou o UFBA em campo – ACC, inserindo a atividade nos currículos das graduações. Em 2003, a ACC (permanece apenas com essa denominação) torna-se atividade permanente nos currículos, com caráter complementar (ALMEIDA, 2015).

A ACC torna-se um componente curricular sui generis, diferente de qualquer outra

disciplina, é teórico/prático, multidisciplinar e deve ser desenvolvido em grupos comunitários, possibilitando o compartilhamento de saberes e a formação cidadã dos estudantes. Para a UFBA (2000), a ACC é uma oportunidade de interação entre comunidade e universidade, na construção de parcerias e enfrentamento coletivo de problemas locais.

No ano de 2013 a ACC passa a ter função de disciplina (UFBA, 2013), sendo denominada como Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS)¹. Na Resolução 01/2013 (UFBA, 2013) define-se que o componente deverá ter no mínimo 17 horas semestrais, podendo ser ofertado na graduação e na pós-graduação. A finalidade da ACC é caracterizada e ampliada nesse documento, que disserta:

- I. I - intensificar o contato da Universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social;
- II. II - articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a instrumentalizar os participantes para atuarem nos processos de transformação social;
- III. III - fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade, ensino, pesquisa e extensão;
- IV. IV - contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica propiciada pelos cursos de Graduação e de Pós-Graduação desta Universidade;
- V. V - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da expansão das ati-

¹ Optou-se por utilizar a denominação ACC, ao invés de ACCS, devido à pesquisa ter ocorrido antes dessa alteração.

vidades de extensão universitária e de desenvolvimento tecnológico, criação e inovação;

VI. VI - estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e sociedade;

VII. VII - gerar e propagar conhecimentos, saberes e práticas no campo das Ciências, da Cultura, da Tecnologia e das Artes;

VIII. VIII - propiciar formação e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da comunidade e sociedade.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade devem ser asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade. (UFBA, 2013, p.1)

O caráter multi, inter e transdisciplinar da ACC deve se garantir com a participação de alunos de diferentes cursos e áreas, que conjuntamente buscam vivenciar e dialogar com a comunidade, executando e reelaborando o projeto idealizado. Esse projeto deve ser previamente aprovado por órgão da unidade universitária e proposto pelo professor-responsável. Os projetos das ACCs devem abarcar uma ou mais áreas da extensão universitária, que são: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Os aspectos normativos da ACC são os mesmos de uma disciplina, diferenciando-se desta nas características metodológicas e políticas, que, através da extensão universitária, buscam o trabalho interdisci-

plinar, comunitário, dialógico, articulado à pesquisa-ensino e à teoria-prática. A ACC tenta romper com o paradigma tradicional de formação, que se constitui com a fragmentação e a verticalidade do conhecimento, a disciplinaridade, a formação profissional específica e silenciada em sala de aula; esse dispositivo formativo volta-se para uma construção coletiva de saberes, congregando a criação de vínculos e a transformação social.

Outra característica relevante da ACC é proporcionar a flexibilização curricular nos cursos, pois possibilita ao estudante escolher a atividade que possui maior identidade com a sua trajetória formativa, tornando-se autor do seu próprio currículo, imprimindo mobilidade e flexibilidade à estrutura disciplinar tradicional, articulando os aspectos teoria-prática e diversificando seus espaços de aprendizagem e de compartilhamento de saberes (CABRAL NETO, 2004).

É inegável os diversos aspectos extensionistas imbricados na práxis da ACC, aspectos esses previstos no Plano Nacional de Extensão Universitária, que define a extensão como uma via de mão dupla que assegura a circulação de conhecimentos entre a comunidade acadêmica e a sociedade e a sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, possibilitando acordos e ação coletiva entre universidade e população, que vão além da compreensão tradicional segundo a qual a universidade serve à mera disseminação de conhecimentos, prestação de serviços e assistencialismo (FORPROEX, 1999). Isso demanda uma universidade socialmente comprometida, que “precisa ser projetiva e emancipatória, deve cultivar a razão crítica, a arte de gestar, alimentar e gerir os valores inalienáveis da condição humana: o direito à vida, à informação, aos benefícios do progresso, da cultura e da felicidade”

(MORIN, 2000, p.38).

Pode-se perceber que a contribuição dessa modalidade de atividade para a formação do aluno na área da saúde se dá para além do nível de formação técnica, está mais voltada para a construção de habilidades sociais, cidadãs e comunitárias, bem como para a qualidade das relações, baseada no respeito e na criação de vínculos. A atuação no campo da saúde vem exigindo um perfil profissional diferenciado, que desenvolva não só a competência técnica, mas também a sensibilidade às dimensões socioeconômicas e culturais da saúde (RIBEIRO, 2005).

METODOLOGIA

O estudo transversal, de cunho qualitativo, teve como objetivos identificar tanto as principais contribuições formativas da ACC para alunos de graduações na área de saúde como, junto aos professores-coordenadores das ACC, as motivações para o oferecimento das atividades e os principais problemas identificados no desenvolvimento destas. Contudo, esse artigo é um recorte da pesquisa e objetiva discutir as concepções sobre extensão universitária e ACC dos estudantes, motivações para realizar tais atividades e sua relação com a flexibilização curricular, além da percepção dos professores responsáveis pela oferta das ACCs.

O cenário da pesquisa foi o Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) – Universidade Federal da Bahia, Campus Anísio Teixeira (CAT), localizado no município de Vitória da Conquista – BA, inaugurado no ano de 2006. O IMS possui atualmente sete cursos de graduação: Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Ciências Biológicas, Biotecnologia, Psicologia e Medicina, este último implantado em 2016.

Realizado um levantamento das ACCs ofer-

tadas no IMS, constatamos que apenas três ACCs haviam sido ofertadas desde o ano de 2006 até 2012, com a participação de alunos dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Psicologia.

O percurso metodológico pode ser dividido em dois momentos: o primeiro foi a realização da análise documental e o segundo, as entrevistas semiestruturadas com os estudantes e professores.

Na análise documental buscamos levantar documentos e resoluções institucionais que tratassem da implantação, normatização e execução da ACC na UFBA, bem como os projetos, produtos e relatórios das três ACCs ofertadas no IMS. A análise documental constitui-se como uma fonte valiosa, corroborando para as evidências já formuladas ou fazendo emergir novos aspectos e questões, não é “apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surge num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.39).

Para a realização das entrevistas, foram identificados todos os alunos que já haviam cursado as disciplinas de ACC e os docentes responsáveis pela oferta destas. Após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa, os alunos e docentes foram contactados através de e-mails, que esclareciam o tema, a relevância e os objetivos da pesquisa, e convidavam-os a participar do estudo.

Dos 78 alunos que foram matriculados em ACC nos IMS, seis foram reprovados e quatro ex-alunos eram bolsistas da pesquisa e não participaram do estudo. Logo, 68 alunos foram contactados. Desse total, 34 concordaram em participar e realizaram as entrevistas. O restante dos alunos ou não responderam os e-mails ou indicaram impossibilidade na participação. Todos os professores-coordenadores (três partici-

pantes) concordaram em fazer parte do estudo.

Foram construídos dois roteiros de entrevistas semiestruturadas: um para os discentes e outro para os docentes. A entrevista semiestruturada reúne características de uma entrevista estruturada e não estruturada, pois mantém um roteiro de questões, mas é permitido ao entrevistado trazer novos elementos que não foram apresentados a priori, bem como ao entrevistador questionar tais elementos, dando maior fluidez e profundidade à comunicação.

Os roteiros foram desenvolvidos a partir dos objetivos da pesquisa e embasados pela análise documental.

Antes de iniciar as entrevistas, foram feitas a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas presencialmente em sua grande maioria, houve apenas duas entrevistas que foram realizadas via vídeo pela internet. A duração destas variou de 30 minutos a uma hora. Estas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Foi realizada uma análise livre das falas das entrevistas, que puderam ser reunidas em quatro categorias, a saber: (1) Concepções sobre extensão universitária e ACC; (2) Contribuições da ACC para a flexibilização curricular; (3) Onde e por quê? Motivações para realizar extensão; e (4) Percepção docente sobre a extensão universitária e sua inserção nos currículos de graduação.

CONCEPÇÕES SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ACC: A VISÃO DOS ALUNOS

As concepções apresentadas neste texto são próprias dos alunos, imprimem suas opiniões e identidades dentro do tema abordado – extensão universitária e ACC –

e demonstram de que forma tais concepções estão imbricadas nas suas experiências formativas.

Para uma grande parte dos entrevistados, a extensão está relacionada ao contato da universidade com a comunidade, referindo-se a atividades que a universidade exerce em grupos comunitários, sendo muitas vezes chamadas de atividades “extramuros”. Para esses estudantes, a extensão não acontece na universidade, mas fora dela, o que está ligado a uma ideia de saída desse espaço e não à possibilidade de entrada das comunidades dentro da universidade, restringindo a atuação da extensão, que pode ocorrer em espaços e comunidades acadêmicas.

Questionado sobre o conceito de extensão, o entrevistado relata:

E1: “[...] como atividades extramuros da faculdade, são aquelas atividades que você desenvolve não ali naquele espaço fechado dentro da faculdade, que você passa a desenvolver na comunidade ou em outros serviços.”

Segundo Castro (2004), essa visão de contato com a comunidade, realidade que se apresenta como externa aos estudantes, reforça a concepção simplista de que essa é apenas uma missão da extensão, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o ensino e a pesquisa de fazerem essa interseção com a comunidade.

A extensão como exercício da prática aprendida na teoria foi outro aspecto compreendido pelos colaboradores da pesquisa. Para os entrevistados, a extensão é o momento da prática na universidade, enquanto o ensino ou a pesquisa proporcionam a teoria, o que denota uma restrição das possibilidades da extensão em produzir teoria ou de articular o ensino-pesquisa-extensão conjuntamente no processo de aprendizagem, já que se considera a exis-

tência de uma descontinuidade entre teoria e prática, entre sala de aula e comunidade e entre extensão e pesquisa-ensino.

Podemos observar isso neste trecho:

E2: “Porque é a partir da prática que a gente se empodera do conhecimento que a gente adquire aqui. Se na pesquisa a gente descobre ou constata algum conhecimento, é na extensão que vai colocar em prática”.

Nessa fala, vemos que o entrevistado adquire conhecimentos na universidade através da pesquisa e a extensão se aloca no espaço do “colocar em prática” tal conhecimento. Nessa compreensão, observamos a desintegração entre os processos teoria-prática e pesquisa-extensão, sinalizando a dificuldade na operacionalização dessa articulação, o que possivelmente reflete experiências extensionistas desintegradoras, que se distanciam do ensino e da pesquisa.

Porém, a extensão como articulação entre teoria e prática também emerge nas entrevistas e é entendida como dispositivo de produção de conhecimento e desvelamento da realidade. Podemos demonstrar isso no excerto da fala deste entrevistado:

E3: “O que aparece como algo pronto e acabado na teoria, na prática se transforma e temos que refletir sobre aquilo que a realidade nos apresenta e como transformá-la”.

Para Melo Neto (2003), a extensão deve ser vista como meio de transformação social, como um trabalho que produz conhecimento novo, que deve objetivar e estar atrelado a essa transformação. Para o FORPROEX (2001), a extensão deve reafirmar esse compromisso social, garantindo os valores democráticos e o desenvolvimento social, interligando a universidade com as demandas da sociedade.

A extensão como dispositivo para uma pretensa interdisciplinaridade aparece nas experiências descritas pelos alunos. Essa

interdisciplinaridade foi vista por grande parte dos entrevistados como uma articulação entre as diferentes áreas, principalmente pelo contato e diálogo entre os estudantes de diferentes graduações e pela possibilidade de procurarem juntos soluções e estratégias de intervenção. Segundo a UFBA (2011), cada turma de ACC deve ser formada por, no mínimo, três cursos diferentes, possibilitando o trabalho interdisciplinar. Ilustramos isso neste trecho:

E5: “Através do contato com discentes de outros cursos e através do cruzamento de informações em saúde, bem como discutir com os mesmos soluções para uma transformação efetiva de realidade da comunidade”.

Outras entrevistas trouxeram uma perspectiva diferente, sinalizando a dificuldade em compreender e executar essa interdisciplinaridade. O trecho abaixo demonstra a opinião da entrevistada quando questionada sobre as contribuições da ACC para uma formação interdisciplinar:

E2: “Eu não sabia direito o que dizer em relação aos cursos de nutrição e enfermagem, eu só conseguia ver dentro da psicologia mesmo, o ACC”.

A interdisciplinaridade ainda se configura como um desafio para o ensino superior, exigindo uma reflexão curricular, com a criação de mecanismos que atendam as novas exigências sociais e científicas, que demandam um pensar complexo sobre a sociedade e as formas de conhecimento, religando os saberes numa multidimensionalidade capaz de implicar reflexões, dúvidas, contradições e diálogos (MORIN, 2005). A articulação da interdisciplinaridade com a extensão é primordial, pois a produção de conhecimento na extensão exige a construção de novos sentidos para a produção da ciência, deliberando novas posturas frente ao conhecimento e à realidade (BATISTA, 2004).

A indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa, como função principal da universidade, é outro tema que aparece nessa discussão. Apesar de compreenderem um entrelaçamento importante entre essas áreas de produção de conhecimento, observa-se que, a partir da vivência na ACC, os discentes assumem uma definição evidente do que cada área pode fazer, delimitando e limitando suas funções, relacionando os produtos pelos quais o ensino, a pesquisa e a extensão são responsáveis:

E6: "Do ACC possibilita o contato com diferentes problemas teóricos, dado o contato com a realidade, podendo ser convertidos para pesquisas e os seus resultados como subsídios para o ensino de diversos conteúdos".

Nesse trecho da entrevista, o estudante caracteriza um processo unidirecional, iniciando o contato com os problemas encontrados na realidade, sugerindo uma conversão desses problemas em temas para pesquisas e indicando que os resultados das pesquisas sejam utilizados como subsídio para o ensino. Desta forma, apesar de surgir a tríade ensino-pesquisa-extensão, ainda persiste o cunho separatista que caracteriza o problema do tripé universitário e suas fragmentações no processo formativo. Diante da complexidade de saberes que a sociedade vem produzindo, a "legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino" (SANTOS, 1995, p. 19), a fim de que haja uma integração da complexidade desses saberes.

No trecho abaixo, a extensão é colocada como uma dimensão prática, que pode colaborar na compreensão da complexidade humana, que é muito mais ampla do que o conhecimento teórico, uma vez que este é

percebido como presente apenas na pesquisa e no ensino:

E11: "Não há como você ter uma prática sem você ter uma fundamentação teórica, científica daquilo que você vai ter na prática. Por um outro lado, o ser humano é muito complexo, as relações são muito complexas, nem sempre podem ser descritas no papel, então você precisa também da extensão pra que você possa suprir essas coisas que nem sempre a escrita, o científico dá conta de dizer. A pesquisa eu acho importante pra que possa fortalecer a questão do ensino, o conhecimento, que é passado nessa parte."

O entrevistado ressalta que a pesquisa é fundamental para a reprodução do conhecimento e para a fundamentação da prática, enquanto cabe à extensão atender as complexidades humanas. Nessa fala, observa-se também uma cisão entre as funções do ensino, pesquisa e extensão, uma vez que estas parecem atuar de forma inter-relacionada, mas não indissociável, como composição de um todo inseparável. Contudo, a fala também demonstra uma sensibilidade ao compreender a complexidade humana como um processo incessante de modificações, que não se esgotam em teorias ou na sala de aula.

CONTRIBUIÇÕES DA ACC PARA A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A Extensão Universitária é vista hoje como potente instrumento de aquisição e transformação do conhecimento no ensino superior, pois faz com que o processo de ensino-aprendizagem se torne um movimento orgânico, articulador entre teoria e prática. A extensão, portanto, não é apenas um processo educativo, mas cultural, que se dá através de uma formação voltada para lidar com pluralidades contextuais, que exigem conhecimentos teóricos e técnicos que deem conta também de especificidades. Nessa perspectiva, o alu-

no extensionista irá adquirir habilidades e competências diferenciadas, pois, ao invés de receber apenas o conteúdo conceitual e programado, estará preparado para mobilizar tais conhecimentos e recursos outros para dar conta de situações novas.

Bedim (2006) irá dizer que "a metodologia congruente com a extensão deve ser diversificada, devido à sua articulação com aspectos investigativos, educativos e comunicativos" (2006, p.87), ou seja, a diversidade de contextos que a extensão universitária propõe alcançar exige que novos métodos sejam empregados, uma vez que o fenômeno é investigado no momento exato em que acontece, não havendo um caminho certo a se percorrer, mas, sim, caminhos possíveis. A ACC se mostra, aqui, um componente curricular potente para empreender essa discussão. É a experiência curricular que congrega a maior diversidade de técnicas e artefatos formativos. Podemos realmente afirmar ser essa a discussão que melhor ajuda a compreender o sentido da flexibilização curricular atribuída à extensão universitária, no contexto da universidade contemporânea.

Assim, na medida em que a extensão muda seus cenários, produzindo metodologias para lidar com eles, cria também habilidades e competências diferenciadas nos sujeitos que delas participam. Para Bedim (2006), metodologias convencionais acabam por resultar em práticas educacionais diretivas, impositivas e unilaterais, construindo uma extensão despreocupada com as singularidades presentes nas comunidades e na relação de transferência entre os saberes, voltada apenas para assistência a demandas imediatas, reduzindo todo o potencial de produção de conhecimento existente na extensão.

Os sujeitos da pesquisa, ao relatarem suas motivações para cursar uma disciplina na modalidade ACC e ao identificarem o dife-

rencial na formação que esse componente possibilita, apontaram primeiramente para a possibilidade de diversificar os cenários de prática, entendendo tal diversificação como elemento precioso para/na formação. Em especial na área de saúde, a necessidade de multiplicidade dos contextos é clara, pois o Brasil vivencia um momento no qual o Sistema Único de Saúde (SUS) vem se consolidando e, a partir daí, necessitando cada vez mais de profissionais formados não só para dar conta de práticas curativas, mas preparados para lidar com a comunidade, uma vez que, em uma perspectiva mais ampliada de cuidado em saúde, há uma priorização das ações de prevenção e promoção da saúde. Para os estudantes, trata-se de viver na prática esse paradigma.

Deste modo, a ACC proporciona ao aluno de saúde não apenas a experiência de atuar em um novo local, compartilhando de uma nova cultura, experimentando outras normas, hábitos e complexidades, mas também o leva a enxergar processos de saúde e de adoecimento que extrapolam o domínio da técnica e exigem um olhar diferenciado. Podemos observar isso na seguinte fala:

E9: "[...] Falar com a comunidade, aprender fazer palestras, atividades educativas [...]. Desenvolver a questão da criatividade, de improvisar na hora, as vezes você planeja uma coisa e lá na hora a necessidade da comunidade é outra, então a gente mudava na hora".

Nessa perspectiva, a relação homem-comunidade ganha uma dimensão crítica, uma vez que a diversidade de contextos permite também leituras sobre realidades muitas vezes desconhecidas pelos alunos, redirecionando visões de mundo e promovendo mudanças de percepção e de atitude ao permitir que novos contextos culturais sejam adentrados. Outro sujeito nos

mostra:

E5: "Você teve a oportunidade de vivenciar outros espaços, de realizar outros trabalhos, de praticar outras experiências fora da academia, acho que é uma atividade muito cara dentro de um currículo".

Outro ponto a ser destacado nas falas das entrevistas é o valor atribuído pelos alunos e alunas às experiências proporcionadas pela vivência da ACC e como eles traduzem tal importância para seu próprio currículo. O que se torna possível, aqui, é uma noção mais ampliada de currículo, pensando-o como produto de uma prática reflexiva, na qual o aluno é incitado a compreender, interpretar, questionar e reelaborar a realidade social. Para Cunha (2011), tal ação configura o currículo emancipatório, pois "transforma os atores da cena educativa em articuladores críticos, agindo estes entre as proposições curriculares mais amplas, suas condições contextuais e suas percepções formativas próprias" (p. 583). Logo, a ACC funcionaria também como elemento provocador para se pensar a noção de currículo como produção emancipatória de conhecimento, permitindo que os alunos construam, signifiquem e reflitam sobre a sua formação:

E8: "Por meu curso ser muito teórico, para mim foi uma coisa diferente, foi um novo olhar".

Pode-se perceber, então, que a extensão e, em especial, a ACC produzem construções e desconstruções nos sujeitos que delas participam. Habilidades e competências são desenvolvidas ao longo das atividades, seja através do contato com a comunidade e com suas idiosincrasias ou por meio das metodologias empregadas pelos professores/coordenadores das atividades propostas.

A ACC, desde o seu surgimento, propõe promover diálogos com a sociedade, reela-

borar e construir conhecimentos de forma compartilhada para descoberta e experimentação de alternativas para problemas sociais, colaborando na construção da cidadania do estudante e da compreensão do trabalho multidisciplinar. Assim, propõe que sejam desenvolvidas habilidades e competências de cunho humanístico e cidadão, pois pretende formar pessoas capazes de transformar sua realidade social.

Tais dados nos ajudam a discutir as reais contribuições formativas que a extensão possibilita na perspectiva desse componente curricular, especialmente quanto às vivências e às ações produzidas nas comunidades, enfocando também a possibilidade de transpor tais aprendizagens para o exercício profissional dos graduandos que nelas se envolvem.

ONDE E POR QUÊ? MOTIVAÇÕES PARA REALIZAR EXTENSÃO

Para além da sedução contida nos contextos da extensão, é possível supor a existência de uma relação entre a possibilidade de se articular as atividades extensionistas à formação profissional, o que nesta pesquisa assume uma dimensão de ganhos curriculares, que englobariam ganhos referentes tanto ao currículo ampliado – formação cidadã, intercâmbio de conhecimentos e transformação da realidade –, quanto ao currículo do curso a que pertencem os sujeitos investigados – formação voltada para assimilação de saberes, técnicos e teóricos, e cumprimento de exigências de carga horária previstas pelo barema dos cursos.

A escolha pela extensão pode significar simplesmente o cumprimento das famosas atividades complementares, podendo ou não ser tomada como uma atividade mecânica, destituída de sentido e valor simbólico. Isso corrobora a ideia de currículo formal que, segundo Goodson (1995), seria "um roteiro para a retórica legitimadora da

escolarização" (p.21), ou seja, uma comprovação de que o indivíduo teria passado por um processo de capacitação em diferentes técnicas e contextos, garantindo uma legitimidade burocrática da experiência. Já o currículo ampliado, que corrobora com os objetivos da ACC, privilegia a dimensão viva e imaterial da experiência, considerando questões subjetivas da formação.

Neste estudo, pode-se perceber motivações primordiais que influenciaram a escolha dos entrevistados no desempenho das atividades de extensão, a exemplo das ACC. Uma dessas motivações é a participação política, o que, de maneira geral, amplia a ideia de extensão, pensando-a não só como um dispositivo de formação curricular, mas, antes disso, de uma formação cidadã. Assim, a participação na extensão ampliaria não somente arcabouços teóricos e práticos, mas perspectivas sociais, culturais e de ordem política. Sendo assim, discentes que se engajam em atividades extensionistas por motivações dessa natureza pensam a comunidade enquanto um espaço que fomenta reflexões, amplia visões e dá consistência a discussões que permeiam nossa realidade, pois veem as ações empreendidas como ações de transformação social, como demonstrado no trecho a seguir:

E12: "Tá passando e é uma obrigação da gente, tanto da gente como estudantes como dos professores. A gente tem que tá com essa interface com a comunidade, não tem jeito, a gente vive em sociedade e tem que retribuir isso".

A Universidade tem um papel fundamental no enfrentamento de desafios e aproveitamento de oportunidades que propiciem a mudança da realidade na sociedade brasileira. Neste sentido, a extensão universitária pode ser vista pelo governo e pela sociedade como um instrumento facilitador dessas transformações, desde que re-

almente efetivas ao que se propõem.

A motivação pessoal também deve se configurar enquanto fator relevante na escolha dos discentes pelo envolvimento em atividades de caráter extensionista. Muitas dessas escolhas são compulsórias e se devem ao fato de significar o cumprimento de uma carga horária curricular mínima exigida por cada curso, o que faz com que os alunos, no intuito de cumprir tal exigência, matriculem-se nesses componentes curriculares:

E5: "Como era muito no início do curso, primeiro teve aqui a necessidade de você focar na carga horária que isso proporcionava, porque, quando você inicia o curso você descobre 'ah, eu tenho que ter 200 horas extracurriculares e isso pode contar ponto', a princípio foi isso mesmo. De preencher o que o curso exigia, a princípio foi isso".

A percepção docente sobre a extensão universitária e sua inserção nos currículos de graduação

É certo que a criação de um Plano Nacional que define objetivos para a extensão colaborou e colabora para um melhor delineamento conceitual e maior consolidação da extensão na Universidade (TAVARES, 1997). Entretanto, é preciso considerar que em boa parte dos espaços acadêmicos ainda não se têm visto discursos e práticas institucionais que garantam a importância da extensão enquanto pilar da Universidade, imprescindível para a formação profissional, gerando, assim, um distanciamento entre discurso e prática.

Nesse contexto, a análise da percepção dos docentes quanto às ações de extensão implementadas é de fundamental importância para o avanço das discussões sobre a consolidação da extensão universitária dentro do contexto acadêmico. O conhecimento sobre políticas e diretrizes da extensão são elementos que interferem no

modo como esta é operacionalizada e, conseqüentemente, na forma como é significada dentro da Universidade.

A percepção sobre a extensão parece ainda ser algo amplo e abstrato no espaço acadêmico, fazendo com que as formas como as atividades de extensão são realizadas dependam do que o docente enxerga e percebe como uma ação extensionista. Assim, o olhar docente caracterizará o modo como determinado projeto estará articulado com a comunidade-alvo, a maneira como as atividades serão executadas e o que é desejado como produto final dessa ação. Ainda hoje podemos presenciar no contexto acadêmico atividades de extensão de cunho assistencialista, bem como ações que visam transformar a realidade das comunidades a partir do empoderamento. O que impressiona é o fato de que por diversas vezes tais ações fazem parte de um mesmo edital, ou seja, compartilham as mesmas exigências. Destarte, pode-se perceber, através das entrevistas, a coexistência de muitos modos de se fazer extensão, denunciando a precariedade de discussões no âmbito docente sobre a consolidação de uma "identidade para a extensão".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária é um campo de estudo complexo que requer um entendimento aprofundado sobre suas origens e as diversas matrizes conceituais que o constituem. Tal complexidade justifica a necessidade de estudos mais aprofundados sobre seu arcabouço teórico, historicidade e campo de produção. Neste trabalho, pôde-se constatar a importância da extensão na formação em saúde, que requer um olhar aguçado para as questões sociais, culturais e econômicas que permeiam os processos de produção de saúde. Além disso, foi constatada a maleabilidade da extensão, que, a exemplo da ACC, pode se inserir na matriz curricular dos cursos, colaborando para a flexibilização curricular da mesma, o que amplia o processo formativo. Este estudo teve como base as experiências vividas por graduandos da saúde, onde o diálogo de saberes, diversidade de práticas e construção de novos conhecimentos foram destacados como aquisições formativas da extensão, que se mostrou um potente instrumento de aproximação com o que é preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Na análise docente, apesar de um maior reconhecimento da extensão enquanto componente essencial na formação, pôde-se perceber, ainda, a necessidade de discussões que ajudem a definir mais claramente o conceito de extensão e, por consequência, a fortalecê-lo enquanto pilar universitário. Tais resultados nos alertam também para a importância desta pesquisa como meio de divulgação e propagação de componentes curriculares dessa natureza, para que este seja um instrumento de reorientação dos currículos, caminhando para uma formação mais integral, que utilize formas mais flexíveis e dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.S. Extensão universitária na UFBA: ACC e a formação do estudante. Dissertação (Mestrado). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 83 p., 2015.
- BATISTA, N. A. Extensão universitária e responsabilidade social: o desafio da interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v.2, n.2, p. 60 - 62, jul-dez, 2004.
- BEDIM, J. G. L. Uma Proposta de Metodologias Participativas na Extensão Universitária: o ensino de idiomas como uma vertente instrumental. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CABRAL NETO, A. Prefácio. In: CABRAL NETO, A. (org.). *Flexibilização curricular: cenários e desafios*. Col. Pedagógica 6. 2ª ed. Natal, RN: EDUFRN, 2004.
- CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: 27ª Reunião Anual da ANPED - Sociedade, Democracia e Educação: Qual Universidade? Caxambu, MG: 2004.
- CUNHA, E. V. R. O currículo e o seu planejamento: concepções e práticas. *Revista Espaço do Currículo (Online)*, v. 3, p. 578-590, 2011.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária, vol. I, 2001.
- _____. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária, vol. I, 1999.
- GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MELO NETO, J. F. Extensão universitária e produção do conhecimento. *Conceitos, João Pessoa - PB*, v. 5, n.9, p. 13-19, 2003.
- MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.
- _____. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. 2ª ed. Tradução de Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- RIBEIRO, V. M. B. Discutindo o conceito de inovação curricular na formação dos profissionais de saúde: o longo caminho para as transformações no ensino médico, *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, vol.3, n.1, p. 91-121, 2005.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, M. A. *Concepções de extensão universitária: o UFBA em campo*. Dissertação

(Mestrado). Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 135 p., 2011.

TAVARES, M. G. M. Extensão Universitária: novo paradigma de universidade? Maceió: Editora Edufal, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. UFBA. Pró-Reitoria de Extensão. Atividade Curricular em Comunidade. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/141481533/Manual-ACC-2011>>. Acesso: em 08 de dez. 2013.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. Proposta de Criação da Atividade Curricular em Comunidade. Salvador, 2000. Disponível em: <<http://www.acc.ufba.br/comofun/>>. Acesso: em 10 de jul. 2013.

_____. Resolução nº01/2013, de 2013. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2013.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. UFBA em Campo. Atividade Curricular em Comunidade. Salvador, BA. 2001.

ESPORTE EDUCACIONAL: ATUAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES INTEGRANTES DA REDE DE PARCEIROS MULTIPLICADORES DE ESPORTE EDUCACIONAL

EDUCATIONAL SPORTS: PRACTICE AND TEACHING PRACTICE OF TEACHERS MEMBERS OF THE EDUCATIONAL SPORTS MULTIPLIERS PARTNER NETWORK

Glauco Correia Sales Esteves

Profº. Substituto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB; Coordenador de Formação do Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia – UFRB/GUETO. glauco.esteves@ufrb.edu.br

João de Deus Fonseca Júnior

Assistente Técnico de Formação do Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia – UFRB/GUETO. joaodedeus22@hotmail.com

Resumo

O Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia (CRER-BA) é um projeto social desenvolvido pela parceria UFRB/GUETO, que integra o Programa Petrobras Esporte & Cidadania. O presente estudo tem como objetivo, analisar o impacto gerado pela formação em Esporte Educacional proporcionada pelo Projeto Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia (CRER-BA) no que tange a atuação pedagógica dos professores da rede municipal de ensino que integram a Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional (REDE). A partir dos resultados obtidos foi possível perceber um impacto significativo no campo das expectativas atitudinais propostas para o ensino da cultura corporal de movimento, melhorando as relações sociais dos indivíduos, o convívio e o respeito às diferenças, bem como a compreensão e disseminação dos princípios de inclusão de todos, construção coletiva, respeito à diversidade, rumo à autonomia e educação integral inerentes do Esporte Educacional.

Palavras-chave: Esporte Educacional. Formação de Professores. Recôncavo da Bahia

Abstract

The Bahia Recôncavo Sports Reference Center (CRER-BA) is a social project developed by the UFRB / GUETO partnership, which is part of the Petrobras Esporte & Cidadania Program. The objective of this study is to analyze the impact of training in Educational Sport provided by the Center for Sports Reference of the Recôncavo of Bahia (CRER-BA) regarding the pedagogical performance of the teachers of the municipal education network that are part of the Network of Partners Multipliers of Educational Sport (REDE). From the obtained results it was possible to perceive a significant impact in the field of the attitudinal expectations proposed for the teaching of the corporal culture of movement, improving the social relations of the individuals, the conviviality and the respect to the differences, as well as the understanding and dissemination of the principles of inclusion of all, collective construction, respect for diversity, towards the autonomy and integral education inherent to Educational Sport.

Keywords: Educational Sports. Teacher training. Recôncavo of Bahia.

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia é um Projeto que integra o Programa Petrobras Esporte & Cidadania, no âmbito do Esporte Educacional, tendo como organização proponente a Associação Cultural Grupo Unido para a Educação e Trabalhos de Orientação, sendo realizado pela parceria entre a mesma e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com o apoio do Instituto Esporte e Educação e da Prefeitura de Cruz das Almas, com o patrocínio da Petrobras.

Tendo início no ano de 2010, o Projeto Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia tem por objetivo a atuação direta com crianças e adolescentes carentes da comunidade de Cruz das Almas, bem como a formação técnica de professores da rede municipal de ensino dos municípios do Recôncavo baiano, ambos no âmbito do esporte e da cidadania, tendo como foco a metodologia de Esporte Educacional proposta pelo Instituto Esporte e Educação. Para tal, o projeto divide-se em dois núcleos de ação: Coordenação Pedagógica e Coordenação de Formação.

A Coordenação Pedagógica, responsável pelo Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia, é composta por 01 coordenador pedagógico, 07 professores e 14 estagiários da área de Educação Física, cuja atuação ocorre através do ensino de 07 modalidades esportivas: Futebol, Futsal, Voleibol, Basquete, Capoeira, Boxe e Taekwondo. O atendimento direto de crianças e adolescentes ocorrem através de aulas semanais, com foco na aprendizagem cooperativa e colaborativa, desenvolvendo práticas esportivas e de formação cidadã.

As atividades são realizadas de acordo com os Princípios do Esporte Educacional, a partir destes princípios as atividades são

planejadas e implementadas em 06 áreas: Esporte, Saúde, Cultura, Cidadania, Protagonismo e Ação Comunitária, integrando crianças com deficiências nas turmas regulares do CRER-BA. (GUETO - Formulário de Apresentação de Projetos/Programa Petrobras Esporte e Cidadania - 2014, p. 21)

A Coordenação de Formação, responsável pela Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional, é a linha de atuação que visa capacitar os/as professores/as da rede municipal de ensino que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, através de Encontros de Formação em Esporte Educacional, visando à implementação do desporto de participação/educação. Para tanto, o Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia oferece aos/as professores/as das redes municipais de ensino a formação necessária para tornarem-se multiplicadores desta metodologia, tanto através da atuação direta com crianças e adolescentes, como na partilha do conhecimento com outros professores.

Atualmente, a Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional é composta por professores dos municípios de Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Saubara, Santo Amaro, Teodoro Sampaio e Feira de Santana, tendo realizado a capacitação de 121 professores/as no ano de 2015, prevendo a capacitação para mais 132 professores/as no ano de 2016.

O presente estudo relaciona-se diretamente com a necessidade de analisar o impacto gerado pela formação em Esporte Educacional proporcionada pelo Projeto Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia (CRER-BA) no que tange a atuação pedagógica dos professores da rede municipal de ensino que integram a Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional (REDE). Tendo atuado como coor-

denadores de formação no Centro de Formação do referido projeto social, pudemos perceber a abrangência obtida por esta tecnologia social após seis anos de formação de professores.

Esta proposta de pesquisa busca sanar a inquietação quanto aos limites e possibilidades no processo de implementação da tecnologia social de ensino do Esporte Educacional para o trato com a cultura corporal escolar, considerando a ação pedagógica dos multiplicadores nos diversos municípios da Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional. Desta forma, podemos verificar esta ação pedagógica a partir das realidades locais dos municípios onde o projeto se faz presente, podendo assim observar a aplicação da metodologia de Esporte Educacional nas escolas municipais, tornando possível identificar as práticas e fazeres dos/as docentes na atuação como multiplicadores em Esporte Educacional em suas escolas e na rede municipal de seu exercício, bem como mapear os limites e possibilidades desta ação pedagógica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Formação em Esporte Educacional, realizada pelo Núcleo de Formação do Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia, com professores da rede municipal de ensino que participam da Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional e com os educadores físicos que compõem o Centro de Referência, tem por objetivo orientar o educador quanto à prática esportiva no âmbito escolar/esportivo, propondo o ensino do esporte e da cidadania.

Apoiada na "Metodologia Triangular para o Ensino do Esporte Educacional", elaborada por professores e coordenadores do Instituto Esporte & Educação (IEE), a proposta pedagógica visa: Ensinar o esporte para todos; Ensinar bem o esporte para todos; En-

sinar mais que esporte para todos. Desta forma, é possível envolver o/a jovem numa prática esportiva consciente, onde a aprendizagem ultrapassa os limites da prática motora/procedimental, abrangendo conhecimentos conceituais e atitudinais.

A lógica de tudo isso é a seguinte: se muitos participam, muitos têm a chance de se inserir socialmente no mundo do esporte. Se muitos são incluídos, muitos têm a possibilidade de aprender e assim alcançar o sucesso nesta aprendizagem. Se muitos têm sucesso e aprendem, muitos têm a sua auto-estima elevada, a sensação de ser competente e a motivação de continuar aprendendo. E todos sabemos: nada é mais significativo do que sentir-se hábil e competente para jogar e fazer esporte ao lado dos seus pares. (DÂNGELO e ARENA in. ALVES e ESTEVES, 2014, p. 10)

Após a publicação da Carta Internacional de Educação Física e Esporte, emitida pela UNESCO em 1978, que afirma o direito fundamental de todo ser humano à Educação Física e ao Esporte, o esporte deixa de apresentar-se à sociedade apenas pelo seu caráter de competição e rendimento, manifestando-se no campo do lazer e da educação ficando afirmado no Brasil como Dimensões Sociais do Esporte, sendo estas: Esporte-Participação ou Lazer; Esporte-Rendimento ou Desempenho; e Esporte-Educação.

Assim, a forma primordial de apresentar-se na sociedade, o Esporte-Rendimento ou Desempenho é a manifestação esportiva mais conhecida, e caracteriza-se pela prática segundo as regras oficiais da modalidade, com foco na competição, nos resultados, nos títulos e nos recordes. Podendo ser profissional ou não, a prática da modalidade esportiva sob a ótica do rendimento não permite a alteração e/ou adaptação das regras e normas, e o desenvolvimento técnico/tático ganha força. O ato de "jogar"

é esquecido e o “treinar” assume o objetivo da prática.

O Esporte-Participação ou Lazer é a prática do esporte cujo objetivo é a busca pelo prazer proporcionado pelo mesmo. Visto geralmente em clubes e praças públicas, esta manifestação está diretamente ligada ao lazer e ao tempo livre, e traz como princípios a participação, o prazer e a inclusão. “Também conhecido como Esporte Popular, praticado de forma espontânea, tem relações com a Saúde e as regras.

Estas podem ser oficiais, adaptadas ou até criadas, pois são estabelecidas pelos participantes” (TUBINO, 2010, p. 43.)

Presente nos espaços formais e não-formais de ensino, o Esporte-Educação é a manifestação esportiva voltada para a formação do cidadão. Neste sentido, faz-se necessário compreender o esporte para além das competições e técnicas de movimento, fortalecendo as relações sociais inerentes da prática esportiva, deixando de lado o “jogar contra o outro”, e pensando então em “jogar com o outro”. A Carta de Princípios para o Esporte-Educação no Brasil conceitua esta dimensão social no sentido de “desenvolver os indivíduos, numa estrutura de relações recíprocas e com a natureza, sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-os para o lazer e o exercício crítico da cidadania” (TUBINO, 2010, p. 53).

O Esporte-Educação pode manifestar-se na sociedade de duas formas distintas: Esporte Escolar e Esporte Educacional. Mesmo possuindo o foco na formação do cidadão, elas possuem diferenças, principalmente no trato com o desporto na prática pedagógica. No Esporte Escolar, a modalidade esportiva é utilizada sob as regras oficiais, cabendo ao/a jogador/a adaptar-se a ela a fim de obter êxito, ou seja, o esporte é praticado por jovens que possuem apti-

ção para tal. Neste pensamento surgem as equipes e, conseqüentemente, os Jogos Escolares.

Contudo, o Esporte Escolar enquadra-se como manifestação do Esporte-Educação devido ao cunho educativo no que trata das relações sociais de respeito ao próximo e às regras, tendo como princípios o Desenvolvimento Esportivo e o Desenvolvimento do Espírito Esportivo.

No Esporte Educacional, as competições, as técnicas de movimento e as táticas esportivas deixam de ser o foco, dando lugar ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Neste sentido, o/a jovem deixa de adaptar-se as regras do jogo, passando estas a serem modificadas para permitir que todos participem. Para Rodrigo Paiva (2016), coordenador do Instituto Esporte e Educação, a dimensão do Esporte Educacional deve focar na

“formação integral do ser humano, sendo a prática esportiva não uma ferramenta, mas sim um fator de desenvolvimento global que promova uma leitura crítica do mundo em que o sujeito está inserido. Diferentemente do que ocorre em relação às outras duas dimensões, aqui o praticante é denominado aluno, e não atleta” (PAIVA, 2016, p. 1)

Ao atuar com Esporte Educacional cabe ao educador compreender que ensinar uma modalidade esportiva vai além da instrução de técnicas de movimento. Para tal, é preciso observar o esporte enquanto o “fazer”, o “conhecer” e o “ser”, ou seja, buscar objetivos de ensino ligados ao procedimental (saber jogar, praticar), conceitual (saber a história, as regras, os fatos) e atitudinal (normas, atitudes, valores).

O esporte da escola será, obrigatoriamente, sempre educacional, isto é, ele é um elemento integrante da grande curricular das práticas pedagógicas, como todos os ou-

tros elementos do processo escolar educacional. O esporte não pode ser uma atividade periférica na ordem escolar. A questão maior é saber que tipo de educação se pretende desenvolver (SANTIN, 2007, p. 257).

A proposta pedagógica adotada pelo CRER-BA para o ensino do Esporte Educacional é uma tecnologia social desenvolvida por professores/as e coordenadores/as do Instituto Esporte e Educação, uma organização não governamental que visa “contribuir para a formação do cidadão crítico e participativo, por meio da educação física e esporte, favorecendo o desenvolvimento de comunidades de baixa renda”¹.

Segundo o Instituto de Tecnologia Social, o termo tecnologia social caracteriza-se enquanto o “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.”² Neste sentido, a proposta de Tecnologia Social para o ensino do Esporte Educacional busca discutir metodologias de ensino da Educação Física, elaborando planos pedagógicos que possam utilizar o esporte como agente transformador da sociedade, permitindo às crianças e adolescentes desenvolver valores de solidariedade, respeito ao próximo, cooperação, tolerância e ação coletiva, ensinado o esporte em seu âmbito conceitual, procedimental e atitudinal.

O pensamento pedagógico/metodológico, denominado pelo IEE como Princípios da Metodologia Triangular para o Ensino do Esporte Educacional, baseia-se primordialmente nos “quatro pilares da educação para o futuro da UNESCO e nos pressupos-

¹ Site oficial do Instituto Esporte e Educação. Disponível em: <http://www.esporteeducacao.org.br/?q=quemsomos>;

² Instituto de Tecnologia Social, 2007, p. 29

tos metodológicos e pedagógicos sugeridos por Freire (1998)” (ROSSETTO JÚNIOR, et, al. 2009, p. 16), propondo Ensinar esporte para todos; Ensinar bem o esporte para todos; Ensinar mais que esporte para todos. Esta metodologia relaciona-se com os Quatro Pilares da Educação da UNESCO, como citado anteriormente, e com as Categorias de Conteúdos, propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Assim, lemos estes princípios da seguinte forma:

Ensinando o Esporte para Todos: O primeiro passo para o ensino do Esporte Educacional é ter em mente que todos tem o direito de aprender e praticar esporte, deixando de lado a seleção de acordo ao nível de habilidades, comprometendo-se com a participação e a inclusão. Para tal, cabe aos educadores adaptar o jogo (regras, movimentos, tempo, espaço, materiais) de acordo às necessidades, permitindo que todos possam desenvolver-se naquele desporto, aprendendo e se divertindo. Este representa o ensino do desporto no que tange a Categoria de Ensino Procedimental, no âmbito do Aprender a Fazer, cabendo aos educadores o ensino do esporte na sua vertente mais comum: ensino da técnica e da tática.

Ensinando bem o Esporte para Todos: Em seguida, é preciso compreender que ensinar o esporte apenas não basta, é preciso ensinar bem o esporte, ou seja, o ensino deve exceder a prática pela prática, cabendo aos educadores à preocupação com as limitações e potencialidades físicas, motoras, cognitivas e socioafetivas. Aborda a Categoria de Ensino Conceitual, no ato do Aprender a Conhecer, propondo apreciar o esporte para além da prática corporal, envolvendo sua história, fatos, conceitos e regras.

Ensinando mais que Esporte para Todos: Por fim, cabe aos educadores refletir sobre o ensino dos esportes indo além das técni-

cas e táticas, preocupando-se com quais conhecimentos serão adquiridos a respeito do esporte, tornando as crianças e jovens mais competentes para enfrentar as exigências da vida social. Envolve na Categoria de Ensino Atitudinal, na esfera do Aprender a Conviver e do Aprender a Ser, ensinando normas, valores e atitudes ligadas à prática esportiva e à sociedade, ou seja, ensino para a Cidadania.

A Tecnologia Social para o ensino do Esporte Educacional elaborada pelo IEE traz consigo também a proposta de educação através de princípios norteadores, denominados Princípios do Esporte Educacional, sendo estes: Inclusão de todos; Respeito à diversidade; Construção coletiva; Educação integral; e Rumo à autonomia.

Os princípios do Esporte Educacional, preconizados por Barbieri, Oliveira e Moraes (1996), Broto (2001), Freire (1998), Korsakas e Rose Junior (2002), Rossetto Junior et. al. (2008) e Tubino (1992), são norteadores da prática pedagógica e constantemente avaliados e impregnados de significado pelas ações dos projetos do IEE, das características dos alunos, dos professores e da comunidade, como também da nossa gestão institucional. (ROSSETTO JÚNIOR, 2012, p. 11)

Inclusão de Todos: Este princípio aborda o direito da criança e do adolescente à prática do esporte seguro e inclusivo. Assim, cabe ao professor criar condições e oportunidades para a prática do jogo, “desenvolvendo habilidades e competências que possibilitem compreender, criticar, transformar, usufruir e reconstruir as diferentes práticas esportivas”(ROSSETTO JÚNIOR, 2012, p. 11). Tendo como foco a inclusão social e construção da cidadania através do Esporte Educacional, este princípio torna-se primário nas ações do CRER-BA.

Respeito à Diversidade: Ao compreender a importância da inclusão e participação de

todos na prática esportiva, percebemos a diversidade cultural que nos circunda e a necessidade de reconhecê-las, valorizá-las e respeitá-las. Contudo, esta diversidade vai além das relações étnicas, raciais, sexuais e religiosas, envolvendo o biótipo e os níveis de habilidade. Desta forma, professores e estudantes passam a entender a diversidade como um momento para a compreender e aprender como conviver com as diferenças.

Construção Coletiva: Sendo o processo de ensino/aprendizagem uma ação recíproca dos atores envolvidos no processo, este princípio defende o respeito às experiências dos estudantes, envolvendo-os diretamente na construção do conhecimento. Sendo a proposta pedagógica do CRER-BA, diretamente ligada ao desenvolvimento de uma Tecnologia Social para o Esporte Educacional, “é imprescindível que alunos, professores e comunidade sejam co-responsáveis e co-gestores do planejamento, da execução, da avaliação e da continuidade dos programas e dos projetos” (ROSSETTO JÚNIOR, 2012, p. 11). Buscando a garantia da execução deste princípio, a equipe de profissionais (professores e coordenadores) discutem as ações juntamente com o Conselho Gestor, formado por estudantes, pais e integrantes da comunidade civil;

Educação Integral: O princípio de educação integral ressalta o pensamento pedagógico/metodológico que envolve os pilares da educação e as categorias de conteúdos, compreendendo o ensino do esporte no seu âmbito procedimental, conceitual e atitudinal. Definido também enquanto princípio da totalidade, este tem por objetivo “o resgate da unidade humana, entendendo a criança como um ser cujas emoções, pensamentos e ações são elementos constitutivos da sua identidade, respeitando e preservando a individualidade e a diversidade.” (KORSAKAS e ROSE, 2002, p. 90).

Rumo à Autonomia: O ensino do esporte educacional busca, através de jogos e atividades que estimulam a resolução de problemas, desenvolver no indivíduo o pensamento emancipatório, fomentando a busca da independência, autonomia e liberdade pessoal. Este processo de autonomia permite ao indivíduo analisar, avaliar, decidir e organizar sua participação nas práticas esportivas, “oportunizando, assim, o desenvolvimento por intermédio da criatividade e da autenticidade, da capacidade de discernir criticamente e elaborar genuinamente as suas próprias razões de existir.” (CARTAXO, 2011, p. 27)

METODOLOGIA

O presente estudo, realizado através de análise contrastiva, que segundo Santos Gargallo (1993), possui como meta a construção de uma gramática contrastiva que hierarquize as correspondências dos diferentes níveis gramaticais, com a finalidade de graduar as dificuldades no aprendizado e as possibilidades de interferências. Com dados obtidos na comparação da atuação com práticas corporais do grupo docente pesquisado, utilizamos como ferramenta de pesquisa, entrevistas estruturadas, buscando seguir um roteiro previamente estabelecido, com perguntas predeterminadas. O objetivo é obter diferentes respostas à mesma pergunta, possibilitando que sejam comparadas. Foram realizadas entrevistas com professores/as e acompanhamentos da prática educacional por meio da observação nas ações de monitoramento.

Os sujeitos da pesquisa foram os professores das redes municipais de ensino dos municípios de Santo Antônio de Jesus, Saepaçu, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Cachoeira, Maragogipe, Feira de Santana, Santo Amaro e Saubara. A seleção dos professores ocorreu de forma aleatória simples, pois neste tipo de

amostra, a premissa é de que cada componente da população estudada tem a mesma chance de ser escolhido para compor a amostra. Obteve-se como base de dados o cadastro na Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional, sendo selecionados 20 (vinte) professores, sendo 02 (dois) professores por município. Por razões administrativas não informadas à Coordenação de Formação, os municípios de São Félix e Teodoro Sampaio, integrantes da REDE, optaram por não participar da pesquisa. O roteiro das entrevistas conteve oito (08) questões, sendo, quatro (04) questões na primeira etapa e quatro (04) questões na segunda etapa, o teor dos questionamentos foram referentes à práticas de cultura corporal, bem como, temas transversais como gênero, relações étnicas raciais etc..

Para a coleta dos dados, o estudo foi dividido em duas fases: a primeira, realizada no período de 04 a 23 de março de 2016, consistiu na realização de entrevistas com os/as professores/as integrantes da REDE no ano de 2016, previamente cadastrados no 1º Fórum Regional Baiano de Esporte Educacional, e que não possuíam a formação em Esporte Educacional. Neste primeiro momento não foi possível realizar a observação das atividades práticas, pois alguns ainda não haviam iniciado às aulas do ano letivo, e outros não utilizavam atividades de cultura corporal durante suas aulas.

A segunda etapa da pesquisa, ocorreu no período de 15 a 30 de agosto de 2016, consistindo na entrevista com os mesmos professores da REDE participantes da etapa 01, após participarem dos Encontros de Formação. Complementando a entrevista, houve o processo de observação da prática pedagógica. Os dados coletados foram analisados a fim de identificar a atuação prática nas redes municipais de ensino.

RESULTADOS

1ª Fase da Pesquisa

Partindo do pressuposto de que o esporte e as práticas de cultura corporal realizadas no ambiente escolar devem buscar, como discutido anteriormente, uma afinidade direta com a proposta pedagógica da escola, tendo em vista a relação do processo de ensino/aprendizagem com as expectativas de aprendizagem procedimentais (aprender a fazer), conceituais (aprender a conhecer) e atitudinais (aprender a ser/conviver) dos esportes, jogos e brincadeiras, buscamos durante a primeira etapa do estudo, identificar a presença da prática de cultura corporal no ambiente escolar e sua utilização como ferramenta pedagógica.

Iniciando a entrevista, questionamos os professores quanto à existência de um momento voltado à prática de atividades de cultura corporal (recreação, dança, esportes, aulas de educação física, etc.) e a proposta de ensino destas atividades. Observamos que na maioria das escolas há um momento de recreação, porém este não possui uma finalidade pedagógica, não havendo planejamento e direcionamento das atividades, ocorrendo apenas como atividade de descontração/lazer. “Para ser sincera, atividade dirigida, a gente não tem. Tem o momento de intervalo da escola. Aí nesse momento os meninos brincam à vontade” - informa uma professora XA1.

Nas visitas, percebemos também que a maioria das propostas de jogos e brincadeiras apresentadas durante as aulas é utilizada para o ensino do conteúdo de disciplinas como matemática, português, etc. Durante a entrevista, afirma uma professora XA1:

A gente faz uns jogos em sala, mas são aqueles jogos, assim, voltados como uma estratégia. Por exemplo, eu estou trabalhando com dezenas, aí eu faço um tipo de

jogo pra trabalhar isso com eles. Mas um jogo que trabalha corporeidade eu não trabalho não.

Analisando as respostas das entrevistas quanto à prática de jogos e brincadeiras e sua finalidade pedagógica, pudemos perceber a ausência de expectativas de aprendizagem procedimentais e conceituais propostas para o ensino das atividades da cultura corporal. Relembrando os pressupostos pedagógicos de “Ensinar bem o Esporte para Todos”, que propõe o ensino para além da prática pela prática, cabendo aos educadores à preocupação com as limitações e potencialidades físicas, motoras, cognitivas e socioafetivas, afirmamos que uma atividade onde as crianças e adolescentes “brincam à vontade”, sem haver a intervenção pedagógica, constitui-se numa reprodução da “prática pela prática”, não num processo de ensino/aprendizagem. “O objetivo na verdade é sair um pouco do conteúdo, de só trabalhar com o conteúdo do livro, o conteúdo programático [...]. Na prática, eu saio (da aula para o jogo) para dar uma relaxada.” - afirma o professor XA1.

Não descartamos os benefícios do ensino de esportes, jogos e brincadeiras no âmbito do lazer. Contudo, é importante esclarecer que a educação pelo lazer e para o lazer tem por objetivo “fazer com que os alunos, através de um desenvolvimento psicossocial, possam alcançar uma qualidade de vida desejável, onde família, comunidade e sociedade sejam diretamente afetados.” (SANTOS, 2006, p. 1). Para tal, as atividades de cultura corporal precisam incorporar-se à política pedagógica escolar e ao planejamento do educador, sendo o lazer uma ferramenta e um objetivo de ensino.

Dando sequência à entrevista, buscamos identificar as propostas de ensino dos professores no âmbito das “categorias de ensino atitudinal”, na esfera do aprender a ser/

conviver, ligado à normas, valores e atitudes. Para tal, dialogamos sobre as relações sociais dos alunos no ambiente escolar (respeito às regras e combinados; respeito às diferenças; cooperação), sobre a forma como os conflitos são solucionados e sobre as ações de protagonismo dos estudantes (disposição para assumir responsabilidades e atuação voluntária no planejamento, organização e execução de atividades na escola e na comunidade).

Tratando-se do respeito às regras e combinados, os professores afirmaram que os estudantes seguem as regras e combinados propostos em sala de aula, no sentido de serem educados. Contudo, durante o diálogo, observamos que este “seguir as regras” está relacionado a um processo de adestramento, e não à educação. Esta afirmação se caracteriza na fala do professor XA2: “você tem que brigar pra eles fazerem o que você quer. Aquele negócio: - Você não vai não? Eu vou dar falta! Vou tirar você da sala.”

Esta abordagem punitiva, realizada como ferramenta de controle sobre os estudantes, repete-se nas entrevistas quando é tratado o tema resolução de conflitos. Durante os diálogos, observamos não haver um incentivo à autonomia dos indivíduos no que tange a resolução dos conflitos (individuais ou coletivos) por meio do diálogo amigável e do acordo entre os mesmos. Para tal, sempre torna-se necessária a intervenção do adulto, seja professor ou diretor, como é possível observar na fala da professora XA3: “Eles, geralmente, quando acontece, assim, uma briga, uma desavença com eles, eles partem pra briga. Aí, a gente sempre chama a atenção desta questão: - Olha, coleguinha te bateu, o coleguinha te ofendeu, vem a nós. Aí agora eles já estão mais disciplinados com esta questão. Eles já são maiorzinhos, terceiro ano, aí eles já vem e falam: - Ó professora, ele me xingou, me bateu. Aí a agente já chama, já conversa, já tira um intervalo.”

Quanto às ações de protagonismo e cooperação, percebemos que esta é uma questão pontual, partindo de poucos, não sendo uma ação pedagógica incentivada pelo processo de ensino/aprendizagem, caracterizando-se como algo da criança/adolescente, desenvolvido devido a um convívio social/familiar ocorrido fora do espaço escolar. Pudemos perceber que os professores compreendem a importância do protagonismo e da cooperação na formação do caráter do indivíduo, mas não conseguem trazer estes princípios para o ambiente educacional.

Por fim, dialogamos com os professores sobre o respeito à diversidade étnico/racial, sexual, de gênero e de desenvolvimento motor/cognitivo. Foi interessante observar que na entrevista um professor do Ensino Fundamental I, XA4: “aqui as crianças são pequenas demais para entender isso”, demonstrando não haver uma preocupação com estas temáticas, sendo este um assunto para as crianças maiores.

Já os professores que atuavam com o Ensino Fundamental II afirmaram haver um diálogo sobre as diferenças étnico/raciais, gerando a compreensão e o respeito a esta diversidade. O mesmo acontece nas instituições onde estão presentes pessoas com deficiência, onde o diálogo sobre as diferenças se faz presente nas discussões pedagógicas de sala de aula. Contudo, ao abordar as diversidades de gênero/sexualidade, percebemos que este não é um tema muito discutido no ambiente escolar, independente do ciclo de ensino, havendo nas práticas de cultura corporal uma separação entre meninos e meninas, muitas vezes influenciados pelos próprios estudantes.

PERÍODO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Após a realização da primeira etapa do estudo, iniciamos a fase de formação de pro-

fessores em Esporte Educacional por meio dos Encontros de Formação previstos no projeto. Nestes encontros foram discutidos temas ligados às dimensões sociais do esporte, do direito ao acesso e a prática, da importância do fomento do esporte e das políticas públicas (lazer, educação e ocupação dos espaços públicos), com atividades teóricas e práticas, momentos de orientação, reflexão e discussão das situações vividas, bem como, de discussões contextualizadas e relacionadas com as realidades, locais/regionais/territoriais.

Os Encontros de Formação tem por objetivo apresentar a estrutura proposta para o ensino do Esporte Educacional. Durante os quatro encontros realizados no período de fevereiro à agosto de 2016, os professores da rede municipal, participantes do projeto, reuniram-se na UFRB, Campus de Cruz das Almas, na sede do projeto Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia (CRER-BA), a fim de discutir temas ligados à educação, cidadania, esporte e métodos de ensino, além dos conteúdos inerentes à educação física, como realização de eventos esportivos, lutas, danças e ginásticas.

2ª Fase da Pesquisa

Concluída as formações, iniciamos a segunda etapa do estudo. A proposta foi observar as mudanças ocorridas quanto aos questionamentos realizados na etapa anterior, podendo compreender quais os principais impactos ocorridos na atuação pedagógica destes professores. Nesta etapa, além da entrevista, foi realizado o monitoramento da prática, a fim de ampliar a compreensão sobre as mudanças provocadas pela formação em Esporte Educacional.

Como primeiro questionamento, abordamos a existência de algum momento na escola voltado à prática de atividades de cultura corporal (recreação, educação física,

dança, esportes, etc.). Segundo as observações realizadas na primeira da pesquisa, tínhamos consciência que nas escolas pesquisadas os momentos destinados à prática de cultura corporal são o “intervalo”, que geralmente possui 15 minutos, e a aula de recreação, realizada nas sextas-feiras, no último horário da aula.

Porém, segundo os entrevistados, algumas escolas passaram a utilizar esse horário com atividades direcionadas, reforçando as ações que envolvem o Esporte Educacional. O que antes acontecia de forma “solta”, tornou-se uma recreação assistida. Segundo a professora XP1: “agora a gente interage com eles, a gente cria as regras, vai dificultando as brincadeiras. Antes era só jogo de bola, ou então jogo de correr.”

A utilização do momento do intervalo e da recreação como atividade pedagógica direcionada demonstra que os professores compreenderam o jogo para além da prática motora, notando a possibilidade do mesmo, como ferramenta de ensino, deixando de utilizá-lo para descontração, aquecimento e/ou ensino de outros conteúdos da educação formal e abordando as expectativas de ensino procedimental, conceitual e atitudinal inerentes das atividades de cultura corporal de movimento.

O jogo que a gente faz só é com relação às aulas: um jogo pra trabalhar leitura; um jogo pra trabalhar matemática. E a gente não tinha esse olhar de um jogo esportivo, um jogo recreativo. Então a partir desse projeto a gente conseguiu despertar esse olhar na gente e melhorou tanto como a prática da gente, quanto à evolução dos nossos alunos. Professora XP1

No que tange as expectativas de aprendizagem, percebemos durante as entrevistas e observações da prática pedagógica uma preocupação dos professores quanto às expectativas de aprendizagem atitudinais, ou seja, o Ensinar mais que Esporte. As

aulas de Esporte Educacional permitiram uma melhora nas relações sociais dos estudantes, havendo maior interação entre eles, independente de gênero, faixa etária e ciclo escolar, além de incentivar o protagonismo e a resolução de conflito através do diálogo.

Abrangendo o princípio da inclusão de todos, observamos que as atividades desenvolvidas nas aulas foram planejadas para permitir a participação ativa de todos os estudantes. Esta inclusão vai desde a ação simples de compreender que meninos e meninas podem jogar juntos, até envolvimento de pessoas com deficiência na prática. Em uma das entrevistas foi relatada uma mudança em relação à inclusão de uma criança cadeirante. Segundo a professora, no início, antes das formações, a criança não brincava de nada.

Ficava lá na cadeira dela no cantinho e pronto. Mas com o desenvolvimento dos jogos e das brincadeiras e das pequenas reuniões feitas em sala, então eles hoje identificam a criança em tudo. Eles sempre dizem: - Ela só não pode pular corda. Mas as outras atividades ela participa de tudo. Professora XP2.

Outro impacto relevante na atuação pedagógica foi à compreensão do princípio da construção coletiva. As atividades desenvolvidas nas aulas passaram a ser discutidas nas rodas de conversas a fim de repensar e reconstruir as regras e os jogos, permitindo uma vivência mais próxima da realidade dos estudantes. Segundo uma professora XP3, a atuação com Esporte Educacional fez com que eles se sentissem como “os principais personagens dessa história que é a aula. Então, a aula é nossa! Então vamos resolver juntos como é que vai ser. Isso melhorou muito a questão da valorização deles mesmo e com os jogos.” Para Fernandes e Almeida Júnior (2016), a construção das regras juntamente com os estudantes é de

fundamental importância para a aprendizagem da cultura corporal de movimento, afinal,

O princípio educativo da construção/reconstrução coletiva de regras parte do pressuposto de que as regras são elementos essenciais para que o jogo, a brincadeira ou qualquer outra prática corporal aconteça, ou seja, não existe jogo sem regras. Concordamos com tal afirmação, entretanto defendemos a ideia de que as regras deverão se adequar aos sujeitos do jogo e não o contrário. Nesta perspectiva entendemos que as regras do jogo deverão ser discutidas e definidas pelos sujeitos participantes da prática. (FERNANDES e ALMEIDA JÚNIOR, 2016, p. 14)

Por fim, buscamos identificar se a proposta metodológica desenvolvida e apresentada para o ensino do Esporte Educacional estava sendo multiplicada para além da sala de aula, ou seja, o compartilhamento da tecnologia social entre os professores. Foi interessante observar que alguns municípios iniciaram grupos de estudo, com reuniões mensais para discutir, avaliar e planejar as ações esportivas educacionais e disseminar este conhecimento entre os professores que não estavam inseridos no projeto. Em uma entrevista, a professora XP4, chegou a afirmar que o município interage com outros setores do município que se relacionam com o esporte, como projetos sociais e secretaria de esporte, cultura e lazer. “Interagindo com outros setores ligados ao esporte no município, a gente vai integrando as pessoas e eles vão multiplicando essa ideia.” – afirma a entrevistada.

CONSIDERAÇÕES

A partir dos resultados obtidos durante a primeira etapa da pesquisa, notamos que a maioria dos professores utilizava os jogos e brincadeiras sem finalidade pedagógica, sendo estes utilizados apenas como ativi-

dades recreativas, não havendo planejamento nem objetivos no que tange o campo das expectativas de aprendizagem procedimentais, conceituais e atitudinais propostas para o ensino do Esporte Educacional, demonstrando que este conteúdo (esportes, jogos e brincadeiras) não era encarado como uma peça integrante do processo ensino/aprendizagem. Percebemos também que os princípios pedagógicos preconizados para o Esporte Educacional - respeito à diversidade, inclusão de todos, construção coletiva, educação integral e rumo à autonomia – não se faziam presentes nas práticas relacionadas à cultura corporal de movimento, demonstrando não haver o conhecimento deste conteúdo por parte dos professores.

Durante o período de formação em Esporte Educacional, buscamos ampliar as possibilidades de atuação pedagógica dos professores da rede municipal de ensino, tendo em vista a educação para a cidadania, a fim de possibilitar uma maior compreensão sobre a importância da atuação por meio das práticas da cultura corporal de movimento, tendo como foco o Esporte Educacional.

Após as formações, identificamos um impacto significativo no campo das expectativas atitudinais propostas para o ensino da cultura corporal de movimento. Através das aulas ministradas sob a ótica da tecnologia social proposta pelo CRER-BA para o ensino do Esporte Educacional, houveram avanços na utilização dos jogos e brincadeiras enquanto ferramenta pedagógica, a reformulação da recreação e do intervalo como momento de ensino/aprendizagem, além do impacto nas relações sociais dos estudantes, melhorando o convívio e o respeito às diferenças, bem como a compreensão e disseminação dos princípios de inclusão de todos, construção coletiva, respeito à diversidade, rumo a autonomia e educação integral inerentes do Esporte Educacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rita de Cássia Pereira Dias; ESTEVES, Glauco Correia Sales. Esporte e cidadania: centro de referência esportiva do Recôncavo. / organizadores, Rita de Cássia Dias Pereira Alves, Glauco Correia Sales Esteves. – Cruz das Almas: Gráfica Civilização, 2014.

CARTAXO, Carlos Alberto. Jogos de Combate: Atividades recreativas e psicomotoras. Teoria e prática. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011;

FERNANDES, Mauro da Costa; ALMEIDA JÚNIOR, Admir Soares de. Escola de Tempo Integral / Caderno Pedagógico 01 – Jogos e Brincadeiras, Atletismo e Ginástica. Disponível em <<https://edufisescolar.files.wordpress.com/2011/03/estadocad-pedagc3b3gico-1.pdf>>. Acesso: em 30 Ago. de 2016.

GUETO, Associação Cultural Grupo Unido para Educação e Trabalhos de Orientação – GUETO. Formulário de Apresentação de Projetos/Programa Petrobras Esporte e Cidadania.

KORSAKAS, Paula; ROSE Jr, Dante. Encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófica-pedagógica. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, v.1 n.1, p. 83-93, 2002;

PAIVA, Rodrigo. A Dimensão do Esporte Educacional. Disponível em < <http://www.apabb.org.br/visualizar/A-dimenso-do-Esporte-Educacional/737>>. Acesso em: 26 abril de 2016.

ROSSETTO JÚNIOR, Adriano José. Práticas pedagógicas reflexivas em esporte educacional: unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem. 2 ed. rev. São Paulo: Phorte, 2012;

ROSSETTO JÚNIOR, Adriano et. al. Jogos Educativos: 5ª ed. São Paulo: Phorte, 2009, p. 16.

SANTIN, Silvino. Esporte Educacional: Esporte na Escola e Esporte da Escola. XXVI Simpósio Nacional de Educação Física, Pelotas – RS, 18.10.2007, p. 257;

SANTOS, Fernanda Silva dos. A educação para o lazer nas escolas de acordo com a literatura vigente. Artigo apresentado no X EnFEFE – Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 2006 – Niterói/RJ. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/a-educacao-para-o-lazer-nas-escolas-acordo-com-literatura-vigente/>>. Acesso: 27 de abr. de 2016.

SANTOS GARGALLO, I. Análisis contrastivo, Análisis de errores e Interlengua en el marco de la Lingüística Contrastiva, Síntesis, Madrid, 1993.

TUBINO, Manoel Jose Gomes. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá, PR: Eduem, 2010;

DOIS OLHARES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA EXPERIÊNCIA COM A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

TWO LOOKS ABOUT THE TEACHER FORMATION OF PROFESSIONAL EDUCATION: AN EXPERIENCE WITH THE UNIVERSITY EXTENSION

Ana Regina da Silva Dias

Professora Assistente do Departamento de Educação do Campus II. Doutora em Educação e Sociedade pela Universidade de Barcelona - a.regi@hotmail.com

Marilécia Oliveira Santos

Professora Adjunta do Departamento de Educação do Campus II. Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – leciasantos@bol.com.br

Resumo

O propósito deste texto é discutir e socializar a experiência do Curso de Extensão “Programa de Formação Docente” fruto da parceria realizada entre o Centro de Educação Profissional de Alagoinhas (CEPA), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (PMA) que funcionou durante os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 dando ênfase ao impacto que o mesmo teve para a formação profissional, construção da identidade e prática docente dos envolvidos. No primeiro momento do texto apresentamos uma breve reflexão sobre a atividade extensionista nas universidades brasileiras considerando os sentidos e propósitos que se buscou atender nos respectivos períodos históricos. Em seguida trazemos alguns dados sobre o Campus II da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, o Centro de Educação Profissional de Alagoinhas – CEPA e a cidade de Alagoinhas que ajudam a compreender a parceria estabelecida. Por fim, discutimos alguns relatos de pessoas que estiveram envolvidas no curso na condição de estudantes e da coordenadora da escola no período.

Palavras-chave: Educação. Formação profissional. Cidadania. Identidade Profissional.

Abstract

The purpose this text is to discuss and to socialize the experience of the extension Course “Teacher Formation Program” fruit of the partnership between the Professional Education Center of Alagoinhas (CEPA), the University of the State of Bahia (UNEB) and the Prefecture of Alagoinhas (PMA), that worked during the years 2003, 2004, 2005 and 2006 emphasizing the impact that it had in the professional education, construction and of identity and teaching practice of those involved. At the first moment of the text we present a reflection about the extension activity in Brazilian universities considering the meanings and purposes that sought to meet in the respective historical periods. Then we bring some data about the Campus II of University of the State of Bahia - UNEB, the Professional Education Center of Alagoinhas - CEPA and the city of Alagoinhas that help to understand the partnership. Finally we discussed some reports of people who were involved in the course provided students and school coordinator in the period.

Keywords: Education . Professional formation. Citizenship. Professional identity.

INTRODUÇÃO

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Muitas e diversificadas foram as atividades de extensão praticadas pelas universidades brasileiras desde seu surgimento no início do século XX. Para Gurgel (1986), em linhas gerais elas foram influenciadas por duas correntes distintas ainda que se tenha prevalecido uma ou outra ou mesmo a simultaneidade de ambas em virtude da correlação de forças político-econômica vivenciada em cada período histórico. A primeira corrente baseava-se no modelo europeu que ministrava cursos nas universidades populares e funcionava mais como resultado do empenho autônomo de intelectuais que buscavam uma aproximação com a população com o propósito de ilustrá-la numa perspectiva culturalista. A segunda tinha como base o modelo ofertado pelas instituições oficiais americanas que utilizavam o conhecimento produzido pelas universidades na perspectiva do desenvolvimento das comunidades, caracterizada pela ideia de prestação de serviços.

É importante destacar que as primeiras experiências extensionistas no Brasil estavam em consonância com os primeiros traços de implantação de políticas educacionais públicas. Até então os projetos educacionais foram desenvolvidos majoritariamente pela Igreja o que explica, ao menos em parte, a forte influência assistencialista que marcou as ações de ensino e extensão nas universidades brasileiras.

De acordo com Cunha (1986), os primeiros registros de atividade de extensão universitária no Brasil foram realizados pela Universidade de São Paulo que, entre 1914 e 1917, promoveu mais de 100 conferências abertas ao público não universitário. No ano de 1929 a Associação Brasileira de Educação (ABE) divulgou que a extensão universitária era es-

sencial,

(...) no sentido em que ella vem sendo hoje compartilhada por toda a parte do mundo civilizado. Levar ao conhecimento do público o que se vem fazendo no mundo tecnico, no campo da sciencia, no domínio das artes e das letras: os trabalhos que estão em ordem do dia, as directivas que se lhes dão. Impõem-se, para tanto, cursos e conferências públicas, de vulgarização e de alta cultura. (ABE, 1929)

Observa-se que o sentido atribuído à extensão continuava a ser o de veículo de divulgação do que se produzia internamente nas Universidades sem, contudo, uma discussão sobre os interesses da sociedade ou do entorno no qual as instituições estavam inseridas.

Para Tavares (1997), no período compreendido entre 1960 e 1964, as atividades extensionistas institucionalizadas foram quase ausentes cabendo aos estudantes o engajamento em campanhas de alfabetização de adultos e envolvimento nos Centros Populares de Cultura. Com o Golpe Civil-Militar de 1964 muitas dessas iniciativas foram incorporadas ao novo ideário desenvolvimentista e a Lei Básica da Reforma Universitária nº 5.540/68 definiu que a prestação de serviços de cunho assistencialista era a prioridade das ações extensionistas tendo os estudantes como protagonistas principais para desenvolvimento das mesmas.

Foi o avanço das organizações de professores, técnicos e estudantes que possibilitou gradativamente a instauração de uma nova política universitária na qual a extensão deixaria de ser exclusivamente a divulgadora da produção dos conhecimentos produzidos na universidade ou ainda a prestadora de serviços. A relação entre a universidade e a sociedade passou a incorporar novos acordos e intervenções com respeito aos interesses mútuos.

Nos últimos 50 anos, o Brasil passou por mudanças demarcadas no cenário político, econômico e social que influenciaram nas discussões teóricas sobre os propósitos e sentidos da extensão universitária que vem deixando de ter um caráter esporádico e assimétrico passando a ser incorporada nos programas educacionais e currículos com vistas a garantir a indissociabilidade entre ela, a pesquisa e o ensino.

UM BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS II DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB: O TRIPÉ ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO

Em 31 de julho de 1969 foi criada pelo Decreto Estadual nº 21.363 a Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas – FFPA, transformada em autarquia em 11 de novembro do mesmo ano pela Lei Estadual no 2.741. Os cursos inicialmente ofertados foram as Licenciaturas de Curta Duração em Letras (1972), Estudos Sociais (1977) e Ciências (1979).

A criação desta faculdade e de outras no período, derivaram das reivindicações da sociedade brasileira organizada que pleiteava a interiorização e expansão do ensino superior, até então restrito aos grandes centros e capitais. Como resultado desta demanda social, em fins dos anos 1960, foi realizada a Reforma Universitária que, de acordo com Carlos Benedito Martins (2009), “produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro”, ao tempo em que “modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais”, que foram se ajustando de maneira gradativa aos propósitos acadêmicos da reforma.

A Reforma possibilitou a criação de núcleos de ensino superior que posteriormente transformaram-se em faculdades a exemplo da Faculdade de Formação de Professores de Teixeira de Freitas, no Extremo-Sul da Bahia, e da Faculdade de Formação de Professores de Barreiras, no Oeste. No ano de 1983, al-

gumas dessas faculdades foram agrupadas, configurando a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Muitas foram às críticas que as licenciaturas curtas receberam das associações científicas e de classe. Os estudantes, por sua vez, também manifestaram descontentamentos com os rumos tomados pelas referidas licenciaturas. Atendendo a essas demandas, no ano de 1985, as licenciaturas da UNEB, em consonância com outros estados da federação, foram plenificadas.

Em setembro de 1997, a Lei 7.176 de 10 de setembro de 1997, reestruturou as Universidades Estaduais da Bahia, transformando-as em estruturas orgânicas de Departamentos. Deste modo, a antiga FFPA se transformou em dois Departamentos – Educação (DEDC) e Ciências Exatas e da Terra (DCET). Hoje, os departamentos ofertam os cursos de Letras com suas habilitações específicas (Língua Portuguesa e Literaturas, Língua Inglesa e Literaturas, Língua Francesa e Literaturas), História (derivado do extinto curso de Estudos Sociais) e Educação Física (DEDC); Ciências Biológicas e Matemática (resultante do desdobramento do antigo curso de Ciências), Sistema de Informação e Engenharia Sanitária e Ambiental (DCET).

Ao longo desses anos, os dois departamentos vêm atendendo a demanda educacional de ensino superior da região. Como resultado dessa atuação, verifica-se que dos docentes que atuam na cidade de Alagoinhas e nos municípios circunvizinhos e mesmo em localidades mais distantes, parte significativa são egressos dos diversos cursos oferecidos no Campus II da UNEB. Muitos egressos também atuam em outras áreas que não o ensino, como empresas públicas e privadas. E, embora o IDH da região ainda permaneça baixo, é certo que a atuação dos dois departamentos em muito contribuiu para sua melhoria, bem como dos demais indicadores sociais, em virtude da disponibilização dos

cursos tanto na modalidade de oferta contínua quanto da oferta especial em parceria com os programas especiais do Governo Federal e Estadual.

O Campus II também vem se destacando na oferta da pós-graduação com o Mestrado em Crítica Cultural e o Mestrado em História, Cultura e Práticas Sociais, e também dos cursos de especialização em Educação Física, Estudos de Línguas Estrangeiras, Biologia, Matemática e Estudos Africanos.

Além do ensino e da pesquisa, o Campus II complementa a proposta universitária através das atividades de extensão. Pela sua característica multicampi a UNEB vem sendo sistematicamente convocada pela comunidade a assumir parcerias com vistas a encontrar soluções que possibilitem a transformação de realidades adversas vivenciadas por vários segmentos da população baiana.

Muitas ações são desenvolvidas pelos departamentos com a supervisão e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, que busca incentivar a parceria entre a Universidade e a sociedade, ofertando cursos e desenvolvendo programas e projetos envolvendo docentes, discentes e técnicos da instituição. São experiências distintas que envolvem aspectos ligados ao analfabetismo, fome, saúde, educação, produção de alimentos e preservação ambiental. Os indicadores da Universidade revelam a ampliação dessas ações extensionistas que demandam uma reflexão constante da comunidade acadêmica e da sociedade na qual a mesma está inserida.

Muitas e diversificadas tem sido as ações realizadas envolvendo a comunidade alagoinhense e seu entorno. Neste artigo, refletimos sobre uma das experiências realizadas envolvendo docentes dos cursos de Letras e História, que foi o Curso de Extensão “Programa de Formação Docente”, pensado para atender à demanda de formação filosófica e didático-pedagógica de professores(as) em

exercício ou selecionados(as) para atuarem nas atividades de Educação Profissional desenvolvidas pelo Centro de Educação Profissional de Alagoinhas (CEPA).

O CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ALAGOINHAS – CEPA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

De acordo com Vânia Regina de Souza Santos (2008), o atual Centro de Educação Profissional de Alagoinhas vivenciou três fases demarcadas por questões externas à escola que tentaremos sintetizar a seguir.

A primeira, denominada Escola Profissional Ferroviária de Alagoinhas, teve início no ano de 1941 e foi até o ano de 1962. Sua criação foi determinada pelo Conselho Ferroviário de Ensino e Seção Profissional e foi administrada e mantida financeiramente pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro – VFFLB. Os propósitos desta escola eram os mesmos da matriz, localizada na cidade de São Paulo: qualificar jovens do sexo masculino para os trabalhos da Ferrovia que, até então, contava com uma mão de obra que eles consideravam despreparada para as funções que exercia.

Tatiane Figueiredo Araújo (2013) afirma que a instalação da escola profissional teve importante destaque no cenário social da cidade de Alagoinhas uma vez que permitiu aos jovens oriundos das camadas populares acesso ao ensino formal com possibilidade de assegurar um futuro emprego. Durante o curso, estes recebiam uma bolsa que contribuía com o orçamento das suas famílias.

A escola foi desativada no ano de 1963, permanecendo, assim, até o ano de 1972. De acordo com Santos (2008), as precárias condições das instalações físicas e parte do maquinário que se encontrava obsoleto foram fatores determinantes para a interrupção das atividades. Nesta primeira fase, foram disponibilizados cursos de Carpintaria, Mecânica e Ferraria, e totalizou a formação de 537 pro-

fissionais nas diversas áreas técnicas que se propôs a qualificar.

A segunda fase teve início quando foi reaberta no ano de 1973 e foi até o ano de 1996, período em que foram qualificados 774 estudantes. Foi reaberta com novas instalações e maquinário mais moderno. Esta fase funcionou em regime de acordo entre a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que juntos passaram a administrar e manter a Escola, então denominada Centro de Formação Profissional de Alagoínhas. Segundo Souza (2013), este acordo previa que a RFFSA assumisse as responsabilidades do ponto de vista físico, didático e financeiro. Ao SENAI cabia a parcela de qualificação dos docentes e emissão dos certificados para os discentes.

O ingresso nesta fase obedecia a um processo seletivo aberto à comunidade, no qual o pleiteante realizava uma prova escrita e uma avaliação psicológica. Uma das exigências era que o estudante estivesse em dia com suas atividades escolares, uma vez que o curso profissionalizante acontecia em paralelo com os extintos cursos de 1º e 2º graus.

Nesta fase, os alunos recebiam o vale alimentação e uma remuneração que aumentava na medida em que eles avançavam no curso e essa remuneração também se constituía em significativa contribuição para a renda familiar (SOUZA (2013)). A disputa era grande pelas vagas porque um percentual de 70% a 80% dos alunos permaneciam como funcionários contratados pela RFFSA. A oferta dos cursos foi ampliada e diversificada a exemplo de Mecânica Geral, Mecânica de Tornos, Mecânica de Freios, Mecânica de Motores, Eletricidade de Locomotivas, Serralheria e Soldagem atendendo as demandas do período.

A terceira fase começou no ano de 1996 e segue até os dias atuais. Sua demarcação se deu pela privatização da RFFSA e da transfe-

rência das atividades ferroviárias na Bahia para a Ferrovia-Centro-Atlântica – FCA. Na negociação da ferrovia para a nova administração, as escolas profissionais não estavam inclusas.

Para garantir a continuidade da oferta dos cursos de aprendizagem industrial no município, a RFFSA firmou um convênio com a Prefeitura Municipal de Alagoínhas e todas as instalações e equipamentos foram cedidos, inicialmente por um prazo de cinco anos, podendo ser renovado. O convênio foi autorizado pela Lei Municipal de nº 1008/93, datada de 04 de fevereiro de 1993.

Desde então o município passou a assumir as atividades do Centro de Formação Profissional tanto no que diz respeito ao processo de seleção dos alunos e dos professores quanto às questões referentes à manutenção do espaço, dos equipamentos, da vigilância e dos tributos referentes ao período de vigência do acordo. A partir do ano de 2004, o nome da escola foi alterado para Centro de Educação Profissional de Alagoínhas – CEPA, oferecendo cursos de Eletricidade (Básica, Predial e Industrial), Mecânica de Usinagem, Mecânica de Motores (Gasolina, Álcool e Diesel) e Metalurgia, em nível básico.

Cabe destacar que a cidade de Alagoínhas tem sua história marcada pelas atividades ferroviárias e por ser o principal entroncamento do Norte e Nordeste do país, localizada ao leste da Bahia e à 120 Km da capital do estado. Atualmente vem se destacando, dentre outros aspectos, pelo desenvolvimento da indústria de bebidas e de embalagens.

O CURSO DE EXTENSÃO “PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ALAGOÍNHAS”

O Curso de Extensão “Programa de Formação Docente” do Centro de Educação Profissional de Alagoínhas (CEPA) foi aplicado nos períodos compreendidos entre: 09 de agosto

e 14 de dezembro de 2003; 29 de maio e 04 de dezembro de 2004; 1º de agosto e 10 de novembro de 2005; e 11 de julho a 31 de outubro de 2006, ou seja, durante quatro anos consecutivos. Em 2003, o curso totalizou 160 horas/aulas; em 2004, 240 horas/aulas; em 2005, 200 horas/aulas; e em 2006, 260 horas/aulas.

Naquele momento, o CEPA enfrentava dificuldades para selecionar profissionais que pudessem exercer a docência em seus cursos dada à escassez, na região, de professores(as) qualificados(as), o que vinha refletindo negativamente na qualidade do ensino oferecido por tal instituição. O seu quadro docente era constituído por alguns dos seus ex-estudantes, também por ex-estudantes do antigo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, e por egressos de outras escolas técnicas do município e região; ou seja, professores que possuíam a qualificação específica da área técnica, mas não a formação filosófica didático-pedagógica da docência. Além disso, esse quadro era instável, diante da evasão frequente desses profissionais para atuarem em outras escolas técnicas do município que ofereciam melhores salários, ou para exercerem a profissão em empresas, o que, por sua vez, lhes garantiria não apenas melhores remunerações mas também melhores condições de trabalho, afastando-lhes definitivamente da docência.

Diante desse contexto, esse curso de extensão teve como objetivo criar condições de aprofundamento teórico com base em reflexões fundamentadas na prática pedagógica, tendo em vista o desenvolvimento de competências relacionadas à atividade docente, atendendo, assim, à demanda de formação filosófica e didático-pedagógica de candidatos selecionados e docentes em exercício da atividade de Educação Profissional desenvolvida pelo Centro de Educação Profissional de Alagoínhas, ou seja, foi direcionado para identificar e preparar antecipada e apropria-

damente, profissionais dotados de interesse, afinidade e perfil, para que pudessem atuar como docente dessa área. Por isso, ter concluído o curso se constituiu em condição para ingresso na escola como docente.

Assim, o Centro de Educação Profissional de Alagoínhas acreditava que iria interferir positivamente na qualidade do ensino oferecido, como revela esse trecho da justificativa do projeto do curso:

Entendendo que a atuação de professores na atividade de educar é por demais complexa e exige competências básicas iniciais ao desenvolvimento desta função, ao identificarmos nos candidatos o perfil e a afinidade, buscaremos proporcionar-lhes um curso de formação teórica-prática para que os mesmos, no exercício da docência, tenham inicialmente uma preparação condizente ao alcance da qualidade de ensino, e conseqüentemente, da qualidade de aprendizagem dos nossos alunos. Acreditamos na continuidade da qualidade de educação que oferecemos e buscamos desenvolvê-la no cotidiano de nossas atividades, por isso, a formação inicial e continuada dos docentes que ingressam nesta entidade é considerada de grande importância para o alcance de nossos objetivos (PROJETO, 2003).

Com este objetivo o CEPA buscou parceria com a Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoínhas, Departamento de Educação (DEDC), para selecionar e qualificar os(as) seus(suas) professores(as). Essa parceria formalizou-se através de um convênio de nº 16/2003, firmado entre a Universidade e o CEPA, como consta no resumo do Diário Oficial do Estado da Bahia nº 18.413 e 18.414, datado de 08 e 09 de novembro de 2003, p. 36. Vale ressaltar que esse convênio foi renovado anualmente, durante a vigência do curso, ou seja, em 2004, 2005 e 2006.

TABELA 01 - ESTRUTURA CURRICULAR INICIAL DO CURSO		
Módulo Programático	Conteúdos	Carga horária
Princípios Filosóficos da Educação Contemporânea	Apresentação do Programa de Formação Docente/O que é educação/Pressupostos Epistemológicos da Educação/Papel social e político da Educação.	16 horas/aula
Educação, Política, Estado e Sociedade	Introdução geral das noções de educação, política, estado e sociedade/Estudo da concepção e atuação do Estado, ordem social e participação política.	12 horas/aula
Concepções Epistemológicas da Educação	Abordagem inatista-maturacionista/ comportamentalista/ construtivista/Abordagem socio-interacionista/Noção e Lógica das Competências.	16 horas/aula
Didática Educacional	Tendências pedagógicas no Brasil: liberal e progressista/Planejamento, projetos e seus níveis.	24 horas/aula
Educação Profissional	Histórico da educação profissional/Cenário atual do mundo do trabalho/Educ.profissional na nova LDB.	08 horas/aula
Avaliação Educacional	Pressupostos Epistemológicos e Filosóficos da Avaliação/A avaliação na prática escolar	08 horas/aula
Conceitos e Especificidades da Educação Profissional	Tarefa; Operação; Posto de trabalho; SMO – Série Metódica Ocupacional; Programa;Quadro Analítico;Roteiro de avaliação; Folha de Tarefa/Informação Tecnológica/de Operação; Módulos Instrucionais; Noções de Análise Ocupacional; Organizacional e Administração de Oficinas Escolares; Estudo da Tarefa; Demonstração; Roteiro de trabalho; Execução da tarefa; Acompanhamento e avaliação;Registros escolares;Diário de classe; Fichas diversas da ação da Prática Profissional.	24 horas/aula
Competências na Educ. Profissional	Conceito de competências/Competências na Educação Profissional: Aplicações Práticas.	08 horas/aula

TABELA 01 - ESTRUTURA CURRICULAR INICIAL DO CURSO		
Módulo Programático	Conteúdos	Carga horária
Ética e Valores na Educação	A formação ética do educador Ética e valores na prática educativa.	04 horas/aula
Perfil do Profis. Docente	Relações humanas e atitudes profissionais	04 horas/aula
Política Adm. e Pedag. do CEPA	Regimento escolar/Plano de curso/Projeto político pedagógico/Cursos/Estrutura curricular.	04 horas/aula
Produção textual	Conceito de leitura/Leitura e interpretação de textos/Elaboração de textos escritos.	04 horas/aula
Oficinas Pedagógicas	Oficinas Pedagógicas para a Feira de Educação Profissional	38 h./aula - 16h – Planej.10h – Ofic.; 12h – Feira de E. P.
Seminários Temáticos	Seminário Temático do Curso de Formação de Professores de Educação Profissional	40 h./aulas (38h – Planej. 12h - S. T.)

Fonte: O projeto inicial do curso e seus respectivos ajustes

Para mediar essa formação, foram adotados princípios que norteiam uma prática pedagógica reflexiva, para que os(as) estudantes-docentes discutissem as experiências vividas em sala de aula, buscando compreendê-las e transformá-las, identificando as situações rígidas e obsoletas que inviabilizam a construção do conhecimento. Não levamos receitas prontas e ideias consideradas absolutas para os(as) estudantes-professores(as), uma vez que o curso tinha a intenção de suscitar reflexão e análise crítica, favorecendo a possibilidade de discutir e analisar situações reais e complexas de práticas em sala de aula, embasados(as) pelos fundamentos teóricos estudados, percebendo a ação e a reflexão como indissociáveis, complementares e irreduzíveis na compreensão e atuação do processo educativo.

Para tanto, optamos por estruturar esse projeto em etapas distintas, a saber:

- Formação Continuada Inicial

Nesta etapa, os(as) docentes estudavam os fundamentos filosóficos e didáticos- pedagógicos da docência (concepção de educação, de conhecimento, perfil profissional, relações interpessoais, didática, avaliação), ao mesmo tempo em que vivenciavam atividades de integração com os demais membros do corpo funcional da Escola – professores, supervisores, coordenadores, pessoal de apoio, técnico-administrativo e estudantes, observando e acompanhando suas atuações. A partir dessa observação da realidade na qual eles(as) iriam atuar, retornavam à sala de formação continuada para refletir sobre tais dados, embasados(as) pelos fundamentos teóricos discutidos e estudados nos módulos programáticos.

Desse modo, essa etapa constava de três momentos: a) estudo dos fundamentos filosó-

ficos e didático-pedagógicos da docência; b) observações de aulas ministradas pelos professores da instituição; c) apresentação ao final do curso, de Seminários Temáticos sob a orientação dos mediadores.

- Formação continuada

Esta etapa era desenvolvida pelos docentes que estavam lecionando nos cursos profissionalizantes do CEPA, que além de participar do estudo sistemático dos fundamentos filosóficos e didático-pedagógicos da docência, elegiam temas relevantes às necessidades reais da prática educativa e a ideia de autogestão pedagógica, a partir da ação-reflexão-ação do seu fazer, para serem debatidos em sessões de estudo, e apresentados, posteriormente, através de mesas redondas, nos Seminários Temáticos. Também fazia parte dessa etapa, o planejamento das Oficinas Pedagógicas a serem apresentadas durante a Feira de Educação Profissional do CEPA, momento em que os cursos oferecidos pela instituição expunham suas produções para a comunidade.

O estudo sistemático dos fundamentos filosóficos e didático-pedagógicos da docência, através dos módulos programáticos, ocorria de segunda à sexta-feira, à noite, após ter sido elaborado o calendário do curso pela coordenadora, juntamente com a coordenação e direção da escola. Cabia também à coordenadora, em parceria com o(a) professor(a), o planejamento e elaboração de cada módulo programático, que continha ementa, objetivos, conteúdos, metodologia, recursos e avaliação.

A aprovação dos(as) estudantes-professores no curso ocorria após análise de aspectos quantitativos e qualitativos. No que se refere aos aspectos qualitativos, era observado: pontualidade; assiduidade (mínimo de 75% sobre a carga horária total do curso); participação nas discussões; relação in-

terpessoal; apresentação dos trabalhos em sala de aula. A avaliação quantitativa dizia respeito às produções escritas solicitadas pelos(as) professores(as) de cada módulo programático (resenhas, fichamentos, resumos de textos estudados). Tais produções eram orientadas no início de cada módulo e deveriam ser reescritas pelos(as) estudantes-professores(as) sob orientação dos(as) mediadores(as) dos módulos. O somatório final da avaliação qualitativa com a quantitativa deveria resultar na média 7,0 (sete) para que o estudante-professor fosse aprovado no curso.

Vale ressaltar que assim como eram avaliados, os(as) estudantes-professores(as) também avaliavam os(as) mediadores(as) de cada módulo. E a partir dessa avaliação, fazíamos o planejamento no ano seguinte. Daí, a mudança de carga horária em algumas versões do curso.

REPENSANDO A EXPERIÊNCIA: O RELATO DE TRÊS PROFESSORES-ESTUDANTES E DA COORDENADORA DO CEPA

Após ter proporcionado a formação inicial filosófica e didático-pedagógica de 96 (noventa e seis) professores e apenas uma professora da Educação Profissional nos seus quatro anos de funcionamento, podemos hoje, lançar um olhar, ou melhor, dois olhares retrospectivos para o Curso de Extensão “Programa de Formação Docente” do Centro de Educação Profissional de Alagoinhas (CEPA), através do relato de três professores-estudantes do curso no primeiro ano do seu funcionamento (2003), e da coordenadora da escola.³

Quando indagados se a experiência com o curso foi importante para a sua atuação profissional, os três professores responderam que sim, justificando-se:

(...) Enquanto profissional docente do antigo Centro de Educação Profissional, até aquele momento, eu não tinha conhecimento da ciência da educação; conhecimento sobre como o aluno aprende e sobre como se aprende juntamente com ele etc. Neste sentido, considero fundamental o aprendizado que eu tive naquela época, tendo em vista exercer a atividade docente de forma um pouco mais consistente e consciente da relação aprendizagem-ensino-aprendizagem. (Professor 01)

Iniciar a minha vida profissional como profissional da educação, justamente na educação profissional, me trouxe muitos desafios e inquietude. Uma delas foi o encontro de uma estrutura educacional pautada na Escola Filosófica Tecnicista, no caso a Escola Profissional de Alagoinhas, com todos os seus valores, costumes e processo metodológico, confrontando minha forma de ver e reconhecer o homem, como ser pensante e com diversas possibilidades. Essa dicotomia desde princípio da minha caminhada me angustiou muito, pois via naquele ambiente, não “uma saída” para a vida, dos discentes e sim uma padronização de pensamento, atitude e valores. Ao participar desde curso foi possível entender esse processo de educação voltada para mecanização e suas padronizações, desta forma, entendo essa pedagogia e seus interesses. (Professor 02)

Nos períodos em que participei do curso, estava iniciando minha vida profissional na docência, possuía a competência técnica, contudo, não a didático-pedagógica, com isso, acabava reproduzindo o modelo didático no qual fui educado, buscando referências nos professores dos quais fui aluno o que por vezes culminava em escolhas equivocadas, anacronismos e incompreensão do novo. Exercia uma prática da qual existiam teorias que as explicavam, recomendavam, melhoravam ou as rechaçavam e eu as desconhecia. Numa perspectiva pla-

tônica antes do curso eu me encontrava na ignorância obscura da caverna e o aproveitamento do curso me proporcionou a luz do conhecimento na minha prática pedagógica. (Professor 03)

Em relação à contribuição do curso na reflexão sobre a atuação profissional como professor, todos responderam positivamente:

Acho que a proposta do curso era justamente a de possibilitar ao docente refletir sobre a sua prática. O curso não focava numa área específica da formação profissional, mas sim na educação profissional de forma mais ampla. Penso que foi uma contribuição muito necessária, servindo como uma espécie de espelho que me possibilitava autocontemplar enquanto professor. (Professor 01)

O curso contribuiu para minha formação como professor, pois as abordagens foram de muita qualidade, possibilitou ver o conteúdo curricular como ferramenta, e passando a ter o processo de ensino aprendizagem, como eixo central. Sem perder de vista, a escola, a família e a sociedade, como tripé para a formação de um ser humano melhor. (Professor 02)

Foram muitos os momentos em que discutíamos o papel do professor durante todo o curso, inclusive analisando situações problemas e no meu caso em específico, a transposição da teoria para prática se dava de forma imediata devido ao fato de começar a atuar com o curso em andamento, logo, o exercício tese, antítese e síntese e também ação-reflexão-ação era diário, assim sendo, construía dia a dia o sentido lógico de qual era o meu papel enquanto professor em todo o processo. (Professor 03)

Ao responderem à questão: Qual o impac-

to que essa experiência trouxe para construção da sua identidade profissional, eles registraram:

(...) Então, durante essa trajetória professei muitas coisas, ou seja, tive várias profissões. Por isso, é difícil para eu definir qual é minha identidade profissional. Acho que sou professor! Sem falsa modéstia, acho que não me importa em qual área, ou em qual profissão eu atue. Acho que o que verdadeiramente importa para mim é que eu me sintam bem com o que eu faça e, neste sentido, promova o bem das pessoas. Talvez este seja o grande impacto que a experiência docente me proporcionou: a possibilidade de sempre aprender algo novo; a possibilidade de aprender a aprender (lembrando Pedro Demo); a possibilidade de contribuir para que alguém aprenda algo. (Professor 01)

Essa importante oportunidade me concebeu imensa reflexão sobre a complexidade da educação e seu profissional, como também, os diversos dilemas do discente. Por outro lado, fortaleceu-me no que tange o meu papel como professor e o desenrolar da pedagogia como ciência, para construção de uma sociedade a qual busca a formação para o mundo do trabalho, a cidadania e a vida. (Professor 02)

A repercussão em minha vida profissional foi muito positiva, diria até que determinante, em virtude desse envolvimento, decidi ali o que realmente queria pra minha vida profissional, busquei novos horizontes dentro da área de educação, graduei-me e durante o processo da graduação enquanto alguns colegas sofriam por enxergar num curso de licenciatura distinção entre o professor e o pesquisador eu já caminhava com os dois sem crises existenciais, acabei me destacando nos Componentes de Estágio Supervisionado ministrados pela professora Eliane Brito graças à bagagem que construí durante o curso, continuei me aperfeiçoando também na área de gestão

pedagógica e hoje exerço a profissão com a certeza e a responsabilidade de sempre buscar fazer a coisa certa e por mais que oportunidades apareçam ainda não consigo ficar fora de uma sala de aula, onde não procuro fazer o possível e sim o meu melhor. (Professor 03)

No tocante à repercussão da experiência com o curso para o aperfeiçoamento da prática docente, eles relataram:

Estou afastado da atividade docente há pelo menos 10 anos. Mas, uma vez professor, sempre professor! (...). A experiência em pauta repercute até hoje especificamente na forma de eu me expressar, de expor minhas ideias, de defender uma tese. Enfim, mudou a forma de me comunicar e me expressar com o mundo. Não que eu me considere um bom comunicador, mas antigamente as limitações que eu tinha eram muitas. Então, não vejo nenhuma repercussão negativa, muito pelo contrário, a não ser pelo fato de um professor brasileiro ganhar pouco em relação a outras profissões. (Professor 01)

Essa experiência me trouxe um outro olhar para o processo de ensino aprendizagem, olhar direcionado para a pessoa, com suas qualidades, defeitos, possibilidade e dificuldades, que caminha no processo do aprender. Essas e outras tantas discussões com colegas e as leituras dos textos e livros, proporcionou-me um valorização principalmente na pessoa, sem perder de vista os conteúdos curriculares, intitulada como ferramentas. (Professor 02)

Na verdade essa experiência pavimentou o caminho da minha prática docente, foi um início que sem sombras de dúvidas deveria ser ofertado a todo principiante. Sempre levei o curso a sério por entender ser importante naquele momento, mas o distanciamento do tempo me mostrou que na verdade eu não tinha a real dimensão dos

benefícios a minha formação que tal empreitada estava por reservar. (Professor 03)

A seguir, o que cada um destacou da experiência:

Hum... O compromisso dos docentes que ministraram o curso. Lembro-me muito bem de Aleisa Garcia (in memorian), Ana Regina, Nilson Roseira, Sidney, Alesandra, e tantos outros que me fogem da memória no momento, mas que no conjunto da obra formaram um time muito competente (especial) em nível, inclusive, de um curso de pós-graduação em educação, sem a menor sombra de dúvida. Por falar nisto, este é outro ponto que eu destaco: é uma pena que para o currículo aquele curso tenha sido considerado apenas como um curso de extensão, não é?! (como chamam na universidade), ou como um curso livre (como chamam no mercado atual). Pois, somadas as cargas horárias, totalizaram aproximadamente 400 horas/aulas. Foi um curso muito bom capitaneado por pessoas muito competentes. (Professor 01)

Destaco nessa oportunidade, as políticas educacionais dispensadas aos brasileiros que por décadas, história de precarização, descaso e também, de intencionalidades, como é o período da Ditadura Militar, ao qual a educação em massa era para atender os interesses de um mercado ávido por lucro, a tal ponto de desconsiderar em diversos momentos, o lado humano do discente e docente. Outro ponto importante é a tomada de consciência, e principalmente da intencionalidade, dos diversos tipos de educação, para o médico, professor, gestores públicos, operários e principalmente para o oprimido, como ferramenta de poder, exploração, controle exclusivo. (Professor 02)

Para além do aprendizado e bagagem na preparação profissional, o que nunca me

saiu da cabeça era o compromisso, dedicação, capacidade e, sobretudo, a seriedade dos professores que ministraram o curso, me passavam uma segurança e a responsabilidade de não falhar no compromisso de produzir e reescrever os textos ao final de cada módulo, ali pude ter a noção de quão séria deve ser tratada a educação. (Professor 03)

No que diz respeito aos componentes do curso que cada um destacou para o seu crescimento profissional disseram:

As teorias da aprendizagem; o aprendizado da didática; as técnicas e dinâmicas de grupo; planejamento de aula. Para minha prática docente estas coisas foram e são as mais relevantes. (Professor 01)

Dentre vários componentes de suma importância para a minha formação profissional, podemos citar as teorias da aprendizagem da educação, onde conhecemos as contribuições dos fundamentos psicológicos para a educação, os elementos constitutivos existentes no processo de ensino-aprendizagem e as correntes epistemológicas: empirismo, inatismo e interacionismo. Pontos que ajudam no entendimento da educação, como processo complexo, lento e valoroso na vida do discente. (Professor 02)

Todos foram muito importantes, contudo, para o momento em que eu me encontrava profissionalmente, Educação com professor Nilson Roseira e professora Ana Regina, Educação, Política, Estado e Sociedade com professora Mariléia Oliveira, Didática com professora Aleisa Silva (in memorian), Avaliação professora Alesandra de Jesus, Concepções do Conhecimento professora Cristiane Mendes e Ética com professora Normandia Azi foram os mais relevantes no momento. (Professor 03)

Está presente nos discursos dos profes-

res, a tomada de consciência em torno do papel da educação contemporânea e de como se dá a produção do conhecimento escolarizado, e não mais a reprodução dos modelos de prática docente vividos; o que revela que o curso ampliou as suas percepções em torno do ato de educar, visto a partir dessa nova perspectiva, como um ato recíproco de educar e educar-se. Palavras como “espelho”, “autocontemplar”, e expressões como “o exercício tese, antítese e síntese” e “ação-reflexão-ação”, assim como a percepção do conteúdo curricular como ferramenta e o processo ensino-aprendizagem como eixo central, denotam a reflexão contínua realizada por esses professores a partir das vivências proporcionadas pelo curso, resultando na construção do sentido que possuía para cada um, ser professor.

Os três depoentes relatam que o curso impactou significativamente, na construção da sua identidade profissional; até mesmo o Professor 01 que no momento não está exercendo a docência, descreve os resquícios da experiência na sua atuação nesse momento, demonstrando a sua condição de aprendiz permanente e ciente do seu papel educativo civilizatório. Já o discurso do Professor 03 expressa o quão “determinante” foi o curso para definir os rumos da sua trajetória como discente e como docente.

O aperfeiçoamento da prática docente proporcionado pelo curso é descrito pelos depoentes como desenvolvimento de habilidades como a expressão oral; mudança do olhar em relação ao processo ensino-aprendizagem e enfoque na “pessoa”; e “pavimentação” do caminho trilhado. Além disso, o professor 03 ressalta como o distanciamento proporcionado pelo tempo, permitiu averiguar “a real dimensão dos benefícios a minha formação que tal empreitada estava por reservar”.

Enquanto o professor 02 destaca o papel político da educação discutido durante o curso, o que é focado da experiência com o curso, tanto pelo Professor 01 quanto pelo Professor 02 é o compromisso, dedicação, segurança, seriedade, competência, dos(as) mediadores(as) do curso; ou seja, o que ficou demarcado de tal vivência foi a modo como foi mediado por seus(suas) professores(as), a conduta de cada um(a) deles(as).

Embora tenham se passado treze anos, os nomes de muitos professores e professoras são recordados pelo Professor 03, assim como os módulos mediados por cada um(a) deles(as), demonstrando que a postura assim como os conteúdos desses professores estão a interferir ainda hoje, na sua prática docente.

Como afirmado anteriormente, também a coordenadora da escola na época do funcionamento do curso, dispôs-se a colaborar com esta reflexão. Quando questionada sobre a importância do curso para sua formação como profissional, ela relatou:

Através da reflexão do conhecimento prático desenvolvi competências e habilidades com base no aprofundamento teórico num processo permanente de aprendizagem tendo em vista a melhoria da educação na escola. A troca de experiência entre os cursistas, a formação in loco considerando os fatores que dificultavam e facilitavam o processo de ensino-aprendizagem enriqueceram a minha formação profissional, contribuindo significativamente para mudanças que se faziam necessárias nas ações pedagógicas da escola.

Apesar de ter a formação inicial em Pedagogia, trabalhar numa escola de educação profissional com uma atuação historicamente tecnicista, rígida e obsoleta para atender e acompanhar as exigências sociais e tecnológicas do mundo atual era um desafio, uma formação continuada em serviço com embasamentos teóricos práticos

que desconstrói essa concepção de educação fragmentada, formação essa que adotou um conjunto de princípios baseados na prática reflexiva ação-reflexão-ação, só contribuiu para qualificar a minha ação pedagógica.

Quanto à repercussão da experiência com o curso para o aperfeiçoamento de sua prática docente, a coordenadora narra:

Essa experiência repercutiu positivamente na minha atuação como coordenadora pedagógica, despertando o meu olhar para a necessidade de ampliação no espaço escolar, principalmente nos momentos de planejamento, a valorização da prática reflexiva do professor e, sobretudo a compreensão de que as mudanças precisam ser coletivas e ocorrem nos níveis políticos, sociais, éticos e não só educacionais. Ocorreram mudanças fundamentais no processo educativo da nossa escola, mudamos nossa visão em relação ao papel social da educação e mudamos gradativamente a medida que íamos aprendendo, abandonamos por reconhecimento a prática tecnicista e conservadora e adotamos conscientemente uma prática transformadora.

E de tal experiência, a coordenadora destaca:

Destaco a importância das experiências compartilhadas e as reflexões coletivas na construção dos saberes pedagógicos e as transformações gradativas nas práticas docentes tomando como base a apropriação e produção de conhecimentos teóricos.

Assim, tanto os professores quanto a coordenadora relatam a construção de novos saberes pedagógicos, a adoção consciente de uma prática transformadora, o abandono por reconhecimento da prática tecnicista e a mudança da visão em torno do papel social da educação, proporcionados pela proposta do curso de pensar a prática docente a partir do princípio ação-reflexão-ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FORMANDO E FORMANDO-SE...

Lançar nossos olhares para o Curso de Formação Docente do Centro de Educação Profissional de Alagoínhas (CEPA) aplicado nos anos 2003, 2004, 2005 e 2006, ou seja, após 10 anos da sua última versão, através dos relatos de três professores e da coordenadora da escola, nos possibilitou evidenciar os seus impactos não apenas no que se refere à proposta da Universidade de exercer o seu papel educativo de atender às necessidades da comunidade onde está inserida, como também no que diz respeito ao nosso lugar de professoras que mediam a formação inicial e continuada de professores e professoras.

O Campus II da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, aqui representado pelo Departamento de Educação (DEDC), ao firmar convênio com o Centro de Educação Profissional de Alagoínhas para oferecer o referido curso, não somente comungou com os seus propósitos de oferecer uma educação profissional de qualidade, fundada em princípios emancipatórios e transformadores, que visa o exercício pleno da cidadania, como atuou efetivamente para que essa educação ganhasse corpo e se materializasse, possibilitando a produção de novos conhecimentos e, conseqüentemente, interferindo positivamente nos aspectos sociais, políticos, econômicos da comunidade e do seu entorno.

E no que se refere ao nosso lugar de professoras que mediam a formação inicial e continuada de professores e professoras, os relatos dos professores e da coordenadora apontam para a essência das nossas práticas pedagógicas: a relação que estabelecemos com o nosso fazer, a postura que assumimos quando exercemos a docência, o sentido que tem para nós estarmos e atuarmos no mundo da educação.

Dez anos se passaram e esses professores e a coordenadora se referem ao curso como “pavimento” de sua trajetória docente, como saída “da caverna obscura da ignorância” de sua prática, como mudança na forma de olhar o processo ensino-aprendizagem, como adoção consciente da prática transformadora. E essas expressões emanadas dessa experiência nos dizem como devemos trilhar esses caminhos tortuosos, mas extremamente gratificantes, do formar e formar-se, do educar e educar-se.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. A experiência de extensão universitária da UFG: uma terceira função? Anais do IV Seminário Nacional do HISTEDBR: Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil.
- ARAÚJO, Tatiane Figueiredo. A vida nos trilhos: profissionalização, trabalho e política a partir das memórias de um ferroviário. Monografia (TCC - História). Universidade do Estado da Bahia. Campus II. 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. O problema universitário brasileiro; inquérito promovido pela secção de ensino tecnico e superior da ABE. Rio de Janeiro: a Encadernadora S.A., 1929.
- BAIBICH, Tânia - Perfil Nacional da Extensão Universitária nas Universidades Públicas Brasileiras. Cadernos de Extensão. UFPR. Curitiba, outubro/1995.
- BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: Universidade e Educação. Campinas, Ed. Papyrus, 1992, p. 71-78.
- BOTOMÉ, Silvio Paulo. Pesquisa alienada e ensino alienante. O equívoco da extensão universitária. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CUNHA, Luiz A. A universidade temporã. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1986.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade & Poder – Análise crítica/ fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro. RJ: Achiamé, 1980.
- FREIRE, Silene de M. Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade. Conexão UEPG. Disp. em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3670/2586>. Acessado em: 20.08.2016.
- GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária. Comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez, 1986.
- GARRAFA, Volney (org.). Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades: 1987/1988. Brasília/DF: Editora UNB, 1989.
- JATOBÁ, Erick A.; ARAÚJO, Maria de Lourdes H. S. Extensão Universitária na Formação de Professores da Educação Básica: reflexões e proposições. In: Revista Extensão. v.06, nº 01.
- JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15/09/2004. Disp. em: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>. Acessado em: 20.08.2016
- MARTINS, Carlos B. A reforma Universitária e a abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. Disp. em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acessado em: 25.08.2016
- SANTOS, Vânia Regina de S. Entre trilhos, dormentes e estações: a Escola Profissional Ferroviária da Alagoinhas (1941-1962). Dissertação (Mestrado). UNEB. Faculdade de

QUALIDADE DA ÁGUA PROVENIENTE DE NASCENTES URBANAS E UTILIZADA PARA CONSUMO PRÓPRIO POR MORADORES DE DIVINÓPOLIS-MG

QUALITY OF WATER FROM URBAN SPRINGS AND USED FOR SELF CONSUMPTION BY DIVINÓPOLIS-MG RESIDENTS

Adriano Guimarães Parreira

Prof. Dr. da Universidade do Estado de Minas Gerais-Unidade Divinópolis MG – UEMG.
adriano.parreira@uemg.br

Fabício Maximo Orlando

Escola Estadual Ilídio da Costa Pereira- Divinópolis MG. fabri.maximo@hotmail.com

Camila Castro Mourão

Escola Estadual Ilídio da Costa Pereira-Divinópolis MG. camilacmourao@icloud.com

Resumo

No município de Divinópolis (MG) muitos moradores têm buscado fontes hídricas cujas informações relativas à qualidade da água são inexistentes ou encontram-se desatualizadas. Tal prática intensificou-se a partir do final de 2014 e início de 2015, sobretudo em virtude do déficit pluviométrico observado na última estação chuvosa, levando ao desabastecimento em alguns pontos da cidade. Dentro deste contexto, o presente trabalho buscou avaliar a qualidade microbiológica e aspectos físico-químicos de amostras de água coletadas em 4 nascentes localizadas na área urbana de Divinópolis MG e utilizadas por moradores de seu entorno para consumo próprio sem quaisquer tipos de tratamento. Em duas das fontes analisadas foram constatadas condições inadequadas para consumo e cujos dados fogem aos parâmetros microbiológicos de potabilidade definidos pela Legislação vigente. Comprovou-se ainda que a fervura prévia trouxe bons resultados quanto a redução de heterotróficos totais e eliminação de coliformes termotolerantes. Todas as fontes hídricas analisadas foram catalogadas e georreferenciadas, os dados disponibilizados em Blog e as informações repassadas a população por meio de reuniões com os moradores de regiões próximas as áreas estudadas.

Palavras-chave: Fontes hídricas. Contaminação. Coliformes.

80

Abstract

In Divinópolis (MG) city many residents have searched for water sources whose information regarding water quality is non-existent or are outdated. This practice intensified from the end of 2014 and early 2015, mainly due to the rainfall deficit observed in the last rainy season, leading to a shortage in some parts of the city. In this context, the present work sought to evaluate the microbiological quality and physico-chemical aspects of water samples collected in 4 springs located in the urban area of Divinópolis MG and used by residents of their surroundings for their own consumption without any kind of treatment. In two of the analyzed sources were found inadequate conditions for consumption and whose data deviate from the microbiological parameters of potability defined by the current legislation. It was also verified that the previous boiling brought good results regarding the reduction of total heterotrophs and elimination of thermotolerant coliforms. All water sources analyzed were cataloged and georeferenced, the data made available in Blog and the information passed to the population through meetings with residents of regions near the areas studied.

Keywords: Water sources. Contamination. Coliforms.

INTRODUÇÃO

A água é elemento essencial à vida de todo ser humano, o acesso a uma fonte segura e suficiente é requisito fundamental para a sobrevivência, bem estar e desenvolvimento socioeconômico de toda comunidade. A abundância de água no planeta causa a falsa sensação de um recurso natural inesgotável, o que pode conduzir a ações inconsequentes e irreversíveis, gerando cada vez mais desperdício e escassez. Cobrindo aproximadamente $\frac{3}{4}$ da superfície do planeta, a maior parte da água, 94,7%, é salgada e encontra-se nos oceanos; 1,8% está congelada nas regiões polares e apenas o restante, 0,8%, é doce e está disponível para o consumo da população mundial, não se conhecendo exatamente a fração correspondente que se encontra contaminada (REBOUÇAS et al., 1999).

Em relação às águas superficiais, o Brasil detém 13,7% do total da água doce do planeta, embora mais de 73% encontram-se disponíveis na bacia Amazônica, habitada por menos que 5% da população total do país. Por outro lado, apenas 27% dos recursos hídricos superficiais brasileiros estão disponíveis para as demais regiões, onde residem aproximadamente 95% da população brasileira (LIMA, 1999). Portanto, mesmo dispondo de recurso hídrico abundante, em virtude de sua má distribuição e má utilização, o Brasil não está livre da ameaça de uma crise de desabastecimento, sobretudo nos grandes centros urbanos, e que já vem sendo sentida pela população de algumas metrópoles do país. O país vem sofrendo nos últimos anos com a escassez de água doce de boa qualidade devido, sobretudo, a ações inconsequentes e irreversíveis relacionadas ao rápido e desordenado crescimento populacional e industrial, associado a formas de uso questionáveis, além do déficit hídrico registrado nas últimas estações chuvosas em várias

localidades do território brasileiro.

No que se refere à qualidade da água, a mesma pode atuar como importante veículo de propagação de uma série de doenças e, quando contaminada, pode acarretar sérios prejuízos à saúde da população, sobretudo crianças e idosos (SAUNDERS e WARFORD, 1983). A água pode atuar como veículo de transmissão do cólera, febre tifóide e hepatite, colocando em risco inúmeras pessoas que podem vir a óbito, a depender da magnitude da contaminação e cepas de patógenos envolvidos. A fim de se avaliar a situação microbiológica da água destinada ao consumo humano, é necessária uma análise permanente de sua condição, seja ela proveniente de minas, nascentes, rios, lagos ou oceanos.

Microrganismos patogênicos podem ser isolados de águas contaminadas empregando-se, entretanto, procedimentos trabalhosos e demorados, o que torna o processo extremamente trabalhoso e impraticável. O controle microbiológico é feito determinando-se a presença de microrganismos indicadores de contaminação fecal, ou seja, que indicam a presença de dejetos provenientes de animais homeotérmicos. Tais indicadores pertencem ao grupo de bactérias coliformes, sendo o principal representante a bactéria *Escherichia coli*, que faz parte da microbiota intestinal normal sendo considerado um indicador de contaminação fecal recente. A análise padrão de água consiste de pesquisa de coliformes totais e *E. coli* e heterotróficos totais. A observação de sua presença ou ausência, assim como sua quantificação, é essencial para classificar o uso a que aquela fonte hídrica possa ser destinada, com base nos parâmetros definidos pela portaria 2914/11 do Ministério de Saúde, os quais definem as condições de potabilidade da água destinada ao consumo humano. Água potável é aquela que pode ser consumida sem ris-

81

cos a saúde e sem causar rejeição ao consumo, sendo que o monitoramento de sua qualidade é um dos instrumentos de verificação da potabilidade e de avaliação dos riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água (SAC's) possam representar para a saúde humana (BRASIL, 2006).

Em relação ao tratamento da água, um dos métodos mais antigos e eficazes é sua fervura, porém, do ponto de vista prático, restrita a aplicação no âmbito das unidades residenciais. Em 1870, e durante alguns anos posteriores, o uso de filtros de areia e de outras técnicas de tratamento ainda visava melhorar o aspecto estético da água, eliminar o odor e melhorar o sabor. O avanço do conhecimento deu lugar ao tratamento da água com vistas à proteção à saúde, em virtude de eventos de contaminação por várias doenças por ela transmitidas, seja em decorrência de excretas humanas ou animais, seja pela presença de substâncias químicas nocivas à saúde do homem (TORTORA, 2005).

A avaliação microbiológica da água de minas, nascentes, rios, riachos, lagos, oceanos ou proveniente de toda fonte que, eventualmente possa vir a prejudicar o homem, necessita ser realizada periodicamente, com vistas a garantir a segurança necessária para a definição de sua aplicabilidade e o conhecimento das intervenções remediadoras que se fizerem necessárias (GUILHERME, 2000). Em Divinópolis-MG, é sabido que volumes de água, provenientes de SAC's, a exemplo de minas e nascentes, são utilizados para consumo por parte de alguns moradores, mesmo não recebendo quaisquer tipos de tratamentos e ausentes de informações seguras, periódicas ou atualizadas, referentes à sua qualidade microbiológica, o que representa um sério risco a saúde pública e um precioso recurso em potencial a ser melhor explorado. Neste sentido, o presente trabalho avaliou a condição microbiológica e alguns aspectos físico-químicos de amostras de água coletadas em um total de 4 SAC's utilizadas pela população do município de Divinópolis MG

METODOLOGIA

Os experimentos foram executados no Laboratório de Microbiologia da UEMG – Unidade Divinópolis MG e no Laboratório de Química de Proteínas da Universidade Federal de São João Del Rei – Campus Centro Oeste Dona Lindu. Amostras de água foram coletadas em período seco (meses de maio a julho de 2014) e período chuvoso (dezembro 2014 a fevereiro de 2015), sob condições assépticas, em 4 nascentes utilizadas rotineiramente pela população circunvizinha para consumo próprio, conhecidas como: CSU (Centro Social Urbano - Bairro Interlagos); Canto da Mina-própria (Bairro Niterói), Mina Bela Vista (Bairro Bela Vista) e Mina do Baiano (Bairro Belvedere). No Canto da Mina há dois pontos de coleta diferentes, com placas indicativas colocadas pela Prefeitura Municipal indicando qual seria o local com água própria e o local com água imprópria para o consumo, sendo que neste trabalho focamos na fonte considerada própria ao consumo.

O trabalho envolveu a participação de dois estudantes do ensino médio d de uma escola pública estadual local, bolsistas BicJr, além do professor orientador. As figuras abaixo (Figs. 1-3) ilustram três das regiões onde foram coletadas amostras de água para a execução das análises subseqüentes (Mina Bela Vista, Mina do Baiano e Canto da Mina).



Figuras1-3: Regiões utilizadas pela população para coleta de água para consumo próprio sem tratamento prévio, conhecidas, respectivamente (1-3), como Mina Bela Vista, Mina do Baiano e Canto da Mina. Fonte: Autores

As coletas das amostras foram realizadas em condições assépticas e empregados frascos previamente esterilizados em autoclave (121°C por 20 minutos) ou por raios gama, seguindo-se os procedimentos de coleta descritos nos protocolos contidos no Manual Prático de Coleta de Água (FUNASA, 2009). Foram realizados um total de 6 procedimentos de coleta no período seco e 6 procedimentos de coleta no período chuvoso, ou seja, duas coletas em cada um dos 6 meses totalizando 12 coletas. Foram realizadas três repetições para cada uma das coletas, sendo o espaço amostral definido como as quatro regiões da cidade caracterizadas por alto consumo de água não tratada, conforme previamente citadas, quais sejam, CSU, Canto da Mina, Mina do Baiano e Mina Bela Vista.

Para a avaliação da presença de coliformes totais e E. coli foi adotada a técnica do substrato cromogênico (KONEMAN, 2001), empregando-se para tal kit diagnóstico LPK®. Foram efetuadas coletas quinzenais, em cada ponto de amostragem, ao longo dos meses descritos anteriormente. A fim de se avaliar a densidade de bactérias heterotróficas, presentes em cada amostra, foram executados plaqueamentos em meio ágar-nutriente, seguindo-se de posterior incubação das placas em estufa a 30°C por 48h. Em seguida, avaliou-se a diversidade microbiana a partir da observação da morfologia e coloração das colônias presentes nas placas, sendo ainda avaliadas quantitativamente a partir da contagem do total de colônias nas placas, e os valores convertidos em UFC mL-1 com base na diluições plaqueadas.

Para a adoção de estratégias alternativas de descontaminação, amostras de água foram submetidas à fervura em microondas por um período de 3 minutos, seguindo-se de plaqueamentos em meio ágar nutriente, posterior incubação em estufa, nas mesmas condições já descritas, e avaliação da densidade microbiana, comparando-se o crescimento microbiano e número de colônias entre as placas cujas amostras de água foram submetidas previamente ao tratamento de fervura, e placas controle, caracterizadas pela inoculação de amostras de água não aquecidas previamente. Além disso, parâmetros físico-químicos das amostras também foram levantados, pH e turbidez, utilizando-se para tal pHmetro Metrohm® e turbidímetro Hach®, respectivamente.

No que se refere ao georreferenciamento, foi utilizadoGPS marca Garmin Trex Vista® H, gentilmente cedido pela UEMG Unidade Divinópolis MG. Coletas durante o período chuvoso foram realizadas conforme previamente planejado embora, em virtude da redução

excepcional de pluviosidade em todo o Sudeste brasileiro entre os anos 2014/2015, algumas delas tenham se concentrado no mês de fevereiro de 2015.

Após a execução do procedimento de fervura das amostras coletadas, verificou-se redução de até 100% no número total de colônias presentes nas placas, comparativamente ao obtido para placas-controle, com destaque para as amostras coletadas na Mina do Baiano e CSU, para todos os períodos de amostragem (Fig. 5). De fato, é consenso entre os estudiosos de que a fervura representa um dos métodos mais eficazes de eliminação de microrganismos, potencialmente patogênicos, tanto para bactérias quanto para protozoários, sobretudo em regiões ou sistemas desprovidos de tratamento adequado (GIATTI e CUTOLO, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados gerais, tanto qualitativos quanto quantitativos, observados ao longo das coletas dentro do período seco e dentro do período chuvoso mostraram-se reprodutíveis, seguindo padrão similar. Para a mina Bela Vista constatou-se ausência de contaminação por coliformes totais e *E. coli*, o mesmo ocorrendo para amostras coletadas no Canto da Mina (próprio), para todas as amostras coletadas e em todos os períodos de amostragem levantados.

Para as amostras coletadas na mina do Baiano e CSU, por sua vez, detectou-se contaminação tanto para coliformes totais quanto para *E. coli*, evento observado para a totalidade das amostras analisadas, com destaque para aquelas provenientes da mina do Baiano. Além disso, o crescimento de heterotróficos totais, tanto em termos de diversidade quanto em quantidade de bactérias foi visivelmente mais significativo nas placas inoculadas com amostras das minas do Baiano e CSU, comparativamente àquelas inoculadas com amostras provenientes das minas Bela Vista e Canto da Mina, conforme pode ser observado na figura abaixo (Fig. 4). Neste particular a contagem de colônias, após novos plaqueamentos e obtenção de culturas puras revelou quantidades superiores a 3x o total de colônias obtidas para amostras provenientes das minas Bela Vista e Canto da Mina.

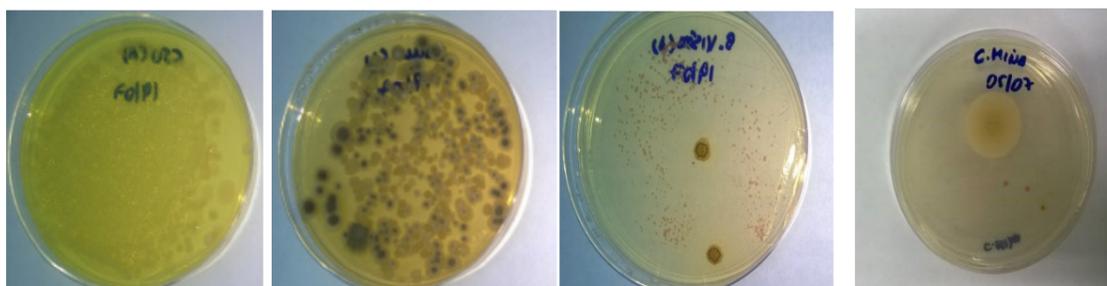


Figura 4 Ilustração de colônias de bactérias heterotróficas totais inoculadas em placas contendo meio ágar-nutriente, a partir de alíquotas de 10 µL das amostras de água provenientes da Mina do Baiano, CSU, Mina Bela Vista e Canto da Mina, respectivamente, da esquerda para direita. Fonte: Autores

Após a execução do procedimento de fervura das amostras coletadas, verificou-se redução de até 100% no número total de colônias presentes nas placas, comparativamente ao obtido para placas-controle, com destaque para as amostras coletadas na Mina do Baiano e CSU, para todos os períodos de amostragem (Fig. 5). De fato, é consenso entre os estudiosos de que a fervura representa um dos métodos mais eficazes de eliminação de microrganismos, potencialmente patogênicos, tanto para bactérias quanto para protozoários, sobretudo em regiões ou sistemas desprovidos de tratamento adequado (GIATTI e CUTOLO, 2012).

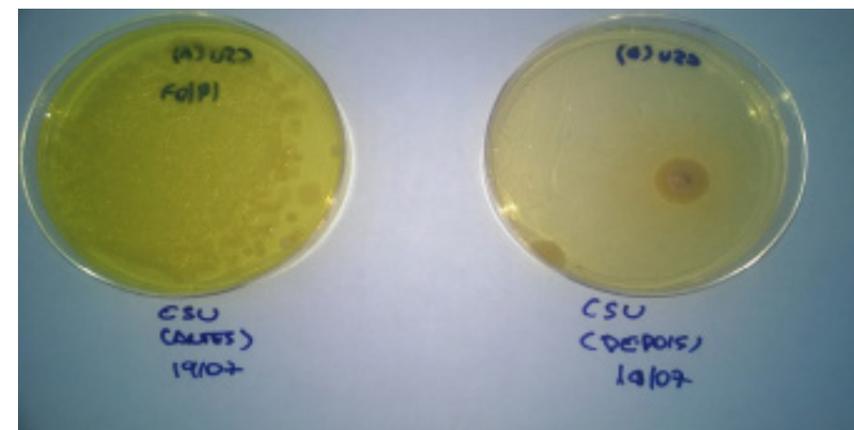


Figura5: Efeito da fervura prévia das amostras de água anterior a inoculação em placas de petri contendo meio ágar-nutriente. Placa esquerda- amostra não fervida, Placa direita- amostra previamente fervida. Fontes: Autores

Em relação ao pH, a maioria das amostras aproximaram-se da neutralidade (Canto da Mina 6,9; CSU 6,3; Bela Vista-7,5) com exceção das amostras coletadas na mina do Baiano, com valor de pH próximo de 4,2. Em relação ao pH de amostras de água, ecossistemas que apresentam valores baixos de pH podem apresentar elevadas concentrações de ácidos orgânicos dissolvidos de origem alóctone ou autóctone. De acordo com Amaral (1988), o pH pode ser considerado uma das variáveis ambientais mais importantes e complexas de se interpretar, devido ao grande número de fatores que podem influenciá-lo. Podemos observar em nosso estudo que os valores de pH de todos os pontos, exceto a mina do Baiano, estão dentro das normas da portaria 2914/11. No que se refere à turbidez, amostras da mina do Baiano apresentaram os valores mais altos, ou seja, média de 7,4 uT, quando comparados aos demais valores, obtidos para as minas Bela Vista (1,1uT); CSU (4,5uT) e Canto da Mina (1,4uT). Conforme define a Portaria 2914/11, o valor máximo permitido para a turbidez é de 1,0 uT em 95% das amostras para águas de filtração lenta. As minas do Baiano e Canto da Mina apresentaram portanto as maiores distorções neste quesito, o que indicaria a presença de sólidos em suspensão provenientes de rochas, argilas, silte, algas ou outros microrganismos, originados de despejos domésticos, industriais ou naturalmente de eventos de erosão. A presença destes materiais suspensos apresenta como inconveniente direto a possibilidade de servirem de abrigo para microrganismos patogênicos, diminuindo a eficácia da desinfecção. Partículas maiores, por exemplo, podem servir de abrigo para bactérias, protegendo-as de agentes desinfetantes, sobretudo cloro (SPERLING, 2005).

No que tange ao georreferenciamento, após conversão dos dados, foram levantadas as

seguintes coordenadas: Mina Bela Vista (Long.: -44.54.269, Lat.: -20.10.118); CSU (Long.: 44.52.558, Lat.: -20.09.300); Canto da Mina (Long.: 44.52.627, Lat.: -20.08.775); Baiano (Long.: 20.10.524, Lat.: -44.54.568), sendo que tais dados assumem especial importância para estudos futuros relacionados a avaliação da preservação ou manutenção daquelas fontes hídricas naqueles determinados locais. Com base nos dados obtidos é notória que as amostras de água provenientes da mina do Baiano e CSU não apresentam condições microbiológicas e nem aspectos físico-químicos ideais ou adequados para consumo humano, sobretudo dessedentação sem tratamento prévio. Como alternativa de tratamento provou-se que a fervura reduziu sobremaneira a população bacteriana presente em todas as amostras, com destaque para as amostras coletadas na mina do Baiano, com redução aproximada de 90% do total inicialmente observado. No que se refere ao pH e turbidez, novamente as amostras provenientes da mina do Baiano e CSU se distanciaram em maior amplitude dos parâmetros estabelecidos pela portaria 2914/11, devendo as análises serem novamente realizadas, sobretudo em relação ao pH. Em relação as minas do Bela Vista e Canto da Mina (própria) as condições microbiológicas e físico-químicas daquelas fontes mostraram-se dentro dos padrões estabelecidos pela portaria 2914/11, representando assim potenciais fontes de abastecimento, merecedoras de atenção especial no que diz respeito a ações de conscientização e de preservação. Resultados semelhantes também foram observados por Ferreira (2012) em trabalhos desenvolvidos nas minas Canto da Mina e CSU. Nos demais casos, ou seja, CSU e mina do Baiano percebe-se a necessidade da adoção de alternativas de tratamento antes do consumo e de uma avaliação das causas que têm provocado a contaminação por coliformes termoto-

lerantes, com vistas a torná-las também soluções alternativas de abastecimento de boa qualidade representando assim novas fontes, sobretudo em meio a uma crise de desabastecimento iminente. Embora os índices pluviométricos da última estação chuvosa tenham ficado bem abaixo do esperado as amostragens foram realizadas conforme previsto os resultados obtidos seguiram os mesmos padrões observados para o período seco, sem diferenças estatisticamente significativas.

Há vários relatos na literatura que tratam do mesmo tema, qual seja, a utilização de água proveniente de SAC'S, a exemplo de minas e nascentes, por moradores de várias regiões do Brasil sem o devido cuidado ou conhecimento de sua qualidade microbiológica e/ou físico-química. Os dados observados apresentam similaridades como também diferenças consideravelmente significativas, sobretudo por se tratar de microrregiões com grande variabilidade de condições e peculiaridades bastante específicas, relativas a circunvizinhança dos pontos de coleta, clima e solo da região, condições de saneamento e coleta de resíduos sólidos urbanos, presença de animais dentre outros.

Resultados semelhantes aos obtidos em nosso trabalho são aqueles observados por Mormul et al. (2006), que ao analisarem a qualidade da água de três nascentes utilizadas por moradores da comunidade de São Francisco, município de Campo Mourão PR, observaram condições microbiológicas totalmente inadequadas ao consumo para a maioria das amostras avaliadas. Felipe e Junior (2012), por sua vez, ao analisarem aspectos relativos a impactos ambientais macroscópicos e qualidade microbiológica de 79 nascentes de parques municipais de Belo Horizonte- MG, observaram que em 79,3% das amostras houve presença de coliformes, contudo coliformes termoto-

lerantes foram encontrados em apenas 20 amostras (31%). Em trabalho desenvolvido por Daneluz e Tessaro (2015), por sua vez, com vistas a analisar o padrão físico-químico e microbiológico da água de nascentes e poços rasos de propriedades rurais da região sudoeste do Paraná, observou-se que, de um total de 90 amostras analisadas, somente 23 atenderam à legislação vigente, enquanto que 67 estavam em desacordo, logo, inapropriadas para o consumo humano e animal, representando fator de risco à saúde, demonstrando mais uma vez a necessidade de se dispensar maior atenção quanto ao tema tratado considerando-se os riscos de complicações sérias advindas dos quadros apresentados. Por outro lado, Martins e Cruz (2015), ao analisarem ao avaliarem a qualidade da água de uma nascente intensamente utilizada pela população de Ubaporanga MG, observaram que a condição microbiológica das amostras de água analisadas encontram-se dentro dos padrões estabelecidos pela Portaria 2914-11, o que corrobora com os argumentos aqui apresentados relativos a variabilidade das condições em cada ponto de coleta ou campo de estudo.

CONCLUSÕES

A partir dos dados levantados neste trabalho não se recomenda a utilização de volumes de água provenientes da mina do Baiano e CSU para consumo humano sem tratamento prévio. Sugere-se fervura por, no mínimo 5 minutos, a fim de se reduzir a carga bacteriana presente na água proveniente daquelas fontes hídricas. Em relação às minas Bela Vista e Canto da Mina (próprio), amostras de água nelas coletada apresentaram-se dentro dos padrões microbiológicos definidos por Lei, o que representa deste modo, naquele momento, alternativas potenciais de abastecimento de água. Neste contexto, torna-se especialmente importante a continuidade dos estudos e levantamentos locais a fim de se averiguar as condições que propiciaram condições adequadas de consumo em duas SAC's, contrapondo-se as condições averiguadas nas outras duas SAC's estudadas, tanto em sua condição microbiológica quanto em relação a aspectos físico-químicos. Um dos desdobramentos do trabalho foi a criação de um blog, denominado meioambiente-divinopolis.blogspot.com, de natureza inédita na região, com informações e ilustrações referentes ao trabalho desenvolvido, servindo como meio de divulgação e disseminação das informações levantadas, dentre outras aplicações. É fundamental também que o monitoramento das condições das SAC's utilizadas pela população local seja contínuo, tendo em vista as flutuações naturalmente observadas em virtude de variações sazonais de temperatura, pluviosidade e, principalmente, condições locais de cunho ambiental e até social, quando se verifica a presença de animais homeotérmicos, dejetos de animais, descarte de resíduos sólidos, contaminação ambiental diversa e até mesmo presença ou lançamento de esgoto doméstico onde o saneamento básico é precário ou inexistente. Por meio de encontros regionalizados moradores das regiões circunvizinhas às áreas estudadas, potencialmente usuários daquelas fontes hídricas, foram informados acerca da situação encontrada e as medidas necessárias mínimas a serem tomadas quando da utilização da água proveniente daqueles locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Inspeção sanitária em abastecimento de água. Brasília: Ministério da Saúde. 84p. (Série A. Normas e Manuais Técnicas), 2006.

BRASIL. MINISTERIO DA SAUDE. Portaria n. 2914, 12 de dezembro de 2011. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DANELUZ, D., TESSARO, D. Padrão físico-químico e microbiológico da água de nascentes e poços rasos de propriedades rurais da região sudoeste do Paraná. Arq. Inst. Biol., São Paulo, v.82 p. 1-5, 2015.

FERREIRA, B. A. Verificação da qualidade da água de soluções alternativas coletivas (SAC's) para a realização de intervenções de promoção da saúde da população divinopolitana. 2012. 84f. Monografia (Bacharelado em Farmácia). Universidade Federal de São Joao Del Rei, Divinópolis MG, 2012.

FUNASA - Manual Prático de Análise de Água. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Manual prático de análise de água. 3ª ed. Fundação Nacional de Saúde, Brasília (DF) 145p., 2009.

GIATTI, L. L., CUTOLO, S. A. Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal. Ambiente e Sociedade, v. 15, 2012.

GUILHERME, M. F. E. & OTTO, S. S. Pseudomonas aeruginosa como indicador de contaminação hídrica. Hig. Alimentos, São Paulo, v. 14, n. 76, p. 43-47, 2000.

KONEMAM, E. W. et al. Diagnóstico microbiológico: Textos e Atlas. 5ª edição, Ed.Medsi. Rio de Janeiro, 2001

LIMA, J. E. F. W; FERREIRA, R. S. A; CHRISTOFIDIS, D. O uso da irrigação no Brasil. In: Estado das águas no Brasil: Perspectivas de gestão e informação de recursos hídricos. SIH/ANEEL/MME; SRH/MMA. p. 73-82, 1999.

MARTINS, A. L., CRUZ, K. G. Avaliação da Qualidade da Água de Uma Nascente do Município De Ubaporanga – Minas Gerais. Revista de Ciencias, p. 57-63, v. 1, 2015.

MORMUL, R. P.; KWIATKOWSKI, A.; ZERBINI, D. L. N.; FREITAS, A. A.; ALMEIDA, A. C. G. Avaliação da qualidade da água em nascentes da favela São Francisco de Campo Mourão/PR. SaBios: Rev. Saúde e Biol., Campo Mourão, v. 1, n.1, p. 36-41. 2006.

REBOUÇAS, A. C., BRAGA, B., TUNDISI. J.G. Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. Revista Escrituras -1 ed. São Paulo (SP). 150p. 1999.

SAUNDERS, R. J E WARFORD, J. J. Abastecimento de Água em Pequenas Comunidades: aspectos econômicos e políticos nos países em desenvolvimento. ABES/ CODEVASF/ BNH. Rio de Janeiro RJ: 252p., 1983.

SPERLING, MARCOS VON. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 3ª ed. Belo Horizonte. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental. Universidade Federal de Minas Gerais. 2005.

TORTORA, G.J., FUNKE, B.R., CASE, L.C. Microbiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 894p., 2005.

DIAGNÓSTICO, COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA E GEORREFERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM TRÊS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA

DIAGNOSTIC, GRAVIMETRIC COMPOSITION AND GEOREFERENCING OF SOLID RESIDUES IN THREE DISTRICTS OF THE CITY OF CRUZ DAS ALMAS-BA

Andréa Marina Rosário Eichenberger

Graduanda do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. marina.eichenberger@gmail.com

Geisa Costa de Sousa

Graduanda do curso de Agronomia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. engagrocosta@gmail.com

Roberta Alessandra Bruschi Gonçalves Gloaguen

Professora Dra. da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. robertabruschi@gmail.com

Resumo

O consumo desenfreado e irracional das populações vem causando um grande acúmulo de resíduos sólidos, que na sua maioria não possuem destinação correta, tanto pela comunidade quanto pelo poder público e acabam sendo descartados de forma errônea, levando a contaminação e desequilíbrio do meio ambiente. Possuir estatísticas de fácil alcance e manipulação é essencial para iniciar um diagnóstico da problemática existente. Utilizando os dados da composição gravimétrica, será possível criar um banco de dados georreferenciados a respeito dos resíduos sólidos em três bairros da cidade de Cruz das Almas – BA, diagnosticar a carência da população, quanto à educação ambiental, manejo do resíduo, reuso e reciclagem.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Composição gravimétrica. Georreferenciamento. Educação ambiental.

Abstract

The uncontrolled and irrational consumption of the population has caused a large accumulation of solid residues. The majority of whom do not have proper disposal, both by the community, government and being discarded wrongly, leading to contamination and environmental imbalance. Have statistics within easy reach and handling is essential to start a diagnosis of the existing problems. Using data from the gravimetric composition you can create a georeferenced database regarding solid waste in three districts of the city of Cruz das Almas - BA, diagnose the lack of population, the environmental education, the residues management, reuse and recycling.

Keywords: Solid waste. Gravimetric composition. Georeferencing. Environmental education.

INTRODUÇÃO

Após a revolução industrial, percebe-se um aumento na geração de resíduos, devido ao crescimento da produção e do consumo desenfreado de toda a população. Essa problemática tem preocupado as comunidades mundiais, por conta dos impactos ambientais negativos. Assim, a ameaça de colapso ambiental e do esgotamento de recursos e a necessidade de encontrar soluções, explicam um movimento crescente na revisão de paradigmas. (POLAZ & TEIXEIRA, 2009).

Para obter essas conclusões, têm-se o uso de diversas ferramentas, como a composição gravimétrica. Esta tem como finalidade detalhar de forma qualitativa e quantitativa os resíduos gerados pela população, obtendo um percentual em relação ao peso total e a classificação, sendo ela papel, plástico, metal, vidro, orgânico, de cada amostra. (OLIVEIRA, 2004).

Outro fator relevante é que esse mecanismo expressa de forma bem característica a composição da amostra, assim, quanto maior a quantidade de um determinado componente, mais a amostra terá características do mesmo, podendo assim avaliar a possibilidade de reaproveitar os componentes viáveis para reciclagem e a melhor destinação final para os resíduos. (OLIVEIRA, 2004).

Para melhor sintetizar os dados, têm-se o SIG (Sistema de Informação Geográfica) uma ferramenta que consiste no tratamento computacional de dados geográficos para a formação de um banco de dados de fácil manipulação e visualização.

No Brasil são produzidas 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos diariamente (IPEA 2012), um número bastante alarmante. Boa parte dessa composição é caracteriza-

da por resíduos recicláveis, que poderiam ter um retorno para a sociedade diminuindo a carga gerada ao meio ambiente. É nesse contexto que medidas sócio-educativas são necessárias para informar a população, conscientizar e reverter certos hábitos, buscando a redução e pouca geração de resíduos.

Algumas ferramentas podem ajudar na resolução desses problemas, como a composição gravimétrica, que tem como objetivo quantificar e qualificar os resíduos e o SIG (Sistema de Informação Geográfica), que consiste no tratamento computacional de dados geográficos para a formação de um banco de dados de fácil manipulação e visualização.

RESÍDUOS SÓLIDOS – CONCEITO E HISTÓRICO

A NBR 10.004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - define como lixo os resíduos nos estados sólidos e semi sólidos os que resultam da atividade da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Considera-se, também, resíduo sólido, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle da poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornam inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam, para isso, soluções técnicas e economicamente inviáveis, face a melhor tecnologia disponível.

São 241.614 toneladas de resíduos sólidos produzidos diariamente em todo o Brasil (IBGE, 2000). Entre esses, aproximadamente 130 mil toneladas são de resíduos sólidos domiciliares, que resulta em uma taxa de 0,7 kg/hab/dia (GRIMBERG, 2007). Esses dados traduzem a problemática existente: o crescimento da geração de resíduos.

O lixo acompanha a história da humanidade. Na pré-história, os homens caçavam, pescavam, coletavam, eram nômades. E o lixo era degradado pela natureza. (MACHADO, 2007).

Na Mesopotâmia, os Sumérios enterravam o lixo que produziam, depois desenterravam e a matéria orgânica decomposta era utilizada como fertilizante para o cultivo. Em 500 a.C. foi criado o primeiro depósito de lixo em Atenas, na Grécia.

Na Roma Antiga, os romanos começaram a abrir valas para enterrar o lixo, na tentativa de solucionar o problema causado por insetos e ratos que apareciam nos resíduos. (MACHADO, 2007).

Na Idade Média o lixo acumulado começou a provocar epidemias, como a peste negra, cólera, febre tifóide, que causaram a morte de milhares de pessoas. Além disso, o costume de despejar os resíduos nos corpos d'água começou a "dar resultados", a água começou a ser contaminada. (MACHADO, 2007).

A partir do século XXI surgem os primeiros serviços de coleta de lixo. Após a Revolução Industrial produziu-se mecanicamente muitos materiais e a ideia de consumo também aumentou. (MACHADO, 2007).

Em 1874, na Inglaterra, surgem as primeiras incineradoras, que queimavam continuamente o lixo, produzindo vapor e gerando energia. (MACHADO, 2007).

No século XX a produção e o consumo cresceram ainda mais, sem que se pensassem nas consequências dessas atividades. O costume da população mudou, antes, por exemplo, os bebês usavam fraldas de pano, que eram laváveis, nesse século, porém, surge as primeiras fraldas descartáveis. Essa mudança de costumes foi presenciada nas diferentes esferas da sociedade. (MACHADO, 2007)

Vale ressaltar o avanço na tecnologia, que injetou no mercado novos produtos, como o plástico, um dos principais resíduos gerados pela atual população.

No Brasil, o lixo era convivido com a população sem nenhuma preocupação, mas com o surgimento das epidemias, nasce a preocupação com a destinação do lixo. (ROCHA, 1992)

Na perspectiva de sanear as cidades, surgem algumas medidas, como: coleta do lixo, construção dos cemitérios, alinhamento das ruas e das casas, pavimentação das ruas. Mas o problema ainda persistia, as epidemias ainda faziam parte do cenário brasileiro. E a partir daí surge a ideia de eliminar o lixo, incinerando-o, na tentativa de erradicar as doenças e ainda gerar energia. (ROCHA, 1992)

Com o passar dos anos, as técnicas de disposição do lixo foram melhoradas, os incineradores foram substituídos por lixões extremamente afastados das cidades, e os mesmos estão sendo substituídos por aterros sanitários.

Além disso, existem leis vigentes que promovem a melhor destinação do lixo, pensando no bem estar do ambiente e no da população. Medidas que nem se pensavam no século XIX, simbolizando um avanço na prerrogativa do desenvolvimento sustentável.

No século atual o desenvolvimento da humanidade, o aumento do consumo e o uso de materiais não biodegradáveis, eletrônicos e nucleares contribuíram para o aumento do lixo, causando a atual problemática ambiental.

Desse caos, surge a preocupação ambiental. O Homem passa a repensar suas atitudes, buscando desenvolver sem degradar.

Portanto, o objetivo do projeto de pesquisa intitulado por "Diagnóstico e composição

¹ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

gravimétrica dos resíduos sólidos para a formação de um banco de dados georreferenciados e implantação da coleta seletiva no município de Cruz das Almas-BA, é realizar um diagnóstico relacionado à situação dos resíduos sólidos em Cruz das Almas, construir um banco de dados georreferenciados e promover a coleta seletiva juntamente com palestras de cunho socio-ambiental para a população.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado na cidade de Cruz das Almas, no recôncavo da Bahia. Foram selecionados três bairros: Ana Lúcia, Inocoop e Tabela. A primeira etapa do trabalho consistiu em delimitar a quantidade amostral; segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 havia 14 839 domicílios particulares ocupados na região urbana da cidade. Ao teste de 1% de significância, estatisticamente foram selecionadas 148 residências de forma aleatória.

A segunda etapa resultou na visita as residências para explicação do projeto de estudo, abordando qual seria o papel de cada participante na ação. Apenas 60 famílias aceitaram participar do projeto, um total de 20 residências por bairro. Foi aplicado um questionário sobre resíduos sólidos, objetivando analisar o grau de familiaridade dos indivíduos com o tema, a entrega das sacolas plásticas com capacidade de 50L para a coleta da amostra e a assinatura da declaração autorizando o uso das devidas informações.

O questionário aplicado foi uma medida para qualificar a relação “população-resíduos”; foram feitas perguntas simples, tais como: “O que você entende por resíduos sólidos?”, “Você separa seu lixo?”, “Você recicla seu lixo”, “Você sabe a destinação final que leva seu lixo?”, “Gostaria de participar da coleta seletiva?”, entre outras.

Posteriormente definiu-se a estratégia para a realização da composição gravimétrica. O método utilizado consiste no “Método de Quarteamento”, desenvolvido pelo Engenheiro Pedro José Stech da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) que foi baseado no estudo “Caracterização Quantitativa e Qualitativa dos Resíduos Domiciliares do Município de São Paulo” desenvolvido pelo Departamento de Limpeza Urbana no ano de 2000, com algumas adaptações.

As amostras coletadas foram somente o resíduo doméstico, com exceção do resíduo do quintal e do banheiro; após a coleta elas foram levadas para o Centro de Triagem da Cooperativa Cata Renda, a única cooperativa de catadores organizados legalmente no município.

Todas as sacolas plásticas foram pesadas em uma balança de tonelada, com capacidade mínima de 0,1kg com margem de erro de 0,01kg, de acordo com o bairro, identificando assim o peso bruto por setor.

Após essa etapa, as amostras foram depositadas em uma lona 4x4 para o quarteamento. O material foi remexido durante cinco minutos, para tornar a amostra mais homogênea possível sem compactar o composto, separando-a em quatro pedaços (quarteamento), onde, apenas um desses foi escolhido para ser pesado novamente e passar pela triagem.

Nessa triagem foram caracterizados os materiais em plástico, papel, metal, vidro, orgânico e outros. Todos os envolvidos, incluindo a bolsista e mais quatro voluntários, utilizaram equipamentos individuais de segurança.

Para sintetizar os dados obtidos nessa etapa, utilizou-se a ferramenta Excel, montando tabelas interativas com esses valores. Depois, com essas tabelas, chegou-se a parte do Sistema de Informação Geográfica.

Utilizando o ArcGIS, foi desenvolvido um mapa da região, identificando e delimitando os bairros que participaram da pesquisa (Ana Lúcia, Inocoop, Tabela) e a quantidade média de resíduos sólidos produzidos por essa população durante os cinco dias. Para destacar esses valores, foram feitos gráficos de barras e sua respectiva legenda.

A última etapa, predominada pela extensão, tem o objetivo de criar laços entre a comunidade externa e a Universidade, promovendo palestras de educação ambiental. A princípio, foram selecionadas duas escolas para participarem do projeto; o critério foi englobar as crianças pertencentes à região da área da caracterização gravimétrica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos dados da composição gravimétrica, nota-se que há um maior valor ao peso bruto dos resíduos no bairro da INOCOOP, alguns fatores que levaram a isso, seria o baixo índice de desistência e a assídua contribuição da população, diferentemente do bairro da Tabela.

Nota-se também, que no bairro INOCOOP e no Ana Lúcia o primeiro dia registrou valores maiores do peso bruto da amostra em relação ao quinto, o que não ocorreu no bairro da Tabela (figura 1).

Os dados obtidos na triagem indicam uma maior produção de resíduos orgânicos, seguidos pelo plástico e papel. Isto revela que a população está consumindo bastante alimentos orgânicos em relação ao consumo de industrializados (figura 2, figura 3, figura 4).

Os índices baixos dos materiais recicláveis, principalmente do metal, podem ser explicados por existirem catadores de lixo na região, diminuindo assim, a sua composição no valor total, principalmente no bairro da Tabela (figura 4).

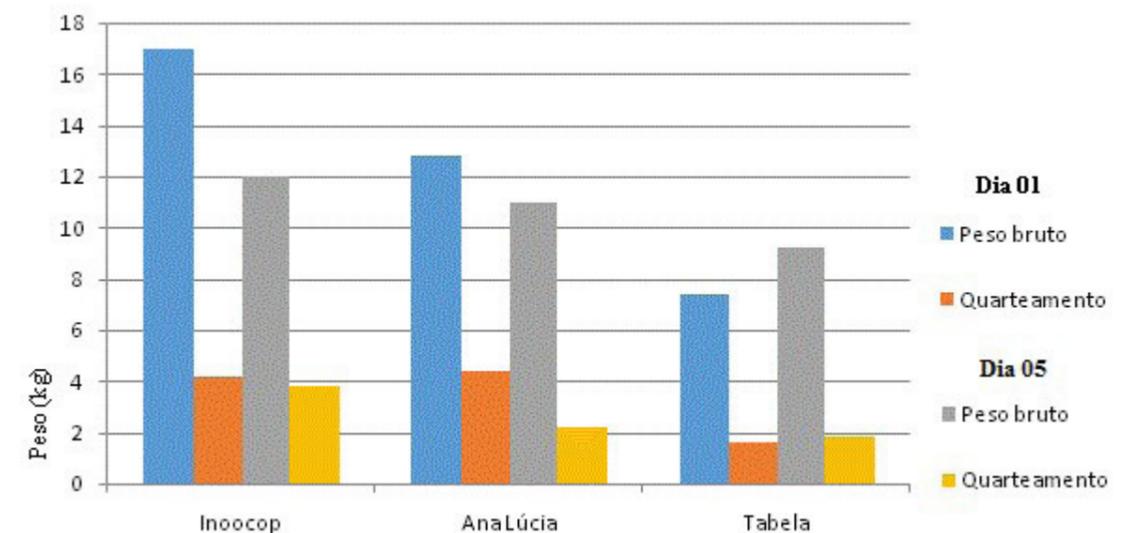
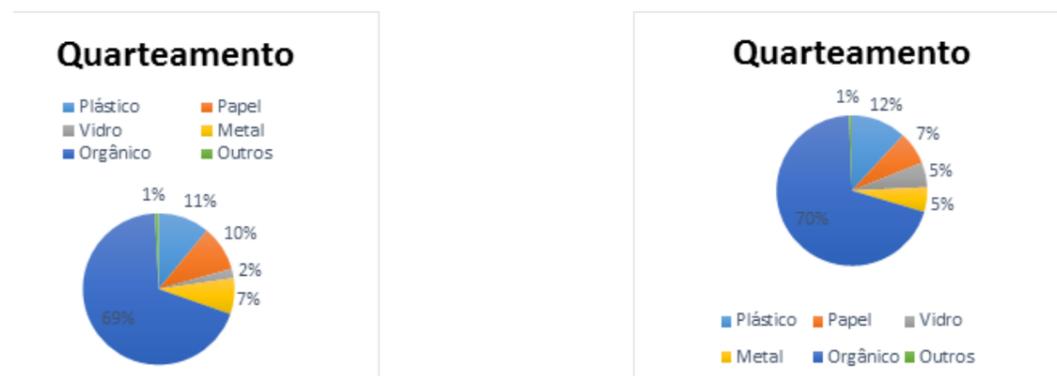


Figura 1: Dados do 1º e 5º dia de coleta. Fonte: Autores



Da esquerda para direita- Figura 2: Porcentagem dos resíduos no quarteamento total no bairro da Inoocop. Figura 3: Porcentagem dos resíduos no quarteamento total no bairro da Ana Lúcia. Fonte: Autores



Figura 4: Porcentagem dos resíduos no quarteamento total no bairro da Tabela. Fonte: Autores

Depois, com esses dados, utilizando o ArcGIS foi desenvolvido um mapa da região, identificando e delimitando os bairros que participaram da pesquisa (Ana Lúcia, INOCOOP, Tabela) e a quantidade média de resíduos sólidos produzidos por essa população durante os cinco dias. Para destacar esses valores, foram feitos gráficos de barras e sua respectiva legenda (Anexo A).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos questionários, nota-se que a maioria da população não possui um bom entendimento a respeito dos resíduos sólidos, não os separam, não sabem a sua destinação final e nem como seria a sua destinação correta. Em contrapartida, poucos moradores afirmaram que separam seu lixo e que o destinam para catadores na região.

O estudo realizado nesses três bairros do município indica que a matéria orgânica é o principal componente da caracterização, cerca de 70% da representação amostral, em relação aos outros componentes estudados (papel, plástico, metal, vidro e outros) demonstrando o alto índice de desperdício de alimentos, que poderiam ter outra destinação, como a compostagem.

Os materiais recicláveis, apesar de ter um índice mais baixo em comparação ao orgânico, cerca de 23%, poderiam ter passado por reciclagem, diminuindo ainda mais a sua geração. Vale ressaltar que uma hipótese para esses números terem sido menores do que o esperado seria a presença de catadores de lixo na região.

Os materiais denominados de "Outros", seriam o papel higiênico, fraldas, poeira, tecidos, terra e similares, que apesar do alerta à população que não se encaixariam no estudo, ainda totalizaram um número subs-

tancial amostral.

Apesar dos resultados obtidos, percebe-se, em relação a aqueles que participaram do estudo gravimétrico, a curiosidade em saber como melhorar suas ações, como separar seu lixo e reduzi-lo.

Nas escolas contempladas pelo projeto, nota-se o contrário, crianças com hábitos ambientais degradantes e sem interesse pelo assunto ou querendo melhorar suas ações, ou seja, mais um problema que deve ser solucionado para então adotar a coleta seletiva.

Utilizando o ArcGIS para a composição do mapa, obteve-se um produto mais lúdico, fácil e de rápido entendimento a respeito da problemática dos resíduos sólidos nos bairros. Um material que pode ser utilizado para entender melhor o comportamento da população, para elaboração de estratégias para redução da geração e consumo

dos resíduos, além da possibilidade da implantação da coleta seletiva.

O maior impasse para finalização de todo o processo, foi realizar a coleta seletiva. A idéia seria promover uma parceria com o Cata Renda, mas a cooperativa fechou temporariamente suas atividades e portanto essa etapa não pode ser concluída.

REFERÊNCIAS

POLAZ, C.N.M. & TEIXEIRA, B.A.N. (2009). Indicadores de sustentabilidade para a gestão municipal de resíduos sólidos urbanos: um estudo para São Carlos (SP). Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 14, n. 3, p. 411-420.

REZENDE, Jozrael Henriques; CARBONI, Marina; TEIXEIRA, Heverton Leandro; et. al. Composição gravimétrica e peso específico dos resíduos sólidos urbanos em Jaú (SP). (2013)

ROCHA, Aristides Almeida. "A história do lixo". In: Resíduos sólidos e meio ambiente no Estado de São Paulo. São Paulo, Coordenadoria de Educação Ambiental, 1992.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII -XIX). Lisboa: Teorema, 1998.

MACHADO, Nilton José; CASADEI, Silmara Rascalha. Seis razões para diminuir o lixo no mundo. São Paulo, Escrituras Editora, 2007.

SNSA - SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos - 2009. Brasília: MCIDADES, 2011.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 10004: Resíduos sólidos. Classificação. 2004. Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislações/NBR%20n%2010004-2004.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

DIAS, J. A; MORAES, A. M. F. Os Resíduos sólidos e a responsabilidade ambiental pós-consumo. 2. ed. Marília: MPF, 2008.

Sistema de Informações Geográficas. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/sig.html>>. Acesso em: 10 fev.2015.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa da Composição Gravimétrica de três bairros de Cruz das Almas-BA.



ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COM IDOSOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

PROFESSIONAL PRACTICE IN PHYSICAL EDUCATION IN THE SERVICE OF ACQUAINTANCESHIP AND FORTIFICATION IN THE BONDS WITH ELDERLY: A HEALTH EDUCATION EXPERIENCE

Priscilla Militão de Medeiros

Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana e pesquisadora do NIEPEXES/UEFS. priscillamilitaom@gmail.com.

Amanda Leite Novaes

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia, professora do Departamento de Saúde – UEFS e pesquisadora do NIEPEXES/UEFS. amandalnovaes@gmail.com.

Resumo

A proposta deste trabalho é relatar uma experiência de educação em saúde, após obtenção do título de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, quando oportunizada primeira atuação profissional como professora no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Feira de Santana-BA. O trabalho principal era atender um grupo de convivência com idosos, com aulas semanais de 1 hora, atendendo setenta idosos. Dentre as ações propostas no planejamento podemos citar: atividades musicais, dança, atividades em roda, brinquedos cantados, atividades expressivas, alongamentos com cadeira, circuitos de baixa intensidade e discussões sobre segurança diária (doméstica, locomoção e trabalho rural) na rotina do idoso. Destacou-se a dança como a atividade mais aceita e esperada pelos idosos. Perceberam-se contribuições das aulas em diversos âmbitos de convivência e apresentaram relatos de diminuição de dores musculares, melhoria na respiração, coordenação motora, pressão arterial equilibrada, maior flexibilidade e menos dificuldade para realização das tarefas diárias.

Palavras-chave: Educação Física. Formação de professores. Idosos. Educação em saúde.

Abstract

The purpose of this work is to report health education experience, after obtaining the Physical Education Degree title from State University of Feira de Santana - UEFS, when offered first professional acting as teacher in Professional practice in physical education in Acquaintanceship and Fortification in the Bonds Service in one of the Centers Reference and Social Assistance(CRAS) in Feira de Santana, Bahia, where the main work was to attend a acquaintanceship group with elderly, with weekly classes of 1 hour, given to seventy elderly. Among the actions proposed in the plan, we can quote: musical activities, dance, wheel activities, sung toys, expressive activities, stretching with chair, low-intensity circuits and discussions on daily security (domestic, transportation and rural work) in the elderly's routine. The dance stood out as the activity most accepted and expected by the elderly. It was noticed contributions of classes in several areas of acquaintanceship and showed reports of decrease of muscle pain, improved breathing, motor coordination, balance blood pressure, greater flexibility and less difficulty in performing their daily tasks.

Keywords: Physical Education. Teacher Training. Elderly. Health Education.

INTRODUÇÃO

DESAFIO INICIAL

A proposta deste trabalho é relatar uma experiência de educação em saúde, após obtenção do título de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, quando foi oportunizada primeira atuação profissional como professora de Educação Física no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Feira de Santana-BA e onde o trabalho principal era atender a comunidade de um grupo de convivência com idosos.

É importante registrar que o CRAS é um espaço público com localização prioritária em áreas com maior vulnerabilidade social, oferecendo serviços de assistência social visando fortalecer a convivência dos demandatários com a família e comunidade. Além de possibilitar o acesso aos serviços, benefícios e projetos da Assistência Social, promovido através da articulação de redes socioassistenciais e políticas, o CRAS pode apoiar ações comunitárias com eventos, palestras, mobilizações e campanhas, bem como, construir com a comunidade possíveis soluções para o enfrentamento dos problemas comuns nessas localidades, a citar: violência local, transporte precário, ausência de áreas públicas de lazer e cultura e trabalho infantil. Os serviços ofertados são o Serviço de Proteção a Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Diante disso, segue-se com o relato de uma experiência como professora de Educação Física atuando com o SCFV em idosos, contribuindo no processo de educação em saúde.

ENTRANDO EM CAMPO DESCONHECIDO

Após os trâmites de contratação e sendo

imediatamente enviada ao local de trabalho em que foram apresentadas as demandas necessárias para atendimento, surgiu a insegurança de como executar os ensinamentos da formação inicial (graduação), tendo em vista que este era um ambiente e público alvo totalmente desconhecido na “prática”. Tratava-se de setenta idosos que se reuniam embaixo de uma árvore e num espaço físico ao lado, cedido pela vizinhança, ou seja, sem estrutura física segura, nenhum material para atividades externas/práticas, nenhuma aparelhagem de som, nenhuma anotação ou arquivo de fichas de anamnese para que eu me situasse da condição física de cada um (possíveis problemas de saúde, medicações, delimitações), nem mesmo planejamentos de outros professores. Tratava-se, então, de uma realidade totalmente desconhecida.

Partindo disso, surgiu uma primeira reflexão em torno de uma expressão utilizada por muitos professores recém-formados: “na prática, a teoria é outra”. Como diria Pimenta (2005, p. 6) “os currículos de formação têm-se constituído em um aglomerado de disciplinas, isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem”. Teorias estas que, na realidade, são apenas saberes disciplinares que podem não estar vinculados diretamente aos possíveis campos de atuação profissional dos futuros professores. Mas, e as práticas curriculares e estágios supervisionados não deveriam dar conta dessa inserção profissional? Será que realmente deve-se atribuir responsabilidade de estabelecer nexos com a realidade aos currículos de formação, compreendidos por disciplinas? Como fica o papel do (a) professor (a) formador (a) e do (a) professor (a) em formação nesse processo? Qual seria, então, o papel da formação inicial na atuação profissional?

Partindo da ideia de que lecionar é uma for-

ma de intervir na realidade social (prática social), não podemos dicotomizar teoria da prática, mas sim somar em um conjunto de ações específicas na educação, levando em conta as relações que os sujeitos estabelecem com o saber. Essas relações se materializam em diferentes figuras do aprender e devem orientar objetivos de planejamento de aulas e de projetos sociais, incluindo os vinculados às atividades físicas e esportivas (MELLO; NETO; VOTRE, 2009). Diante disso, e por considerar que a Educação Física é uma área de conhecimento inserida na área da saúde e a formação inicial do relato aqui apresentado se trata de uma formação em licenciatura, buscou-se agregar os conhecimentos acumulados na formação inicial com a busca de outros novos para subsidiar essa primeira atuação profissional no que poderíamos chamar de um processo de educação em saúde.

A organização inicial das ações baseou-se em formas de interação com a realidade do cotidiano dos idosos participantes do grupo de convivência e buscava-se compreendê-los como sujeitos plurais que tinham singularidades e precisavam ser consideradas. O segundo passo, então, foi agrupar o máximo de informações sobre os idosos, a partir de reuniões com as outras técnicas e orientadoras sociais do SCFV, para orientar melhor o planejamento anual do trabalho e os planos de aula. A partir dessas reuniões iniciais soube-se que seria apenas um encontro semanal, já que o outro dia deles no CRAS era voltado para aulas de trabalhos manuais, como artesanatos e culinária, as quais poderiam contribuir na renda familiar.

A partir dos primeiros encontros com os idosos foi possível perceber como seria a rotina das aulas e quais principais características relevantes deveriam ser consideradas no planejamento das ações. Cada encontro semanal, por exemplo, dispunha-se

de apenas duas horas, iniciando as 08h30 e terminando as 10h30. Entretanto, importa registrar, que era necessário considerar apenas uma hora para a realização das aulas/atividades, já que se gastava metade do tempo com chamada, lista de presença, lanche e deslocamento para área aberta. Além disso, como sinalizado nas fichas de cadastro do CRAS, cada um dos setenta idosos possuía um ou mais problemas de saúde (diabetes, dores musculares ou nas articulações, problemas circulatórios ou respiratórios, entre outros), tornando inviável planejar uma aula específica que pudesse atender à necessidade de cada um e foi necessário levar em conta a assiduidade dos idosos que nem toda semana podiam comparecer aos dois dias do grupo de convivência. Como então planejar aulas de educação em saúde, a partir da formação em Educação Física, visando melhorias não só no fortalecimento de vínculos sociais, mas também contribuir com a melhoria de autoestima e qualidade de vida desses idosos?

CAMINHOS POSSÍVEIS

Como foi possível perceber, para atuar no SCFV foi necessário (re) constituir identidade profissional, (re) organizando experiências como professora a partir dos aprendizados da formação acadêmica, buscando reafirmar uma identidade que vinha sendo formada desde a universidade. Como afirmou Pimenta (1996, p. 75)

A identidade não é algo imutável. Nem extremo, que possa ser adquirida. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta às necessidades que estão postas pela sociedade, adquirindo estatuto de legalidade (PIMENTA, 1996, p. 75).

Reunindo as informações e materiais di-

dáticos necessários inicialmente para o planejamento das ações com o referido grupo de convivência de idosos, e não esquecendo que não teriam equipamentos e instrumentos físicos disponíveis para as atividades, as aulas foram planejadas visando proporcionar, através de momentos prazerosos em que foram utilizados elementos da cultura corporal, a recuperação, mesmo que mínima, “do sentido de humanidade, pelo reforço da autoestima, reconhecimento e valorização de sua história de vida, suas percepções sobre a velhice e seus direitos e possibilidades de ações” (ASSIS, 2002, p. 18). Além disso, pretendia-se amenizar um pouco das dificuldades enfrentadas pela velhice na vida do campo, sendo que a maioria deles trabalharam e/ou trabalham na roça, e apresentar melhoria na capacidade funcional e formas de prevenção de possíveis lesões e acidentes comumente suscetíveis a essa fase da vida.

Um dos problemas que acometem muito os idosos é o declínio de sua autonomia, pois perdem a capacidade de desenvolver as atividades diárias e passam a necessitar de ajuda parcial ou total em pelo menos três atividades básicas do cotidiano. A partir da perda da autonomia, sendo somada a “desvalorização social da velhice e imediata associação a doença, desestimula mais ainda os idosos a investir na saúde” (ASSIS, 2002, p. 17).

Sendo assim, a atuação com idosos no SCFV buscou práticas educativas com possibilidades de intervenção no campo da saúde, elencando contribuições do trato pedagógico de elementos da cultura corporal para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial. Intervenções essas que foram desde atividades lúdicas em grupo, como atividades musicais, dança, atividades em roda, brinquedos cantados, atividades artesanais e expressivas, como também, atividades voltadas diretamente

ao “bem estar físico” como alongamentos com cadeira, circuitos de baixa intensidade e discussões sobre segurança diária (doméstica, locomoção e trabalho rural) na vida do idoso.

É importante salientar que ao se trabalhar com sujeitos idosos, deve-se levar em conta as necessidades deste grupo populacional e o contexto em que estão inseridos para planejar ações de maneira qualificada e responsável, no intuito de contribuir para melhoria do modo de vida e enfiamento da vida por parte desses idosos.

No caso específico do relato descrito, as intervenções eram diretas e de fácil entendimento, devido ao contato restrito a uma vez na semana. Então, a intervenção pedagógica deveria ser proveitosa ao máximo.

Vale ressaltar que, dentre as ações desenvolvidas, a atividade que pode ser destacada como a “mais querida” e esperada por eles, era a aula de dança e dança espontânea. Como já defendia Porpino (2006, p. 28)

A dança faz sentido e cria novos sentidos, tanto para aquele que dança quanto para aquele que aprecia. Como numa grande teia, tais sentidos se entrecruzam, transformam-se e geram outros infinitamente. Assim, é possível perceber, numa fotografia, e também numa pintura, um pouco da dança, criada e vivida por outros, porque a dança do outro é um pouco da nossa própria, a dança da vida imersa nessa teia de sentidos infinitos e combinantes. O momento criado e vivido na dança, retratado na pintura ou na fotografia, misturam-se, oferecem momentos estéticos distintos, mas comunicantes (PORPINO, 2006, p.28).

A produção de sentidos possibilitada por vivências com dança permitiu aos idosos o reencontro com seu corpo-sujeito, sua realidade humana imperfeita e ao mesmo tempo tão bela. Quando se expressavam

livremente e se movimentavam ao ritmo das músicas, era como se pusessem para fora toda identidade e capacidade que a sociedade tenta reprimir e desvalorizar. Autores do próprio viver. Como eles mesmo diziam: “Não temos idade, temos vida”!

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Entre o medo do desconhecido e a construção do plano de trabalho foi possível perceber a consolidação e constituição da identidade profissional de uma professora que, como tantas outras, se desenvolve e amadurece profissionalmente com a realidade concreta da experiência vivenciada e (com) partilhada.

Além disso, em relação ao trabalho desenvolvido com idosos no SCFV, em Feira de Santana-BA, foi possível perceber, a cada semana de aula, as contribuições em diversos âmbitos de convivência desses idosos. Observou-se aumento na adesão ao trabalho, porque o grupo que antes era formado apenas por senhoras passou a ser frequentado também por senhores, os quais inicialmente relutavam a participar, principalmente quando se tratava das aulas de dança e dança espontânea. Importante destacar que passaram a ser os primeiros a chegar nas aulas, ansiosos para contar as mudanças percebidas no corpo e na mente, e para dançar. Sim, para dançar! Constatou-se ainda melhoria na socialização entre os idosos participantes, com a comunidade e com a família. Filhos, noras e netos passaram a acompanhá-los e a participarem das aulas com eles, estreitando assim os laços que antes estavam tão distantes e frágeis.

A cada semana chegavam com novidades, compartilhando a ansiedade para a semana passar rápido e chegar o dia das atividades. Passaram a sorrir mais, e muito. Deixavam de lado, nem que fosse por um curto espaço de tempo, os problemas enfrentados diariamente na periferia e na vida rural. A autoestima nunca esteve tão alta desde a mocidade. Arrumavam-se, perfumavam-se e chegavam radiantes, dispostos a participarem de todas as atividades propostas. E as mudanças não pararam por aí. Mesmo diante da falta de recursos e dificuldades para planejar aulas específicas para cada situação de saúde, apresentaram relatos de diminuição de dores musculares, melhoria na respiração, coordenação motora, pressão arterial equilibrada, maior flexibilidade e menos dificuldade para realização das tarefas diárias.

A partir dos depoimentos acima apresentados pelos idosos, é possível inferir que a grande parte dos problemas físicos que acometiam os idosos, poderia estar diretamente ligada ao estresse, à tensão e aos problemas sociais e familiares, bem como, que as atividades lúdicas em grupo, com socialização e trabalhando a valorização dos mesmos, puderam contribuir com a recuperação do valor, da identidade e da autonomia de cada um. Fortaleceram-se vínculos, melhorou-se o físico e o desenvolvimento psicossocial. Essa percepção de mudança é para além de aulas tradicionais, mecânicas e mecanizadas, sistematizadas apenas nas teorias e técnicas. É para além também da prática resumida à aplicação do plano de aula. É no contato visual, no abraço, no sorriso, no aprender mútuo, na construção da identidade de professor inserido na comunidade em vulnerabilidade social e ver que ensinar vai além do mero ensinar/aprender, é ensinar aprendendo. É possibilitar mudanças significativas no contexto inserido e no professor em contínua formação. Dessa forma, o ser professor ou professora se constitui na experiência vivida da prática pedagógica que pode acontecer em diferentes contextos, escolar e não-escolar. Deve-se somar os aprendizados da formação acadêmica com os aprendizados da formação humana, adquiridos pela prática social. Por fim, educar é mais que ensinar, é

viver o que se aprendeu!

REFERÊNCIAS

ASSIS, Mônica de. Promoção de Saúde e Envelhecimento: orientações para desenvolvimento de ações educativas com idosos. Rio de Janeiro: CRDE-UnATI UERJ, 2002.

MELLO, A. da S.; NETO, A. F.; VOTRE, S. J. Intervenção da educação física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em vila velha (ES). Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 31, n. 1, p.81, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 75, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poiesis, Goiás, v. 3, n. 3, p. 6, 2005.

PORPINO, Karenine de Oliveira. Dança é educação: interfaces entre corporeidade e estética. Natal (RN): EDUFRRN, 2006.

CAPACITAÇÃO EM MANIPULAÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS PARA FINS COMERCIAIS

TRAINING IN HANDLING AND FOOD PROCESSING FOR COMMERCIAL PURPOSES

Bruna Melo Miranda

Graduanda do curso de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – UFG.
bruuna.melo@hotmail.com

Miriam Fontes Araujo Silveira

Profª. Drª. do curso de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – UFG.
miriamfas.ufg@gmail.com

Adriana Régia Marques Souza

Profª. Drª. do curso de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – UFG]
drilavras@yahoo.com.br

Resumo

A produção de alimentos seguros requer procedimentos básicos, tais como controle da matéria-prima, boas práticas higiênicas, processamento, manipulação, distribuição, estocagem, comercialização e consumo. A maioria dos manipuladores necessita de informações sobre os cuidados higiênicos e sanitários que devem ser adotados durante a produção dos alimentos, pois desconhecem a possibilidade de serem portadores assintomáticos e veiculadores de microrganismos na produção dos alimentos. Assim, o objetivo deste trabalho foi realizar um treinamento de “Capacitação em manipulação e processamento de alimentos para fins comerciais” para mulheres de famílias de comunidades carentes da região Sudeste do município de Goiânia-GO. Foi utilizada a metodologia de palestras e aulas práticas, com a participação de 30 mulheres. O treinamento foi realizado em módulos abrangendo os conteúdos básicos de boas práticas de manipulação, noções de higiene e processamento de alimentos, visando uma possível alternativa de renda para essas mulheres. Os resultados da avaliação global, após o desenvolvimento dos módulos, indicaram grande aceitação e aplicabilidade do curso de capacitação, pois mais da metade (59%) dos participantes declararam como excelente o aprendizado, 29% como muito bom e 12% como bom. Os participantes mostraram-se bastante participativos e interessados em colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos.

Palavras-chave: Higiene. Alimentos. Segurança alimentar.

rança alimentar.

Abstract

The production of safe food requires basic procedures such as control of raw materials, good hygienic practices, processing, handling, distribution, storage, marketing and consumption. Most handlers need information on hygiene and health care that should be adopted during the production of food because unaware of the possibility of asymptomatic carriers and backers of microorganisms in food production. The objective of this study was a training “Training in handling and food processing for commercial purposes” for women from families of poor communities in the southeastern city of Goiânia-GO. the methodology of lectures and practical classes, with the participation of 30 women was used. The training was conducted in modules covering the basic contents of good handling practices, notions of hygiene and food processing, aiming for a possible alternative source of income for these women. The results of the overall assessment, after the development of modules, indicated wide acceptance and applicability of the training course, as more than half (59%) of participants reported as excellent learning, 29% as very good and 12% as good. The participants were very participative and interested in putting into practice all the knowledge acquired.

Keywords: Sanitation. Food. Food security.

INTRODUÇÃO

A experiência brasileira no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e na dimensão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) assegura a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer a obtenção de outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que seja ambiental, econômica e socialmente sustentável (BRASIL, 2006).

Para a definição da situação de segurança alimentar (SA) das famílias há dimensões decisivas, que são a disponibilidade de alimentos, a adequação alimentar, a acessibilidade econômica e física e a estabilidade do fornecimento. Essas dimensões envolvem a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e demandam o planejamento de ações pelo poder público e pelas famílias a eventuais problemas que podem ser crônicos, sazonais ou passageiros (TAPAJÓS; QUIROGA, 2010).

Os alimentos podem ser submetidos à contaminação de origem biológica, química e física. Portanto, a garantia de um alimento saudável envolve o conhecimento de diversos fatores que contribuem para torná-lo inseguro. A produção de alimentos seguros requer procedimentos básicos, tais como controle da fonte, do desenvolvimento e do processo dos produtos, boas práticas higiênicas na produção, processamento, manipulação, distribuição, estocagem, comercialização e consumo (FOOD INGREDIENTS BRASIL, 2008).

A seleção de matérias-primas e ingredientes deve obedecer às especificações e inspeções oficiais, para garantir que sejam

adequados ao consumo e saudáveis. Alimentos com parasitas, microrganismos indesejáveis, pesticidas, drogas veterinárias ou substâncias tóxicas, que não possam ser reduzidas a nível aceitável, não podem ser aceitos (OPAS; OMS; ANVISA, 2006).

Em relação ao aspecto higiênico e sanitário dos alimentos consumidos pela população, os procedimentos incorretos de manipulação podem provocar Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA). Existem mais de 250 tipos de DTAs e a maioria são causadas por agentes infecciosos ou suas toxinas (OLIVEIRA et al., 2010).

Para assegurar a qualidade de um alimento, é primordial o conhecimento de diversos procedimentos que têm início na compra da matéria-prima e termina com o consumo do alimento pronto. Estes procedimentos são conhecidos como Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e se aplicados corretamente melhoram a qualidade do alimento, pois reduzem a probabilidade de contaminação química, física ou biológica (BEZERRA; MANCUSO; HEITZ, 2014; SOUSA, 2006).

A escassez de programas e projetos direcionados para a capacitação em Boas Práticas de Manipulação de Alimentos pode ser considerada um fator de risco para a ocorrência de doenças transmitidas por alimentos (DTA), causadas por alimentos contaminados. A maioria dos manipuladores necessita de informações sobre os cuidados higiênicos e sanitários que devem ser adotados durante a produção dos alimentos, pois desconhecem a possibilidade de serem portadores assintomáticos e veiculadores de microrganismos na produção dos alimentos (GERMANO, 2003). Assim, capacitar os manipuladores de alimentos para práticas profissionais pode ser considerado uma medida prática, eficaz e de

baixo custo para prevenir DTA (BEZERRA; MANCUSO; HEITZ, 2014).

O processamento dos alimentos é uma importante ferramenta que auxilia na conservação destes e a agregação de valor com vistas à comercialização. A preocupação em conservar alimentos é citada pela literatura como sendo originária no período pré-histórico. Neste contexto, a redução das perdas pós-colheita, que ocorrem anualmente nas diferentes etapas de obtenção dos alimentos, é uma medida para alterar o padrão de crescimento do desequilíbrio existente entre o aumento da população e a oferta de alimentos. Da mesma forma, o excedente de produção, gerado na época de safra e a alta perecibilidade dos alimentos, associados à ausência e, ou deficiência de técnicas adequadas de manuseio, transporte e armazenamento, têm gerado grandes perdas, que podem ser reduzidas pelo processamento (SOUZA FILHO, 1999).

A capacitação da população para o processamento de alimentos permite gerar alternativas para melhorar o orçamento familiar e a qualidade de vida. Entretanto, para iniciar qualquer empreendimento, ainda que considerado micro empresa, são necessárias ações para a conscientização das noções básicas de administração de finanças, de boas práticas de manipulação, higiene dos manipuladores, utensílios adequados e corretos para processamentos, matéria-prima e verificação da qualidade da mesma.

Diante deste contexto, foi proposto um treinamento de “Capacitação em manipulação e processamento de alimentos para fins comerciais” para mulheres de famílias de comunidades carentes da região Sudeste do município de Goiânia-GO, próximas à região rural. Estas famílias são assistidas pelo Instituto Brasileiro de Benemerência e

Integração do Ser (IBBIS), organização não governamental (ONG). O tema deste treinamento faz parte de uma série de ações do projeto multidisciplinar intitulado “Famílias em estado de atenção: parceria com enfoque na segurança alimentar, processamento de alimentos, educação financeira e ambiental”, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Participam do projeto profissionais dos cursos de Engenharia de Alimentos, Nutrição, Enfermagem, Engenharia Florestal, Administração e Educação Física.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo transmitir conceitos básicos de boas práticas de manipulação, noções de higiene e processamento de alimentos, visando uma possível alternativa de renda para essas mulheres.

METODOLOGIA

A capacitação em manipulação e processamento de alimentos foi realizada nas dependências do IBBIS, localizado na região rural, a Sudeste do município de Goiânia-GO. Contou com a participação de um grupo de 30 mulheres de famílias de comunidades carentes de bairros próximos à sede. Todas as participantes eram donas de casa, na faixa etária de 22 a 45 anos, com grau de escolaridade variando do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo.

Para realização da capacitação, foi utilizada uma metodologia participativa com aulas teóricas e práticas. As teóricas foram ministradas com auxílio de recurso audiovisual (datashow) e as práticas em uma cozinha da sede. Os alunos do curso de Engenharia de Alimentos, participantes do projeto, foram orientados e supervisionados por docentes do curso, para auxiliar a realização das atividades propostas.

A capacitação foi realizada em módulos, nos meses de novembro e dezembro do ano de 2015. Cada módulo foi trabalhado em um dia, para facilitar a absorção e compreensão do conteúdo.

- Módulo 1: introdução sobre higienização. Tratou-se da importância do manipulador de alimentos e aspectos da higiene pessoal. Ao final da palestra, foi realizada uma dinâmica de higienização das mãos, para reforçar o aprendizado.
- Módulo 2: higienização de equipamentos, utensílios e ambiente de processamento de alimentos. Melhores utensílios para utilizar no processamento de alimentos e a forma adequada para conservá-los. Foi realizada uma atividade intitulada “jogo dos 7 erros”, em que os participantes identificaram os erros contidos na imagem de uma cozinha inadequada para processamento.
- Módulo 3: higienização da matéria-prima, importância da escolha de uma matéria-prima de qualidade e os fatores que influenciam na mesma. Ao final do módulo, foi realizada uma aula prática sobre a preparação de soluções cloradas, utilizadas na sanitização e enxágue.
- Módulo 4: aula prática de processamento de suco de abacaxi, visando a utilização dos conceitos adquiridos nos módulos anteriores, nos quesitos de segurança alimentar.
- Módulo 5: atividade ludo-pedagógica, uma gincana interdisciplinar, com brincadeiras relacionadas aos temas trabalhados, durante o segundo semestre do ano de 2015, pelos profissionais

dos diferentes cursos que participam do projeto de extensão. Os participantes foram divididos em duas equipes e as brincadeiras referentes ao conteúdo ministrado pelos professores e alunos do curso de Engenharia de Alimentos foram as seguintes:

- I. “Corrida com higienização das mãos”, em que dois participantes de cada equipe sujavam as mãos com tinta, corriam até a pia, onde encontravam todos os materiais necessários para uma perfeita higienização, e realizavam a lavagem das mãos de acordo com as técnicas ensinadas durante as aulas. Pontuava a equipe em que os participantes realizavam a prova corretamente e com maior rapidez.
- II. “Desenho misterioso”, no qual um participante de cada equipe era selecionado para fazer os desenhos. A cada momento um envelope era sorteado com o nome de um objeto referente ao tema segurança alimentar, para ser desenhado. Pontuava a equipe que acertava primeiro o nome do objeto desenhado.

O resultado final da gincana foi dado com uma somatória de pontos de todas as atividades. Ganhou a equipe com maior pontuação.

Ao final do treinamento, os participantes realizaram a avaliação dos módulos (Quadro 1), que permitiu verificar o grau de satisfação quanto aos conhecimentos compartilhados e oferecidos, a organização e atuação dos responsáveis e sugestões para o aperfeiçoamento.

Quadro 1. Avaliação do treinamento de capacitação em manipulação e processamento de alimentos

Questões	Ruim	Bom	Muito bom	Excelente
	1. Como você avalia a palestra?			
2. Como você avalia o professor?				
3. Avaliação global da capacitação.				
	Sim	Não		
4. Essa palestra foi útil e importante para você?				
5. Você indicaria essa palestra a outras pessoas?				
Se preferir, faça um comentário sobre a capacitação:				

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se grande interesse das participantes, visto que a frequência nos módulos foi acima de 90%. Responsáveis pelos afazeres domésticos de suas casas, as mulheres que participaram do projeto passam boa parte do dia na cozinha. Elas têm importante responsabilidade de preparar os alimentos de suas famílias e as manter longe de infecções, contaminações e toxinas. Porém, percebe-se que será um grande desafio para elas colocar em prática, nas suas casas, os conhecimentos adquiridos, devido às condições precárias em que vivem.

Durante a realização da capacitação, os participantes compartilharam seus conhecimentos e experiências sobre os conteúdos abordados. Vislumbraram, também, a possibilidade de aumentar a renda da família com o processamento de alimentos, visto que as técnicas ensinadas são básicas para a elaboração de alimentos seguros.

A participação também foi extremamente positiva na realização da aula prática, envolvendo todas as etapas do processamento do suco de abacaxi. As mulheres mostraram-se participativas e interessadas em colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos, tanto em suas casas, quanto nos locais de trabalho e na área de uso comunitário do IBBIS.

Segundo BRENNAN et al. (2007), as donas de casas são membros importantes da cadeia produtiva de alimentos e a capacitação em manipulação correta de alimentos pode auxiliar a manutenção da saúde da família. A possível falta de conhecimento com relação às Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos e a escassez de programas e projetos

direcionados para este público podem ser consideradas fatores de risco para a ocorrência de DTA's, causadas por alimentos contaminados.

Com relação à avaliação realizada ao final dos módulos, todos os presentes preencheram o formulário, no qual 63% dos participantes avaliaram a palestra e os instrutores como excelente, 30% como muito bom e 7% como bom. Todos os participantes consideraram a capacitação útil e a indicariam a outras pessoas. Relataram que aprenderam muito com a capacitação, que os conhecimentos adquiridos são importantes e os ajudarão no seu dia a dia. Perceberam, também, que as doenças transmitidas por alimentos a nível domiciliar podem ser evitadas ou ter os riscos reduzidos por meio das práticas de higiene. Gostaram da metodologia e sugeriram a realização de cursos de capacitação com maior frequência.

Os resultados da avaliação global da capacitação (Figura1) comprova a aceitação dos participantes, visto que nenhum deles a considerou ruim e mais da metade (59%) a avaliou como excelente.



A realização da gincana foi um momento muito interessante e positivo, pois promoveu a socialização, a descontração e a integração dos participantes, além de reforçar os assuntos abordados nos módulos e nas atividades desenvolvidas no projeto. Ao final houve uma confraternização entre os responsáveis pelo projeto, os participantes dos treinamentos e os dirigentes e voluntários do IBBIS, todos interessados e comprometidos com a continuidade desse projeto de extensão

CONCLUSÃO

O objetivo de transmitir as noções básicas de boas práticas de fabricação, que englobam os conceitos de segurança alimentar, manipulação de alimentos e o seu processamento foi atingido com base nos formulários de avaliação aplicados no final da capacitação. A expectativa é que os participantes utilizem os conceitos aprendidos em ações que já praticam, mas, agora, de forma segura quanto aos aspectos de higienização, visando, ainda, um aperfeiçoamento das técnicas de boas práticas, que poderão ser utilizadas como uma possibilidade de crescimento profissional ou uma fonte de renda extra.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A.C.D.; MANCUSO, A.M.C.; HEITZ, S.J.J. Alimento de rua na agenda nacional de segurança alimentar e nutricional: um ensaio para a qualificação sanitária no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.19, n.5, p.1489-1494, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 18 set.

BRENNAN, M.; MCCARTHY, M.; RITSON, C. Why do consumers deviate from best microbiological food safety advice? An examination of 'high-risk' consumers on the island of Ireland. *Appetite*. v. 49, n. 2, p. 405-428, 2007.

FOOD INGREDIENTS BRASIL. Segurança alimentar. *Revista Fi.com*, nº 4, 2008. 43 p.

GERMANO, M.I.S. Treinamento de manipuladores de alimentos: fator de segurança alimentar e promoção da saúde. São Paulo: Varela, 2003. 165p.

OLIVEIRA, A. B. A. et al. Doenças transmitidas por alimentos, principais agentes etiológicos e aspectos gerais: uma revisão. *Revista HCPA*, v.30, n.3, p.279-285. 2010.

OPAS- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; OMS-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Codex Alimentarius - higiene dos alimentos: textos básicos*. Brasília, 2006. 64 p.

SOUSA, C.P. Segurança alimentar e doenças veiculadas por alimentos: utilização do grupo coliforme como um dos indicadores de qualidade de alimentos. *Revista de APS, Juiz de Fora*, v.9, n.1, p. 83-88, 2006.

SOUZA FILHO, M. S. M. et al. Effect of bleaching, osmotic process, heat treatment and storage on ascorbic acid stability of cashew apple processed by combined methods. *Ciênc. Tecnol. Alim.*, v.19, n. 2, p.211-213, 1999.

TAPAJOS, L.; QUIROGA, J. Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do Mds. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. 2010, 240 p. (Documento técnico – versão atualizada e revisada 2006 a 2010).

PROGRAMA JOVEM COM SAÚDE (PROJOVEM SAÚDE): UNIVERSIDADE E ESCOLAS PÚBLICAS NA PREVENÇÃO DE DSTS

PROGRAMA JOVEM COM SAÚDE (PRO JOVEM SAÚDE): UNIVERSITY AND PUBLIC SCHOOLS IN THE PREVENTION OF STDS

Ana Carolina de Oliveira Tavares

Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei – anacarolina_otavares@yahoo.com.br

Felipe Peres Barreto

Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei – filipe.pbarreto@gmail.com

Paulo Henrique Almeida Campos-Junior

Prof. Dr. da Universidade Federal de São João del-Rei – paulohenrique@ufsj.edu.br

Resumo

Apesar dos avanços no diagnóstico e tratamento, as taxas de incidência de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) continuam altas em todo o mundo. A Organização Mundial de Saúde estimou que mais de um milhão de pessoas são infectadas diariamente e, cerca de, 60% dessas infecções ocorrem em jovens menores de 25 anos de idade, e, aproximadamente, 30% desses jovens são menores de 20 anos. Desta forma, torna-se extremamente importante ter um programa de orientação para as pessoas nessa faixa etária em nossa região. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo promover a interação entre a UFSJ e a sociedade para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em jovens de idade escolar. Através de oficinas de grupo em escolas do município, houve a interação dialógica entre o corpo docente e discente de nossa instituição com a sociedade, promovendo a conscientização a respeito dessa temática. Utilizando um perfil criado no Facebook, foi também obtida uma divulgação expressiva desse projeto. Assim, observou-se que a comunidade local foi beneficiada pelas informações transmitidas nesse contexto, uma vez que elas visam à difusão de políticas de promoção e prevenção em saúde pública.

Palavras-chave: Saúde pública. Educação. Prevenção. sexualidade.

Abstract

Despite the advances in diagnosis and treatment, incidence rates of sexually Transmitted Diseases (STDs) remain high throughout the world. The World Health Organization estimated that more than one million people are infected every day, and about 60% of these infections occur in young people under 25 years old, approximately 30% of them are under 20 years old. Thus, it becomes extremely important to have an orientation program for people in this age group in our region. In this sense, the present study aimed to promote interaction between UFSJ and society for the prevention of sexually transmitted diseases in school-age youth. Through group workshops in local schools, there was the dialogic interaction between teachers and students of our institution with society, raising awareness about this issue. Using a profile created on Facebook, a significant propagation of this project was obtained. Therefore, it was noted that the local community has benefited from the information transmitted in this context, since they are aimed at the dissemination of policies to promote prevention in public health.

Keywords: Public health. Education. prevention. Sexuality.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços no diagnóstico e tratamento, as taxas de incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) continuam altas em todo o mundo (ONU, 2014; Pereira, 2014). Tratam-se de patologias infecciosas que podem ser transmitidas por meio de transfusão sanguínea, durante a gestação e, sobretudo, pelo contato sexual. Entre as DSTs, o vírus da imunodeficiência humana (HIV), causadora da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), ainda permanece como um desafio à saúde pública mundial (ONU, 2014; Pereira, 2014). No Brasil, desde o início da epidemia em 1980 até o ano de 2013, 730 mil casos foram registrados, de acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, o que corresponde a, aproximadamente, 2% de todos os casos mundiais (Pereira, 2014). Nesse cruel cenário, os jovens em idade escolar formam um dos grupos que mais preocupa as autoridades e profissionais de saúde envolvidos com o combate à AIDS (Pereira, 2014).

A redução do número de contaminações em grupos de risco específicos, como ocorre no Brasil, demanda campanhas pontuais (Figuroa et al., 2015). Nessa perspectiva, em 2007 foi lançado o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde. Esse programa orienta os estudantes quanto às diferentes patologias proporcionando melhoria da sua qualidade de vida (Ministério da Saúde, 2009). Em consonância com tal iniciativa e em conformidade com as Novas Diretrizes Curriculares dos cursos de medicina (Ministério da Educação, 2014) é que formulamos o presente projeto.

Acredita-se que a aliança entre a Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ -

Campus Sede) e as escolas da rede pública de ensino da cidade poderia contribuir significativamente na prevenção de várias DSTs inclusive a AIDS, entre os adolescentes. Ademais, a vivência social possibilitada pelo projeto de extensão permitirá que os discentes do curso de medicina tenham, de fato, uma formação mais humanizada, sendo capazes de reconhecer e entender as causas que levaram seus pacientes ao adoecimento e, assim, intervir. O projeto também seria uma forma de incentivar a participação da sociedade nos eventos propostos pela universidade e fazer com que a comunidade encare a UFSJ como um agente comprometido com as causas e demandas sociais e difusor de conhecimento científico.

A utilização de preservativos em todas as relações sexuais (oral, anal e vaginal) é o método mais eficaz para a redução do risco de transmissão das DSTs. Outras formas de infecção podem ocorrer pela transfusão de sangue contaminado ou pelo compartilhamento de seringas e agulhas contaminadas. Essas formas de transmissão ocorrem principalmente entre grupos de usuários de drogas ilícitas injetáveis. Algumas DSTs também podem ser transmitidas da mãe infectada, sem tratamento, para o bebê durante a gravidez ou parto.

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), causadora da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) - reconhecida desde os anos 80 ainda - é considerada um desafio sem precedentes na história da saúde pública mundial. O HIV pertence à família Retroviridae, (subfamília Lentivirinae). Este vírus possui o genoma constituído por duas fitas simples de ácido ribonucléico (RNA) que são transcritas pela

a transcriptase reversa (RT) viral em ácido desoxirribonucléico (DNA) de fita dupla, que, desta forma, é integrada no genoma celular do hospedeiro pela ação da integrase viral e, assim, inicia-se a duplicação das células contaminadas que irá resultar na infecção (Turners e Summers, 1999). O HIV infecta as células que expressam concomitantemente a molécula CD4 e os receptores de quimiocinas, C-C chemokine receptor type 5 (CCR5) ou C-X-C chemokine receptor type (CXCR4), como por exemplo, os linfócitos T CD4+, macrófagos, células dendríticas (DCs), entre outras (Turners e Summers, 1999). O vírus possui a característica de replicar-se melhor em células ativas e, assim, os ciclos repetitivos de infecção e ativação celular acarretam numa massiva depleção de novas células, principalmente os linfócitos T CD4+ (Feng et al., 1996).

No Brasil, desde o início da epidemia em 1980 até o ano de 2013, 730 mil casos foram registrados de acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Pereira, 2014), o que corresponde a aproximadamente 2% de todos os casos mundiais. Na África Subsaariana a AIDS é a maior causa de mortalidade, sendo que em cinco mortes uma está relacionada a essa doença (Pereira, 2014). No último relatório divulgado pela Unids (Pereira, 2014), foi apontado que o Brasil, na contramão de todo o cenário mundial, registrou um aumento alarmante de 11% do número de infecções por HIV de 2005 a 2013, enquanto no mundo houve uma queda de quase 30% nesse mesmo período. Segundo esse mesmo relatório, essa epidemia no país está concentrada em populações vulneráveis, como jovens em idade escolar. A situação brasileira é semelhante à de países da Europa e dos Estados Unidos e diferente da de locais com epidemia generalizada, como

em alguns países da África, onde a maior diminuição foi registrada. Políticas de promoção à saúde surtem um efeito mais imediato em regiões que têm maior disseminação do vírus. Enquanto que para reduzir o número de contaminação em grupos específicos, como é o caso de jovens em idade escolar, são necessárias políticas e campanhas pontuais neste grupo de risco (Figuroa et al., 2015). Além disso, esse súbito aumento de contaminações no Brasil demonstra ter havido um enfraquecimento de nossas campanhas de prevenção e indica claramente que este tipo de política de promoção de saúde pública deve ser incansavelmente realizada em nosso país (Figuroa et al., 2015).

Portanto, o objetivo geral desse projeto foi promover a interação entre a UFSJ e a sociedade para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) em jovens de idade escolar. Já os objetivos específicos foram: (I) promover oficinas sobre prevenção de DSTs em escolas da rede pública de São João del-Rei; (II) realizar de um curso de atualização sobre DSTs para professores e futuros professores de Ciências e Biologia da rede pública; (III) divulgar novas estatísticas e medidas de prevenção de DSTs por meio de redes sociais.

METODOLOGIA

A metodologia segue detalhadamente descrita de acordo com os objetivos específicos citados previamente.

I. Promover oficinas sobre prevenção de DSTs em escolas da rede pública de São João Del Rei;

Para alcançar este objetivo, ele foi dividido em três fases:

- Primeira fase - Preparação para os encontros: Durante um período inicial de

seis meses os bolsistas foram orientados a fazer pesquisas bibliográficas sobre DSTs, formas de prevenção, dados epidemiológicos, princípios de condução de grupo e oratória. Semanalmente, foram realizadas reuniões entre os bolsistas e os professores coordenadores e colaboradores do projeto a fim de prepará-los e orientá-los para os encontros com os alunos do ensino médio. Além disso, durante essa fase foi realizado o contato com a Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, da rede pública do município de São João del-Rei com o objetivo de definir a logística dos encontros de acordo com a realidade da escola.

- Segunda fase – Encontros com os alunos do ensino médio: Esta etapa aconteceu no segundo semestre de vigência, no qual os seis acadêmicos de Medicina, já preparados, realizaram visitas à escola. Cada grupo foi mediado por três acadêmicos e contou com cerca de 35 alunos do 3º ano do ensino médio. Os encontros tiveram duração de duas horas, nas quais os acadêmicos realizaram oficinas de grupo com a abordagem do conhecimento prévio dos alunos e utilização de técnicas grupais. Além disso, os acadêmicos do projeto realizaram documentação fotográfica de todos os encontros para a divulgação destes em nosso grupo.

Os encontros com os estudantes foram divididos em dois momentos: inicialmente foi projetada uma apresentação de slides que continha diversas informações pertinentes acerca das cinco DSTs selecionadas pelos orientadores do projeto, durante as reuniões da primeira fase do programa, para serem o foco da atividade (AIDS, Gonorréia, Sífilis, HPV e Herpes), de modo que a interatividade entre os alunos do ensino médio e acadêmicos de medicina foi central

nessa etapa. Logo após, eram distribuídos vários papéis em branco aos alunos para que anotassem suas dúvidas, pertinentes ao assunto, as quais seriam colocadas em uma caixa decorada (caixa ProJovem). Após recolher as perguntas, essas eram lidas e respondidas pelos alunos de medicina, sempre prezando pela transmissão de informações corretas e pela participação ativa do público-alvo.

- Terceira fase – Avaliação dos Encontros: Ao final dos encontros foram realizadas reuniões semanais com o objetivo de discutir e avaliar a realidade dos alunos da escola visitada. A partir dos relatos da experiência e dos registros fotográficos, foram realizadas discussões e foi redigido um artigo para a divulgação do trabalho e o relatório final do programa de extensão.

II. Realizar um curso de atualização sobre DSTs para atuais e futuros professores de ciências e biologia da rede pública;

Para o cumprimento desse objetivo foi realizada uma oficina com alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFSJ. Esse encontro teve duração de 2 horas e discutiu sobre como trabalhar temas relacionados ao conhecimento do corpo, sexualidade, afetividade e saúde com estudantes jovens da rede pública local.

III. Divulgar novas estatísticas e medidas de prevenção de DSTs por meio de redes sociais.

No início do programa de extensão foi criado um perfil no Facebook com o objetivo de divulgar dados e fazer campanha para a prevenção de DSTs e uso de preservativo. Durante toda a vigência do programa, foram divulgadas informações do Ministério da Saúde acerca dessa temática, que foram postadas na página do programa no Face-

book e compartilhadas com o objetivo de atingirem o maior número de jovens possível.

DESENVOLVIMENTO

Durante a primeira etapa das oficinas, projetou-se a apresentação de slides, a qual continha perguntas características de cada DST abordada. Assim, muitas informações típicas do senso comum foram desmistificadas pelos acadêmicos de Medicina durante a atividade, munidos de informações obtidas em pesquisas acerca do assunto realizadas anteriormente às oficinas na escola. Um exemplo de informação repassada dizia respeito às formas de contaminação associadas a cada doença, como a via hematogênica em transfusões sanguíneas no contexto de HIV. Houve a participação ativa dos alunos nas quatro salas, sempre perguntando e interagindo com os acadêmicos do programa (Figura a). Durante a apresentação também foi feita divulgação da página do ProJovem Saúde no facebook, a qual foi apresentada como um veículo para o esclarecimento dos alunos acerca do assunto abordado.

Já durante a dinâmica com a caixa ProJovem (Figura b), a grande maioria dos alunos redigiu alguma pergunta e, assim, participou ativamente da oficina. A maior parte das dúvidas se relacionava com o uso do preservativo, masculino ou feminino, com o tratamento das DSTs ou com a prática sexual que predispõe à contaminação. Algumas questões relacionadas à transmissão e disseminação do HIV permearam toda a atividade como, por exemplo: “Como faz para um filho de uma pessoa com o vírus HIV não nascer com o vírus?”; “Se uma pessoa tem AIDS e tem uma ferida na boca, ela beija (na boca) outra pessoa que também tem uma ferida, na boca, ela pode pegar a

doença?”; “Aqui em São João del-Rei, aconteceu um ‘evento’ em que a mãe contaminada com o vírus HIV, não passou para o filho devido a bolsa não ter estourado. Isso acontece com frequência? Por que isso?”. Os acadêmicos de medicina puderam esclarecer cada dúvida como essas, discutir melhor as vias de transmissão de cada DST e realçar a importância do uso de preservativos durante o ato sexual, além de mostrar os tratamentos disponíveis mediante o surgimento de alguma das doenças abordadas. Ademais, foi destacada a importância do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) do município de São João del-Rei aos alunos da escola, o qual é um órgão de saúde pública que faz testes rápidos para verificar a presença de alguma doença sexualmente transmissível no paciente e, de acordo com a informação obtida, realiza o aconselhamento pertinente e possibilita o encaminhamento para outro profissional de saúde a fim de acompanhar os casos.

Os acadêmicos do projeto sentiram-se muito confortáveis durante as oficinas e, durante o feedback realizado após as atividades com os orientadores, mostraram-se muito satisfeitos pela atividade conduzida e, principalmente, pela participação ativa dos alunos da escola. Em especial, é válido mencionar uma das turmas visitadas, também contava com sete alunos portadores de necessidades especiais – Surdez, Síndrome de Down e outras. Entretanto, apesar das limitações físicas apresentadas, esses alunos foram extremamente participativos durante toda a oficina e expuseram suas opiniões acerca da temática e também compartilharam informações que eram do seu conhecimento. Durante essa atividade, contou-se com a colaboração de uma professora da escola que dominava a língua de sinais (libras) e possibilitou a comunicação

dos acadêmicos de medicina com os alunos portadores de surdez.

Apesar do bom andamento das oficinas na Escola, é válido mencionar que o número de atividades propostas no projeto inicial não foi possível de ser realizada pela baixa quantidade de bolsas disponibilizadas (apenas uma das três solicitadas) e pela indisponibilidade de datas apresentada pela escola no segundo semestre de 2015, em decorrência do planejamento escolar voltado à preparação dos alunos do 3º ano para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Também foi observado o grande receio dos professores da Escola para tratar de temas relacionados com a sexualidade.

Outra frente de atuação do projeto foi o contato com os professores de ciências e biologia, adaptada durante o ano de 2015. Optou-se por realizar uma roda de conversa entre os acadêmicos do 4º período do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UFSJ (Figura c). Foram apresentadas discussões sobre o corpo com os alunos visando a aprendizagem conjunta da temática e, conseqüente, melhoria das práticas por parte dos professores de biologia nas escolas.

Essa roda de conversa foi motivada, principalmente, pela dificuldade apresentada pelos alunos ao abordarem e responderem questões associadas a temas "polêmicos", como é o caso da sexualidade. Os alunos relataram episódios em que essa dificuldade se mostrou evidente e foram, a todo momento indagados acerca de suas concepções relativas ao processo de construção de homem e mulher na sociedade. Outra questão que é recorrente nas aulas de biologia e que foi abordada na roda de conversa envolveu certos tabus existentes na sociedade como a manipulação da

genitália e masturbação feminina, assuntos que, normalmente, são evitados pela maioria dos professores. Já ao término da atividade, os acadêmicos de biologia se mostraram extremamente satisfeitos com a discussão e abertos ao debate, visando a desconstrução de paradigmas intrínsecos a essa temática e conseqüente melhoria na transmissão de informações nesse contexto aos seus futuros e atuais alunos.

O ProJovem Saúde também atuou na internet por meio da divulgação de informações pertinentes às DSTs, bem como sua prevenção, na página do programa no Facebook (facebook.com/projovemsaudeufsj; Figura d). Durante o ano de atuação, várias postagens acerca da temática foram obtidas da página oficial do Ministério da Saúde e divulgadas no perfil criado, conferindo mais credibilidade às informações transmitidas ao público. Ao fim de 2015, a página já contava com aproximadamente 350 curtidas, além de vários compartilhamentos das suas postagens. De acordo com os dados verificados no Facebook, até dia 09/03/2016, o alcance das publicações foi de 9.358 pessoas; o envolvimento total (soma da quantidade de cliques em publicações, reações, comentários e compartilhamentos) foi de 955; os horários com maior impacto das publicações foi entre as 19:00 e 22:00 horas; a publicação na página com maior repercussão durante o ano de 2015 (alcance de 2181 pessoas) possuía caráter mais descontraído, já que apresentava algumas perguntas curiosas relacionadas à prática sexual que foram feitas durante o programa "Altas Horas" da TV Globo. De maneira geral, esses dados indicam a eficácia dessa ferramenta para a divulgação e conscientização do público alvo, além de também indicar o maior alcance de publicações de teor mais cômico/lúdico.

Outra forma de divulgação da página foi feita durante as oficinas com os alunos do ensino médio, de modo que ela lhes foi apresentada como difusora de informações relacionadas às DSTs. Além disso, uma funcionalidade também atribuída à página foi de responder as dúvidas nesse contexto aos que não se manifestaram durante as oficinas e ainda tinham seus questionamentos.



Figura d -- Perfil do ProJovem no Facebook.

Fonte: Autores



Figura a -- Alunos do 3º ano do Ensino Médio da Estadual Doutor Garcia de Lima durante uma das oficinas. Fonte Autores.



Figura b -- Caixa ProJovem. Fonte Autores.



Figura c -- Professores e futuros professores de Ciências e Biologia em nossa oficina. Fonte Autores.

CONCLUSÃO

Por meio das três frentes de atuação, é possível afirmar que o Projeto Jovem com Saúde obteve sucesso em seu planejamento e execução, de modo que os objetivos propostos foram atingidos mediante o contato entre o curso de Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei – Campus Dom Bosco e a comunidade escolar em torno da temática abordada pelo projeto. A sociedade, de um modo geral, também é beneficiada pelas informações transmitidas nesse contexto, uma vez que elas visam a difusão de políticas de promoção e prevenção em saúde pública.

AGRADECIMENTOS

Devido as normas da presente revista permitir apenas três autores, gostaríamos de agradecer os demais professores Cassia Beatriz Batista, Priscila Totarelli Monteforte e Viviane Aparecida Accarino Grobério e acadêmicos Fernanda Eugênia Lapa Marinho, Thalys Jair Melo Alves, Marco Túlio Dias, Vinicius Santos Rorigues e Mariana de Oliveira Santos envolvidos no ProJovem. Além disso, agradecemos a Pro-reitoria de extensão e departamento de ciências naturais da UFSJ, a Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, bem como ao CNPq e FAPEMIG.

REFERÊNCIAS

FENG Y, BRODER CC, KENNEDY PE, BERGER EA. HIV-1 entry cofactor: functional cDNA cloning of a seven-transmembrane, G protein-coupled receptor. *Science*. 1996 May 10;272(5263):872-7.

FIGUEROA JP, COOPER CJ, EDWARDS JK, BYFIELD L, EASTMAN S, HOBBS MM, WEIR SS. Understanding the High Prevalence of HIV and Other Sexually Transmitted Infections among Socio-Economically Vulnerable Men Who Have Sex with Men in Jamaica. *PLoS One*. 2015 Feb 6;10(2):e0117686. doi: 10.1371/journal.pone.0117686.

Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina. *Diário Oficial da União*, 20 de junho de 2014.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

PEREIRA, GFM. Boletim Epidemiológico – Aids e DST – Ministério da Saúde, 2014.

TURNER BG, SUMMERS MF. Structural biology of HIV. *J Mol Biol*. 1999 Jan 8;285(1):1-32.

LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS NO MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA /BA, BRASIL

LIFTING ETHNOBOTANICAL MEDICINAL PLANTS USED IN THE MUNICIPALITY OF EUCLIDES DA CUNHA / BA, BRAZIL

Luís Roberto Brito Dos Santos

Discente de graduação do curso de Engenharia Agrônoma da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. luis30robert@hotmail.com

Mariana Santana de Jesus

Discente de graduação do curso de Engenharia Agrônoma da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. jesusmarianasantana@hotmail.com

Poliana Gonçalves Guimarães

Prof.^a Mestre da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. pgguiaraes@uneb.br

Resumo

Há muito tempo as ervas e especiarias vêm sendo utilizadas para mascarar odores e sabor dos alimentos que foram danificados por algum motivo, além disso, estas plantas também podem ser utilizadas como agentes terapêuticos. O Brasil possui mais de 55 mil espécies de plantas medicinais, aproximadamente um quarto das plantas medicinais conhecidas. A pesquisa foi realizada no município de Euclides da Cunha/BA com moradores das localidades de Ferro de Engoma, Nova Trindade, Massacrará, Cipó, Mestre Campos, Caimbé e Lage, com o objetivo de identificar as principais plantas medicinais utilizadas pela população, sua indicação terapêutica e na agricultura como agentes fitopatogênicos, tendo como base o conhecimento popular, tradicional e cultural das famílias rurais. Foram listadas 27 indicações terapêuticas para as 56 espécies citadas. As plantas mais citadas foram erva cidreira com 15% (calmante e dores intestinais), boldo com 6% (dores intestinais) sendo que a maioria das ervas foram utilizadas na forma de chás. Concluímos que o conhecimento popular com relação ao uso das plantas medicinais permanece extremamente forte e que a diversidade apresentada de plantas utilizadas na região é muito ampla abrindo possibilidade de novas descobertas na área.

Palavras-chave: Conhecimento popular. Semiárido. Enfermidades.

Abstract

Long herbs and spices have been used to mask odors and envelopes of foods that have been damaged for some reason, these plants can also be used as therapeutic agents. Brazil has more than 55,000 species of medicinal plants, about a quarter of known medicinal plants. The survey was conducted in the municipality of Euclides da Cunha / BA with residents of ironing Iron locations, New Trinity, massacred, Cipo, Campos Master, Caimbé and Lage, in order to identify what are the main medicinal plants used by the population and its therapeutic indication and agriculture as phytopathogenic agents, based on the popular knowledge and traditional cultural of rural families. 27 were listed therapeutic indications for the 56 species mentioned. The most cited Lemon Balm Herb plants were 15% (and calming bowel pain), boldo with 6% (intestinal pain) and most of the herbs have been used in the form of teas. We conclude that the popular knowledge regarding the use of medicinal plants remains extremely strong and the diversity presented in plants used in the region is very wide opening up the possibility of new discoveries in the area.

Keywords: Popular knowledge. Semi-arid. Diseases.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui mais de 55 mil espécies de plantas medicinais que equivale a um quarto das espécies conhecidas. Com mais de 50 anos de estudos das espécies medicinais, o número de espécies estudadas ainda é muito pequena (DI STASI, 1996). Plantas medicinais são aquelas que possuem substâncias que podem ser utilizadas na produção de produtos químicos e farmacêuticos, essas substâncias químicas são denominadas "princípios ativos" (MARTINS et al., 2003).

Há muito tempo as ervas e especiarias vêm sendo utilizadas para mascarar ou amenizar odores e sabor de produtos alimentícios que foram danificados por algum motivo. Muitas dessas plantas podem facilitar a digestão, porém devem ser utilizadas com cuidado, pois podem irritar a mucosa gástrica (MCKEE, 1995). Além de serem utilizadas como tempero na conservação de alimento, muitas ervas eram amplamente utilizadas como agentes terapêuticos, óleos, cosméticos e fármacos (MCKEE, 1995). Aproximadamente 75% da população mundial utilizam plantas medicinais no tratamento de doenças, pois além da eficácia do tratamento envolve baixo risco de prejuízo à saúde e podem ser reproduzidas sem altos custos e com a mesma qualidade (KOSEKI et al., 2002, citado por VIEIRA et al., 2007).

PLANTAS MEDICINAIS BRASILEIRAS

A lista de plantas usadas na medicina popular brasileira é muito ampla, devido à diversidade de culturas, que vem desde os indígenas locais, passando pelos europeus e colonizadores (MARTINS et al., 2003), além disso, as dimensões continentais do Brasil com 8,5 milhões de km², aproximadamente metade da América do Sul, possuem diferentes situações climáticas, que

promovem uma grande diversidade em sua flora (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Brandão et al. (2006; 2008) Após revisão de quatro edições da Farmacopeia Brasileira (1926, 1959, 1977, 1988-1996), observou-se que a biodiversidade, plantas nativas e seus produtos foram esquecidos pela medicina oficial brasileira e observou-se também que durante esse período houve uma grande substituição das plantas nativas e derivados por produtos industrializados.

As plantas chamadas medicinais, utilizadas em geral para fins terapêuticos humanos, também apresentam substâncias químicas com alto potencial fungicida ou fungistático e bactericida (GARCIA et al., 2012). Ex. *Porophyllum ruderale* (Jacq.) e *Lychnophora ericoides* (arnica-brasileira) (DEVINCENZI et al., 1996; FENNER et al., 2006; SOUZA et al., 2008) podendo substituir os agrotóxicos que têm sido alvo de críticas pela sociedade (JAMAL et al., 2008), devido provocar graves problemas ao meio ambiente como redução e eliminação de organismos benéficos ao solo, saúde dos agricultores e consumidores. Provocam também resistência dos fitopatógenos, das pragas e das plantas invasoras. Muitos dos problemas citados estão ligados ao fato de que muitas vezes esses produtos são utilizados de forma excessiva ou em culturas que não são específicas (BETTIOL & MORANDI, 2009).

O agrotóxico possui características que atraem os agricultores, como a "facilidade na aplicação". Durante o processo de aplicação de um fungicida de amplo espectro, por exemplo, deve-se saber apenas como aplicar o produto, não sendo necessários grandes conhecimentos em relação à ecologia e fisiologia das plantas (BETTIOL & MORANDI, 2009) essa simplicidade só interessa a comercialização dos produtos (BET-

TIOL et al., 2008).

Como alternativa menos prejudicial ao meio ambiente, pode-se observar que muitos extratos de plantas possuem propriedades que podem ser utilizadas no controle de fitopatógenos (JAMAL et al., 2008; SILVA et al., 2009).

OBJETIVO

Identificar as principais plantas medicinais utilizadas no município de Euclides da Cunha – BA.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os trabalhos foram realizados no município de Euclides da Cunha / BA que possui população de aproximadamente 60.666 pessoas, sendo representado por aproximadamente 28.319 homens e 27.960 mulheres, com território de aproximadamente 1.974.749 Km² (IBGE, 2016), foram entrevistados 45 moradores dos povoados de Ferro de Engoma, Nova Trindade, Massacrará (aldeia indígena), Cipó, Mestre Campos, Caimbé e Lage, todos esses povoados ficam na mesma direção e são ligados por uma mesma estrada, motivo pela escolha dos mesmos.

A escolha das casas dos entrevistados foi feita utilizando-se o método aleatório simples (ou casual simples) (LEVIN, 1987) e as entrevistas foram realizadas entre 08 e 16 horas.

Durante as entrevistas foi utilizado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) deixando os entrevistados cientes dos objetivos do trabalho, além do roteiro da entrevista com perguntas relacionadas à etnobotânica e identificação dos entrevistados (Anexo 1), pois segundo Levin (1987), as entrevistas devem conter informações básicas dos moradores como nome e endereço e questões de interesse da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os entrevistados encontravam-se em suas residências e todos afirmaram fazer uso de plantas medicinais de forma terapêutica, 73% eram do sexo feminino e apenas 27% do sexo masculino, provavelmente isso ocorreu devido ao período do ano em que as entrevistas foram feitas, pois a maioria dos homens estava no preparo da terra para o plantio do feijão, que é a principal cultura da região, além disso, pode ter ocorrido também devido às mulheres da zona rural em sua maioria ficarem responsável pelos afazeres domésticos e cultivos de pequenas hortas onde também são plantadas ervas medicinais, já enfatizado em trabalhos como o de Calábria et al. (2008).

Cerca de 55% eram adultos com idades que variavam entre 30 e 60 anos, 25% de idosos com idades acima de 60 anos (Figura 1).

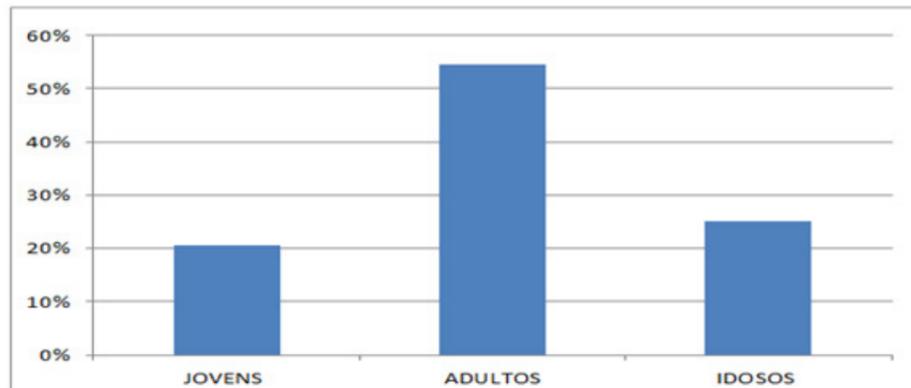


Figura 1. Gráfico com a idade média dos entrevistados que utilizam plantas medicinais em tratamentos terapêuticos. Fonte: Autores (2016).

Dos entrevistados, 58% possuíam nível fundamental I, seguido por 20%, com ensino médio e os sem escolaridade somavam 18%, em uma escala menor 4% possuíam curso superior (Figura 2), ficando evidente que a utilização de ervas para fins medicinais não está relacionada à falta de conhecimento intelectual ou acesso à medicina moderna, isso se deve provavelmente pelo fato de que a maioria dos entrevistados afirmaram que as plantas medicinais não fazem mal a saúde, pensamento esse visto em outras comunidades como em Santo Antônio de Leverger, MG no trabalho de Amorozo (2002).

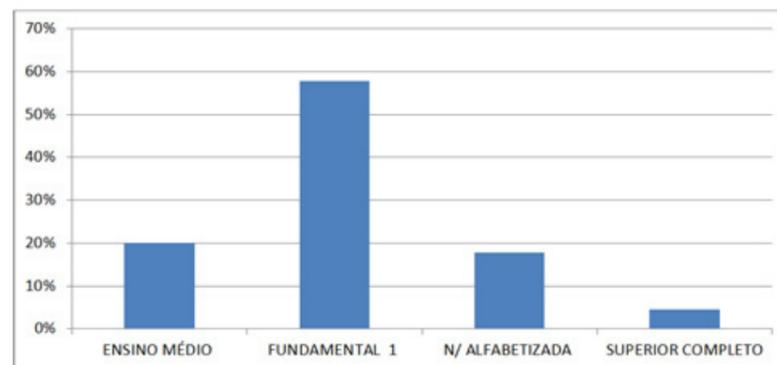


Figura 2. Gráfico com nível de escolaridade dos usuários de plantas medicinais de forma terapêutica. Fonte: Autores (2016).

As espécies mais utilizadas foram a erva cidreira que segundo literatura possui ação como calmante e apresenta atividade analgésica (MATOS, 2002) e o boldo que possui ação hiposecretora gástrica e antitumoral (COSTA et al., 2003). São utilizadas também espécies mais exóticas como arrebite de São João, bentônica, sete dor, eparema, sabugueiro, carrapicho de agulha entre outros que alcançaram um percentual que variava de 1 a 3% (figura 3).

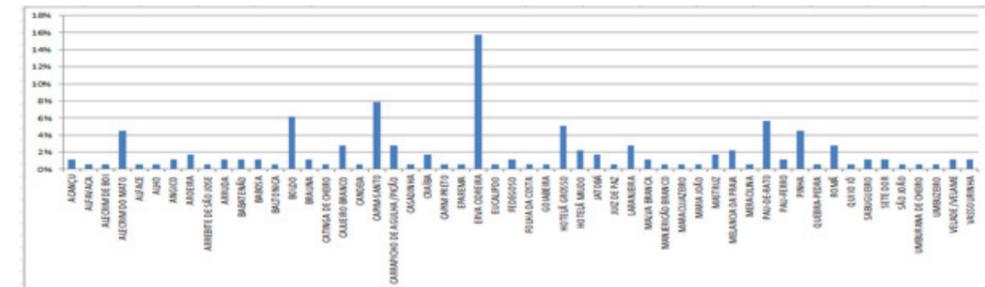


Figura 3. Gráfico das espécies de plantas medicinais utilizadas no município de Euclides da Cunha /BA. Fonte: Autores (2016).

Durante a pesquisa, foram listadas 27 indicações terapêuticas para as 56 espécies citadas (anexo 2), sendo que a maior parte foi indicada como antigripais totalizando 27% das espécies, o segundo lugar com 17% das indicações ficou para o tratamento de dores intestinais, vindo logo após o tratamento da pressão alta com 14% das indicações, a indicação como anti-inflamatório ficou em 13%. A forma de utilização menos comum ficou para os tratamentos de cólica, diabetes, febre, pedra nos rins, trauma entre outros variando entre 1 e 3% (figura 4).

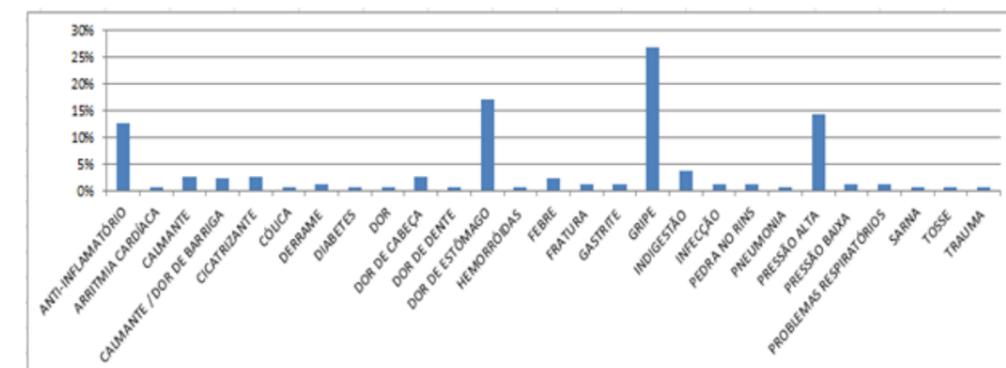


Figura 4. Gráfico comparativo das enfermidades tratadas com plantas medicinais pela população de Euclides da Cunha /BA. Fonte: Autores (2016).

A parte mais utilizada das plantas pelos entrevistados foram as folhas sob a forma de chás e xaropes (figura 5), porém, de forma inadequada, pois fervendo as folhas a planta perde parte de suas propriedades medicinais (OLIVEIRA; ARAUJO, 2007).

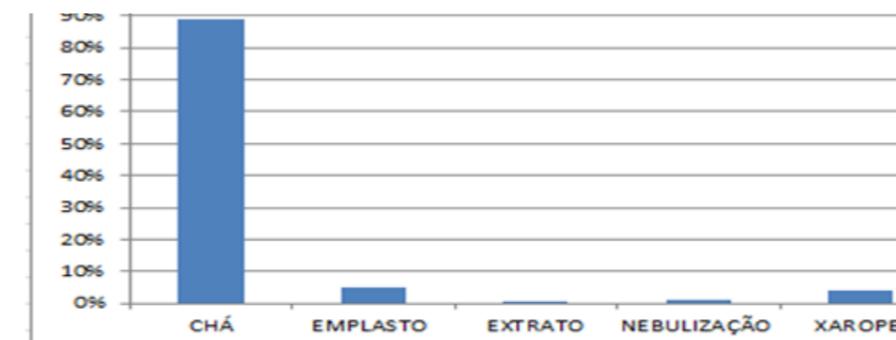


Figura 5. Gráfico das formas mais comuns de utilização de plantas medicinais pelos moradores de Euclides da Cunha /BA. Fonte: Autores (2016).

Apesar do amplo conhecimento sobre plantas medicinais no âmbito da medicina popular, quando indagado sobre o uso de plantas medicinais no controle de fitopatógenos (microrganismo causadores de doenças em plantas), a resposta foi unânime “não”, e o assunto era totalmente desconhecido. Sobre forma de obtenção das ervas utilizadas mostrou-se equilibrada entre coletadas e cultivadas.

CONCLUSÃO

A planta mais citada foi a erva cidreira e o boldo sob forma de chás, para diversas enfermidades, principalmente a gripe e inflamações.

Pode ser observado durante os trabalhos que o conhecimento popular com relação ao uso das plantas medicinais permanece extremamente forte e que a diversidade apresentada de plantas utilizadas na região é muito ampla abrindo possibilidade de novas descobertas na área, porém, para isso há necessidade de incentivos e investimentos na manutenção da cultura local apresentando à população novas possibilidades para os conhecimentos já possuídos.

REFERÊNCIAS

- AMOROZO, M.C.M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, v.16, n.2, p.189-203, 2002.
- BETTIOL, W.; MORANDI, M. A. B. (Ed.). *Biocontrole de doenças de plantas. Uso e perspectivas*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2009. 332. P
- COSTA, M. C. C. D. Uso popular e ações farmacológicas de *lectranthus barbatus* Andr. (Lamiaceae): revisão dos trabalhos publicados de 1970 a 2003. , *Botucatu*, v. 8, n. 2, p. 81-88, 2006
- CALÁBRIA, L. et al. Levantamento etnobotânico e etnofarmacológico de plantas medicinais em Indianópolis Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v.10, n.1, p.49-63, 2008
- DI STASI, L. C. *Plantas medicinais: arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996. 230 p.
- DEVINCENZI, I.A.A. Atividade fungitóxica e citotóxica do óleo essencial de *Pororphyllum ruderae*. In: SIMPÓSIO DE PLANTAS MEDICINAIS DO BRASIL, 14, 1996. Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC 1996. 151p.
- FENNER, R.; BETTI, A.H.; MENTZ, L.A.; RATES, S.M. Plantas utilizadas na medicina popular brasileira com potencial atividade antifúngica. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 42, p. 369-394, 2006.
- IBGE. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291070> acesso em: 01/08/2016
- JAMAL, C. M.; SILVEIRA, D.; RONCHI, R.; ANDRADE, M. A.; BATITUCCI, M. C.; BRASILEIRO, B. G.; SILVA, M. B. O uso de extratos vegetais no controle alternativo da podridão pós-colheita da banana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO, IX, 2008, ParlaMundi. Anais... Brasília, DF: EMBRAPA Cerrados, 2008.p. 1-9.
- LEVIN, J. *Estatística aplicada a ciências humanas*. 2. Ed. São Paulo: Harbra, 1987.
- MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL. *Biodiversidade Brasileira*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira> acesso em: 01/08/2016
- MATOS, F. J. A. *Sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades*. 4. ed. Fortaleza: EUFC, 2002.
- MARTINS, E. R.; CASTRO, D. M.; CASTELLANI, D. C. et al. *Plantas medicinais*. Viçosa, MG: UFV, 2003. 220 p.
- MCKEE, L. H. Microbial contamination of spices and herbs: a review. *Foodscienceandtechnology*, London, v. 28, n. 1, p. 1-11, 1995
- OLIVEIRA, C. J.; ARAÚJO, T. L. *Plantas medicinais*: Revista Eletrônica de Enfermagem,

usos e crenças de idosos portadores de hipertensão arterial. , Goiânia, v. 9, n. 1, p. 93-105, 2007.

GARCIA, R.A.; JULIATTI, F.C.; BARBOSA, K.A.G.; CASSEMIRO, T.A. Atividade antifúngica de óleos e extratos vegetais sobre *Sclerotinia sclerotiorum*. *Bioscience Journal*, v. 28, p. 48-57, 2012

SOUZA, A.P.; MARQUES, M.R.; MAHMOUD, T.S. et al. Bioprospecting insecticidal compounds from plants native to Mato Grosso do Sul, Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, v. 22, p.1136-1140, 2008.

SILVA, M.B.; NICOLI, A. COSTA, A.S.V.; BRASILEIRO, B.G.; JAMAL, C.M., SILVA, C. A.; PAULA JÚNIOR, T. J.; TEIXEIRA, H. Ação antimicrobiana de extratos de plantas medicinais sobre espécies fitopatogênicas de fungos do gênero *Colletotrichum*. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Botucatu*, v.10, n.3, p.5760, 2008.

VIEIRA, I. F. R; LEAL, A. S.; KRAMBROCK, K. et al. Identificação de plantas medicinais irradiadas através da ressonância paramagnética eletrônica. *Brazilian Journal of Food Technology, Campinas*, v. 10, n. 1, p. 63-69, 2007.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

ANÁLISE DE UM PROJETO DE CORAL INFANTIL UNIVERSITÁRIO DE ACORDO COM AS DIRETRIZES PARA A AÇÃO UNIVERSITÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO DO FORPROEX

AN ASSESSMENT OF THE UNIVERSITY CHILDREN CHOIR PROJECT ACCORDING TO THE NATIONAL POLICY FOR REACH OUT PROGRAMS OF FORPROEX

Débora Andrade

Prof. Ms. da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – debora.andrade@ufsj.edu.br

Luan Augusto Pereira Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em Música da UFSJ. luan.augusto15@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a atuação do Projeto Benke, projeto de extensão do Departamento de Música da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), com base nas diretrizes para as ações de extensão universitária, definidas em 2012 pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX). A análise foi feita tópico a tópico, buscando identificar e classificar desde as pequenas às grandes ações do projeto. Este trabalho mostra que, atualmente, as diretrizes são atendidas em níveis diferentes, sendo necessárias futuras intervenções. Um dos objetivos deste projeto é criar e expandir corais infantis na Região das Vertentes. Além disso, visa dar formação técnico pedagógica aos regentes, sendo eles regentes ou membros da comunidade externa.

Palavras-chave: Interação dialógica. Interdisciplinaridade. Extensão universitária. Impacto social. Formação discente.

Abstract

This article aims to study the impact of the development of a University Children Choir project in the communities outside the city of Sao Joao del Rei. This project follows the community reach out program guidelines created in 2012 in the "National University Reach Out Program Forum", elaborated by its participant Deans (FORPROEX). One of the goals of the project is the creation and further development of children choirs in the communities outside the city of Sao Joao de Rei in the state of Minas Gerais, Brazil. Furthermore, it offers professional training for conductors inside or outside the University walls (students or community members). This comprehensive study identifies and classifies major as well as minor actions taken by the project proponents. It shows that some of the FORPROEX guidelines are not covered entirely and that future assessments will be necessary in order to fulfill its requirements.

Keywords: Dialogic interaction. Interdisciplinarity. Reach out program. Social impact. Student teaching

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar em que medida o Projeto Benke, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em seu segundo ano de existência, atendeu as diretrizes para a extensão universitária, determinadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX). O desejo por esta investigação surgiu do interesse de conhecer mais profundamente, avaliar e reelaborar o projeto em questão para que, nos próximos anos, novas ações contemplem essas diretrizes, de forma equilibrada.

O Projeto Benke surgiu como demanda do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Música que tinha, por meio do coro infantil, dentre outras ações de extensão, o objetivo de fortalecer a interação cultural com a sociedade, "contribuindo para a democratização do acesso da comunidade à música" (SILVA et alii, 2008, p. 49), além de atender à disciplina Oficina Pedagógica V, "que estabelece correspondência e articula conhecimento com a unidade curricular Regência e Pedagogia do Canto Coral Infantil" (Ibid., p. 73).

O projeto em questão recebe o nome de um líder Ashanika, do Acre, que aos doze anos foi escolhido para falar, em nome de todos os caciques de tribos indígenas, na conferência mundial sobre climas, dos chefes de estado, a Rio - 92. Encantado com o carisma desse curumim, o cantor e compositor Milton Nascimento criou uma canção em sua homenagem, atribuindo a ela seu nome, Benke (ARARÍPE, 2012). Os objetivos do projeto são criar corais infantis, fortalecer os já existentes e contribuir para a formação e atualização técnico-pedagógica de regentes, na Região das Vertentes.

Em sua primeira edição, o projeto atingiu diretamente 120 pessoas, dentre elas alu-

nos, técnicos administrativos e comunidade externa à universidade, tendo sido criados três corais: dois em São João del-Rei e um em Resende Costa. Neste seu segundo ano de existência, o número de participantes subiu para 149, com a criação de mais dois corais, sendo um em São João del-Rei e o outro em Tiradentes.

O projeto conta com a parceria de uma escola municipal, uma escola particular, uma Organização Não Governamental, uma Prefeitura e uma escola de música privada, que oferecem espaço para o funcionamento das oficinas de canto coral, que atende ao público da faixa etária de 07 a 16 anos.

A atividade de canto coral infantil é importante por vários motivos. Na maioria dos casos, é ela que coloca a criança em contato, pela primeira vez, com os processos de percepção do esquema corporal, atenção, reação e discriminação auditiva de parâmetros musicais como altura, intensidade, duração, ritmo e forma (CRUZ, 1997). De acordo com Schimiti (2003) o canto coral infantil amplia a vivência estética, trabalha a socialização da criança, expande a autoexpressão, desperta o gosto pela arte de diferentes locais do mundo e contribui para a formação de plateias. Para Leck e Jordan (2009, p. 9), "a música coral pode expressar sensibilidades emocionais e pensamentos profundos". Dessa forma, pode-se afirmar que essa modalidade de educação musical trabalha o indivíduo holisticamente.

METODOLOGIA

Este trabalho faz uma análise das ações do Projeto Benke, tendo como parâmetro as cinco diretrizes para a atuação da Extensão nas Universidades Públicas criadas pela Política Nacional de Extensão Universitária

(FORPROEX, 2012). Para que isso fosse possível, as ações e situações realizadas pelo projeto em questão foram sendo elencadas, na medida em que iam sendo vivenciadas, no período de um ano, durante reuniões pedagógicas. Após terem sido listadas, elas foram confrontadas com as diretrizes, no sentido de identificar a qual delas cada ação mantinha correspondência. A partir dessa análise, identificaram-se os setores que foram mais e menos abrangidos pelo projeto, com o intuito de pensar futuras ações que fortaleçam as diretrizes menos contempladas.

AS AÇÕES DO PROJETO BENKE

As ações do Projeto Benke são basicamente quatro: oficinas de corais infantis, também chamadas de ensaios, formação técnico-pedagógica, concertos e reuniões com a comunidade.

As oficinas de corais infantis são realizadas uma vez por semana, com duração de sessenta a noventa minutos, prestando atendimento a todas as crianças que possuem interesse na atividade. Uma vez que o projeto possui uma proposta pedagógica de instrução e inclusão, acreditando que “todas as crianças podem ser ensinadas a cantar se elas (...) são ensinadas por alguém que (...) possui as competências para ensiná-la (...)” (BARTLE, 2003, p.8), não são realizadas seleções vocais.

As aulas do projeto incluem aquecimento corporal e vocal, montagem de repertório, atividades de musicalização e socialização. Durante o aquecimento vocal, são realizados exercícios que trabalham extensão, flexibilidade e projeção, dentre outros.

O repertório ensaiado é composto por canções de vários estilos musicais e épocas, não apenas brasileiras, mas de diversas nacionalidades. Pode ser tanto proposto

pelo(a) professor(a)/regente quanto pelas crianças do coro. Pelo fato de os corais existirem há menos de dois anos e, por isso, serem considerados novos, o repertório é composto, basicamente, de canções em uníssono ou a duas vozes. Em outros casos, isso acontece, também, pela quantidade de alunos/coralistas, que na maioria das vezes não ultrapassa o número de 25 crianças, dificultando a introdução de repertório de maior dificuldade técnica.

A formação docente é oferecida, também, semanalmente, para o aluno bolsista ou voluntário do projeto, incluindo regentes da comunidade externa. Nesses encontros, são compartilhadas experiências, materiais pedagógicos, repertório musical, atividades de musicalização e socialização, além de reflexões acerca de artigos e livros que têm como tema o coral ou a musicalização, ambos infantis.

A fim de que essa formação atinja um maior público, propõe-se, na próxima edição do projeto, além dessas ações, a construção de um website, na qual materiais didáticos, indicação de leitura, artigos acadêmicos e informações correspondentes aos corais infantis serão depositados.

A avaliação dos regentes e das ações do projeto é feita por meio de concertos, na observação da sonoridade e maturidade cênico-musical dos grupos. Nos dois anos de projeto o número de concertos subiu de três para dezessete, atingindo a população de quatorze espaços diferentes. Os concertos são gratuitos e a divulgação é feita via correio interno da universidade e redes sociais.

DIRETRIZES PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) estabelece as “diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária” (Ibid., p. 16), sendo elas: (i) Interação Dialógica, (ii) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, (iii) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, (iv) Impacto na Formação do Estudante e (v) Impacto e Transformação Social.

Resumidamente, a diretriz (i) orienta a produção de conhecimento a partir da interação da Universidade Pública com a sociedade, presumindo uma ação de mão dupla, assim como a participação ativa dos atores não universitários. A (ii) busca superar a dicotomia especificismo versus generalismo, por meio do diálogo com setores e sistemas oriundos de várias áreas do conhecimento. A (iii) reforça a ligação entre os processos do tripé acadêmico Ensino-Pesquisa-Extensão, colocando o estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã na relação com o Ensino e procurando metodologias participativas na relação com a Pesquisa, de modo que as próprias ações extensionistas venham a ser mais eficazes. Já a (iv) norteia as ações de extensão a fim de enriquecer a “experiência discente em termos teóricos e metodológicos” (FORPROEX, 2012, p. 19). Por último, a (v) visa à atuação transformadora, tanto sobre a sociedade quanto sobre a Universidade, buscando o desenvolvimento regional.

Para demonstrar a aplicação das diretrizes pelo Projeto Benke, foram listadas situações que porventura se enquadram em mais de uma diretriz, sendo indicadas pelos números aos quais foram vinculados, no primeiro parágrafo (Tabela 1):

Tabela 1 – Situações e ações realizadas pelo projeto e quais diretrizes contemplam

TABELA 1 – SITUAÇÕES E AÇÕES REALIZADAS PELO PROJETO E QUAIS DIRETRIZES CONTEMPLA	
Situação e ação realizada pelo projeto	Contempla a(s) diretriz(es)
Um aluno/coralista ou a instituição com a qual o projeto fez parceria demandam uma música para os ensaios ou uma apresentação;	(i)
A escolha do(s) dia(s) da semana e horário(s) dos ensaios é feita com base na disponibilidade do(a) professor(a)/regente, dos alunos/coralistas e da pesquisa/instituição cedente do espaço físico;	(i)
O(A) professor(a)/regente faz uma leitura crítica e (re)adapta uma bibliografia quando ela vai de encontro com a cultura do coral;	(i)
O coral demanda um repertório de nível mais ou menos técnico, de acordo com a própria percepção de grupo dos alunos/coralistas;	(i)

TABELA 1 – SITUAÇÕES E AÇÕES REALIZADAS PELO PROJETO E QUAIS DIRETRIZES CONTEMPLA

Situação e ação realizada pelo projeto	Contempla a(s) diretriz(es)
O aluno/coralista e seu Microsistema (BRONFENBRENNER, 1993 apud COLLODEL BENETTI et alii, 2013, p. 93-94) se sentem donos do e pertencentes ao coral;	(i) e (iv)
O projeto promove mobilização de alunos e não alunos do curso de Música da UFSJ de forma colaborativa, como quando são instrumentistas e/ou cor-repetidores nos concertos realizados pelo projeto, ou quando um regente não é bolsista, mas colaborador.	(i), (iv) e (v)
O(A) professor(a)/regente pesquisa e é orientado sobre técnica e saúde vocais, contexto sociocultural das músicas do repertório do projeto;	(ii) e (iv)
O(A) professor(a)/regente possui prática investigativa, buscando referencial teórico não somente na área de prática coral ou prática de regência, mas também em Performance Musical, Educação Musical e Pedagogia;	(ii) e (iv)
O projeto atende às disciplinas Oficina Pedagógica V, Regência e Pedagogia do Canto Coral Infantil e Tópicos Especiais em Canto Coral Infantil do curso de Música da UFSJ;	(iii)
Os corais do projeto servem de apoio à disciplina Estágio Supervisionado do curso de Música da UFSJ, onde o estagiário poderá observar e atuar;	(iii)
Os corais do projeto servem de apoio a Iniciações Científicas, sendo que dois artigos de Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) já investigaram o projeto;	(iii)
O(A) professor(a)/regente recebe orientação semanal da coordenação do projeto, a fim de que as práticas de ensino e regência não se tornem obsoletas;	(iv)

DIFICULDADES ENCONTRADAS E CRÍTICAS AO REFERENCIAL TEÓRICO

Durante a análise do referencial teórico, foram encontradas dificuldades na interpretação das diretrizes para a extensão do Plano Nacional de Extensão Universitária. Primeiramente, vale ressaltar que as diretrizes se definem sem um limite explícito, o que dá margem a muitas interpretações, em sua maioria, subjetivas. Procuramos problematizar as diretrizes através de perguntas que, para nós, ainda são retóricas, pois não temos como respondê-las.

A diretriz Interação dialógica (i) objetiva “produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo” (FORPROEX, 2012, p. 17), mas não delimita a forma dessa produção. Entendemos que durante todo o processo de musicalização do aluno/coralista, desde o primeiro contato do(a) professor(a)/regente com o coral até a apresentação, há produção de conhecimento, formal ou informal, documentado ou não, uma vez que a percepção musical é um processo que gera frutos ao longo do aprendizado, e, por esse mesmo motivo, nós consideramos a apresentação não como um fim, mas como parte desse processo.

Sobre as diretrizes Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade (ii), Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão (iii) e Impacto na Formação do Estudante (iv), não foram encontradas dificuldades quanto a caracterizar as ações que se enquadram.

E na diretriz Impacto e transformação social (v), o texto explicita que ela visa à “atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população” (Ibid., p. 20). Mas como seria possível medir o quanto foi transformado pelo projeto, uma vez que a maioria dos resultados obti-

dos pelo trabalho dos regentes surge subjetivamente? Como definir uma “maioria da população” e seus anseios e necessidades? Como adaptar/aplicar um trabalho que já é realizado pelo professor coordenador do projeto/programa de extensão a essas necessidades?

A diretriz (v) ainda traz que as ações extensionistas devem se configurar, dentre outras características, pela “efetividade na solução do problema” (FORPROEX, 2012, p. 20). Ora, se tivermos como fim da extensão a solução de problemas do ator sociedade, não estaremos assumindo o papel assistencialista que um dia a extensão já assumiu? De acordo com Martins (2012), “não se trata (...) de conceber a (...) extensão apenas como uma oportunidade de treinamento (...) ou ainda, promovê-la com caráter eminentemente retributivo e assistencialista” (p. 7). Além do que adotar essa função seria ir contra a diretriz Interação Dialógica (i), que visa produzir um saber de modo conjunto entre os atores envolvidos.

CONCLUSÃO

De acordo com a análise das ações do Projeto Benke, tendo como referencial as diretrizes da Política Nacional de Extensão da FORPROEX, é possível afirmar que o projeto contempla as diretrizes exigidas. Uma vez que estas guardam certo nível de subjetividade, algumas situações se enquadram em mais de uma e até em três delas. Assim, as diretrizes (iv), (i), (v), (iii) e (ii) foram identificadas, nas ações/situações mencionadas acima, sete, seis, quatro, três e duas vezes, respectivamente.

Em suma, o Projeto Benke impacta a formação do professor/regente, dentre outras maneiras, quando lhe fornece orientações pedagógicas semanais e o incentiva a participar de cursos e eventos relacionados

à área, que não são oferecidos pela universidade. Ele interage dialogicamente quando permite que a escolha do repertório, dos dias e dos horários de ensaio sejam decididos coletivamente, adapta a bibliografia às demandas culturais locais, respeita o nível técnico do grupo e cria um ambiente de convivência, no qual indivíduos da universidade e da comunidade sentem o mesmo sentimento de pertença. O projeto transforma, socialmente, quando contribui para a melhoria afetiva e comportamental de seus envolvidos, atende a uma demanda que seria atribuída à escola regular e permite que seus participantes conheçam culturas diferentes das suas. Suas ações associam Ensino, Pesquisa e Extensão, por manter relação com diferentes unidades curriculares, servindo de campo para estágios e pesquisas de iniciação científica. Por fim, é interdisciplinar, uma vez que a natureza do trabalho coral infantil demandam conhecimentos de áreas como a Pedagogia e a Saúde Vocal.

Por fim, a análise realizada, neste trabalho, mostra que o projeto, em questão, tem uma forte tendência a impactar a formação do estudante e a interagir dialogicamente com as comunidades atendidas. Por outro lado, se mostra frágil com relação à interdisciplinaridade e interprofissionalidade, sendo interessante reforçá-las em suas ações futuras.

REFERÊNCIAS

- ARARÍPE, F. Benke: um canto indígena para abrir o espírito e olhar longe. 2012. Disponível em: <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2012/04/benke-um-cantico-indigena-abrir-o.html>>. Acesso: 14 fev. 2016.
- BARTLE, J. A. Sound advice: becoming a better children's choir conductor. Canadá: Oxford University Press, 2003.
- BRASIL. Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso: 9 mar. 2016.
- _____. Lei Nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm>. Acesso: 9 mar. 2016.
- COLLODEL BENETTI, I.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, A. M.; RIBEIRO SCHNEIDER, D. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. Pensando Psicologia, Envigado (Colômbia), v.9, n.16, p. 89-99, jan./dez. 2013.
- CRUZ, Gisele. Canto, canção, cantoria: Como montar um coral infantil. 2ª ed. rev e atual. São Paulo: SESC, 1997.
- FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano Nacional de Extensão Universitária. Manaus: Editus, 2012. (Extensão Universitária, v.1). Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.
- LECK, H; JORDAN, Flossie. Creating artistry through choral excellence. USA: Hal. Leonard, 2009.
- MARTINS, L. M. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. São Paulo: Unesp. 2012. Disponível em: <<http://201.16.255.81/site/downloads/artigosant11.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.
- SCHIMITI, Lucy Maurício. Regendo um coro infantil... reflexões, diretrizes e atividades. Revista Canto Coral, Brasília: nº 1, 2003.
- SILVA, A. R. de M.; GUIMARÃES, A. C.; ZILLE, J. A. B. Projeto Pedagógico. São João del-Rei: CONEP, 2008. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/musica/projeto_musica_conep_101020081.pdf>. Acesso: 14 fev. 2016.

UM OLHAR DE DUAS ACADÊMICAS SOBRE O TEATRO NA TERCEIRA IDADE

A TWO ACADEMIC LOOK ABOUT THE THEATER IN OLD AGE

Dayse Cristina Amaral Santos

Graduanda do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. eternamente_veygha@hotmail.com

Dorivana do Socorro Martins

Graduanda do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. d_aninha1@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa descreve a experiência de um trabalho realizado nas aulas de teatro na Universidade da Maturidade do Amapá, com duas turmas de terceira idade, e com o propósito de observar o que as artes cênicas podem contribuir nas vidas desses idosos. O objetivo principal do estudo foi saber de que forma a lembrança poderá influenciar na criação dos movimentos e na vida do idoso e em que o teatro contribuiu na vida dessas pessoas, e assim descrever o que elas sentiram ao realizarem as aulas, de que forma elas absorviam a experiência teatral para sua vida e o que mudou após esta vivência. Nesta busca foram realizadas entrevistas, observações e registro através de filmagens e fotografias, podendo observar que o teatro mudou a vida de muitos idosos que faziam parte do estudo, tanto fisicamente como psicologicamente. Portanto, a convivência e participação juntamente com esses idosos, facilitou bastante para realização da pesquisa, e essa proximidade foi relevante no resultado dessa descoberta.

Palavras-chave: Corpo. Dança-teatro. Terceira idade. Memória.

Abstract

This study describes the experience of a work in acting classes at the University of Amapá Maturity, with two groups of seniors, and in order to observe what the performing arts can contribute to the lives of the elderly. The main objective of the study was to know how the memory can influence the creation of movement and life of the elderly and the theater contributed in their lives, and so describe what they felt to perform the classes, how they absorbed the theatrical experience for your life and what changed after this experience. In this quest interviews were conducted, observations and record through filming and photography, can see that the theater changed the lives of many seniors who were part of the study, both physically and psychologically. Therefore, coexistence and participation with these seniors, facilitated enough to carry out the research, and this proximity was relevant in the result of this discovery.

Keywords: Body. Dance-theatre. The third age. Memory.

INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como tema a dança-teatro da alemã Pina Bausch e a utilização da memória como estimulador do corpo/mente e, assim investigar de que forma a lembrança poderá influenciar na criação dos movimentos e na vida do idoso.

Muito se fala sobre grupos de terceira idade, mas até que ponto estes grupos estão colaborando para que os idosos sintam-se incluídos culturalmente na sociedade? O que estes grupos estão contribuindo para oportunizar esta classe a se sentir parte artisticamente? Então, aspirou-se neste estudo, envolver estes idosos num contexto sócio cultural, para eles terem a oportunidade deste fazer teatral, atuando como artistas intérpretes.

O foco principal deste estudo foi trabalhar a dança-teatro com idosos, através de suas lembranças e observar como elas podem se resignificar em movimentos corporais e vice versa e saber em que o teatro contribuiu na vida dessas pessoas.

Como material, utilizou-se os próprios idosos e suas narrativas, para assim desenvolver as atividades relacionadas ao teatro. Valeu-se da improvisação por intermédio dos relatos contados pelos mesmos, jogos teatrais adaptados para terceira idade, pois, teve-se a preocupação com seus limites mentais e físicos, além de cenas curtas de teatro, e sempre iniciando a aula com alongamentos e a utilização de música com aquecimento físico, uma maneira prazerosa de se aquecerem e lembrarem suas histórias, e eram eles que traziam as músicas a serem trabalhadas.

Esta pesquisa descreve a experiência de um trabalho realizado nas aulas de teatro na Universidade da Maturidade Amapá, com duas turmas de terceira idade, totali-

zando aproximadamente 120 participantes, e com o propósito de observar o que as artes cênicas poderiam contribuir nas vidas desses idosos.

E foi realizada através de pesquisa-ação, a qual as monitoras participaram ativamente e estavam incluídas na pesquisa, também foram realizadas entrevistas, observações e registro por meio de filmagens e fotografias, pode-se observar que o teatro mudou a vida de muitos idosos que faziam parte do estudo, tanto fisicamente como psicologicamente, pois, algumas pessoas no começo da investigação, praticamente não interagiam com o restante da turma, e de forma espontânea, com os exercícios propostos nas aulas, esses indivíduos no final da pesquisa realizavam as atividades espontaneamente.

“...uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação.” (THIOLLENT, 2005, p. 17).

E exatamente desta forma foi trabalhado neste projeto de pesquisa, onde os pesquisadores/ observadores se envolveram e participaram ativamente do estudo.

As aulas de teatro foram de grande importância para a maioria destes alunos, pelo fato de proporcionar bem estar, pois alguns idosos que tinham doenças sérias, como câncer, depressão, problemas psíquicos e outros. Mas, de acordo com relatos obtidos dos mesmos, o teatro lhes dá alegria, lhes faz parar de pensar em morrer ou qualquer outra tristeza.

Fazer teatro para eles é relembrar algo que em sua juventude quiseram realizar ou realizaram na igreja e/ou na escola. Portanto, a convivência e participação juntamente com esses idosos, facilitou bastante para

realização da pesquisa, e essa proximidade foi relevante no resultado dessa descoberta.

METODOLOGIA

A Universidade da Maturidade do Amapá – UMAP é procurada pelos idosos pelo fato de estarem afastados das famílias ou pelo fato de poderem ocupar seus tempos, que na maioria são ociosos. Dentro deste âmbito de ensino, estes idosos passam a ocupar o tempo exercitando corpo/mente e a fazerem parte de grupo de pessoas com os mesmos intuitos. A UMAP oferta em sua matriz de ensino algumas disciplinas, entre elas o teatro, que é a mais esperada por estes alunos. A instituição proporciona a estes idosos as mais variadas maneiras de ressocialização.

Durante o primeiro semestre de 2015, ocorreu o primeiro contato das acadêmicas em sala de aula com alunos da terceira idade, fato este que se deu por estes alunos iniciarem a disciplina de teatro. A primeira aula enquanto monitoras, apresentou-se a disciplina de teatro, bem como foi proposto um jogo de acolhida e reflexão para os alunos.

Os encontros para o desenvolvimento da disciplina de teatro foram realizados uma vez por semana pelo período de 04 (quatro) meses. Inicialmente a disciplina de teatro foi apresentada pelo seu fator conceitual e histórico, com o passar do tempo adentrou-se para as aulas práticas, visto que o encerramento da disciplina e avaliação final seria a apresentação de pequenas encenações elaboradas pelas duas turmas em pequenos grupos.

Duas salas de aulas, com as mais variadas peculiaridades, alguns com seus 60 anos, outros com seus 80 anos ou mais. Alguns

no passado cantaram na igreja, outros andavam nas estradas do Brasil no seu circo, outros encenavam como pastorinhas, outros estavam tendo ali o seu primeiro contato com o teatro. Contato este que lhes era de extrema importância para eles e claramente percebia-se que os encontros eram bastante aguardados pelos mesmos, pois nas aulas de teatro, seus problemas, idade, doenças e qualquer outro empecilho imposto pelo corpo eram esquecidos e o querer fazer era o que predominava.

O estudo foi realizado através de pesquisa-ação e, foi concretizada por meio das aulas de teatro que incluíam improvisação, criação, estímulos e movimentos corporais para terceira idade, com base na dança-teatro de Pina Bausch, em que os pesquisadores também foram participantes.

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2005, p. 16)

O pesquisador/ observador tem uma tarefa muito importante neste tipo de pesquisa, ele é o mediador e pode interceder nos problemas ocorridos e, tentar solucionar os mesmos, esclarecendo e apontando eventuais soluções.

Foi feito um projeto detalhado e explicativo das aulas, em que foi apresentado na coordenação da instituição, com os objetivos, justificativa e metodologia a ser usada.

Foi realizada uma entrevista com os participantes, sobre suas experiências na área teatral escolar, na dança e na música, assim como qualquer atividade física, como

jogos escolares.

A coleta de dados se deu no final de cada aula, onde os pesquisadores anotavam tudo em um diário de bordo, facilitando o andamento da pesquisa.

As duas acadêmicas de teatro da Universidade Federal do Amapá, foram os recursos humanos. Já como recursos técnicos, foram utilizados alguns objetos, como filmadoras, câmeras fotográficas, para registro e análise para pesquisa, caixa de som, pen drive, objetos que possam servir para criação e local para ensaio.

A pesquisa foi baseada na linguagem da dança-teatro da coreógrafa e diretora de balé alemã Philippine Bausch ou simplesmente Pina Bausch, foi também pedagoga em dança e dançarina; com 5 anos de idade já observava os movimentos que as pessoas faziam no restaurante de seus pais. Estudou balé até seus 15 anos em Solingen, na Alemanha, onde nasceu em 27 de julho de 1940. Depois de se formar foi morar em Nova York para continuar seus estudos com uma bolsa que ganhou. Aos 22 anos retornou a Alemanha e tornou-se solista e coreógrafa do Folkwangballett e logo depois assumiu a direção do departamento de dança do grupo. Em 1973, aos 33 anos chegou à direção do grupo Tanztheater Wuppertal, onde permaneceu até o fim de sua carreira, em 30 de junho de 2009, aos 68 anos.

Nos trabalhos de Bausch, nota-se que ela se preocupava com a relação entre as pessoas, com seus medos, suas lembranças da infância e o desejo que essas pessoas tinham de serem amadas. Sua coreografia era baseada nas histórias dos bailarinos de sua companhia, portanto, cada movimento criado era uma história contada enquanto eles dançavam e, com movimentos que

transmitiam liberdade de expressão. “Eu não quero que as pessoas pensem: eu sou uma coreógrafa, e agora nós devemos dançar novamente. Este não é o critério. A dança é muito importante. Mas eu vejo muitas outras coisas como dança.” (BAUSCH apud NORBERT apud SILVEIRA, 2015, p.16).

Ela não se preocupava inteiramente com as técnicas da dança, mas também não as descartava, porém, sua maior preocupação era como seus bailarinos iriam fazer para sentir que a dança fazia parte deles. E, cada um desenvolvia os movimentos na base de suas próprias histórias, assim podendo sentir a emoção daquele momento único, momento esse que não se precisa de palavras para demonstrar com um simples gesto todo sentimento daquele momento.

Em seus espetáculos o papel do espectador era muito importante, pois, sempre faziam parte de seu trabalho. “... cada espectador é convidado a confiar em seus próprios sentimentos” (BAUSCH, 2000, p.5). E desse modo, Bausch envolvia a plateia em suas obras, convidando-a para participar de cada etapa de seus espetáculos, de uma forma que ela, a plateia, se sentisse parte de sua criação.

No que se refere ao corpo na terceira idade, tem-se como referencial a autora Simões (1998), que estuda a corporeidade na terceira idade mostrando a importância de ocupar o cotidiano do idoso com atividades que estimulem seu corpo/mente.

O tempo livre pode e deve ser ocupado por uma atividade física bem orientada. Através da atividade física é possível dar ao idoso oportunidade para readaptar-se ao meio ambiente, para que a velhice deixe de ter uma conotação negativa; é bem possível que o idoso continue sentindo-se “velho”, em função da idade cronológica, porém, com um sentimento de satisfação,

orgulho, por se sentir disposto, saudável e capaz como os mais jovens, de se envolver em atividades físicas. Este prazer desencadeado poderá ser um fator motivacional na sua vida. (SIMÕES, 1998, p. 28)

Durante o processo da pesquisa, deixou-se claro aos participantes, principalmente para os que não ainda não tinham essa consciência, que a velhice não é apenas mais uma fase da vida, e sim, uma fase da vida que poderá ser cheia de alegrias, desafios a serem superados, e que se pode envelhecer de uma forma mais saudável. E a maneira que se quer oferecer é através da dança-teatro, estimulando o corpo/mente, através de suas memórias. E, através dessas memórias individuais, possa-se construir coletivamente um cenário cheio de lembranças boas ou ruins, mas que de alguma forma, poderá ser transportadas através dos movimentos que seus corpos irão criar.

A velhice pode ser entendida como um fator individual, onde determinantes do dia a dia e hábitos de vida são fatores extremamente significativos no processo de envelhecimento. Nesse momento é possível enxergar porque alguns, aos 30 anos, já se sentem "velhos", sedentários, ou apresentam características de introversão, enquanto outros, aos 80 anos, sentem-se extremamente lúcidos, ativos, felizes, capazes de muita produção. Salientamos que estes indivíduos, embora já idosos, carregam consigo toda a experiência de vida. (SIMÕES, 1998, p.30)

Através de uma atividade física e mental bem orientada e uma boa alimentação, sem esquecer que o ambiente que o rodeia também tem que ser favorável, pode-se estimular a capacidade de um melhor funcionamento dos órgãos vitais desse idoso. Quando se fala em atividade mental, refere-se em estimular a mente do idoso com per-

guntas simples, ou pedindo que o mesmo conte uma história de sua infância, adolescência ou mesmo da juventude, para que essa mente trabalhe de um modo prazeroso, emitindo fluídos positivos ao corpo e conseqüentemente movimentos surgirão.

É certo, que a perda da memória na Terceira Idade é um dos fatores mais estudados em termos cognitivos. Uma das causas desta perda parece estar na pouca irrigação sanguínea para o cérebro, devido aos fatores mencionados até então. Importa aqui, desde já, realçar a necessidade da atividade física para o idoso. (SIMÕES, 1998, p.44)

Sem deixar de lado, o fato de que, trabalhar com idosos, a atenção e paciência foi mais que redobrada, pois, sabe-se que a questão do aprender é algo mais lento e, é aqui que se encaixa a repetição, pois é através dos movimentos repetitivos, das histórias contadas e recontadas que a pesquisa se desenvolverá.

A aprendizagem na terceira Idade é viável, porém é limitada especificamente pela velocidade que a nova tarefa é apresentada, uma vez que o idoso retém menos informações a sua apresentação; ele necessita vivenciar mais para reter a ação. Nesta síntese, a pessoa idosa aprende melhor quando o seu próprio ritmo é respeitado. (SIMÕES, 1998, p. 45)

Portanto, trabalhar o corpo/mente do idoso, na linguagem da dança-teatro, nas características da coreógrafa Pina Bausch e fazendo uso da memória, foi a pesquisa observada, refletindo em que essa técnica contribuiu para os participantes. Que este estudo foi um marco inicial para muitos que surgirão sobre o idoso e as artes cênicas na cidade de Macapá.

DISCUSSÃO

O teatro e suas vertentes por séculos faz parte de muitas culturas e cada vez mais se tem disseminado sua história e diferentes formas de se fazer teatro em todos os âmbitos da sociedade. Entretanto, será que o teatro é terapêutico ou é apenas um fazer de contas que causa benefícios para o homem?

Alguns de nós, ao chegarmos numa certa idade abrimos a mão de algumas vontades e de alguns sonhos. Porém, existem pessoas que guardam dentro de si seus sonhos e vontades e esperam por uma oportunidade para realiza-los, mesmo parecendo que este tempo possa ser curto, mas no fundo há tempo sim de concretizá-los.

E, o fazer teatral é sonhado por muitas pessoas, participantes da Universidade da Maturidade, em Macapá. Para isso, estes indivíduos deixaram de lado aos poucos a timidez, acreditaram em si mesmos, guardando numa mala seus preconceitos, para seguirem em busca dos seus ideais, tentando não se importarem com o preconceito alheio e se entregaram na realização dos seus sonhos, que por variados motivos acabaram adormecidos.

Foi escolhida a Universidade da Maturidade-UMAP, que um projeto de extensão da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, que dentre outras disciplinas ofertadas, tem o teatro, a qual trabalhou-se com praticamente 120 idosos em duas turmas, com encontros semanais de duas horas e meia.

Fundamentou-se no método utilizado pela bailarina e coreógrafa Pina Bausch, a mesma se preocupava com sentimentos vivenciados de seus bailarinos, e com os depoimentos dos mesmos, Bausch montava seus espetáculos. E foi exatamente de jeito que foi realizado com esses idosos, pois,

após as dinâmicas, exercícios, eles falavam suas sensações, tanto vividas naquele momento, ou de sensações que lembravam um tempo já esquecido.

Bausch construía seus espetáculos através do método de perguntas, cenários orgânicos, figurinos que deixavam claro o papel social, que é uma das características utilizada da linguagem da dança-teatro e com objetos que eram usados no dia a dia, isso tudo deixava o trabalho de Bausch mais crítico, como se fosse uma experiência de expressão de movimentos para os dois gêneros.

A técnica é importante, mas é só um fundamento. Certas coisas se podem dizer com palavras, e outras, com movimentos. Há instantes, porém, em que perdemos totalmente a fala, em que ficamos totalmente pasmos e perplexos, sem saber para onde ir. É aí que tem início a dança, e por razões inteiramente outras, não por razões de vaidade... Há de se encontrar uma linguagem com palavras, com imagens, movimentos, estados de ânimo que faça pressentir algo que está sempre presente. Esse é um saber bem preciso. Nossos sentimentos, todos eles, são muito precisos. Mas é um processo muito, muito difícil torná-los visíveis. (BAUSCH, 2000, P.1)

A cada dia a entrega nos exercícios era perceptiva, eles já não tinham receio de expor seus sentimentos, de deixar que esses sentimentos transbordassem de todas as formas possíveis, seja com um simples sorriso, uma lágrima, um gesto, um movimento ou mesmo um choro incontrolável, que no final percebia-se que já não era mais um peso, pois aquele sentimento, já não era mais só seu, mas de todos que estavam ali, e que também compartilharam do mesmo sentimento.

O corpo é um instrumento do qual revela muitas expressões, como raiva, alegria, tensão, dor, disposição ou indisposição. O corpo é capaz de nos contar história, mesmo que não se abra a boca. O corpo pode até contar os segredos mais secretos que se guarda na lembrança, ele revela a personalidade e o caráter da pessoa. Isso mesmo, o corpo é capaz de tantas coisas, e por estes motivos que se deve estimular o corpo juntamente com a memória do idoso, para que esse tipo de velhice não faça parte de suas vidas.

O corpo comunica-se por gestos e expressões, com uma parte ou pelo todo, com ou sem intenção, percebendo ou sem perceber. Através dos atos motores, ele expressa emoções, sensibilidade, sexualidade, entre outras manifestações. O corpo revela os meandros e as curvas da história pessoal: os segredos, os traumas e os triunfos de dias passados. Todos eles estão corporificados em ligamentos e músculos e expressos na postura, nos movimentos, tensões, vitalidade. Podemos até afirmar que ele não mente; antes, revela o interior da pessoa. (SIMÕES, 1998, p.62)

Suas histórias eram contadas e depois recontadas através de movimentos simples, calmos, mas movimentos que transmitiam um profundo sentimento. Foram inúmeras histórias de vida, que ao decorrer da pesquisa essas histórias não tinham mais dono, pois elas se misturavam, se confundiam de uma maneira que várias histórias viraram apenas uma, a história que eles estavam realizando neste experimento teatral, realizando sonhos, esquecendo dores físicas e espirituais, vivendo, sim, pois durante esse tempo percebeu-se o quanto eles viveram o teatro, a dança, a vida, a cum-

plicidade.

Finalmente a montagem foi realizada, as aulas passaram a ter momentos puramente lúdicos, advindos com ansiedade. Em cada ensaio surgia uma nova ideia, até que tudo foi devidamente finalizado, os figurinos e cenário, então o momento mais esperado pelos alunos da terceira idade, passou a ser o dia em que iriam apresentar para o público.

Em Junho de 2015, no auditório da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) entre 16h e 18h foram realizadas as apresentações das duas turmas. No espaço estavam presentes professores e familiares dos alunos. Cada exercício cênico foi muito bem recebido por todos que estavam presentes, para alguns alunos tudo aquilo foi momento único, mas para outros era apenas o início e que gostariam de poder continuar fazendo curso livre de teatro.

A dança-teatro foi de tão grande importância para que esses idosos se sentissem inseridos na sociedade, o jeito falar, andar, se comunicar mudou de forma tão positiva, que às vezes tinha-se que pôr limites em certas situações corporais, pensando na fragilidade de seus corpos.

Foi uma experiência impar para nossa vida acadêmica, e por este motivo, no final de agosto de 2016, voltamos a trabalhar com um número reduzido de idosos, para continuarmos de uma maneira aprofundada a pesquisa em envolve o corpo como facilitador para a transmissão das lembranças. Então, nos fundamentamos no método de perguntas e lembranças que a bailarina e coreógrafa Pina Bausch utilizava em sua companhia teatral.



Figura 1 – Alunos em momento de criação
Fonte: Dayse Amaral, 2015.



Figura 2 – Contando histórias através de movimentos. Fonte: Dorivana Martins, 2015

CONCLUSÃO

Os alunos da terceira idade são tão abertos a novas experiências e conhecimentos que ao chegar o momento das aulas práticas de teatro, observou-se a vontade e dedicação na participação de todos. Suas felicidades eram transmitidas em sorrisos e olhares, em que cada um procurava sem vergonha, medo ou timidez dar o seu melhor. Estavam sempre dispostos a serem orientados, e sempre ouviam atentamente as propostas que lhes eram dadas.

A mudança em seus cotidianos foi visível, pois a cada semana a entrega nos exercícios propostos era maior. A união, a interação entre eles formou um elo tão profundo, que cada história contada, a comoção era conjunta, assim, como o amparo, o abraço forte e demorado que significava “você não está sozinho, estamos juntos nessa”.

Então, seus corpos mudaram, suas mentes mudaram, os sentimentos mudaram, e tudo isso positivamente, e utilizando-se da dança-teatro de Pina Bausch. Com paciência e muito amor, deixamos fluir o corpo cada um, no seu momento certo, sem pressa, apenas deixando fluir o sentimento que nascia ou renascia. Esta foi a palavra chave do experimento, renascer. Todos nós renascemos ao nos entregarmos nas técnicas de Bausch.

A confiança que os idosos depositaram em nós, foi o que nos alimentou, nos fortaleceu, e fazia com que a pesquisa não fosse nosso principal foco, e sim, o jeito que ela iria chegar, iria ser recebida por eles. Que o bem estar desses idosos fosse colocado em primeiro lugar, pois não foi tarefa fácil escutar, presenciar histórias que eram tristes, e que nos faziam viajar pelos mais diversos lugares das vidas desses idosos.

Esta é a primeira etapa desta pesquisa, já

que num segundo momento, irá se trabalhar com um número reduzido de pessoas, para que haja uma análise mais profunda e detalhada. No entanto, este começo já mostrou que ao estimular a memória de um idoso, um mundo de imaginação surgiu, e magníficos movimentos corporais foram experimentados e transformados em exercícios cênicos.

A dança-teatro de Pina Bausch, seu uso da memória, seu método de perguntas, foram a base principal para o resultado positivo deste estudo. O idoso tão quanto o jovem, cria, gesticula, sonha, realiza, basta que haja pessoas dispostas a dá oportunidades para os mesmos concretizarem seus sonhos e objetivos.

Foi uma experiência positiva e nossos olhares agora estão voltados para um futuro que a terceira idade vai nos acompanhar, pois temos uma trajetória longa, e queremos continuar dando oportunidade e nos oportunizando cada vez mais neste tipo de vivência.



Figura 3 – Apresentação do curso, música “Garçon”. Fonte: Dorivana Martins, 2015



Figura 4 – Apresentação do curso, música “A velha debaixo da cama”. Fonte: Dayse Amaral, 2015.

REFERÊNCIAS

- BAUSCH, Pina. Dance senão estamos perdidos. Folha de São Paulo, 27 ago. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2708200008.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2016.
- FERNANDES, Ciane. Dança-Teatro: Fluxo, Contraste, Memória. No Glossário. Mimus – Revista online de mímica e teatro físico. Ano 2, no.4. Salvador: Padma Produções, 2012. p. 76-79. Disponível em: <http://www.mimus.com.br/mimus4_artigos/4-08fernandes.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2016.
- SILVEIRA, Juliana Carvalho Franco. Dramaturgia na dança-teatro de Pina Bausch. Belo Horizonte: UFMG, 2015. 154 p.
- SIMÕES, Regina. Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo idoso. 3ª ed. Piracicaba: Unimep, 1998. 131 p.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 14ª ed. aum. São Paulo: Cortez, 2005. 132p.

OFICINA DE ACOLHIMENTO: POSSIBILIDADES DE SUBJETIVAÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

WELCOMING WORKSHOP: SUBJECTIVATION POSSIBILITIES AND CARE IN MENTAL HEALTH

Andressa Mayara Silva Souza

Graduanda do curso de Psicologia da UFRB - andressa.mssouza@gmail.com

Suely Aires

Profa. Dra. da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. suely.aires7@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma oficina terapêutica no CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas), evidenciando sua relevância como dispositivo fundamental nas práticas em saúde mental. Na presente experiência, o acolhimento foi realizado como oficina de subjetivação em CAPSad no município de Santo Antônio de Jesus-BA, sendo uma atividade de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Foram realizados 20 encontros (Agosto de 2015 a Março de 2016), tendo a frequência média de 07 participantes. Os encontros ocorriam semanalmente, às segundas-feiras, com duração média de 1 hora. A oficina baseou-se na livre expressão dos usuários, desenvolvendo-se a partir do que era apresentado em cada fala. Percebeu-se que o acolhimento proporcionou uma vinculação entre os usuários e o serviço, além de possibilitar a sustentação de uma rede de apoio entre usuários. A oficina de acolhimento também pôde contribuir para melhor compreensão de cada sujeito e oportunizou a expressão subjetiva das vivências experienciadas. Desta forma, a oficina de acolhimento pode ser reconhecida como um relevante dispositivo terapêutico no processo de consolidação das práticas antimanicomial, visto que possibilita um espaço de reconhecimento intersubjetivo e, portanto, social.

Palavras-chave: Acolhimento. Oficinas Terapêuticas. CAPSad.

Abstract:

The objective of this work is to report the experience of a therapeutic workshop at CAPSad (Center for Psychosocial Care for users of alcohol and other drugs), showing its relevance as a fundamental device in mental health practices. In the present experiment, the welcoming was carried out as a subjectivation workshop at CAPSad in Santo Antônio de Jesus-BA, being an extension activity of the Federal University of the Recôncavo of Bahia. Twenty meetings were held (August 2015 to March 2016), with an average attendance of 07 participants. The meetings took place weekly basis, on Mondays, with a medium duration of 1 hour. The workshop was based on the free expression of users, developing from what was presented in each speech. It was noticed that the welcoming provided a link between the users and the service, besides enabling the maintenance of a support network among users. The welcoming workshop was also able to contribute for a better understanding of each subject and to facilitate the subjective expression of experiences. In this way, the welcoming workshop can be recognized as a relevant therapeutic device in the process of consolidation of antimanicomial practices, since it allows an intersubjective and therefore social recognition space.

Keywords: Welcoming. Therapeutic Workshops. CAPSad.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em um relato de experiência que objetiva apresentar uma oficina de acolhimento como prática no campo da saúde mental. Para compreensão da noção de acolhimento, faz-se necessária uma introdução sobre tecnologias em saúde, conceito trazido por Emerson Elias Merhy para elucidar a dinâmica do trabalho nos contextos de saúde.

De acordo com Merhy e Feuerwerker (2009), as tecnologias em saúde não se referem aos mecanismos físicos propriamente ditos, mas a um modo de operar os conhecimentos adquiridos neste campo. As tecnologias dividem-se em tecnologias duras, leve-duras e leves. As tecnologias duras são aquelas que permitem ao trabalhador em saúde manusear equipamentos que irão possibilitar o conhecimento de dados físicos do usuário, como um médico, ao manusear um estetoscópio, por exemplo. As tecnologias leve-duras compreendem-se por aquelas que incluem os saberes apropriados pelos trabalhadores, saberes estes que possibilitam a utilização das tecnologias duras. No que concerne às tecnologias-leves, estas envolvem as relações estabelecidas no encontro entre trabalhador e usuário; sendo um modo de conceder a este último a possibilidade de interagir e ser afetado de forma recíproca neste território (MERHY & FEUERWERKER, 2009).

Dessa forma, entende-se o acolhimento como uma tecnologia leve que opera na organização dos serviços de saúde (MERHY, FRANCO & BUENO, 1999). E que, como tecnologia, se estende por todo o processo de produção de saúde, podendo ser operacionalizada em diferentes níveis de atenção (MOTTA, PERUCCHI & FILGUEIRAS, 2014).

Nesse contexto, o acolhimento atua como dispositivo que interroga os processos envolvidos nas relações clínicas das práticas em saúde, permitindo “escutar ruídos do modo como o trabalho vivo é capturado, conforme certos modelos de assistência” (MERHY, FRANCO & BUENO, 1999, p. 346), o que possibilita a reavaliação permanente das práticas de produção de saúde. Dessa maneira, o acolhimento pode ser compreendido como uma diretriz operacional no trabalho em saúde que torna possível uma maior aliança entre os usuários, trabalhadores e gestores de saúde (BRASIL, 2006).

O ACOLHIMENTO EM OFICINA TERAPÊUTICA

Uma das formas de efetivação do acolhimento pode se dar a partir da realização de oficinas terapêuticas que se caracterizam como um dos meios através dos quais a reabilitação psicossocial pode se realizar, além de representarem a possibilidade de transformação das práticas em Saúde Mental (DIMENSTEIN & CEDRAZ, 2005). Vale ressaltar que toda ação realizada pelas oficinas deve partir de um sentido para o usuário que esteja posto para além de uma simples forma de “ocupação” do tempo ou atividade no serviço.

Tendo em vista o contexto sociocultural em que o sujeito está inserido, e que a organização social pode produzir certa homogeneização de subjetividades, é fundamental que a oficina possibilite emergências subjetivas para que se torne terapêutica de fato. É nesse sentido que “as oficinas terapêuticas precisam seguir os mesmos caminhos que os processos criativos, uma vez que pretendem acolher as singularidades” (DIMENSTEIN & CEDRAZ, 2005, p. 309). Na experiência vivenciada, o acolhimento das singularidades teve como objetivo permitir que práticas de subjetivação se instituassem,

compreendendo-se, nesse contexto, a subjetivação como expressão e reconhecimento dos diferentes modos de estar no mundo.

Para apresentar o conceito de subjetivação, Mansano (2010) recorre à análise proposta por Foucault, em uma entrevista publicada em 1995, a fim de explicar como os as subjetividades são constituídas e difundidas em uma determinada sociedade. De acordo com Foucault (apud MANSANO, 2010), o processo de subjetivação diz respeito aos modos através dos quais os seres-humanos tornam-se sujeitos e suas diferentes formas de existir. Com a intervenção do Estado e a consequente docilização dos corpos, cabe refletir acerca de quais modos de subjetivação estão sendo construídos, e destes, quais são aceitos ou não.

Por conseguinte, é importante ter em vista os diferentes modos de subjetivação como um fenômeno integrante das práticas em Saúde Mental, inclusive das oficinas terapêuticas. Nesta lógica, não basta considerar as oficinas como uma forma de ocupação para o usuário além dos muros do manicômio, mas trata-se da utilização deste dispositivo para a emergência de subjetividades que na maioria das vezes são silenciadas, e produzir, nesse contexto, práticas de subjetivação.

MÉTODO

A oficina de acolhimento foi realizada no CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas) da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. De acordo com o Ministério da Saúde (2004), os CAPS são serviços abertos substitutivos ao hospital psiquiátrico, sendo estes um espaço de referência e cuidado para portadores de transtornos mentais severos e/ou persistentes. Nesta rede, os CAPSad são

especificamente destinados a usuários de álcool e drogas, e oferecem atendimento à população com dependência e/ou transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

O CAPSad de Santo Antônio de Jesus foi inaugurado em 26 de Setembro de 2008 e foram registrados, até o momento, o número de 1.368 usuários que receberam atendimento no serviço. O quadro de funcionários do serviço contempla uma equipe multidisciplinar, com profissionais das áreas de Enfermagem, Psiquiatria, Psicologia, Serviço Social e Farmácia, além de técnico de enfermagem e outros profissionais, como oficinairos e serviços gerais. Dentre as atividades ofertadas encontram-se as oficinas terapêuticas – em parceria com a UFRB –, Grupo de Alcoolistas, Grupo de tabagismo, orientações de auto cuidado, redução de danos, consulta psiquiátrica, atendimento psicológico, visita domiciliar, além de atividades esportivas.

A oficina de acolhimento buscou: observar a demanda trazida ao serviço de acordo com a singularidade de cada sujeito; facilitar a expressão deste no que diz respeito às vivências do seu cotidiano em seus diferentes modos de subjetivação; e possibilitar intervenções de responsabilização frente aos cuidados em saúde.

Foram realizados 20 encontros no período compreendido entre Agosto de 2015 a Abril de 2016, tendo a frequência média de 07 participantes. Os encontros ocorriam semanalmente, às segundas-feiras, com duração média de 1 hora. A escolha do dia justifica-se em virtude de ser após o final de semana, período em que os usuários não frequentam o serviço e trazem novas demandas do que foi vivenciado e sentido nesse período.

Como dinâmica de funcionamento, a oficina iniciava-se com um “bom dia”, propiciando diálogos e reflexões acerca de como os integrantes passaram o final de semana e como se sentiam naquele dia. Com o tempo, e a partir de sugestões dos usuários, também realizávamos dinâmicas de relaxamento e os diálogos se ampliaram, versando sobre temas variados e experiências subjetivas singulares. A estrutura da oficina baseava-se na livre expressão dos usuários, desenvolvendo-se a partir do que era apresentado em cada fala, o que possibilitava a construção de uma teia discursiva. Nesse sentido, os encontros eram realizados sem que houvesse um planejamento prévio do que iria ser dito e, de forma espontânea, o acolhimento ia estruturando-se a partir do que cada usuário trazia como demanda. Pensamos que a abertura para a fala espontânea dos usuários pode facilitar a expressão dos modos de subjetivação existentes e o reconhecimento das singularidades em jogo.

Como material de análise para o presente relato foram utilizados os diários de campo produzidos no decorrer dos encontros, que envolviam imagens e impressões do que havia ocorrido no dia. Além dos diários, foi realizada a observação participante, que de acordo com Minayo (2001), pode ser compreendida como o contato direto entre o pesquisador e o fenômeno observado, no intuito de obter informações sobre o envolvimento dos atores com o seu contexto social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente experiência, pensamos o acolhimento a partir da ideia trazida por Motta et. al (2014), que o define como um “estar com” e “receber o outro”, através de uma prática humanizada e de responsabilização

zão, apoiando-se no mútuo reconhecimento de direitos e deveres dos usuários. Além de um modo de cuidado em saúde, o acolhimento atuou, nesta experiência, como ferramenta principal na realização da oficina, uma vez que viabilizou de forma efetiva a escuta qualificada aos usuários e, principalmente, possibilitou reconhecer a posição destes enquanto sujeitos e atores no laço social.

Nesse sentido, percebemos, através dos encontros e dos relatos trazidos pelos usuários, que a oficina de acolhimento oportunizou o reconhecimento das singularidades e da vinculação social dos participantes. Nesse contexto, os usuários demonstram interesse em ir ao serviço para participar especificamente dessa atividade, o que indica que o acolhimento proporcionou uma vinculação entre os usuários e o serviço, além de favorecer uma melhor adesão destes ao tratamento.

Observamos também que o acolhimento possibilitou a sustentação de uma rede de apoio entre usuários e o reconhecimento dos vínculos existentes entre eles, o que nos permite utilizá-lo inclusive como uma ferramenta analisadora destas relações, do cuidado de si mesmo, através do cuidado com o outro. Tornou-se também possível a realização de intervenções pertinentes e eficazes em torno das necessidades e demandas dos usuários, reconhecendo e afirmando, ao mesmo tempo, a importância da autonomia do sujeito frente às suas questões. Destacou-se ainda a responsabilização frente à qualquer ação a ser efetivada em grupo e no cuidado de si.

Tendo em vista que o principal recurso utilizado se deu pela via da fala, foi possível constatar que a oficina permitiu aos usuários um espaço para se colocar enquanto sujeitos, sendo reconhecidos pelos pares.

Nesta experiência, o ato da escuta se apresentou como um facilitador da expressão subjetiva e, sobretudo, de reconhecimento da autonomia do usuário. A oficina de acolhimento também pôde contribuir para melhor compreensão de cada sujeito e oportunizou a expressão subjetiva das vivências experienciadas.

O desenvolvimento da oficina de acolhimento contribuiu ainda para a ampliação e diversificação de ações no CAPSad e possibilitou o aprendizado de novas práticas em saúde mental, capacitando o extensionista para a prática profissional. Cabe destacar que a oficina se constituiu como espaço de interação entre os diversos atores sociais, viabilizando o mútuo reconhecimento de direitos e deveres, tendo servido de estímulo para outras práticas em saúde mental no âmbito do serviço.

Acreditamos que em síntese, o acolhimento desempenhou um papel ético, estético e político, e está de acordo com o que é apresentado pelo Manual de Acolhimento, proposto pelo Ministério da Saúde em 2010. Neste sentido, o acolhimento caracterizou-se de modo ético, pois assumiu, em ato, um compromisso de reconhecimento do outro; estético, por apresentar aos usuários estratégias para um modo de vida constituído nas relações; e político, por implicar um compromisso de “estar com” nos diferentes encontros. De modo geral, percebemos que a oficina de acolhimento pode ser reconhecida como um relevante dispositivo terapêutico no processo de consolidação das práticas antimanicomial, visto que possibilita um espaço de reconhecimento intersubjetivo e, portanto, social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente experiência constatamos que a prática de acolhimento nas

ações de Saúde Mental é essencial para o cuidado dos usuários no CAPS e para o fortalecimento da relação entre usuários e trabalhadores de saúde mental. O acolhimento constitui-se como um dispositivo ético, estético e político de humanização em saúde que pode e deve ser implementado em diferentes serviços.

De forma complementar à efetivação de práticas cotidianas de acolhimento, consideramos também relevante um exercício de educação permanente por parte dos profissionais de saúde que atuam nos espaços de atenção psicossocial, de modo a afirmar a importância de ações contrárias à lógica manicomial, medicalizante e de objetificação do outro. Neste sentido, acreditamos que, para que haja uma prática efetiva de acolhimento, faz-se necessário manter as ações em saúde mental fundamentadas no respeito ao outro, à singularidade e à diferença, prezando pela liberdade e autonomia de cada sujeito envolvido nesse processo.

O acolhimento aponta para a possibilidade de participação ativa do usuário, sendo contrário à ideia de adaptação do mesmo aos processos de cuidado dentro do CAPS. Trata-se, sobretudo, de um dispositivo que sustenta as diferenças e singularidades de cada usuário nas relações sociais, possibilitando que processos de subjetivação se façam reconhecer no jogo social que aí se institui.

Como dito anteriormente, o processo de subjetivação se apresentou como um elemento norteador de nossa prática, o que pôde ser observado e vivenciado durante o período de realização da oficina de acolhimento. Perceber os usuários em seus modos de estar no mundo, e reconhecê-los em sua singularidade, facilitou encontros efetivos no processo de acolhimento e

promoção de saúde. Para tanto, se fez necessário pensar, sobretudo, em um corpo social existente, que produz e é produzido por diferentes modos de subjetivação, bem como considerar a implicação disso para as práticas e relações no campo da saúde.

Desse modo, caberia analisar as práticas e relações instituídas no corpo social que compõe o serviço de saúde mental que foi cenário de nossa prática, pois diferentes modos de subjetivação só se farão reconhecer se, como dito anteriormente, houver o respeito à diferença que o outro institui em sua singularidade. Dado o exposto, reconhecemos que este relato possui limitações em sua análise e não pretendemos esgotar o assunto acerca do acolhimento nas práticas de saúde mental.

Nesse sentido, é importante a ampliação de debates e reflexões sobre o tema do acolhimento, bem como o relato de ações concretas em serviços de saúde mental, para que as práticas de acolhimento se tornem uma ferramenta efetiva no processo de promoção de saúde. Cabe incentivar e desenvolver novas investigações e pesquisas, de modo a afirmar o acolhimento como um dispositivo fundamental em saúde, principalmente no campo da Saúde Mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de Produção à saúde. Série B. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: Os centros de atenção psicossocial. Brasília, DF, 2004.

DIMENSTEIN, M; CEDRAZ, A. Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não?. *Mal Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 5, n. 2, p.300-327, set. 2005.

MANSANO, S.R.V.. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da Unesp, São Paulo*, v. 2, n. 8, p.110-117, jan. 2010.

MERHY, E.E.; FEUERWERKER, L.C.M. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In: MANDARINO, A.C.S.; GOMBERG, E. (Orgs.). *Leituras de novas tecnologias e saúde*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p.29-74.

MEHRY, E, E; FRANCO, T, B; BUENO, W, S. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(2):345-353, abr-jun, 1999.

MINAYO, M, C, de S. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, B.F.B.; PERUCCHI, J.; FILGUEIRAS, M.S.T.. O acolhimento em Saúde no Brasil: uma revisão sistemática de literatura sobre o tema. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 121-139, jun. 2014.

O SERVIÇO SOCIAL NO CAPSI DE CRUZ DAS ALMAS – BA: A NECESSÁRIA INTERDISCIPLINARIDADE PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA DOS USUÁRIOS

THE SOCIAL WORK IN CAPSI CRUZ DAS ALMAS - BA: THE NECESSARY INTERDISCIPLINARY APPROACH TO THE PROMOTION OF CITIZENSHIP OF USERS

Tatiele Gomes dos Santos

Estudante de Graduação em Serviço Social – UFRB/CAHL. tatielegomesdossantos@gmail.com

Vinicius Pinheiro de Magalhães

Estudante de Graduação em Serviço Social – UFRB/CAHL. viniciuspmaga@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é resultado de observações contínuas ao campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB): CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial), localizado no Município de Cruz das Almas – BA, e tem por objetivo identificar a interdisciplinaridade como recurso para a promoção da cidadania de usuários de uma instituição pública de Saúde Mental em tempos de Reforma Psiquiátrica. Por que a interdisciplinaridade colocasse como obrigatória nas instituições de saúde mental? Para responder a esta questão, a partir da experiência vivenciada num CAPS, fizemos uma pesquisa de sistematização de dados de usuários – coletados nos prontuários dos pacientes – a fim de identificarmos informações e elementos que justificassem a interdisciplinaridade entre os saberes representados na equipe multidisciplinar. Chegamos a conclusão de que pode-se considerar a interdisciplinaridade um instrumento fundamental na luta pela cidadania dos usuários das instituições psico-assistenciais, bem como considerá-la uma importante arma da Reforma Psiquiátrica contra os modelos institucionais asilares e contra abordagens profissionais exclusivistas e medicamentosas.

Palavras-chave: Serviço Social. Saúde Mental. Interdisciplinaridade.

Abstract

The present work is a result of continuous observations of the field of Supervised Internship in Social Service of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB): CAPSI (Center for Psychosocial Care), located in the Municipality of Cruz das Almas - BA, and aims to identify interdisciplinarity as a resource for the promotion of citizenship of users of a public institution of Mental Health in times of Psychiatric Reform. Why is interdisciplinarity mandatory in mental health institutions? In order to answer this question, based on the experience of CAPS, we conducted a research on the systematization of user data - collected in patients' charts - in order to identify information and elements that justified interdisciplinarity among the knowledge represented in the team multidisciplinary. We conclude that interdisciplinarity can be considered as a fundamental instrument in the struggle for citizenship of users of psycho-care institutions, as well as considering it an important weapon of the Psychiatric Reform against asylum institutional models and against exclusive and drug-based professional approaches.

Keywords: Social Work. Mental Health. Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de observações contínuas ao campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB): CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial), localizado no Município de Cruz das Almas – BA, e tem por objetivo identificar a interdisciplinaridade como recurso para a promoção da cidadania de usuários de uma instituição pública de Saúde Mental em tempos de Reforma Psiquiátrica.

A necessidade da interdisciplinaridade em tempos de Reforma Psiquiátrica tem sido evidenciada como fundamental nas produções teóricas que relacionam Saúde Mental e Serviço Social (VASCONCELOS, 2002; 2010; NICACIO; BISNETO, 2013). Isso se dá por conta da mudança de paradigma no trato da pessoa com sofrimento mental após a Reforma Psiquiátrica, isto é, um tratamento holístico, multiprofissional e transdisciplinar (VASCONCELOS, 2009). Por que a interdisciplinaridade – aqui compreendida como diálogo constante e a troca de saberes entre a equipe multiprofissional – coloca-se como obrigatória nas instituições de saúde mental? Para responder a esta questão, a partir da experiência vivenciada num CAPS, fizemos uma pesquisa de sistematização de dados de usuários – coletados nos prontuários dos pacientes¹ – a fim de identificarmos informações e elementos que justificassem a interdisciplinaridade entre os saberes representados na equipe multidisciplinar.

Utilizou-se o tipo de pesquisa exploratória a partir de uma abordagem quantitativa e

qualitativa, recorrendo, como fonte primária, à observação participante e como fonte secundária à análise documental dos prontuários da instituição e revisão bibliográfica. Para coletar as informações gerais dos usuários da instituição pesquisada fizemos uma análise documental dos prontuários de pacientes ativos e sistematizamos numa tabela com as variáveis: nome, sexo, idade e CID (Código Internacional de Doenças); e outras que terão finalidade institucional: nº de prontuário, contato, observações e situação. Após coletadas as informações fizemos uma análise dos dados recorrendo a revisão de literatura e as conclusões da observação participante para entender, a partir da experiência de estágio na instituição, a necessidade da interdisciplinaridade no CAPSI de Cruz das Almas – BA.

O CAPSI DE CRUZ DAS ALMAS – BA: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS USUÁRIOS²

O CAPSI de Cruz das Almas – BA surge em 2006 como uma demanda proposta pelos movimentos sociais da luta antimanicomial materializado na Lei 10.216/2001 (considerada a Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil) que desinstitucionaliza os hospitais psiquiátricos dando cobertura as pessoas com sofrimento mental através de instituições extra-hospitalares, com características mais humanas e democráticas, além de respeitar o princípio da territorialidade do SUS. A instituição se organiza a partir das diretrizes e princípios estabelecidos no Manual de Saúde Mental (BRASIL, 2004).

Atualmente a instituição tem, matriculados, 848 usuários. Destes, 292 são pacientes ativos, sendo 142 do sexo masculino e

¹ Coleta devidamente autorizada pela supervisora de campo de estágio e legitimada pelo Plano de atividades de estágio – documento de acordo entre supervisora de campo e estagiários quanto as atividades a serem realizadas na instituição.

² Os dados aqui expostos são resultados de Pesquisa direta ao CAPSI de Cruz das Almas – BA até 05/07/2016.

150 do sexo feminino, com idades a partir de 18 anos. Não existe uma diferença significativa que relacione o tipo de transtorno ao gênero do paciente, o que evidencia, pelo menos em âmbito local, que o gênero não é uma variável importante para determinar o sofrimento mental. A faixa etária mais comum no CAPSI do referido município é a de 46-60 anos, com 37,32% dos usuários. A faixa etária de 36-45 anos vem em seguida com 23,63%, e depois segue as de 26 a 35 anos, 18,83%, mais de 60 anos, 11,98%, e 18 a 25 anos com apenas 5,13%. Percebe-se a incidência do sofrimento mental nas pessoas com idade ativa para o trabalho, sendo a precarização deste um possível determinante para o desencadeamento de transtornos mentais. A observação do quantitativo de usuários idosos também é importante para garantir direitos sócio-assistenciais dentro de suas especificidades, ainda que o percentual desse segmento seja pequeno.

O CAPSI pesquisado conta com uma equipe mínima de profissionais, a saber: Médico Psiquiatra, Assistente Social, Enfermeiro, Psicólogo, Técnico de Enfermagem e Farmacêutico. Esta multidisciplinaridade é fruto do progresso resultante da Reforma Psiquiátrica que tem como característica a compreensão da pessoa com sofrimento mental nas suas dimensões bio-psico-sócio-espirituais.

Como informa o quadro abaixo, observou-se maior recorrência dos transtornos relacionados a esquizofrenia (F20 – F29) nos usuários da instituição:

CID ¹ -10 POR CATEGORIA	SIGNIFICADO DAS CATEGORIAS	%
F00-F09	Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos	11,23%
F10-F19	Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa	18,04%
F20-F29	Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes	72,61%
F30-F39	Transtornos do humor [afetivos]	22,79%
F40-F48	Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes	1,70%
F60-F69	Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto	0,68%
F70-F79	Retardo mental	9,55%
F90-F98	Transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência	0,34%
G00-G99	Doenças do sistema nervoso	5,79%

Quadro 1 - Transtornos mais recorrentes entre usuários do CAPSI de Cruz das Almas - BA. Fonte: Dados obtidos no CAPSI de Cruz das Almas – BA, pesquisa direta, 2016.

Embora 72,61% dos pacientes apresentem esta categoria de transtorno, não se pode afirmar a existência de um surto de pessoas esquizofrênicas na região. Os dados apenas evi-

denciam uma das especificidades do CAPSI – “[...] são CAPS para atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais severos e persistentes” (BRASIL, 2004, p.22, grifo nosso).

O mesmo acontece com os casos de menor frequência, que estão classificados no CID pela categoria (F90 – F98). São transtornos de comportamento e emocionais que se manifestam durante a infância ou adolescência. Embora o CAPS de Cruz das Almas não seja especializado para esses tipos de transtornos, não pode negar o atendimento a esta população específica, visto que a cidade não se enquadra nos pré-requisitos para a instalação de um CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantil). Em análise dos prontuários apenas 0,34% dos pacientes apresentam essas características e transtorno, não significando a inexistência de demanda no município.

O conhecimento do perfil dos usuários é de fundamental importância para atuação profissional no CAPSI. É só após o cuidado investigativo que a equipe pode traçar, de maneira mais eficaz, formas de intervenção que contribuam para a estabilização, recuperação e alta dos pacientes da instituição. Essas informações, além de contribuírem para melhor organização das atividades terapêuticas, servirão também para outros encaminhamentos, tais como: efetivação de benefícios, aposentadorias e outros serviços assistenciais essenciais na recuperação da pessoa com sofrimento mental.

Daí a necessidade de uma postura interdisciplinar da equipe multiprofissional. A análise do perfil dos usuários da instituição evidencia que o diálogo com outros saberes, a exemplo da psiquiatria, enfermagem, farmácia e psicologia – na tradução das especificidades dos transtornos, suas sintomatologias e tratamento, por exemplo

– pode contribuir muito para a promoção da cidadania dos usuários da Política municipal de Saúde Mental. As informações do perfil dos usuários têm relevância para todos os saberes da instituição, desde que se tenha uma postura dialógica e aberta a outros olhares e possibilidades.

INTERDISCIPLINARIDADE, O QUE É?

Analisados o perfil dos usuários e as características mais expressivas da instituição pesquisada, importa agora entender as especificidades da interdisciplinaridade, para que, posteriormente, relacionemos esta com os dados dos usuários do CAPSI.

A interdisciplinaridade não é a mesma coisa da multidisciplinaridade. A multidisciplinaridade propõe alternativas de análise/intervenção para um mesmo objeto/sujeito, isto é, um mesmo objeto/sujeito tem tratamento específico de vários campos do saber. A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe a multidisciplinaridade no sentido de que aquela é a relação dialógica de troca de saberes entre os campos de conhecimento. Portanto, nem toda multidisciplinaridade é interdisciplinar, mas toda interdisciplinaridade pressupõe aquela.

Entretanto, é necessário que se compreenda as características da proposta de atuação interdisciplinar da equipe multiprofissional. Para entender de forma simples, mas não simplista, no que consiste a interdisciplinaridade, Carvalho (2012) afirma que é “a capacidade do profissional em reconhecer mérito e legitimidade nos conhecimentos das demais profissões entre si [sic.]” (p. 78). Esta postura dialógica entre as profissões possibilita maior compreensão da realidade na qual se intervém, garantindo maior eficácia na busca pela efetivação de direitos.

Mesmo entendendo, a partir da teoria social crítica, a origem das especializações dos saberes (TONET, 2013), não se pode furtar a oportunidade de estabelecer diálogos com as demais profissões, objetivando a garantia de direitos e a promoção da cidadania. Até porque a proposta da interdisciplinaridade não significa a fragilização do trabalho, no sentido da polivalência deste (FRAGA, 2010). Mas trata-se de uma proposta que tem por objetivo maior efetividade na construção da cidadania dos usuários e pacientes de variadas instituições, “favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, [podendo] significar uma instigante disposição para os horizontes do saber [sic.]” (RODRIGUES, apud CARVALHO, 2012, p. 75).

PROMOVENDO A CIDADANIA: RESULTADO DAS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O assistente social não é um profissional avulso, solitário no ambiente institucional. Este, juntamente com outros profissionais, compõe uma equipe multidisciplinar que atende as demandas dos pacientes/usuários numa lógica não “medicalizante”, isto é, que extrapola a especialidade médica no cuidado e atenção à pessoa com transtorno psíquico. A ideia de multidisciplinaridade na equipe dos CAPS, mesmo se propondo cobrir as demandas que a especialidade médica não dá conta, em muitos casos acaba “engessando” a prática profissional da equipe institucional. Isso ocorre porque não há diálogo, partilha de experiências, aproximação do saber alheio e interdisciplinaridade entre os profissionais das equipes multidisciplinares a partir da realidade dos usuários.

Na instituição pesquisada é explícita a posição privilegiada do médico-psiquiatra como detentor do “saber institucional” (BISNETO, 2007) que dá legitimidade aos serviços oferecidos pela mesma³. Ou seja, o que dá significado aos serviços oferecidos pelo CAPS é justamente a avaliação psiquiátrica e/ou parecer médico-psiquiátrico que determina em qual/quais transtornos o paciente se enquadra. Após esta avaliação o usuário é direcionado para o recebimento de medicamentos e orientado quanto às oficinas terapêuticas que lhe servirá no processo de recuperação, estabilização e alta, além de ser atendido/acompanhado pela equipe (psicólogo, enfermeiro e assistente social). Nesse sentido, pode-se compreender que é só após o parecer médico-psiquiátrico que o paciente efetivamente passa a pertencer ao rol de usuários ativos da instituição⁴. É só após o parecer do saber médico-psiquiátrico que os outros saberes (psicologia, serviço social e enfermagem) servirão para a promoção da cidadania dos usuários. Portanto, é extremamente necessário, no caso específico do CAPSI de Cruz das Almas – BA, que as outras especialidades da equipe multidisciplinar estabeleçam um diálogo com o saber que dá legitimidade a instituição. Esse diálogo humilde de “troca [de] saberes” (CASTRO, 2012, p.75) entre as especialidades da equipe do CAPS, sem “etnocentrismo profissional⁵”, é que pode ser denominado de esforço interdisciplinar.

Sendo assim, a atitude interdisciplinar exi-

³ BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.81-91.

⁴ É feita uma triagem por um dos integrantes da equipe multidisciplinar e após esse processo de escuta encaminha-se o paciente, com as anotações da triagem, para o médico-psiquiatra, este que por sua vez “indica” se o usuário tem ou não perfil para a instituição.

⁵ O privilégio de algumas profissões sobre outras.

ge um exercício que precisa ser construído e conquistado aos poucos, a cada dia, nas ações cotidianas dos profissionais de diferentes áreas, pois são diversas as atitudes [...] que precisam ser desenvolvidas: atitude de busca de alternativas, de espera, de reciprocidade, de humildade, de perplexidade, de desafio, de envolvimento e comprometimento, atitude de responsabilidade e também de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida (FRAGA, 2010, p. 58-59).

Apesar do saber médico-psiquiátrico ser o saber que dá legitimidade aos serviços oferecidos pelo CAPSI, os outros saberes não devem ser menosprezados e entendidos numa lógica hierarquizante de profissões mais importantes do que outras. A este respeito, Fraga (2010) preocupa-se com a “forma como se exterioriza a tão propalada interdisciplinaridade, sem que se afaste da hierarquização entre as áreas do saber, colocando-se umas como mais importantes que as outras, e o uso inconsequente do termo interdisciplinaridade, que o empobrece e banaliza.” (p. 57)

No CAPS de Cruz das Almas – BA, o Serviço Social constantemente tem de recorrer a saberes específicos para atuar de forma a garantir direitos a alguns usuários. Existem categorias do CID-10 (Código Internacional de Doenças), referentes aos transtornos psíquicos, que têm especificidades completamente diferenciadas. Por exemplo, os casos de “transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos (F00 – F09) [sic.]” – 11,23% dos usuários da instituição, ver Quadro 1 – têm origem orgânica e dificilmente haverá recuperação dos pacientes com este tipo de transtorno, tendo em vista que as células responsáveis pela saúde mental pararam de se regenerar, impossibilitando a melhora do quadro clínico. En-

tretanto, outros transtornos psíquicos têm origem psicogênica, significando que existem possibilidades de mudança de quadro clínico do paciente. A forma de o Serviço Social lidar com estas especificidades de usuários será diferenciada (na formulação de oficinas, nas abordagens investigativas, etc.) de acordo com a característica da categoria dos transtornos do CID. Ou seja, o Serviço Social, para promover a garantia de direitos dos usuários dos serviços do CAPS, se utiliza de conhecimentos específicos da psiquiatria para melhorar, aprimorar e fortalecer sua atuação profissional.

Outro exemplo da necessária interdisciplinaridade na atuação do assistente social no CAPSI são as triagens e entrevistas feitas com pessoas com sofrimento mental. Pessoas com esquizofrenia (o maior quantitativo de usuários da instituição, ver Quadro 1), doença característica pelos sintomas de paranóia e delírios, devem ser escutadas levando em consideração essas especificidades do transtorno, com o objetivo de não atrapalhar o processo de investigação das violações de direitos com perguntas desnecessárias e abordagens invasivas. O mesmo cuidado deve ser empreendido na atenção a pessoas com transtornos do humor – 22,79% dos usuários da instituição. O profissional que conhece os sintomas característicos dos transtornos mais frequentes saberá lidar melhor com os pacientes, conseguindo mais facilmente alcançar seus objetivos. O que dá legitimidade ao esforço empreendido para a caracterização do perfil dos usuários da referida instituição.

Doenças psicogênicas (no caso dos transtornos psíquicos) não têm origem orgânica, isto é, são resultados das vivências e experiências sociais dos pacientes. Ou seja, o Serviço Social tem fundamental importância no processo de estabilização,

recuperação e alta desses usuários, na medida em que intervém em áreas sociais que podem ter sido fruto do desencadeamento dos transtornos. Isso mostra que não apenas o Serviço Social precisa “beber da fonte” de outras profissões, mas o médico e os demais profissionais também precisam compreender o saber específico do assistente social.

O conhecimento farmacêutico também pode ser apropriado pelo Serviço Social na medida em que pode contribuir na compreensão das formas alternativas de aquisição de medicamentos (obviamente que numa lógica de direito), caso falte na instituição. Além de utilizar os saberes da enfermagem e da psiquiatria para conhecer os efeitos dos medicamentos no organismo da pessoa com transtorno. Esses saberes relacionados aos medicamentos servirão para melhor entender alguns usuários que se negam a utilizá-los, queixando-se de fraqueza, cansaço, desânimo, e até mesmo aumento de peso. Para garantir a liberdade e autonomia dos usuários, princípio fundamental do código de ética da profissão (CFESS, 1993), é necessário respeitá-los nas decisões que lhes dizem respeito, e procurar alternativas de tratamento que não às exclusivamente medicamentosas.

Portanto, recorrer a interdisciplinaridade é uma estratégia que objetiva consolidar a cidadania dos usuários do CAPSI de Cruz das Almas – BA. Para além de um relacionamento saudável e respeitoso entre a equipe profissional está a condição do usuário/paciente que precisa ser atendido na completude de suas demandas.

CONCLUSÃO

O Serviço Social e a Saúde Mental têm uma relação histórica que não é recente. A forma humana de cuidado à pessoa com sofrimento mental é uma conquista histórica muito nova, que pode ter na categoria dos assistentes sociais um aliado na luta contra os modelos de instituições asilares e manicomial. Nesse sentido, pode-se constatar que os (as) assistentes sociais que recorrem ao diálogo interdisciplinar têm mais sucesso na constante luta pela cidadania dos usuários da Política de Saúde Mental, tendo em vista que, de forma humilde sem “etnocentrismo profissional”, se utilizam de saberes específicos de outras profissões para aperfeiçoarem sua atuação. Portanto, pode-se considerar a interdisciplinaridade como um instrumento fundamental na luta pela cidadania dos usuários das instituições psico-assistenciais, bem como considerá-la uma importante arma da Reforma Psiquiátrica contra os modelos institucionais asilares e contra abordagens profissionais exclusivistas e medicamentosas.

REFERÊNCIAS

- BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental no SUS: Os centros de atenção psicossocial. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf Acesso em: 07 ago. 2016.
- CARVALHO, Fabiana Aparecida De. O Serviço Social e a interdisciplinaridade. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do/a assistente social, Lei 8.662/1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 20 jul. 2016.
- FRAGA, Cristina Kologesi. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 40-64, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- NICACIO, Erinaldo Matias; BISNETO, José Augusto (org.). A prática do assistente social na saúde mental. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.
- TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 725-742, 2013.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Abordagens psicossociais, volume III: perspectivas para o Serviço Social. São Paulo: Hucitec, 2009.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA LIGA ACADÊMICA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA DA UFT PARA IDOSOS DA UMA

THE IMPORTANCE OF EXTENSION ACTIVITIES OF THE ACADEMIC LEAGUE OF GERIATRICS AND GERONTOLOGY OF UFT FOR THE ELDERLY OF UMA.

Luiz Sinésio Silva Neto

Prof. Me. da Universidade Federal do Tocantins – UFT. luizneto@uft.edu.br

Amanda Amancio Oliveira

Graduanda do Curso de Medicina da UFT. amandasilvaa@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste relato é descrever a experiência vivenciada por acadêmicos da área da saúde no desenvolvimento de atividades de extensão, voltadas para o público idoso, que visam à prevenção de doenças, a melhora da capacidade funcional e da qualidade de vida dessa faixa etária. As ações realizadas foram desenvolvidas pela Liga Acadêmica de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal do Tocantins (LAGG-UFT) tendo como público-alvo os idosos participantes na Universidade da Maturidade (UMA). Todas as atividades visam a educação do idoso, incentivando a responsabilidade pessoal e social em relação à promoção de saúde, além de inserir o estudante nesse contexto, auxiliando na sua formação profissional. Neste sentido, a LAGG-UFT tem buscado, através de suas ações, promover a extensão como passo fundamental do processo educativo, além de construir ações que articulam teoria e prática como elemento base para a promoção de saúde na comunidade.

Palavras-chave: Extensão universitária. Promoção de saúde. Idosos.

Abstract

The purpose of this report is to describe the experience lived by health care students in the development of extension activities for the elderly public aimed at disease prevention, functional capacity improvement and in the life quality enhancement of this age group. The actions were developed by the Academic League of Geriatrics and Gerontology from the Federal University of Tocantins (LAGG-UFT) with the target audience being the elderly enrolled at the University of Maturity (UMA). All activities targeted elderly education, encouraging personal and social responsibility regarding health promotion, in addition to inserting the student in this context, assisting in their professional qualification. In this sense, LAGG-UFT has sought, through their actions, to promote extension activities as a key step in the education process, besides setting up actions that articulate theory and practice as a basic element for health promotion in the community.

Keywords: University Extension. Health Promotion. Elderly.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a população idosa é formada por indivíduos de 60 anos ou mais em países em desenvolvimento, e acima de 65 anos nos desenvolvidos. O envelhecimento populacional é uma realidade na nossa sociedade e tal transição demográfica traz consigo um desafio fundamental: a saúde. A sociedade como um todo se vê abalada quando os anos extras são dominados por declínio na capacidade física e mental e na qualidade de vida, gerando redução da capacidade produtiva e também aumento da dependência por parte do idoso. Tem-se que um dos grandes desafios da atualidade é a busca por manutenção da autonomia e independência desse grupo etário a despeito das possíveis limitações decorrentes da idade.

O envelhecimento da população demanda, portanto, um incentivo a programas de promoção à saúde que contribuam para a melhoria na qualidade de vida dessa população (ANS, 2009).

O PAPEL DA EXTENSÃO

A extensão universitária tem sido considerada uma ferramenta na formação de profissionais aptos para atuar na perspectiva de promoção de saúde preconizada pelo Sistema Único de Saúde. Isso se torna possível pelo fato da extensão inserir o acadêmico na realidade da saúde, possibilitando uma troca de conhecimento científico-cultural com a comunidade, levando ao desenvolvimento de práticas educativas cada vez mais eficazes. Tal relação universidade-comunidade baseia-se no empoderamento do indivíduo sobre a sua própria saúde e da comunidade, tendo como consequência a multiplicação do conhecimento e promoção de saúde comprovadamente eficaz

na prevenção e na reabilitação de doenças (Costa et al, 2015; Feijão & Galvão, 2007).

Dado o exposto, é evidente a importância da educação em saúde, dentro da extensão, como forma de promoção de saúde aos indivíduos idosos, a fim de possibilitar a manutenção da capacidade funcional dessa população com conseqüente melhoria na qualidade de vida, permitindo sua reinserção na sociedade (Muniz et al, 2012).

A LIGA ACADÊMICA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA

A LAGG-UFT foi fundada em fevereiro de 2014 através da iniciativa de estudantes de Medicina diante da necessidade de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a população idosa. Diante disso, desde sua criação, objetiva ser um agente de transformação social, promovendo a valorização da pessoa idosa e fomentando uma nova percepção acerca do envelhecimento perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Para isso a liga promove atividades envolvendo a população idosa, focadas na prevenção, educação, assistência ao envelhecimento saudável e inclusão social. Além disso, a LAGG-UFT visa aproximar o acadêmico da área da saúde à população idosa e do seu foco de estudo, bem como promover assistência aos alunos da Universidade da Maturidade (UMA) e demais idosos da cidade de Palmas.

Desde sua fundação, a LAGG-UFT estabeleceu sólida parceria com a UMA. Esta consiste numa proposta pedagógica voltada à melhoria da qualidade de vida da pessoa adulta e dos idosos, visando à integração dos mesmos com os alunos de graduação, identificando o papel e a responsabilidade da universidade em relação a essa população. Promove-se um espaço de convivência

social e educacional, com aquisição de novos conhecimentos voltados ao envelhecimento sadio e digno e, sobretudo, na conscientização quanto à importância da participação do idoso na sociedade enquanto sujeito histórico e ativo.

DESENVOLVIMENTO

A LAGG propõe-se a trabalhar com temas e metodologias que atendam as demandas dos idosos da UMA. Para isso, é necessário contato com a realidade e as particularidades do público-alvo, a fim de subsidiar a elaboração de propostas que assistam os alunos da UMA de maneira mais eficaz. Para a realização das atividades, a formação proporcionada nos cursos de graduação, bem como aulas de capacitação para os ligantes de acordo com o tema abordado, permitem a elaboração de fundamentação teórico-metodológica importante para a realização das ações de extensão.

Um espaço reservado na UMA com encontros semanais durante o semestre letivo possibilita a realização dos principais projetos de educação em saúde da LAGG-UFT. As aulas são guiadas por estudantes da liga, previamente capacitados. Tais facilitadores utilizam de recursos como data show com slides interativos e didáticos, além de momentos para esclarecimento de dúvidas e questionários pós-aula. Abordam-se informações sobre sintomas, tratamento e, principalmente, prevenção das patologias mais frequentes nessa faixa etária.

Ademais, a liga propõe eventos de promoção de saúde com maior grau de complexidade em datas específicas, tais como o Dia Mundial de Prevenção de Quedas e o Dia Mundial do Sono. Nessas ocasiões além da explanação geral da temática e abordagem dos fatores de risco e da prevenção, os acadêmicos, previamente capacitados, realizam avaliações de saúde gerais e específicas dos idosos a fim de identificar os indivíduos com maior risco.

No tocante ao acompanhamento das atividades da LAGG-UFT, elas são orientadas por um coordenador, graduado em Educação Física com especialização e mestrado em gerontologia, o qual também exerce o cargo de vice-coordenador da UMA. Os acadêmicos estão envolvidos em todas as etapas, desde o planejamento, até a execução e a avaliação das atividades extensionistas.

Ao final de cada encontro, os acadêmicos lançam mão de questionários para avaliação da eficácia da atividade no que se refere ao aprendizado dos idosos em relação à temática abordada.

O Apêndice descreve algumas das diversas ações realizadas pela LAGG-UFT durante o ano de 2016.



Figura 1: Atividade de extensão com idosos participantes na UMA e discentes da LAGG, Palmas - TO. Oficina de Ensino de Primeiros Socorros. 08/08/2016. Foto: Amanda Amancio



Figura 2: Atividade de extensão com idosos. Foto: Autores



Figura 3: Atividade de extensão com os idosos participantes da UMA, discentes da da Liga Acadêmica de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal do Tocantins, sala de aula UMA, Palmas – TO. Aula sobre Fisiologia do Sono, do projeto Distúrbios do Sono. 22/08/2016. Foto: Luiz Sinésio



Figura 4: Atividade de extensão com os idosos da UMA, discentes da Liga Acadêmica de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal do Tocantins, na sala de aula da UMA, em Palmas – TO. Oficina sobre Ressuscitação Cardiopulmonar do projeto Ensino de Primeiros Socorros. 28/03/2016. Foto: Luiz Sinésio

CONSIDERAÇÕES

Dado o exposto, pode-se concluir a partir das ações realizadas pela LAGG-UFT, que a extensão é um elemento essencial que viabiliza a relação transformadora entre universidade e comunidade. Tal relação mostra-se deveras benéfica a ambas as partes: a universidade provê conhecimento técnico-científico e assistência à comunidade, obtendo dela em troca um saber popular que enriquece a produção acadêmica.

Além disso, a extensão tem possibilitado aos acadêmicos da LAGG-UFT a inserção em práticas que unem ensino, pesquisa e extensão, com conseqüente crescimento profissional e pessoal de cada aluno.

Faz-se mister ainda ressaltar que as ações de extensão têm se mostrado salutar aos alunos da UMA no que lhes é proporcionado contato com o conhecimento técnico-científico, promovendo o empoderamento do idoso quanto à promoção de sua própria saúde.

Por fim, entende-se que as ações de extensão realizadas pela LAGG-UFT têm fomentado um importante estreitamento na relação entre acadêmicos e comunidade, além de contribuir como o desenvolvimento de práticas que incentivam a promoção de saúde na terceira idade.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). Manual técnico de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar. 3 ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro : ANS, 2009.

COSTA, D.V.S. et al. Extensão universitária na promoção da saúde infantil: analisando estratégias educativas. Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.1, p.25-31, 2015.

FEIJÃO, A.R.; GALVÃO, M.T.G. Ações de educação em saúde na atenção primária: Revelando métodos, técnicas e bases teóricas. Revista Rene. Fortaleza, v. 8, n.1, p.41- 49, 2007

MUNIZ, F.W.M.G. et al. Projeto Sorriso Grisalho: A importância de um projeto de extensão na promoção de saúde bucal de idosos institucionalizados. Revista Extensão em Ação, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2012.

APÊNDICE

ATIVIDADES DE EXTENSÃO REALIZADAS PELA LIGA ACADÊMICA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

1. Identificação da atividade: Encontro

Título da atividade: Envelhecimento em movimento

Data e local: 13 de fevereiro. Praça dos Girassóis

Público envolvido: alunos da UMA

Objetivo da atividade: Organizar uma caminhada com os idosos da UMA, a fim de estimular o exercício físico como uma prática saudável; ressaltar a importância da manutenção da capacidade funcional do idoso como forma de promover a qualidade de vida dessa faixa etária;

Descrição da atividade: os acadêmicos e o coordenador da LAGG, juntamente com os idosos da UMA se encontraram na Praça dos Girassóis às 7h da manhã para uma atividade de caminhada e alongamento, orientados por profissionais de educação física. Além disso, os alunos organizaram um momento de aferição de pressão e um reforço da necessidade de atividade física para manutenção da autonomia e independência. 2

2. Identificação da atividade: Encontro

Título da atividade: II Campanha de Prevenção de Quedas

Data e local: 25 de junho. Parque Cesamar

Público envolvido: alunos da UMA e transeuntes do parque.

Objetivo da atividade: Conscientização da população quanto aos fatores de risco e perigos das quedas na população idosa; incentivar a procura de atendimento especializado pelos idosos, a fim de investigar se há indicativos de fragilidade ou eventos prévios de queda;

Descrição da atividade: A "II campanha de prevenção de quedas" ocorreu no Parque Cesamar em dois turnos. Utilizou-se de roda de conversa, banner informativo, distribuição de adesivos com dicas práticas de prevenção. Houve ainda aferição de pressão, alongamento, caminhada monitorada, avaliação nutricional e distribuição de água.

CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICAS SOBRE PREVENÇÃO DE AGRAVOS DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNTS) E SUPORTE BÁSICO DE VIDA (SBV)

TRAINING OF NURSING PROFESSIONALS OF PRIMARY CARE UNITS OF DISEASES PREVENTION OF CHRONIC COMMUNICABLE DISEASES (NCDS) AND BASIC LIFE SUPPORT (BLS)

Rebeca de Oliveira Paixão.

Bacharela em Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. rebecapaixao20@hotmail.com

Raísa Noélia Sant'Ana Souza Santos.

Discente de Enfermagem da UFRB. raisantana20@gmail.com

Resumo

O presente relato tem como objetivo descrever a vivência de discentes de enfermagem bolsistas PIBEX, dentro de um projeto de extensão da UFRB no ano de 2013, no qual foi realizada uma atividade com os profissionais de enfermagem da Atenção Básica de um município baiano. A ação consistiu em uma capacitação para reconhecimento e prestação da assistência à vítima de PCR. Diante da ação foi notório que os enfermeiros possuem algum conhecimento sobre as manobras de RCP em uma PCR, porém estavam desatualizados a cerca da AHA 2010.

Palavras-Chave: Ressuscitação Cardiopulmonar. Atenção Primária à Saúde. Educação Continuada.

Abstract

This report aims to describe the experience of scholars nursing students PIBEX within an extension project of UFRB in 2013; it was held a course with professional nursing of primary care of a Bahian municipality. The activity consisted of a training for recognition and provision of assistance to victims of PCR. In the face of the action, it was well known that the nurses had some knowledge about the PCR maneuvers in a PCR, but were outdated about the 2010 AHA.

Keywords: Cardiopulmonary Resuscitation. Primary Health Care. Continuing Education.

INTRODUÇÃO

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) são as principais causas de morte no mundo, correspondendo a 63% dos óbitos em 2008. Aproximadamente 80% das mortes por DCNTs ocorrem em países de baixa e média renda. Entre estas, estão as afecções cardiovasculares, as doenças respiratórias crônicas, câncer e diabetes mellitus (BRASIL 2011).

As DCNTs tornaram-se a principal prioridade na área da saúde no Brasil – 72% das mortes ocorridas em 2007 foram atribuídas a elas. As DCNTs são as principais fontes das cargas de doenças. Apesar da mortalidade bruta causada por esses agravos terem aumentado 5% entre 1996 e 2007, a mortalidade padronizada por idade diminuiu 20%. A diminuição ocorreu particularmente em relação às doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, em conjunto com a implementação bem-sucedida de políticas de saúde que levaram à redução do tabagismo e a expansão do acesso à atenção básica em saúde (CHOR et al., 2011).

As Unidades de Saúde da Família (USF), como parte da atenção básica de saúde, utilizam como base a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que compreende a promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde. Ações que objetivam desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde (BRASIL 2011).

Na prática assistencial, ao longo do tempo, tem sido perceptível o fortalecimento das ações preventivas já vigentes no modelo de Atenção Básica, como o programa Hiperdia

(Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos) das USF, com a finalidade de diminuir os agravos decorrentes das DCNTs, considerando que estes podem repercutir até mesmo em uma Parada Cardiorrespiratória (PCR).

A PCR consiste em uma condição de emergência com risco eminente de morte. Esta grave condição pode ocorrer em qualquer ambiente, tanto intra como extra-hospitalar, necessitando de um atendimento rápido e de qualidade à vítima. Para Gonzalez (2013), a PCR permanece como um problema mundial de saúde pública. Apesar de avanços nos últimos anos relacionados à prevenção e tratamento, muitas são as vidas perdidas anualmente no Brasil relacionadas à PCR. Assim, o treinamento e normatização das práticas em reanimação cardiopulmonar (RCP) para profissionais de saúde e leigos é de grande importância, pois tem como objetivo manter artificialmente o fluxo arterial ao cérebro e a outros órgãos vitais, até que ocorra o retorno da circulação espontânea e a chegada do Suporte Avançado de Vida (SAV). As manobras de RCP constituem o Suporte Básico de Vida (SBV) e SAV e essas manobras melhoram as chances de restauração da função cardiopulmonar e cerebral das vítimas de PCR (TALLO 2012).

Sobre as diretrizes para o atendimento a PCR, tínhamos em vigência as da American Heart Association (AHA), de 2010, para RCP, estas se baseiam em um processo internacional de avaliação de evidências emergenciais. Os cursos de SBV e SAV são oferecidos regularmente no Brasil sob a permissão e supervisão da AHA e com base nas diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia, propiciando o conhecimento das tecnologias e certificação da atuação dos profissionais. Porém, podem estar, em

alguns casos, fora das possibilidades financeiras dos interessados. Desta forma, no exercício diário da profissão, seja por falta de materiais ou outros problemas, a enfermagem se depara com dificuldades diante de determinadas situações emergenciais fora do ambiente hospitalar. Diante dessa situação, um projeto extensionista foi criado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O presente relato tem como objetivo descrever a vivência de discentes de enfermagem da UFRB que foram bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX), dentro de um projeto de extensão no ano de 2013, em que foi realizada uma capacitação com os profissionais de enfermagem da Atenção Básica de um município baiano.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve início a partir da utilização da proposta do Planejamento Estratégico Situacional (PES), no qual o ator que planeja está dentro da realidade e coexiste com outros autores que também planejam (NACHIF; ANDRADE, 2011). Por se tratar de um projeto vinculado às atividades de um programa de promoção da saúde do município em questão, sendo este um programa de extensão multidisciplinar desenvolvido em um Centro de Ciências da Saúde, utilizamos a priori o banco de dados do respectivo projeto para quantificarmos as Unidades de Saúde da Família e os profissionais enfermeiros e técnicos em enfermagem, alocados nas unidades. Em consonância com grande parte dos municípios do Brasil e do mundo, a população da cidade em questão apresenta um contingente significativo pertencente ao grupo de risco para o desenvolvimento de DCNTs.

A atividade planejada possuiu caráter ex-

ensionista, uma vez que segundo Serrano (2013), a extensão universitária traz uma interface entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local e desta com a cultura universitária.

O projeto de extensão foi composto pelas seguintes etapas:

1ª etapa: Apresentação das propostas e adesão do município;

2ª etapa: Reuniões da equipe responsável pela capacitação, para revisão e construção dos materiais a serem utilizados. Encontros nos laboratórios para o reconhecimento de material e treinamento para a equipe;

3ª etapa: Elaboração de um cronograma de atividade teórico-prático com os profissionais participantes. Foram subdivididos grupos que tinham até 05 profissionais, a fim de possibilitar o aprendizado e propiciar uma maior adesão por parte deles. As capacitações foram previamente agendadas junto à Secretaria de Saúde do município;

4ª etapa: Início das capacitações no laboratório da UFRB, começando com a explanação com a base conceitual atinente às DCNTs, base fisiopatológica, modos de prevenção de agravos nos grupos de risco e promoção de saúde dos usuários. Em seguida, o aporte teórico do SBV frente às vítimas de PCR;

5ª etapa: Treinamento prático sobre SBV frente ao atendimento a vítima de PCR, utilizando materiais e espaços cedidos pela instituição. Durante as oficinas foram colocados em práticas o elo de atendimento durante uma PCR, conforme preconizado pelas Diretrizes da AHA (2010). Os encontros foram estruturados a partir de atividades que pudessem a todo o momento incluir o público-alvo e estimulá-los a participar, dando opiniões e relatando suas experiências a respeito do tema abordado;

6ª etapa: Momento de conversa em que eles concluíram a capacitação deixando suas sugestões para aprimoramento da atividade nos encontros com os próximos profissionais.

Materiais utilizados:

Computador, Datashow, pastas de papel, blocos de anotações, canetas, cadeiras, dispositivo bolsa-válvula-máscara, máscara laríngea, manequim de RCP, Desfibrilador Externo Automático (DEA) completo e funcionando, colchonetes e máscara facial como válvula unidirecional (para ventilação durante a RCP).

DISCUSSÃO

As USF, possuem como base, a ESF, que é entendida como uma forma de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes de saúde são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade (BRASIL, 2000, apud Silva, 2011).

No tocante ao atendimento a situações agudas nas USF que necessitam de atendimento imediato, temos a portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002, que dispõe sobre as urgências e emergências na atenção básica à saúde, e o programa de saúde da família, no qual afirma-se que é fundamental às USF se responsabilizem pelo acolhimento dos pacientes com quadros agudos ou crônicos agudizados de sua área de cobertura ou adstrição de clientela, cuja complexidade seja compatível com este nível de

assistência (BRASIL, 2003).

Os avanços sobre medidas de atendimento em situações agudas também se estendem à legislação sobre acesso público à desfibrilação e obrigatoriedade de disponibilização de DEA (GONZALEZ et al., 2013). As medicações obrigatórias para o atendimento das urgências e emergências nas USF são preconizadas e descritas na portaria nº 2.048 de 5 de novembro de 2003, tornando obrigatório que as unidades possuam as medicações mais utilizadas em situação de PCR.

Sobre as ações da atenção básica dentro da ESF, temos o reforço dessas ações no Caderno da Atenção Básica, que dispõe sobre o acolhimento às demandas espontâneas e possui suas diretrizes sobre o atendimento às vítimas de PCR com base no consenso da AHA. Nele é descrito de forma breve, o SBV nos casos de PCR nas USF, tratando o evento como menos comum e deixando de lado o início do SAV, que é totalmente possível com base nos materiais preconizados.

Tal atividade suscitou nos discentes e seus orientadores o questionamento diante de alguns depoimentos sobre como estariam ocorrendo as manobras de RCP na atenção básica local, considerando que não há o DEA (Desfibrilador Externo Automático) e, em muitos casos, nem mesmo o dispositivo bolsa-válvula-máscara. Tal situação nos levou a orientá-los que estes focassem nas compressões torácicas, o que já era foco na Diretriz da AHA de 2010. Na prática, uma produção de Silva (2011) exemplifica, em parte, a situação atual através de seu estudo, que buscou conhecer a percepção dos profissionais de uma Equipe de Saúde da Família (ESF) sobre a PCR. Neste estudo, foi constatado que, apesar de um percentual de profissionais possuírem conhecimentos técnicos e científicos, não detinham a prática reconhecida e necessária para o en-

frentamento de uma situação de PCR. Na capacitação realizada na UFRB, foi notório que os enfermeiros possuíam conhecimento sobre as manobras de RCP em uma PCR, porém estavam desatualizados a cerca da AHA 2010.

A implementação da RCP nas USF possui entraves na prática diária dos profissionais de saúde que lidam com o atendimento direto aos indivíduos passíveis de uma PCR, entraves decorrentes, por vezes, do despreparo profissional, e até pela falta de materiais para a assistência. A situação supracitada culmina em maiores números de encaminhamentos para a média ou alta-complexidade, sem os cuidados iniciais que deveriam ser instituídos nas USF, tendo impacto direto nas taxas de sobrevivência dos indivíduos após uma PCR. Porém, tais circunstâncias podem ser evitadas com capacitações que garantam a padronização das ações assistenciais adequadas até o encaminhamento para outros níveis de complexidade, aumentando as taxas de sobrevivência desses indivíduos.

A preocupação com a capacitação de recursos humanos passou a representar uma questão estratégica nas instituições de saúde, onde os profissionais fazem a ação, manipulam as técnicas, atendem aos clientes, são usuários e transcendem às atividades administrativas. Tem-se a compreensão, então, de que são estas pessoas que necessitam de um acompanhamento contínuo com atualizações e treinamentos, para que em um momento de real necessidade, eles saibam prestar o cuidado de uma forma efetiva e eficaz (GARCIA et al., 2010).

Na ação extensionista realizada, foram capacitados 30 profissionais (08 enfermeiros e 21 técnicos de enfermagem) de saúde da atenção básica de um município baiano. A

taxa de adesão esperada era maior, uma vez que os profissionais foram dispensados do trabalho no turno da atividade. Porém, muitos não compareceram, o que nos forçou a organizar novas turmas e chegar ao resultado supracitado. Durante a capacitação, os profissionais foram questionados e instigados quanto às suas experiências e conhecimento sobre o assunto, gerando um debate com significativa troca de conhecimento entre os envolvidos.

Desde o início da atividade, percebemos que o maior resultado obtido seria a aproximação entre a instituição acadêmica e os profissionais de saúde já formados. A atividade contribuiu para consolidação do papel da universidade através da inserção na comunidade com atividades de extensão. Além disso, realizar a capacitação proporcionou aos discentes uma complementação teórica e prática em termos de educação continuada, bem como a aproximação com a tríade ensino, pesquisa e extensão. Certamente, tal atitude visou sensibilizar a gestão municipal, qualificando os profissionais de enfermagem na detecção precoce de uma PCR e na prestação de atendimento de qualidade como profissional treinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacitação possibilitou uma ação extensionista de educação em serviço, com a temática que deve ser abordada no ambiente de trabalho, cujo aprendizado deu-se em conjunto entre discentes e os profissionais da enfermagem que trouxeram suas realidades diárias no decorrer da capacitação.

Tal atividade suscitou nos discentes e em seus orientadores o questionamento diante de alguns depoimentos, de como estariam ocorrendo as manobras de RCP na atenção básica, considerando que não há

o DEA, e muitas vezes nem mesmo o dispositivo bolsa-válvula-máscara, nos levando a orientá-los a focar nas compressões torácicas, o que já era foco na Diretriz da AHA 2010. Tal atividade também suscitou a necessidade de sensibilizar os gestores locais, dando espaço para uma nova capacitação.

Ao fim da atividade, ficou explícita a necessidade de aliar a teoria com a prática nas ações extensionistas de educação, assim como a evolução dos profissionais na prática, com a maior segurança no início das manobras diante das situações teóricas e práticas.

Por fim, o projeto de capacitação, que partiu do princípio da necessidade de interação ente o ensino, pesquisa, extensão e comunidade (nesse caso, representada pelos profissionais da enfermagem da atenção básica), atingiu seus objetivos e possui premissas de novas edições, pois partimos do pressuposto de que a assistência prestada nos primeiros segundos de uma PCR representa o aumento nas chances de sobrevivência, sendo este evento passivo de ocorrer na atenção básica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION et al. 2010. American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. American Heart Association, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.048 de 5 de novembro de 2002, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção às Urgências / Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022/Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. –Brasília: Ministério da Saúde, 2011.160 p.: il.–(Série B. Textos Básicos de Saúde).

CHOR, Dora; MENEZES, Paulo Rossi. Saúde no Brasil 4, Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. Veja, v. 6736, n. 11, p. 60135-9, 2011.

GARCIA, Sabrina Nunes; SERIGHELLI, Vanessa Franciely; QUADROS, V. A. S. Capacitação dos profissionais de enfermagem para o atendimento ao paciente em parada cardiorrespiratória. Prática Hospitalar, v. 11, n. 3, p. 101-6, 2009.

GONZALEZ, Maria Margarita et al. I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 101, n. 2, p. 1-221, 2013.

GUIMARÃES HP, et al. Uma breve história da ressuscitação cardiopulmonar. São Paulo: Sociedade Brasileira de Clínica Médica, 2009.

NACHIF, Maria Cristina Abrão et al. Integralidade na Atenção à Saúde-- 2. ed. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS : Fiocruz. Unidade Cerrado Pantanal, 179 p. 2011.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em, v. 13, n. 08, 2013.

SILVA, Cleyton César Souto; DE HOLANDA, Aristófenes Rolim. Parada cardiorrespiratória: conhecimento e prática de uma equipe de saúde da família. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 15, n. 4, p. 447-454, 2011.

TALLO, Fernando Sabia et al. Atualização em reanimação cardiopulmonar: uma revisão para o clínico. Rev. Bras.Clin. Med., v. 10, n. 3, p. 194-200, 2012.

RESENHA

CRIADA PARA SER FORTE

Joádila Pinto França

Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa/Libras/Língua Estrangeira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SILVA, Teresinha V. Zimbrão da. Mulheres, Cultura e Literatura Brasileira. Ipotesi: Revista de Estudos Literários. Juiz de Fora, vol. 2, nº 2. 1998. p. 91-100.

A escritora Teresinha V. Zimbrão da Silva possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990); doutorado em Literatura pela University of Newcastle Upon Tyne (1994); especialização em Psicologia Junguiana pelo IBMR-RJ (2006) e pós-doutorado em Literatura pela PUC-RJ (2007)¹. A autora afirma que seu texto é “uma reflexão sobre transformações culturais do Brasil do século XIX”. Acima de tudo isso, mostra que, tanto na ficção quanto na história, a mulher brasileira começa a parecer com a europeia, tornando-se menos patriarcal e mais burguesa, havendo – nesses contextos – a separação entre autoritarismo masculino e o papel da mulher na sociedade.

Contudo, para entender melhor os processos culturais que formam a personalidade do agressor, é preciso destacar algumas análises sobre o processo de socialização masculina, em que o pai e a mãe de um menino criam-no com toda mordomia e liberdade. Isso pode ser percebido no dito popular: “prendam suas cabras porque o meu bode está solto”. E o que parece inocente tende a limitar o lugar onde uma mulher pode estar, o que lhe cabe fazer e qual a melhor maneira de

se comportar. Em seu texto, Silva apresenta uma carta de um noivo enviada para o pai da noiva, contando quais qualidades a sua futura esposa precisa ter: “não é rigorista de moda; não sabe dançar nem tocar; não serve de ornamento à janela com leque e com o lenço, não sabe tomar visitas nas salas [...]”.

Desde os primeiros grupos sociais, o Brasil, que, em seu hino nacional, tem como slogan “pátria mãe”, não é mãe, pelo contrário. É pai, filho e machista. Ora, quem dera que (como diz a música de Caetano Veloso “quero frátia”) os homens, já desde meninos, aprendessem a olhar para suas irmãs, primas e colegas de escola como iguais, com amor “fraterno-de-nação”, e não como sua posse de proteção, achando que têm o direito de bater e chamar atenção, igual a como fazem os pais.

No entanto, nota-se que, com o passar dos anos, a vida das mulheres não continuou a mesma. A mulher passou a estar na moda! Aprendeu a dançar e tocar, passou a ficar na varanda da casa e a receber visitas nas salas. Então houve progresso? De maneira sutil, sim. Mas a mulher ainda precisava ser “rainha do lar” e a “expressão da esperança e da maternidade”, para que seu marido alcançando status na sociedade, ao receber visitas em sua casa, pudesse assim escutar: “Com que bela esposa você casou! Parabéns! Ela é muito prendada, ou seja, é muito bom ver que o senhor conseguiu dominar uma representante magnífica da espé-

¹ Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797128D2>>. Acesso em: 14/08/2016.

cie feminina”. Podemos ver isso no conto “No moinho”, de Eça de Queirós².

Nesse tempo, o texto de Silva relata que a igreja Católica também impunha à mulher as suas reponsabilidades de rezar mais e cuidar do lar. Ora, como a mulher feminista vai quebrar todas essas barreiras? A princípio é meio complicado se pensarmos que o fato de uma mulher sofrer violência está relacionado à maneira como os homens são criados pelos seus pais. E aí está o ponto! Se os pais criarem suas filhas do mesmo modo que criam seus filhos, ensinando-as, acima de tudo, o amor próprio e mostrando-as que, independente do que venha acontecer nas vidas delas, vão estar ao seu lado, apoiando sem pré-julgamento ou até mesmo ajudando-as a cumprirem com suas responsabilidades, elas irão errar menos. Além disso, terão os pais como amigos e não pedirão conselhos a estranhos³.

Assim, as mulheres serão criadas para serem fortes. E não farão parte dos estudos que apontam números relevantes de mulheres que foram agredidas em vários países por seus parceiros. De acordo com a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, mais da metade das mulheres mortas no Brasil foram assassinadas por seus parceiros. A cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil. E mais de 2 milhões de mulheres são espancadas, a cada ano, por seus maridos ou namorados.

Na nossa sociedade, os homens são estimulados a reprimir seus sentimentos, sendo a agressividade e a violência aceitas como marcas ou prova de sua mascu-

linidade. Apesar de nem todas as pessoas seguirem esse modelo fielmente, pode-se perceber que ele influencia diretamente a postura destrutiva e até autodestrutiva dos agressores. Muitos homens estão exercendo a violência no âmbito familiar e também em diferentes lugares, o que alimenta padrões de subjetividade orientados por modelos de gêneros hierárquicos de poder que definem a dominação masculina sobre as mulheres, estas sendo “uma espécie de prisioneira do pai ou do marido”. Os cônjuges de relacionamentos violentos precisam de ajuda para mudar; em muitos casos só ajudam as vítimas e não vêem que o agressor precisa de auxílio psíquico, por ser vítima e adepto do sistema que o influencia a agir de modo agressivo, colocando-o em situação de fragilidade porque suas atitudes afligem toda uma sociedade presente e também futura.

Na busca por mecanismos que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabeleceram-se medidas de prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, na forma da lei Maria da Penha, passando a definir como específico à violência contra a mulher⁴.

Em seu texto, a autora reflete sobre as obras de romancistas que descrevem a cultura da sociedade brasileira oitocentista e qual o perfil da mulher que se afasta do modelo patriarcal, apoderando-se do recente modelo burguês. “Como se há de tirar a fotografia desta sociedade sem lhe

copiar as feições?”⁵.

Por isso, seu texto é de suma importância aos professores e escritores que analisam a história feminina na sociedade, acreditando ser mediadores de novos conhecimentos científicos e pluricultural aos seus discentes. Assim, o respeito para com as mulheres e suas escolhas perante a sociedade será difundido e as mesmas deixarão de ser meras espectadoras e sofredoras de um passado que lhes foi imposto, de um presente ditador e de um futuro sem sonhos e segurança.

⁵ Silva cita Alencar na página 96, para demonstrar a visão do romancista sobre a europeização.

² Disponível em: < <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/eca13.pdf>>. Acesso em: 14/08/2016.

³ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Y9WPEZYhEuo>>. Acesso em: 14/08/2016.

⁴ Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/posicionamentos-criticos-e-eticos-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-por-benedito-medrado-dantas-e-ricardo-pimentel-mello/>>. Acesso em: 14/08/2016.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1- Compromisso da Revista Extensão

A Revista Extensão, com periodicidade semestral, tem como compromisso consolidar a indissociabilidade do conhecimento, por meio de ações extensionistas publicadas em artigos científicos, resenhas, relatos de experiências, entrevistas, validando o conhecimento tradicional associado ao científico.

2- Áreas Temáticas da Revista

I. Comunicação: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; e rádio universitária;

II. Cultura e Artes: desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; cultura, ciência e tecnologia; cultura, região, territórios e fronteiras; cultura, política e comunicação; cultura, religião e religiosidade; cultura, identidades e diversidade cultural; cultura, memória e patrimônio cultural; educação, cultura e arte; políticas culturais; artes visuais; cinema e identidades culturais; cultura, arte e meio ambiente.

III. Direitos Humanos e Justiça: assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares; e questões agrárias;

IV. Educação: educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos;

educação e juventude; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino superior; incentivo à leitura; educação e diversidades; educação e relações étnicorraciais; educação do campo;

V. Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais;

VI. Saúde: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas;

VII. Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes;

VIII. Trabalho: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança

no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

IX. Gênero e Sexualidade: políticas de gênero; gênero e educação; práticas esportivas construindo o gênero; o corpo e a sexualidade; identidades de gênero e orientação sexual; desejos; diversidade sexual; direitos sexuais e reprodutivos; combate à discriminação sexual e à homofobia; raça, gênero e desigualdades.

3. Público - alvo

Professores, alunos, técnicos-administrativos de todas as IES nacionais e internacionais, além de comunidades atendidas ou com potencial para serem atendidas por projetos extensionistas de forma abrangente.

4. Categorias de Trabalhos a serem publicados

Artigos científicos, resenhas, relatos de experiências e entrevistas.

A equipe editorial poderá propor Edições Temáticas. Neste caso, os temas definidos serão previamente anunciados.

5. Idioma

Os artigos científicos, resenhas, relatos de experiências e entrevistas devem ser redigidos em português. As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto, bem como autorização sobre direitos autorais para textos não originais.

O resumo e as palavras-chave devem ser redigidos na língua do artigo e em inglês.

Para os relatos de experiências não há obrigatoriedade para o abstract

6. Considerações Éticas

I. A responsabilidade pelos conteúdos dos artigos publicados é exclusivamente do(s) autor(es);

II. Os casos de plágio serão encaminhados à Comissão de Ética do órgão de classe do autor;

III. Todos os artigos recebidos deverão receber pelo menos dois pareceres favoráveis à publicação por parte de membros do Conselho Editorial e consultores ad hoc;

IV. Os artigos publicados são de propriedade dos Editores/Organizadores, podendo ser reproduzidos total ou parcialmente com indicação da fonte. Exceções e restrições de copyright são indicadas em nota de rodapé.

V. Os autores assinarão um termo de cessão de direitos autorais para publicação dos artigos e memoriais aprovados.

VI. A revisão ortográfica dos trabalhos submetidos é de responsabilidade dos autores;

VII. Os artigos submetidos não serão devolvidos.

7. Critérios de avaliação

Os trabalhos submetidos à revista serão avaliados por pares, adotando para tanto o método de avaliação duplamente cega. A publicação considera unicamente trabalhos inéditos ou aqueles excepcionalmente considerados relevantes pelo conselho editorial.

Adotam-se os seguintes referenciais para julgamento:

- Aceito
- Recusado. Autor deve ser informado quanto aos principais motivos da recusa.
- Trabalho Condicionalmente Aceito. Autor deverá ser instruído quanto às modificações de forma e/ou conteúdo do artigo para re-submissão ao Comitê Editorial.

8. Itens de Julgamento

I. Originalidade e Relevância do Tema

- II. Aderência a um dos temas da Revista
- III. Encadeamento de idéias / organização do trabalho Organização formal do texto, sequência e encadeamento das informações, rigor metodológico do trabalho.
- IV. Conteúdo. Relevância e estruturação formal do pensamento apresentado no conteúdo do artigo, com posicionamento original do autor e referência adequada aos trabalhos científicos considerados essenciais para a temática proposta (considerar, por exemplo, a atualização das referências, i.e. estado da arte. Não serão aprovados textos com longas citações sem um posicionamento concreto do autor.
- V. Redação / Clareza Adequação redacional do texto (ortografia, concordâncias nominais e verbais, links e completude dos parágrafos).
- VI. Adequação das normas. Rigor científico quanto às citações e referências a outros autores, bem como a normalização bibliográfica adotada pela revista.

9. Folha de Rosto

Deve conter os seguintes elementos, nesta ordem:

- I. O Título (na língua do artigo e em inglês). Em caso de financiamento da pesquisa, a instituição financiadora deverá ser mencionada em nota de rodapé. Nome (s) do (s) autor(res), especificando titulação máxima, filiação institucional e endereço eletrônico (opcional).
- II. Resumo, Palavras-Chave. O Resumo deve ter no máximo 500 palavras, ser seguido de 3 a 5 Palavras-Chave para fins de indexação do trabalho, que deverão ser separadas por um ponto entre elas..
- III. Resumos em Inglês. Os resumos e pala-

avras-chave em língua estrangeira devem ser a versão exata do resumo e palavras-chave em português.

Categoria do trabalho: Artigo
Área temática: Comunicação

Titulo na língua portuguesa
Titulo na língua estrangeira

Autores:

(autor 1)

Prof. Dr. da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. 001A@ufrb.edu.br.

(autor 2)

Graduando do Curso de Comunicação da UFRB. 002B@gmail.com

Resumo:

Máximo de 200 palavras...

Palavras-chave: de 3 a 5 palavras...

Abstract:

...

Key-words:

...

10. Texto

I. Tamanho do Texto - Os artigos de-

verão ter entre 10 e 20 laudas, incluídos todos os seus elementos (imagens, notas, referências, tabelas etc.). Os relatos de experiência deverão ter entre 5 e 10 laudas, com todos os seus elementos incluídos (imagens, notas, referências, tabelas etc.). As resenhas deverão ter no máximo 3 laudas. As entrevistas ficarão a critério da Comissão Editorial.

II. Fonte: Arial, tamanho 12, espaçamento

1,5 das entrelinhas. Configurações das margens em 2,5 cm para direita, esquerda, superior e inferior em papel A4.

III. As notas de rodapé devem ser ordenadas por algarismos arábicos que deverão ser sobrescritos no final do texto ao qual se refere cada nota.

IV. Figuras - As Figuras, com suas respectivas legendas, deverão estar inseridas. Serão aceitas no máximo três figuras por artigo, ou cinco por relato de experiência. As Figuras deverão estar, preferencialmente, no formato JPG ou PNG. Para assegurar qualidade de publicação, todas as figuras deverão ser gravadas com qualidade suficiente para boa exibição na web e boa qualidade de impressão, ficando a critério da equipe da revista o veto a imagens consideradas de baixa qualidade, ou cujo arquivo considere demasiado grande.

V. Tabelas - As Tabelas, incluindo título e notas, deverão estar inseridas no texto com as devidas legendas. As Tabelas de-

verão estar em MSWord ou Excel. Cada tabela não poderá exceder 17 cm de largura x 22 cm de comprimento. O comprimento da tabela não deve exceder 55 linhas, incluindo título e rodapé(s).

VI. Anexos - Serão aceitos Anexos aos trabalhos quando contiverem informação original importante ou que complemente, ilustre e auxilie a compreensão do trabalho, ficando facultado à equipe da revista o veto a anexos que assim não forem considerados.

11. Normas ABNT

As referências serão apresentadas ao final do texto. A Revista de Extensão adota as seguintes Normas ABNT: NBR 6022:2003 (Artigo); NBR 6023:2002 (Referências); NBR 6028:2003 (Resumos); NBR 10520:2002 (Citações).

Ex: BAXTER, M. Projeto de produto: guia prático para o desenvolvimento de novos produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 199

